

Democracia Socialista

Nesta edição

entrevista

Raul Pont

dossiê neoliberalismo

XI Conferência

**revolução
boliviana**

**literatura
e poesia**

Dilma reeleita

Documentos DS

cultura

feminismo

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 2014



Este trabalho está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

Revista Democracia Socialista é uma publicação da Democracia Socialista (DS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores, dirigida exclusivamente aos filiados e filiadas do Partido dos Trabalhadores.

Editor

Joaquim Soriano

Coordenação editorial

Marisa Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise

Claudio Puty

Elmano Freitas

João Gabriel

Juarez Guimarães

Marilane Teixeira

Nalu Faria

Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Gráfica

Coronário

Tiragem

3.800 exemplares

www.democraciasocialista.org.br

Álvaro Alencar

Ana Julia Carepa

Anderson Campos

Andrea Butto

Arlete Sampaio

Balbina Rodrigues

Bernardo Cotrim

Beto Bastos

Birá

Bismarque

Carlos H. Arabe

Carlos Pestana

Chris Rondon

Cícero Lourenço

Cirilo Mota

Clarissa Cunha

Claudio Puty

Clédisson Junior

Dandara Tonantzin

Daniel Gaio

Elaine Cristina

Eleonora da Silva

Eliane Silveira

Eneida Nascimento

Estevão Cruz

Eulália Nascimento

Everaldo Fernandez

Fabíola Paulino

Gabriel Magno

Gabriel Medina

Gerusa Bittencourt

Gilberto Neves

Gino César

Girlene Lázaro

Gustavo Codas

Henrique Pulga

Iris de Carvalho

Isabelle Azevedo

Isolda Dantas

Joaquim Soriano

Josete Dubiaski

Juarez Guimarães

Karol Cavalcante

Lays Gonçalves

Lea Marques

Lucio Costa

Luizianne Lins

Marcelo Fragozo

Margarida Salomão

Marisa Mello

Marlei Fernandes

Mauro Rezende

Miguel Rossetto,

Arno Augustin

Mirelly Cardoso

Nalu Faria

Natanael Coutinho

Pepe Vargas

Quêner Chaves

Rafael Freire

Raimunda Lucineide

Raimundo Ângelo

Raul Pont

Ricardo Ramos

Rosana Sousa

Rosane Silva

Samira Sanches

Shirlei Nascimento

Sofia Cavedon

Tatau Godinho

Taumaturgo Lima

Ticiania Studart

Revista Democracia Socialista.

São Paulo, Associação Caetés,

Número 2, dezembro de 2014

ISSN 2317-577X

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

9

RESOLUÇÃO SOBRE A VITÓRIA DE DILMA NAS ELEIÇÕES
GRANDE VITÓRIA, DESAFIOS ENORMES

21

ENTREVISTA

RAUL PONT

DO LABIRINTO À FUNDAÇÃO DO PT

75

XI CONFERÊNCIA

RESOLUÇÃO POLÍTICA

115

RESOLUÇÃO SOBRE MULHERES

O GOVERNO, A AGENDA FEMINISTA E
O PROJETO DE SOCIEDADE

133

DOSSIÊ NEOLIBERALISMO

A LINGUAGEM POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO: INTRODUÇÃO
JUAREZ GUIMARÃES E ESTEVÃO CRUZ

153

DOSSIÊ NEOLIBERALISMO

A CURVA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA
CARLOS HENRIQUE ÁRABE

155

DOSSIÊ NEOLIBERALISMO

A CURVA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA
LEON TROTSKI

165

DOSSIÊ NEOLIBERALISMO

NEOLIBERALISMO E SUA CRISE: INTRODUÇÃO
CARLOS HENRIQUE ÁRABE

167

DOSSIÊ NEOLIBERALISMO

NEOLIBERALISMO E SUA CRISE
GÉRARD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY

193

DOSSIÊ NEOLIBERALISMO
O BRASIL DOS BANCOS
GLEYTON TRINDADE

215

PRÁXIS

ROSA LUXEMBURGO E O APOIO CRÍTICO SOCIALISTA
DEMOCRÁTICO À REVOLUÇÃO RUSSA

JUAREZ GUIMARÃES

222

PRÁXIS

A REVOLUÇÃO RUSSA
ENSAIO DE ROSA LUXEMBURGO

259

INTERNACIONALISMO

BOLÍVIA, UMA REVOLUÇÃO QUE SE IRRADIA EM PROFUNDIDADE
E EXTENSÃO

HUGO MOLDIZ MERCADO

275

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

DECADÊNCIA DO ESTADO DE DIREITO E LIMITES DA JUSTIÇA DE
TRANSIÇÃO

TARSO GENRO

283

CULTURA

GRACILIANO RAMOS: CRIAÇÃO LITERÁRIA E PROJETO POLÍTICO

MARISA S. MELLO

290

LEITURA

O HOMEM QUE AMAVA OS CACHORROS

JOAQUIM SORIANO

291

RESENHA

ROSA LUXEMBURGO
DILEMAS DA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA

293

POESIA

O LIVRO SOBRE NADA

MANOEL DE BARROS

295

MEMÓRIA EM TEMPO

ESPECIAL VOLTA REDONDA

ORIGINALMENTE PUBLICADO EM JANEIRO DE 1989

APRESENTAÇÃO

Esta revista *Democracia Socialista* número 2 foi elaborada sob os eventos venturosos da comemoração dos 70 anos de Raul Pont – e também dos 50 anos de sua militância revolucionária; da realização da XI Conferência Nacional da Democracia Socialista, em abril de 2014; e a vitória de Dilma, em novembro do mesmo ano. Por este motivo, o primeiro texto apresentado é a recém elaborada resolução da coordenação da DS sobre as eleições.

A memorável entrevista com Raul Pont foi realizada por Flavio Koutzii, Marco Weisheimer, Jefferson Miola e Juarez Guimarães, tendo sido editada por estes dois últimos. Com o título “Do labirinto à fundação do PT”, ela cobre o período de fragmentação da esquerda brasileira no pós-64 até a fundação do PT, momento de convergência e de abertura de um novo ciclo histórico para a esquerda brasileira. De tão nutrida da memória e de reflexões significativas, optamos por desenvolver a segunda parte desta entrevista - aquela que cobrirá da fundação do PT aos impasses e potencialidades da esquerda contemporânea – no pró-

ximo número da revista. Esta entrevista, tendo em vista o valor internacional da militância socialista e revolucionária, que entra agora em mais um momento decisivo na força de sua maturidade, é certamente um documento para a história da esquerda latino-americana.

Os dois documentos publicados e originados na XI Conferência Nacional da DS foram construídos em um clima ensolarado de grande unidade e esperança desta que é hoje a mais antiga tendência do PT. O primeiro deles visa examinar programaticamente e analiticamente as potencialidades da revolução democrática contidas na disputa política-eleitoral de 2014. Este esforço de pensar a conjuntura da revolução democrática, em complemento ao documento de sentido mais histórico aprovado na penúltima conferência Nacional da DS, é ainda mais importante porque atualiza uma visão dos impasses internacionais na luta contra o neoliberalismo e seus reflexos na conjuntura latino-americana. A leitura deste documento evidencia o quanto as novas elaborações do PT dialogam com ele.

O documento que faz o balanço das conquistas dos direitos das mulheres nestes 11 anos de governos Lula e Dilma é certamente uma das contribuições mais importantes para se refletir sobre estes desafios que estão no centro da revolução democrática no Brasil. Elaborado pelo coletivo feminista da Democracia Socialista, ele centra-se nos avanços sociais e econômicos das mulheres, na cidade e no campo, bem como na área das políticas públicas contra a violência das mulheres, e procura indicar os grandes desafios que estão pela frente na luta histórica pela emancipação das mulheres.

A revista *Democracia Socialista* número 2 traz um importante ensaio do companheiro Tarso Genro, governador do Rio Grande do Sul e uma das principais lideranças da Mensagem ao Partido, sobre os fundamentos da Justiça de Transição. Junto com os companheiros Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Paulo Abrão, Tarso Genro, a partir de sua rica cultura jurídica de esquerda, tem aportado inúmeras e decisivas contribuições para a formação dos valores democráticos da esquerda brasileira nes-

te campo tão decisivo de luta pela memória, pela reparação, pela justiça e pelos direitos humanos.

A seguir, apresentamos um pequeno dossiê, composto de três peças, que buscam atualizar para a esquerda brasileira e latino-americana, a centralidade e atualidade da luta contra os poderes do capital financeiro. O ensaio de Gerard Duménil, traduzido por Carlos Henrique Árabe, busca uma análise marxista das dinâmicas mais recentes da crise do capitalismo internacional. Duménil e Dominique Lévy são pesquisadores do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e autores de «A crise do neoliberalismo», recém editado no Brasil pela Boitempo.

O ensaio «As linguagens políticas do neoliberalismo», de Estevão Cruz e Juarez Guimarães, é uma contribuição para a superação de um entendimento economicista do neoliberalismo, mostrando a força persistente de suas razões argumentativas conservadoras, neoliberais, libertarianistas, em torno ao tema de uma certa concepção da liberdade e da defesa do Estado mínimo.

A terceira peça é uma resenha didática, feita por Gleyton Trindade, do livro «Brasil dos Bancos» (Editora da USP, 2012), de Fernando Nogueira da Costa. O livro que constitui o trabalho de um longo trabalho de pesquisa nos traz uma valiosa história da formação dos bancos privados e públicos no Brasil, com ênfase no períodos das grandes mudanças ocorridas após os anos noventa.

A seção que busca refletir sobre a memória das tradições do marxismo, a partir dos valores do socialismo democrático, recupera e atualiza a importância do valioso ensaio de Rosa Luxemburgo sobre a revolução russa e seus impasses democráticos de origem. O ensaio de Rosa Luxemburgo é publicado a partir da valiosa tradução crítica de Isabel Loureiro, cujas edições recentes têm renovado para uma nova geração o acesso e a reflexão sobre as contribuições duradouras da grande revolucionária polonesa à construção de uma cultura do socialismo democrático no século XXI.

A seção internacional traz uma valiosa contribuição de Hugo Moldiz Mercado, editor do semanário La Epoca, sobre a

história, a evolução e os desafios atuais da revolução boliviana. Impressiona o valor desta síntese, elaborada a partir de dentro mesmo do processo, em sua capacidade de refletir de modo engajado mas aberto sobre este processo histórico cuja singularidade vem aportando novos ensinamentos à esquerda latino-americana e mundial.

A seção memória do jornal *Em Tempo* traz a mais rica cobertura e documentação que se fez sobre a histórica greve dos metalúrgicos de Volta Redonda, realizada em 1988 e que marcou, com heroísmo e sangue, a conjuntura de radicalização do movimento operário brasileiro e que quase levou Lula à presidência do país. O artigo, elaborado em campo por Isaac Akclerud e lideranças metalúrgicas da greve, é uma oportunidade para as novas gerações conhecer e lembrar este que foi um dos maiores quadros da militância e do jornalismo de esquerda do país.

Marisa Mello nos traz uma interessante resenha crítica sobre Graciliano Ramos, o grande escritor comunista brasileiro, indicando o valor desta obra na cultura brasileira e para a formação da própria esquerda no país.

Joaquim Soriano recolheu as palavras de Leoardo Pandura e comentou o livro «O homem que amava os cachorros», obra literária que firmou na história da cultura cubana revolucionária. Um marco na consciência anti-estalinista.

E, por fim, uma homenagem a Manoel de Barros, um dos principais poetas brasileiros contemporâneos, que faleceu aos 94 anos de idade em novembro deste ano. O autor abordava com frequência a temática da natureza, especialmente o Pantanal; além de objetos que não possuem valor de troca; e personagens desligados do modo de produção capitalista, como loucos, andarilhos e vagabundos. É considerado um poeta da Geração de 45 do Modernismo, mas misturava estilos com originalidade.

De memória, razões novas, de novas prosas e poesias, é constituído este número 2 da revista *Democracia Socialista*, que veio para durar.

GRANDE VITÓRIA, ENORMES DESAFIOS

RESOLUÇÃO SOBRE A VITÓRIA DE DILMA NAS ELEIÇÕES

A grande vitória da presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato deve ser analisada desde a perspectiva histórica do período de polarização social e política aberto em 1989, sem perder de vista a situação e as tarefas imediatas.

A forte disputa político-eleitoral de 2014 foi vencida pelo campo da revolução democrática, derrotando o campo neoliberal em suas duas vias, a força do imperialismo e sua influência no Brasil e a vantagem estrutural das forças conservadoras nos meios de comunicação de massa.

O novo período que se abre no Brasil requer atualizar o programa do PT a fim de consolidar, aprofundar e expressar um sentido histórico à formação de um novo bloco político e social já em processo de desenvolvimento no país. A esse desafio deve se propor a segunda etapa do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores, convocada para 2015.

A VITÓRIA ELEITORAL DE 2014 É A QUINTA VITÓRIA ESTRATÉGICA DO PT E DA ESQUERDA BRASILEIRA SOBRE O NEOLIBERALISMO

A primeira vitória de Lula, em 2002, marcou o início do novo ciclo político do país, em um quadro de fortes chantagens dos capitais financeiros internacionais e das forças políticas neoliberais.

A vitória eleitoral de 2006 foi fundamental para marcar a conquista de um segundo mandato de Lula, após a grave crise de 2005, consolidando e legitimando uma inflexão à esquerda importante para a legitimidade da luta contra os fundamentos neoliberais (nova orientação da política econômica desde o final de 2005, nova política do salário mínimo, denúncia das privatizações no segundo turno, consolidação da legitimidade das novas políticas de inclusão social).

A eleição de Dilma Rousseff em 2010 marcou a terceira vitória. Foi uma clara manifestação do apoio à continuidade e aprofundamento das mudanças conquistadas nos governos Lula, a partir das respostas à esquerda diante dos novos desafios da crise econômica internacional de 2008. Foi o contexto de construção da liderança política de Dilma Rousseff, em meio a um quadro de forte acirramento da luta de classes a partir de uma contraofensiva político-midiática neoliberal e conservadora promovida pela candidatura Serra.

A essas três vitórias, acrescentamos uma quarta igualmente estratégica, que foi o modo como se enfrentou a crise de 2008. Se até aquele momento a superação do neoliberalismo caminhava em passos moderados, o enfrentamento da crise deu um salto em um conjunto de fatores antineoliberais, sendo o mais importante deles o crescimento quantitativo e qualitativo do sistema financeiro público com impacto imediato na redução tanto da autonomia do BC, quanto da importância dos bancos privados. Pode-se acrescentar ainda o aumento do salário mínimo em plena crise (em geral, ocorre o contrário) e a sustentação dos programas sociais, como o Bolsa Família.

Assim, a eleição de Dilma em 2014 significa a quinta vitória estratégica sobre o neoliberalismo. Nosso governo avançou na realização do programa ao enfrentar o capital financeiro e ao sustentar políticas de esquerda frente à crise internacional. Como políticas de esquerda, entendemos a elevação do salário e do nível de emprego, o fortalecimento de um sistema público de bancos, incluindo o BNDES, a manutenção de políticas sociais em favor das majorias e, não menos importante, a defesa da economia nacional e de uma área de cooperação econômica e política na América Latina.

O combate governamental ao papel diretor do capital financeiro na economia teve um sucesso provisório e enfrentou impasses. O Banco Central, no entanto, deixou de ter uma direção diretamente exercida pelo capital financeiro, embora esteja muito distante de uma governança republicana, continuando a sujeitar-se, em diversos momentos, às pressões orquestradas pelo capital financeiro nacional e internacional. As políticas de crescimento enfrentaram uma forte barragem da maior parte dos setores empresariais, apesar de o país desfrutar de condições favoráveis em termos de mercado consumidor e de investimento. Esse conjunto de fatores adversos, no entanto, não foi capaz de desorganizar a nova economia política do desenvolvimento com emprego e distribuição de renda. E essa mesma economia política, decididamente defendida no nosso horário eleitoral gratuito – ou seja, nos cerca de dois meses de TV nos quais foi possível uma democratização relativa nos meios de comunicação –, foi majoritariamente aprovada. Representou o mais forte argumento para votar em Dilma.

A evolução desse processo colocou o “mercado” contra Dilma e o PT. A tal ponto que oscilações especulativas da bolsa de São Paulo durante o processo eleitoral foram, alegremente, atribuídas a eventuais quedas de Dilma em sondagens eleitorais, relativamente manipuladas... A direita atacou com suas armas, com seus candidatos de oposição, com a bolsa, a imprensa de negócios, e uma espécie de *lockout* dos investimentos privados.

A direita brasileira, ancorada cada vez mais no capital financeiro, associou-se, também cada vez mais, ao neoliberalismo internacional. Este, por sua vez, aumentou seu interesse pela reconquista do Brasil. Nada como um mercado com as nossas proporções em um mundo em crise, uma grande nova fronteira para a especulação... Além disso, esse mesmo neoliberalismo internacional também se colocou a tarefa de derrotar a via brasileira de superação do neoliberalismo e sua participação na América Latina e no mundo para conter o império e suas instituições, como o FMI. Seus porta-vozes propagandistas *Financial Times* e *Economist* bateram bumbo contra Dilma, Guido Mantega e nossa política econômica; orientaram seus “irmãos” menores brasileiros e participaram da mesma frente de direita contra o povo brasileiro. A grande vitória do centro internacional neoliberal foi atravessar a crise econômica mundial sem passar por uma grande crise política. Não é pouco. Essa vitória dá alento à direita em todo o planeta. Seu projeto de alinhamento internacional do Brasil ao centro neoliberal implica em desmontar todas as conquistas do desenvolvimento brasileiro atual: elevação do salário mínimo e do emprego, alargamento das políticas sociais, papel ativo do Estado no planejamento e das estatais, como a Petrobras. Sua agenda foi a grande derrotada destas eleições. Os neoliberais não falaram – em função das derrotas estratégicas que sofreram – diretamente em privatizar, nem afetar direitos sociais porque a direita é incapaz de apresentar claramente o seu projeto. A direita tem um programa clandestino porque, se ela o mostrar, será defenestrada por uma sociedade que não quer perder suas conquistas.

Foi intensa e profunda a participação da sociedade e os compromissos assumidos por nossa candidatura. Além daqueles em relação ao Banco Central e ao papel dos bancos públicos, à política industrial e à ênfase na geração de empregos, também os setores da saúde, da educação e do transporte públicos foram unificados no grande tema dos direitos públicos cidadãos. Estão muito mais vinculados à construção

de um Estado da solidariedade. Têm consequências muito mais decisivas para a evolução da consciência das classes trabalhadoras. Reassumimos a ofensiva (ao contrário do quadro muito defensivo da campanha de 2010) no plano da ampliação dos novos direitos humanos, em particular pela defesa da criminalização da homofobia.

À dinâmica de mais vitórias, colocam-se mais desafios. O acirramento da luta de classes requer mais clareza estratégica e mais identidade partidária.

A eleição de Dilma retoma a fúria da direita contra a esquerda, como em 2010 e mais ainda em 1989. Essa fúria refletiu a contraposição de programas para o Brasil e de interesses políticos e socioeconômicos de classe.

Representamos um programa antineoliberal que evoluiu para o programa da revolução democrática. Destaca-se, nessa evolução, o forte apelo social por políticas de igualdade e de liberdades. Os interesses políticos e socioeconômicos que representamos englobaram aqueles dos trabalhadores organizados e da maioria do povo, com destaque para a juventude que participou das jornadas de junho de 2013. Nossa campanha conseguiu conquistar eleitoralmente parcela decisiva dos jovens da nova classe trabalhadora. Isso foi possível devido à agenda de compromissos assumidos pela presidenta ao longo da campanha. Uma agenda de novos direitos, de cidadania, de qualidade de vida e de garantias de futuro. Ela foi expressa em torno de quatro eixos: a infraestrutura do futuro, com cidades conectadas, sustentáveis, seguras, com mobilidade ágil e de baixo custo; os caminhos de oportunidades, com educação e empregos de qualidade, incentivos para geração de renda e acesso à moradia digna; a participação, com transparência pública, reformas democratizantes e maior diálogo com os diversos tipos de engajamento expressos nas redes sociais e nas ruas; e a defesa das liberdades e da igualdade, com a criminalização da homofobia, o fim dos autos de resistência e o combate à violência contra as mulheres.

No segundo turno, ampliamos a esquerda com a participação de uma ampla camada de lutadores/as sociais, de militantes petistas de décadas passadas, de jovens militantes de esquerda, de parlamentares do PSOL e de sua militância, além de outros. O que nos uniu foi o combate ao neoliberalismo.

O PSDB representou o programa neoliberal com disfarces e engodos demagógicos próprios de eleição. Representou acima de tudo os interesses da finança nacional e internacional. Incorporou setores médios e mesmo setores de trabalhadores atraídos pela ideologia da competição e da luta difusa e manipulada contra a corrupção, a ala direita da juventude de junho de 2013. Contou ainda com os defensores da ditadura militar, da tortura, dos racistas e semi-fascistas, anti-igualitários e antilibertários de forma ampla e geral. No segundo turno, formou uma ampla frente anti-PT que, vergonhosamente, incluiu o PSB e a Rede. O que uniu esses setores foi a cruzada contra o PT e a esquerda, encoberta pela suposta luta contra a corrupção e contra o perigo bolivariano.

O ano de 2014 reencontra e atualiza os acontecimentos de junho de 2013 e mesmo o embate de 1989, momento inaugural da polarização brasileira. Nossa campanha resgatou a participação dos jovens, recuperou o protagonismo das ruas e aglutinou uma frente social e política de esquerda. A possibilidade de manter elevado o padrão de mobilização social está diretamente relacionada com os temas assumidos pela agenda de compromissos.

O NOVO GOVERNO DILMA: O PROGRAMA DA GRANDE VITÓRIA COMO GOVERNO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

O confronto programático foi intensificado nestas eleições e deve permanecer durante o quarto mandato do PT à frente da Presidência da República. Ele se desenvolve em três

aspectos centrais: na economia política, na questão democrática e na relação internacional.

Mesmo que o triunfalismo neoliberal tenha afundado com a crise, as forças capitalistas que o produziram recuperaram terreno nos países centrais. Esse é um elemento de forte incentivo e ação de burguesias dependentes, como a brasileira. Os rentistas, os banqueiros e os meios empresariais de comunicação de massa convergem na disputa de rumos da macroeconomia. Os mercados financeiros disputam, hoje, uma direção para a política econômica que seja alternativa àquela que foi eleita pela maioria do povo brasileiro: uma economia política não alinhada com o programa vitorioso em 2014. Após a derrota eleitoral, os mercados tentam recuperar a supremacia sobre as questões mais fundamentais, como a moeda, os juros, o câmbio e as políticas salarial, externa e fiscal. A direção da Economia e do Planejamento públicos é o novo centro da disputa de rumos. O primeiro grande desafio, portanto, é aprofundar a economia política vitoriosa.

Devemos construir uma nova governabilidade democrática. Para tanto, será fundamental superar o grande limite dos nossos três governos: democratizar a economia e a sociedade (distribuição de renda + inclusão social) sem democratizar o Estado (reforma política, monopólios da mídia e seus enlacs no Estado com os partidos de direita e com o aparato de segurança, e participação popular direta).

Criar legitimidade para o desenvolvimento de um novo ciclo pós-neoliberal é o segundo grande desafio que enfrentamos nessa disputa. A presidenta Dilma defendeu como principal tarefa do novo governo a reforma política com participação popular. Ela organiza, ao lado da afirmação da economia política, as grandes disputas desse novo período.

O problema da governabilidade ou dos seus diferentes tempos (entre a construção de uma nova governabilidade e a manutenção da velha) não pode ser secundarizado. Permanece presente o perigo da pressão (interna e externa) para

governarmos com o programa dos perdedores. Temos fragilidades importantes oriundas dessas eleições. A correlação de forças no Congresso Nacional será marcada, nesse novo mandato, pelo aumento das bancadas conservadoras (fundamentalistas religiosos, ruralistas e militares) e redução da bancada sindical à metade; o resultado global nas disputas estaduais reduz expectativas de que a eleição daria melhor condição para os avanços da revolução democrática. Nesse âmbito, o grande desafio será reduzir riscos provenientes da governabilidade tradicional. Nossa grande força, para tanto, é a grande vitória com a eleição de Dilma e a melhor relação que estabelecemos com a esquerda social.

Cada vez mais a democracia se choca com o neoliberalismo. Assim, irão se chocar perspectivas diferentes para a democracia brasileira. O questionamento ao modo de governar o Brasil foi assunto central das manifestações de junho de 2013 e também desta eleição. A proposta mais clara de responder ao anseio democrático de participação nas decisões políticas foi dada pelo PT com a defesa de uma Constituinte para uma ampla reforma política. Sua compreensão, no entanto, está distante do que parece ser o nível médio de consciência política. Caberá um imenso processo de conquista.

Nesse sentido, a frente social e política constituída no segundo turno precisa ser engajada na luta popular pela reforma política democrática. Trata-se de uma agenda imediata composta por mobilizações de massa, formação de comitês locais de organização, atuação coordenada nas redes sociais, ao lado de forte combinação de ações entre governo, partidos de esquerda e movimentos sociais.

A Política Nacional de Participação Social, fortemente atacada pela direita brasileira, tende a assumir papel cada vez mais central. A consolidação e ampliação de espaços participativos devem se desenvolver ao lado de mecanismos de aglutinação da esquerda. Fóruns de debates e aconselhamentos que permitam manter a convergência antineoliberal da frente de es-

querda constituída desde o segundo turno. Ao mesmo tempo, nosso campo social e político deve instigar a proliferação ampla de mecanismos participativos em todos os espaços e territórios.

A DISPUTA DENTRO DA VITÓRIA:

TAREFAS IMEDIATAS

Entre as tarefas imediatas do PT, três se destacam:

- defender o novo governo Dilma e rechaçar duas descaracterizações: de um lado, a pressão do capital financeiro para entregar-lhes o Ministério da Fazenda através de figuras conhecidas que tiveram o papel de resguardar esse tipo de interesse no primeiro governo Lula; de outro, enfrentar a pressão conservadora para transformar o atual Congresso, com seus privilégios e bancadas da bala e do retrocesso, em arauto da democracia. Cabe manter firme o programa vencedor e levar às ruas, através de uma frente democrática e popular, a reforma política, a participação popular e a democratização dos meios de comunicação; na frente institucional, impedir a direita de conquistar postos-chaves no parlamento, que seriam usados contra o povo e o seu governo no momento seguinte; nas ruas, formar a frente democrática e popular.

A QUESTÃO DA CORRUPÇÃO

Pela primeira vez levamos ao centro da disputa o tema do combate à corrupção numa perspectiva democrática e republicana.

Por um lado, demonstramos que o PSDB é um dos partidos mais antirrepublicanos do país, profundamente marcado pela corrupção e em particular pelo acobertamento e impunidade de seus crimes. Por outro lado, nossa candidatura iniciou a construção de uma nova consciência pública sobre o combate à corrupção no Brasil.

Nesse sentido, a denúncia na mesma sequência da proposta de autonomia do Banco Central mostrou que a economia política da grande corrupção pode se dar simplesmente

pela captura dos órgãos estatais pelos poderes financeiros, que os subtraem do princípio da soberania popular que elege o presidente e o Congresso Nacional.

A proibição do financiamento empresarial às campanhas eleitorais que, aliás, já está tendo ganho de causa no STF e tem o apoio de todas as entidades que lutam contra a corrupção é um ponto-chave neste combate. O importante plebiscito sobre a reforma política deveria ser explicitamente vinculado à defesa desta proibição. A raiz maior da corrupção política no Brasil está exatamente no financiamento privado incontrolado praticado pelas empresas, que deforma completamente a representação em favor dos ricos e poderosos.

Na campanha pela reforma política, urge defender e convencer a maioria do povo de que o financiamento público das campanhas eleitorais é o modelo democrático que assegura o exercício da atividade política com isonomia, coibindo a influência do poder econômico sobre a soberania popular.

UM NOVO PT: UMA NOVA DIREÇÃO PARA A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

O PT deve responder ao novo período como um partido socialista vitorioso, diante da mais odiosa campanha contra um partido de esquerda desde a ilegalidade do PCB em 1947. Deve aprofundar sua vitória (e não recuar, temeroso, diante dela).

Nosso partido vai realizar o 5º Congresso. É o momento de atualizar as tarefas, o programa, o funcionamento e a própria identidade do PT. Deve ser o momento de um debate profundo nas bases e na direção, um momento de construir novos compromissos com a classe trabalhadora, a juventude, as mulheres, os negros, os povos indígenas, com a democracia e o socialismo no Brasil, na América Latina e no mundo.

A realização do 5º Congresso e seu pleno êxito exigem uma precondição, qual seja, a disposição da atual direção de

reconhecer as nossas limitações, sinais de burocratização, acomodação a modelos institucionais conservadores e, principalmente, de enfrentar estes problemas. Organizar o partido, dotá-lo de um novo vigor militante, vinculá-lo mais efetivamente às lutas dos trabalhadores e do povo, aos diferentes movimentos sociais, com um programa avançado e um sentido estratégico para dar conta das urgentes tarefas da revolução democrática.

Entendemos que o Congresso deve propiciar o debate nas bases e construir novos compromissos entre as correntes. Sua realização não deve ser apenas um ato de convocação de delegados já eleitos e debate de teses semiprontas. Sua realização é uma afirmação partidária de um grande partido vitorioso e com enormes desafios, que venceremos!

ENTREVISTA

RAUL PONT DO LABIRINTO À FUNDAÇÃO DO PT

POR **FLAVIO KOUTZII, JEFERSON MIOLA,
MARCO WEISSHEIMER E JUAREZ GUIMARÃES**

REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2014, EM PORTO ALEGRE .

APRESENTAÇÃO

Em uma tarde do final do mês de fevereiro de 2014, Flavio Koutzii, Jeferson Miola, Marco Weissheimer e Juarez Guimarães realizaram esta memorável entrevista com Raul Jorge Anglada Pont.

Em 2014, Raul Pont completa 70 anos de vida e celebra 50 anos de uma militância revolucionária infatigável, perseverante e exemplar.

Esta entrevista com Raul tem uma significação histórica. Por três razões, ao menos: porque é um registro reflexivo da transição entre dois mundos e duas épocas da formação da esquerda brasileira contemporânea; porque o seu relato é o testemunho vivencial de dois quadros políticos que tiveram a origem da militância nos tumultuosos anos 1960; e porque nela se enuncia o contexto e o sentido da fundação de uma nova tradição do socialismo democrático brasileiro que vem a ser hoje a tendência mais antiga do Partido dos Trabalhadores.

RAUL PONT

Foi líder estudantil na UFRGS, bancário, funcionário público e dirigente sindical. Fundador do PT, foi deputado federal (1991-1992), deputado estadual (2003-2007; 2007-2011); vice-prefeito (1993-1996) e prefeito de Porto Alegre (1997-2000). Defensor da participação popular, é Deputado Estadual (2011-2014) e Presidente do PT/RS.

ENTREVISTA
RAUL PONT

Nesta entrevista, enfim, anunciam-se as razões inaugu-
rais de uma esperança que persiste ao longo dos tempos.

Agora em seus 70 anos, Raul é um patrimônio do PT e da esquerda latino-americana e internacional. É muito rara uma construção coerente e íntegra como a do Raul. Essa construção de uma identidade pública socialista tão singular e, ao mesmo tempo, de uma doação de sentido coletivo; este intenso e imenso *nós* que organiza a vida dele.

A política impregnou por completo a vida de Raul. Para ele, a política significou mais que um instrumento para a conquista de poder na sociedade desde uma perspectiva de esquerda. A política para ele sempre foi, por excelência, um poderoso veículo para expressar sua visão de mundo. No universo público e nas relações privadas – nessas dimensões tão complexas, contraditórias e desafiadoras para todo militante socialista –, Raul também se constitui em uma rara síntese.

Com a coerência e retidão de suas atitudes, exerce a política como um combate radical ao capitalismo e à opressão em todos os planos – na vida familiar, nas obrigações domésticas, nas amizades, nos vínculos afetivos, na vida partidária, nos mandatos eletivos.

Ou seja, também nessa perspectiva o Raul tem conseguido exercer, como poucos, o difícilíssimo esforço de construir o “novo homem” e o “outro mundo possível”. Nas palavras de Lívio Maitan, Raul seria essa espécie de “exilado de um tempo futuro”, uma antítese da pós-modernidade neoliberal, alguém que prefigura agora – e não adia para amanhã – as possibilidades de um mundo diferente e melhor.

Em meio à crise das tradições socialistas, refletir criticamente sobre a trajetória do Raul, sua potência e seus limites, é uma experiência e uma viagem às nossas origens, ao que somos e ao que poderemos vir a ser.

Apesar da “escuridão” daqueles tempos e da inexperiência intrínseca a uma geração emergente, Raul sempre recusou as formulações banais e fáceis, assim como sempre repeliu de

maneira enfática o sectarismo e o dogmatismo, e soube portar-se com visão histórica na crítica ao stalinismo.

Pela transcendência e pela riqueza do material reflexivo aqui contido, optamos realizar em duas etapas este diálogo com os cinquenta anos de militância de Raul Pont. Esta primeira etapa cobre exatamente a origem vertiginosa de sua militância, em meio ao grande labirinto da crise do PCB e das primeiras alternativas que a ele se construíram, até a fundação do PT, que marca um novo tempo e um recomeço para a experiência da esquerda socialista brasileira.

Vida longa ao Raul!

ENTREVISTA

RAUL PONT

ENTREVISTA
RAUL PONT

JUAREZ GUIMARÃES: A coincidência da sua entrada na universidade aos 20 anos com o golpe de 1964, a experiência de grevista no sindicato dos bancários, a forte presença de correntes estudantis de esquerda, formaram, por assim dizer, Raul, um período de iniciação vertiginoso da sua militância. Mas nos interessaria recuperar aqui, para além de um mero registro biográfico, quem era o Raul Pont antes dos 20 anos. Que elementos de esquerda compareceram na sua própria formação? Já havia um sentimento de esquerda, mesmo que incipiente, ou sua entrada na militância foi a abertura radical de um novo mundo?

RAUL PONT: Eu não tinha nenhuma experiência prática nem orgânica em Uruguiana, seja de movimento estudantil, seja de algum contato com algum grupo legal ou clandestino. Uruguiana era pequena, uma cidade do interior, bastante conservadora, ainda que na época governada pelo PTB. Eu tinha uma preocupação cultural, gostava muito de ler. A minha família tinha ligação religiosa forte. Pelo lado da minha mãe, católica, e pelo lado do meu pai, metodista, mas eu não tinha nenhuma disposição, nada me atraía na igreja ou no culto aos domingos. Eu achava melhor ficar em casa lendo do que ir a um culto religioso. Gostava muito de história, gostava muito de geografia, gostava muito de ler, acompanhar os acontecimentos, estar a par do dia a dia. Os grêmios estudantis daquela época eram muito lítero-artísticos, como se dizia, no interior. Aqui na capital podia ser um pouco diferente. Mas o fato de existirem os grêmios na escola já era um motivo, uma razão que obrigava a falar em público, estimulava a ter um posicionamento. O que eu mais fazia em Uruguiana, durante o segundo grau, era trabalhar com meu pai. Ajudava meu pai no escritório de contabilidade e jogava basquete. Esta sim, minha atividade mais constante e preferencial.

JUAREZ GUIMARÃES: Mas havia figuras de esquerda públicas em Uruguiana. Você teve contato com elas?

RAUL PONT: Sim. Havia figuras públicas que eram reconhecidas como de esquerda, mas eu não tinha uma relação pessoal com elas. Um tio meu, durante um pequeno período, teve certa aproximação, quando da sua juventude, com o Partido Comunista. Por isso, encontrei na biblioteca lá da casa do meu pai algumas obras. Obras que eram editadas pela editora Calvino, que publicava muita coisa do Partidão. Livros, manuais de economia política, alguns livros básicos de formação, uma biblioteca de formação política do Partidão. Mas eu não fazia disso um vínculo, uma relação. Outro tio era engenheiro na prefeitura, então quando os irmãos se encontravam em casa sempre dava debate. Era comum isso, opiniões contraditórias, eles discutiam muito, e isso me despertava a atenção, gostava disso. Na época, não tinha televisão, não tinha internet, as pessoas tomavam mate na calçada antes da janta. Encontravam-se na calçada, na rua, com os vizinhos, para conversar, trocar ideias. Mas isso estava longe de uma experiência de esquerda.

Socialmente, a minha atividade principal era a esportiva. Quando cheguei a Porto Alegre, vim já trabalhando no Banco Riograndense de Expansão Econômica e, como era praxe essa história de que para a entrada na universidade era preciso fazer um cursinho pré-vestibular, entrei no cursinho Mauá em um horário que desse para combinar com o meu trabalho no banco. Fiz uns meses de cursinho. Foi uma primeira socialização aqui em Porto Alegre, onde tinha alunos que conheci ali e iria reencontrar na universidade no ano seguinte. Foi no curso pré-vestibular que comecei a tomar contato com o debate que já ocorria na universidade e na sociedade sobre as Reformas de Base.

JUAREZ GUIMARÃES: Você já tomava partido pela esquerda nesse contexto?

RAUL PONT: Eu já era eleitor em 1962 e votei em Uruguaiana. Mas votei assim, sem discussão, sem orientação, votei por-

ENTREVISTA
RAUL PONT

que tinha que votar. E depois eu me dei conta de que foi um voto meio perdido, porque votei no Fernando Ferrari, e o PTB se dividiu. A candidatura apresentada pela maioria do PTB, pelo Brizola, na sua sucessão, era o Egídio Michaelsen. Era do PTB, mas era um banqueiro, e não me inspirava confiança. No Ildo Meneghetti era difícil de votar, pois era a representação da unidade da UDN, PL, PSD gaúcho. Então a tradicional polarização, em 1962, no Rio Grande do Sul, foi quebrada porque a candidatura do Fernando Ferrari, com a dissidência do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), com boas ou más intenções, de fato tirou os votos do Michaelsen, de forma mais que suficiente para permitir a vitória do Ildo Meneghetti. Talvez a história brasileira tivesse sido diferente se isso não tivesse acontecido, porque, quando do golpe de 1964, a situação em Porto Alegre era muito parecida com 1961. No entanto, quem estava no governo, quem controlava a Brigada Militar, não era mais Leonel Brizola, era Ildo Meneghetti. Foi ali no cursinho, e, depois, quando entrei na universidade, que realmente comecei a ter uma compreensão e uma visão de que o engajamento na atividade política era necessário, era importante, e que tinha que se ter opinião, partido. No primeiro mês de aula, foi um choque para nós o afastamento do Flavio Koutzii da presidência do Centro Acadêmico. Ocorre um golpe lá em Brasília e cassam aqui o nosso presidente! Dirigentes do Centro Acadêmico entram em sala de aula e conclamavam os colegas a defender o presidente. Bom, era uma luta justa, democrática, que tinha de ser feita. E o meu ingresso na atividade política foi na Filosofia da UFRGS. Foi ali, no curso de História, que eu comecei a tomar consciência de uma série de coisas das quais eu tinha uma ideia muito genérica, muito pouco precisa. Até o meu voto de 1962. Só depois, mais tarde, fui compreender o racha, a dissidência do PTB, a relação de forças que existia. Isso não passava na cabeça de um cara com 17, 18 anos em Uruguaiana. Votei porque achava que era o que parecia melhor. Não tinha identidade nenhuma com a

candidatura do Ildo Meneghetti ou do Wolfran Meltzer, que era o candidato do Integralismo, do PRP. Já em Porto Alegre, tínhamos um grupo de uruguaianenses que se encontrava por razões sociais, por razões de origem comum. A gente se encontrava e o debate político entrava em pauta, quase sempre. Ai já apareciam divergências de enfoque entre nós, e isso fazia com que a gente fosse rompendo com Uruguaiana, com o passado. A minha trajetória em Uruguaiana, além da familiar, é muito mais uma experiência associativa de grêmio estudantil, de clube desportivo, e uma preocupação cultural, uma preocupação de ler, de leitura, que nunca perdi.

JUAREZ GUIMARÃES: A ideia seria exatamente entender mais essa passagem, em um período muito condensado, de um sentimento de esquerda para uma consciência de esquerda, para um engajamento em lutas até uma doação plena, como um quadro revolucionário. Isso em um período de tempo muito curto. Essa greve dos bancários de que você disse que participou, que papel ela teve nessa aceleração?

RAUL PONT: Aquela greve foi em 1965. O sindicato já estava sob repressão, sob ameaça, já havia uma intervenção no sindicato. A greve foi marcada por uma forte espontaneidade e uma decisão mesmo de base. O sindicato fazia assembleias lá no Cine Baltimore, participei de algumas. Mas o meu vínculo mesmo, associativo, era muito maior na universidade. A condição de assalariado, de trabalhador, a condição de ter participado dessa greve em pleno início da ditadura, em 1965, isso já me dava lado na vida. Eu trabalhava na rua Uruguai, na matriz do banco, e depois fui para a agência Azenha e fiquei lá até sair do banco na metade de 1966. A greve foi uma primeira experiência. Fizemos piquete. Seguramos uma boa participação na agência Matriz, mas sem sindicato, sem maior organização, a tendência foi voltar ao trabalho. Minha família sempre viveu do trabalho. Minha mãe sempre foi comerciante. O meu pai trabalhou como assalariado em um sindicato

ENTREVISTA
RAUL PONT

do comércio varejista. Antes, trabalhou no Colégio União de Uruguaiana. Antes de casar com a minha mãe, trabalhava na companhia de energia elétrica. Durante um tempo das suas vidas, dirigiram uma pequena padaria herdada do meu avô, que na fronteira não era o melhor negócio.

JUAREZ GUIMARÃES: Quer dizer, não tinha nenhuma barreira social para você ir para a esquerda, já que a sua família...

RAUL PONT: Não, isso tranquilamente, não tinha. Mas o meu engajamento político, vendo depois, de longe e com o tempo, foi muito maior na universidade, intelectual, teórico, do que vinha do sindicato. Claro que uma coisa tem que vir com a outra, mas, para mim, a cassação da diretoria do Centro Acadêmico abriu um processo de participação crescente.

FLAVIO KOUTZII: Foi a cassação.

RAUL PONT: É, com a cassação. Nós éramos calouros, eu estava entrando. Você tinha entrado em 1963?

FLAVIO KOUTZII: Sim.

RAUL PONT: Pois é, eu entrei na UFRGS em 1964, e, *bueno*, estava no primeiro mês, ali começando a conhecer a faculdade. Já estávamos reconhecendo professor que era ruim, professor que era bom, professor que tinha mais diálogo. O bar da Filosofia era, junto com o Centro Acadêmico, um lugar de permanente agitação. Então, isso foi um elemento que me levou primeiro, para um engajamento na defesa da diretoria deposta e, no final do ano, quando teve eleições, mesmo com o golpe e com a ditadura, na Filosofia se ganhou a eleição, com o Gri-vot na Presidência. Em 1965, elegemos o André Foster, numa aliança da AP/PCB. Eu não era da diretoria, não estava na chapa, mas comecei a participar, e, como eu estava ali no Centro Acadêmico e as pessoas sabiam que eu jogava basquete, eu me tornei secretário de esportes.

JUAREZ GUIMARÃES: Você já tinha algum vínculo com alguma corrente de esquerda?

RAUL PONT: Quanto a isso, na Filosofia, onde fiquei dois anos, depois fui para a Economia, nós já reconhecíamos que havia correntes de opinião distintas no movimento estudantil. Mas o golpe diluiu muito isso. A Ação Popular até 1964 era a grande opositora aos comunistas no movimento estudantil, como a esquerda cristã disputava com os marxistas a hegemonia. O golpe colocou praticamente todo mundo contra o governo. Então, durante a resistência inicial, não havia um choque tão grande dentro das correntes do movimento estudantil, até pela autodefesa de todos contra o golpe. Pela AP, eu não tinha nenhuma simpatia.

JUAREZ GUIMARÃES: Por que não?

RAUL PONT: Com as pessoas que eu comecei a conhecer na universidade, na maneira de debater, na argumentação, fui me identificando mais com o pessoal que era próximo ao Partido Comunista. A gente imaginava que era, pois eu não estava militando ainda. A gente ia identificando, quer dizer, vendo as diferenças de análise e propostas. Tinha um grupo do PCdoB na universidade, pequeno, mas já conhecido e, já naquela época, se assumindo como maoista. Tinha um ou outro trotskista, que dava para reconhecer como um pequeno grupo.

FLAVIO KOUTZII: Não só pela quantidade, mas pelas percepções...

RAUL PONT: A Madga Zanoni, o Sílvio Nogueira, o Jorginho da Geologia e o Vito Letizia, que era o principal líder do grupo. Mais tarde, essa corrente vai dar origem à Libelu, corrente Liberdade e Luta, no Rio Grande do Sul.

JUAREZ GUIMARÃES: Então, não foi uma diferença política, entre a linha da AP e a linha do PC, que o levou a fazer uma opção, mas foi mais pelo fato de o PCB liderar a representação estudantil, onde você estava inserido?

RAUL PONT: Mas o peso da AP era forte, porque a chapa do Centro Acadêmico era uma frente, a de 1965 também foi

ENTREVISTA
RAUL PONT

uma frente contra o inimigo comum, mas já havia diferenciações. É esta visão, num primeiro momento, está muito diluída, em um sentido de enfrentar a ditadura e ser contra esse governo e contra o que o governo estava fazendo na universidade, que era cassar professores e reprimir. A UNE foi proscrita, colocada na ilegalidade. A tentativa de transformar, de criar um movimento pelego com o DNE (Diretório Nacional de Estudantes) e os Diretórios Estaduais, que ainda eram eleitos pelos estudantes, foi frustrada. Nós tivemos um debate, uma primeira discussão, sobre participar ou não da estrutura imposta logo em seguida pelo regime militar. Como eram eleitos, por eleição direta, não dava para negar a eleição, tinha que disputar os Diretórios Estaduais que sucediam as UEEs. Nós participamos, chegamos a participar da eleição e perdemos a primeira eleição, inclusive, pelo voto do interior, pela PUC, a maioria dos estudantes votou em uma chapa que era favorável ao golpe. E a direita no movimento estudantil aqui era chamada “Grupo Decisão”, a partir da Economia e da Engenharia. Era um grupo de direita, definido, claro, ideológico, bem organizado, que disputava eleição conosco e até nos ganhou algumas vezes. Mas a gente começou a retomar as entidades, e é evidente que esse foi um processo paralelo também de melhor reconhecimento de quem é quem dentro da esquerda.

JUAREZ GUIMARÃES: Quer dizer, havia uma linha frentista, havia uma linha, apesar do golpe, que visava ocupar os espaços ainda institucionais, existentes, legais?

RAUL PONT: É, já com alguma divergência, aqui no RS, pois em Estados como SP e RJ as UEEs mantiveram-se e, que eu me lembre, nem houve tentativa de organizar DEEs. As UEEs sobreviveram mesmo ilegais. A eleição estadual, no ano seguinte, a gente perdeu. A primeira retomada do DCE-UFRGS foi com o Carlos Alberto Vieira, em 1966.

FLAVIO KOUTZII: Na eleição de 1965 para o DCE era eu e perdi, contra o Adalberto Tasch, também do Grupo Decisão.

JUAREZ GUIMARÃES: Quando você presidiu o DCE?

RAUL PONT: Com a vitória do Vieira e com a repressão aumentando, em 1967, saiu o Decreto 228, que liquidou com eleições também nas UEEs e DEs, porque o DEE no RS chegou a se organizar. Tinha sede ali na rua Senhor dos Passos. Quando o DEE também foi fechado pelo Decreto 228, o Grupo Decisão o transformou em uma entidade cultural, durou algum tempo e foi desaparecendo. A gente voltou a reorganizar a UEE, agora na ilegalidade. E, no caso da UFRGS, em 1967 se decidiu por forçar a organização democrática, ou seja, fazer a defesa da democracia, já que o DCE também teria que ser por eleição indireta e a reitoria manipulava novos centros acadêmicos para fazer maioria. Então, diante disso, a gente denunciou o golpe e criou o DCE Livre. Eu fui presidente do DCE Livre de 1968 a 1969. Mas aí eu já estava na Economia.

JUAREZ GUIMARÃES: E aí você já era um militante do PC?

RAUL PONT: Não, não, aí eu já era militante do POC. Passei pelo PC em 1965 e 1966. Em 1967, iniciamos a Dissidência Leninista e, em 1968, com a fusão com a POLOP, organizamos o POC.

JUAREZ GUIMARÃES: Voltando, então, um pouco atrás. Você passou de um sentimento difuso de esquerda a uma fase acelerada de tomada de consciência das coisas, depois para o engajamento, a partir da universidade, mais até do que na greve dos bancários. Ali foi o centro do engajamento, e a decisão de entrar no PC. Como foi essa decisão, o que ela significou? Porque aí já era entrar para um partido clandestino, comunista, era uma decisão que teria repercussões definitivas em sua vida.

Raul Pont: A Faculdade de Filosofia era muito grande, englobava vários cursos, tudo estava ali na Filosofia: Física, Química, Matemática, História, Letras, Geografia, Sociologia, Jornalismo, tudo estava dentro da antiga Faculdade de Filosofia.

ENTREVISTA
RAUL PONT

Então, ali era um centro político mesmo, não só pelo conteúdo dos cursos, mas por ser uma das maiores unidades. Era uma referência muito forte, pela Filosofia, pela Sociologia. E nós, quando o Centro Acadêmico começou a se reorganizar, retomamos o Centro Acadêmico. A partir de 1965, começou a ser retomada a reorganização da UNE. Reorganizar o movimento para enfrentar a ditadura, que, em um primeiro momento, parecia que ia ser momentânea, que ia ser de tiro curto. Então, já começou a ter diferenças na hora de pensar como enfrentá-la. Havia correntes, digamos, que se expressavam na UNE, principalmente a AP através da proposta que depois vai ser aprovada como tese na UNE, que era o Movimento Contra a Ditadura. Mas já começava a aparecer uma diferença: que ditadura é essa? Como é que ocorreu o golpe? Por que foi sem resistência? Eu não tinha acesso a todas as discussões, mas discutia com as pessoas no cafezinho, no intervalo das aulas, na hora do almoço no restaurante universitário, na reunião do Centro Acadêmico. Mas, afinal, como é que esse golpe foi dado? Como é que foi tão fácil? E as tropas do Jango, e o aparato militar do presidente, e as forças nacionalistas? O primeiro a levar crítica foi o Nelson Werneck Sodré, porque ele tinha feito aquele livro *Quem é o povo no Brasil?*. No livro do Sodré, todo mundo era o povo e todo mundo estava com o governo. Estavam ali os trabalhadores, as donas de casa, os estudantes, os pequenos agricultores, os oficiais nacionalistas, a burguesia progressista. Bom, mas se todos estão do lado de cá, como é que foi possível o golpe? A crítica não era só ao Sodré, mas começava a se estender a uma explicação que era comum na esquerda. Então, esse debate não se resumia a um pequeno manual porque esse período era de uma acirrada disputa ideológica. Em 1963/64, a direita fazia essa disputa com o apoio dos EUA. As publicações do IBAD e do IPES circulavam diretamente e eram reproduzidas nos meios de comunicação. As duas instituições, principalmente o IBAD, enchiam os centros acadêmicos, os corredores da universidade, com propaganda

dos Estados Unidos, propaganda das maravilhas do novo governo, do risco de que o país com Goulart ia cair nas garras do comunismo. Então, o debate não era acelerado só pela luta contra o regime. Não, a direita também estava procurando fazer essa disputa programática, ideológica, na sociedade, e isso despertava um debate muito forte, muito grande. Na época, o Centro Acadêmico tinha uma vida cultural muito maior do que tem hoje. Na Filosofia, tinha grupo que discutia cinema, tinha grupo que estava preocupado com o teatro, que buscava construir uma nova leitura da história brasileira.

JUAREZ GUIMARÃES: E o PCB tinha uma grande inserção na rede nacional-popular da cultura...

RAUL PONT: É, tinha o CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, quer dizer, tinha um conjunto de atividades permanentes que criavam um clima, um ambiente cultural forte. E nesse processo é que a gente começou a fazer uma disputa com a direita, mas, ao mesmo tempo, começamos a ver que tinha algo mais. E, na conversa com os companheiros do Partidão, viu-se que também havia uma insatisfação muito grande. Começava uma luta interna dentro do PC sobre a interpretação do golpe. Para o comitê central, estava tudo de acordo com o previsto, mais uma vez. A culpa era de algum arroubo pequeno-burguês que cutucou a onça com a vara curta, de alguns radicais que saíram da linha, mas logo, logo voltaríamos à trilha e manteríamos a política, as alianças, e blá-blá-blá. As minhas primeiras discussões teóricas eram para tentar entender: afinal, que golpe era esse?

JUAREZ GUIMARÃES: Quer dizer, não houve um momento, então, de identidade pecebista do jovem Raul, no seguinte sentido: "eu entro para o PCB porque me orgulho do PCB, aqui é o meu partido"; e, depois, veio a crise, veio o questionamento. Foi um momento só, quer dizer, eu já entro nesse caldeirão crítico que havia.

ENTREVISTA
RAUL PONT

RAUL PONT: Não houve dois momentos por causa da conjuntura crítica que a gente vivia. Primeiro porque, para quem vinha de fora, não tinha a sede, a bandeira, o estatuto, o sujeito lá para receber...

JUAREZ GUIMARÃES: Não houve esse momento iniciático?

RAUL PONT: Não, porque a clandestinidade, a ditadura, colocava todos nós numa situação muito difícil. A relação era muito mais uma relação de suposição. Sentava com pessoas que eu sabia que, em princípio, eram, mas não tinha absoluta certeza, nem ia sair dizendo “olha, aquele ali é, não é, eu estou reunindo”, não. A gente sabia que estava em um momento particular, singular, e o que nos unificou foi a luta para retomar o Centro Acadêmico, a luta para brigar no conjunto da universidade, enfrentar o Decreto 228. Quando se formou a chapa de sucessão lá em 1965, e o André Foster ganhou a eleição, a formação da chapa já foi muito mais dura, porque já se expressava de forma mais clara, ao menos para mim, que não havia um consenso, uma unidade, que todo mundo não era da mesma turma, não. Ali já se renunciava que as posições da AP e das correntes marxistas não eram as mesmas e que uma releitura da formação social brasileira iria acentuar as diferenças. Foi nessa época que comecei a participar de reuniões mais orgânicas.

JUAREZ GUIMARÃES: Quantas pessoas eram, só para termos uma ideia?

RAUL PONT: Era anticlandestinidade, porque na célula da Filosofia nós chegamos a fazer reunião com trinta pessoas. Nem imaginávamos o que estava por vir. Em 1966, eu fiz outro vestibular, entrei na Economia, e lá era mais organizado. O Centro Acadêmico era bem mais organizado, mexia com recursos, imprimia material didático, vendia livros e apostilas. O João Verle estava saindo, estava terminando o curso, acabou indo para o Chile para uma pós-graduação. O Roberto Ramos era o presidente do Centro Acadêmico...

JUAREZ GUIMARÃES: Que era também dirigido pelo PC?

RAUL PONT: Era, mas também tinha participação da AP. O núcleo do PC ali era menor, mas era mais consolidado, e foi quando, também, se começou o debate das teses críticas à linha oficial do Comitê Central do PCB. Eu lembro quando nós começamos, em 1966, a discutir e aprovar no movimento estudantil, nas células estudantis do Partidão, as teses revolucionárias junto com a POLOP. Eu lembro bem dessa reunião, que foi lá na Economia, estava o Marco Aurélio, o Flavio Koutzii, o Timm, o Pilla Vares.

JUAREZ GUIMARÃES: Marco Aurélio Garcia?

RAUL PONT: É.

JUAREZ GUIMARÃES: Já como quadro, militante da POLOP, o Marco Aurélio?

RAUL PONT: Não, não. Era daqui, da nossa Dissidência do PC no Rio Grande, ele e a Beth Lobo.

JUAREZ GUIMARÃES: Da Dissidência Leninista do Partidão do Rio Grande do Sul, que se vincula à POLOP nacionalmente, era isso, não é?

RAUL PONT: É. A gente, em 1966, lá na Economia, mas também no resto da UFRGS, porque tinha um grupo na Medicina, tinha um grupo na Arquitetura, na Agronomia, na Filosofia, no Direito, enfim, na universidade. Quando a gente rompeu a Dissidência aqui...

JUAREZ GUIMARÃES: Assim, vocês passam a constituir a Dissidência já como aceleração desse processo de diferenciação em relação à realidade brasileira, à caracterização do período e às tarefas, e mais, começam a incorporar o tema do socialismo aí?

RAUL PONT: Ao menos na leitura que eu faço, nós começamos esse questionamento das explicações ou da discussão que vinha da direção como muito insuficiente. E isso passou a

ENTREVISTA
RAUL PONT

gerar o debate que estava influenciado também por um conjunto de coisas que a gente não comentou aqui, afinal estávamos a seis anos da Revolução Cubana. Estávamos em um momento em que, na América Latina, a influência da Revolução Cubana era enorme. Douglas Bravo, na Venezuela, já estava começando outra guerrilha. Algumas ideias do que tinha acontecido em Cuba para nós em um primeiro momento eram muito simplistas. A tradução primária da Revolução Cubana era essa, um grupo de guerrilheiros vai para Sierra Maestra, resiste, forma um foco, começa a crescer e toma o poder. Ora, o que isso tem a ver com a América Latina? É claro que isso teve uma influência muito grande, e também o anti-imperialismo. Teve uma força muito grande nesse momento, porque era o responsável pelo golpe, era a força que a gente identificava, além do apoio interno da UDN, da direita, das Forças Armadas, o golpe era uma ação do imperialismo. Isso estava incluído em tudo o que era manifestação e agitação que se fazia contra o golpe. Mas, no processo de organização das ideias, do que efetivamente tinha acontecido, esse debate começou a se impor. Quem deu o golpe? Quem estava contra e quem estava a favor? Isso não batia com as teses da direção do PCB. Não batia com a ideia do caminho pacífico, com a ideia de que havia um setor importante da burguesia aliada. Onde que ela está? Por que não reagiu? O que houve?

JUAREZ GUIMARÃES: Você está falando desse debate pós-golpe, o debate como interpretação do golpe. Especialmente em 1963, o golpe era um tema que estava presente no debate?

RAUL PONT: Desde o acordo feito em 1961 para o retorno do Jango, parecia que aquilo tinha certa estabilidade. Eu não tinha elementos, em 1964, não estava tão preocupado ou informado, porque eu estava de manhã na faculdade, de tarde trabalhava seis horas, no mínimo, por dia, e ainda três noites por semana eu jogava basquete no Cruzeiro, então, o tempo que sobrava para pensar e militar não era grande. Isso se acirra

mesmo no início de 1964. Não conhecia, por exemplo, que dentro da esquerda já existia um grupo como a POLOP que estava formulando uma estratégia diferente. No movimento estudantil, começamos a saber que tinha um grupo que chamava POLOP, que era uma corrente pequena, com pouca gente, mas com uma formulação diferente na esquerda brasileira. Na retomada da organização da UNE, a partir de 1964, esse debate cresceu enormemente, porque era fogo em palha no meio estudantil. No meio acadêmico, a discussão teórica se radicalizava rapidamente. O PCdoB não era nenhum atrativo, porque tinha uma formulação teórica e programática que se distinguia do PCB por, digamos, uma pretensa radicalidade. Mas a política de alianças, a visão das classes sociais, a questão da formação social brasileira com as suas características feudais etc. e tal, não diferenciava muito, a visão era muito parecida. Então, quando a gente começou esse debate, foi muito forte a leitura da turma que fazia a crítica ao populismo. Os estudos de Ianni, Weffort, Gunder Frank e Chico de Oliveira sobre o subdesenvolvimento e o populismo tiveram uma influência enorme na formulação da esquerda crítica. E, internamente, a POLOP fazendo uma formulação sobre a caracterização do Estado brasileiro é que a gente começou a descobrir e acompanhar o debate dentro da universidade. Esse foi o início da contestação das teses clássicas do Partidão. Elas vinham referenciadas, também, por outras forças, por outras figuras, ou autores que a gente começava a ler e entender e começava a juntar as coisas. Mas a Revolução Cubana e essa questão crítica foram decisivas para que, na preparação do VI Congresso do PCB, nós apresentássemos as “Teses Revolucionárias” construídas com apoio da POLOP. O Flavio pode falar melhor que eu, pois ele seria delegado no VI Congresso.

JUAREZ GUIMARÃES: O Flavio foi delegado no congresso, chegou a ser?

FLAVIO KOUTZII: No congresso nacional, não.

ENTREVISTA
RAUL PONT

RAUL PONT: A gente já foi boicotado, fomos expulsos ou não chegamos no congresso.

JUAREZ GUIMARÃES: Vocês foram expulsos, quer dizer...

FLAVIO KOUTZII: Nós tivemos o apoio de uma parte importante da direção estadual do PC do Rio Grande do Sul.

JUAREZ GUIMARÃES: Vocês já tinham opção de cisão ou foram expulsos?

FLAVIO KOUTZII: Não estava dado no início o desdobramento inicial do debate, quer dizer, teve uma coisa atípica. O setor que nós agrupamos, seja de origem universitária, seja de origem secundarista, que desenvolveu a projeção desse debate – que se dava, aliás, nacionalmente, em quase todas as áreas de universitários e que vai dar depois lugar a vários grupos –, ao desenvolver-se aqui, tinha um equilíbrio de forças um pouco surpreendente. Assim, na direção estadual, havia cinco dirigentes. Acho que eu e o Fabinho (Fábio Marenco) éramos os dois que representavam a nossa posição dissidente. Então, os conteúdos da discussão inicial com alguns quadros históricos também, como o Elói Martins, que eram figuras históricas de grande representação aqui, elas rapidamente curto-circuitaram a possibilidade, e o Partidão, na sua direção, decidiu que assim não dava mais. Então, há uma decisão de nos marginalizar. Portanto, o que nós planejamos era expressar essa discussão, mas ela acaba provocando um nível de intolerância do lado de lá que dá nisso.

RAUL PONT: É, ali se evidenciou a ausência de democracia interna no PCB.

JUAREZ GUIMARÃES: Acho que é importante a gente se deter nesse ponto por várias razões. Porque me parece que ali está se formando o princípio de um novo caminho. Vocês estavam fazendo um trabalho crítico, corrosivo de uma tradição stalinista no Brasil, com todos os seus desdobramentos, e estavam ini-

ciando outro caminho no meio daquilo que nós estamos chamando de labirinto, que era a situação dos grupos de esquerda e da cisão. E esse fato de ter sido expulso de um partido por querer uma discussão sobre os fundamentos da sua política me parece ter sido um fato muito marcante na formação da militância de vocês e na luta pela democracia no partido que sempre marcou a militância de vocês.

RAUL PONT: Com o fim dos partidos políticos no ano seguinte, em 1965, com o AI nº 2, eu já estava reunindo lá na Economia. Lembro que veio a orientação de que, *bueno*, sofreremos novo golpe e a ditadura nos impôs o bipartidarismo, mas tudo bem, retomamos o curso da normalidade, agora é votar no MDB. Vamos botar candidatos por meio do MDB etc., e veio a orientação da direção estadual para votar no radicalista Lauro Hagemann, que fazia o Repórter Esso na Rádio Guaíba. Aí dissemos: “O que é isso? Não, não vamos votar coisa nenhuma. No MDB? Quem é que decidiu? Que política é essa, nós vamos lançar candidatos por dentro do MDB? Quem é o candidato?” Todo mundo sabia que ele era o Repórter Esso, mas não se era ou não do PC, se era militante ou não, porque também a clandestinidade torna tudo muito difícil, não aceitávamos a política. Então, algumas coisas desse tipo radicalizavam o debate. E a ideia de que isso estava sendo simultâneo ao lançamento de uma produção teórica importante no país, que era o livro do Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*, sobre a reinterpretação de algumas teses básicas do PCB.

FLAVIO KOUTZII: Mas o livro básico do partidão era do Alberto Passos Guimarães.

RAUL PONT: Então, toda a esquerda andava com livros como esse e outros embaixo do braço. Era uma discussão, quer dizer, houve um processo de profunda revisão com uma visão meramente “seguidista” de um Comitê Central. As pessoas queriam fazer alguma coisa que fosse mais consciente, ao menos essa foi a minha experiência. E a gente se dedicava para

ENTREVISTA
RAUL PONT

ler, para estudar, para ter argumento, e usava isso na sala de aula também. Nós levávamos esse debate para a sala de aula. Em 1966, já se estabeleceu um canal, uma relação com a POLOP. Veio para cá um companheiro, o Peri, um baiano. Veio para acompanhar o debate, acompanhar a discussão, reunia conosco. Já estávamos em Dissidência. Passou a existir uma coordenação da Dissidência e adotamos o nome de Dissidência Leninista.

MARCO PESTANA: A POLOP é de onde mesmo? Do Rio de Janeiro, não é? Surgiu em 1962?

RAUL PONT: Ela nasce de algumas lideranças da esquerda socialista em São Paulo. Os irmãos Sader, o Ernesto Martins, como era conhecido o Eric Sachs, e outros, em SP, em 1961 ou 1962. O Ernesto Martins era um europeu exilado, que tinha militado no POUM (Partido Obrero de Unificación Marxista) espanhol, na época da Guerra Civil, e vivia no Brasil como tradutor e editor. Era um dos principais dirigentes da POLOP. Antiestalinista, mas também antitrotskista. Sua formação era da Oposição de Esquerda contra Stalin nos anos 1930. As brigas do POUM com os trotskistas na Guerra Civil espanhola deixaram marcas profundas na esquerda. A POLOP já tinha uma formulação sobre a etapa da revolução brasileira, sobre o caráter do Estado e da formação social brasileira ser capitalista. Não haveria aqui uma etapa antifeudal, burguesa; era o grande debate teórico que estava instalado dentro da esquerda, então, para tentar entender o golpe e poder enfrentá-lo.

JUAREZ GUIMARÃES: A própria POLOP, no período, vai passar por um processo, também, de cisão...

RAUL PONT: Sim...

FLAVIO KOUTZII: Então, a âncora que seria o partido também está sofrendo um processo de cisão em Minas Gerais. Daí nasceu o Comando de Libertação Nacional (COLINA), que optou pela luta armada.

JUAREZ GUIMARÃES: Queria entender melhor as características do POC. A revolução, para o POC, era de caráter socialista. Não aderi à luta armada enquanto forma de luta fundamental e tinha sofrido o trauma de um partido que não aceitava uma discussão interna, que tomava decisões de cima para baixo. Quais vão ser, então, essas características identitárias do POC, mesmo sabendo que ele não teve a possibilidade de se desenvolver, não teve tempo? O que o singularizava enquanto formação política em relação a outras experiências como a COLINA em Minas (Gerais), como a ALN em São Paulo, como o MR8 no Rio?

RAUL PONT: A nossa ideia era abrir um processo de aproximação com as dissidências dos outros Estados. Era a grande possibilidade que estava colocada naquele momento. Era aproveitar as cisões que ocorriam no país para pensarmos um projeto muito maior e nacional. Um trabalho que, depois, vai se repetir – embora não tenha sido a mesma coisa – nos anos 1970 com a revista *Brasil Socialista*, que foi uma nova tentativa de unificação de algumas correntes revolucionárias. Nós nos encontrávamos principalmente via movimento estudantil. A UNE era o grande e principal canal. Havia um processo de dissidência no PCB que era flagrante, e o movimento estudantil era o canal para a gente poder entender e fazer esse debate. Era tudo muito difícil pela clandestinidade. Os meios de comunicação completamente diferentes de hoje, tudo muito difícil. Então, esse contato fluiu, mas eu lembro que o principal canal da aproximação com a POLOP eram os congressos da UNE. O congresso de 1967, por exemplo. Todo mundo fechado dentro de um mosteiro, perto de Campinas. Para a surpresa geral do congresso, com a unidade das dissidências, mais POLOP, mais Ala Vermelha, ganhamos da AP, que era favorita. Em 1966, eu não acompanhei bem, não sei se teve alguma relação orgânica de direção, com a direção da POLOP, porque eu não era. Mas, em 1967, no movimento estudantil, por exemplo, isso já fluía e o nosso candidato de unidade foi o Daniel.

ENTREVISTA
RAUL PONT

JUAREZ GUIMARÃES: Daniel Araújo Reis?

RAUL PONT: Sim, o Daniel foi o nosso candidato. Fizemos maioria na diretoria da UNE. E não se ganhou a presidência porque, na última hora, a Ala Vermelha roeu a corda. Eles disseram que tinham ficado com menos do que mereciam na direção. A Dissidência nossa, a turma que já estava se chamando de MR8 no Rio e a POLOP fizemos maioria, a AP aceitou que nós tivéssemos maioria na direção da UNE. E fomos disputar a cabeça de chapa no plenário. E se perdeu, porque a diferença era pequena. A Ala Vermelha se absteve e o Luis Travassos, da AP, ganhou a votação para presidente da UNE. Então, o POC nasceu disso, nasceu de uma aproximação muito teórica, programática, um pouco doutrinária da POLOP, e nós aqui, do RS. Como vínhamos do Partidão, tínhamos alguns defeitos, mas tínhamos também algumas virtudes, porque a gente tinha o que eles não tinham, que era uma capacidade de estar nos centros acadêmicos, de estar no movimento de massas, de ter dirigentes eleitos e ter base social de apoio. A POLOP tinha bons quadros dirigentes, um programa, mas era uma organização muito doutrinária.

JUAREZ GUIMARÃES: Valeria a pena a gente refletir mais sobre essas identidades políticas do POC que não puderam se expressar em função da sua vida muito curta e da repressão que sobre ele caiu, mas me parece que uma das identidades fundamentais é essa identidade socialista, uma visão da formação social brasileira e uma identidade classista socialista, que combinava, então, a crítica à estratégia da revolução democrático-burguesa do PCB e, ao mesmo tempo, a crítica à tradição getulista, que vinha do Caio Prado Jr. Quer dizer, na obra do Caio Prado Jr. você tem o encontro dessas duas críticas formuladas. Creio até que, ao se pensar as origens históricas do PT, em termos de formação cultural, esse momento do Caio Prado Jr. é um momento muito decisivo de formação de tradição. Quer dizer, havia uma tradição de esquerda, povo, nação, e outra

tradição que começa a se formar ali, que é de esquerda, classe, socialismo, que vai dar lá na frente no PT. Eu sempre gosto de lembrar que o PT é um dos poucos partidos brasileiros que não tem um “Brasil” no nome. A questão nacional ficou, naquele momento, um pouco lateral, ou subordinada, à dimensão da afirmação classista e socialista.

RAUL PONT: O POC, em 1968, vai ser muito marcado também pelos acontecimentos externos. O maio francês teve muita influência na nossa formação. Teve muita força, pelo lado da rebeldia, pelo antiestalinismo, pela absorção de agendas novas, existenciais, os problemas do feminismo, que antes não estavam no foco da política. A política oficial era a disputa do parlamento, dos Executivos. O Maio de 1968 não era só francês. O movimento percorreu a Europa, veio para a América Latina. Foi uma revolução comportamental, despertou utopias, ampliou nosso internacionalismo. Mas não conseguimos traduzir isso para a luta contra uma ditadura. Incorporamos bandeiras e lutas da juventude e o que ocorria na Alemanha, na França e na Itália. Mas, vendo hoje, autocriticamente, o POC não conseguia romper com o doutrinário que veio com a POLOP. No dia 13 de dezembro de 1968, dia do AI-5, fizemos panfletagens e pichações com as palavras de ordem “Viva o Socialismo” e “Trabalhadores no Poder”. Estávamos nos isolando e não conseguindo incorporar a questão democrática na luta pelo socialismo.

FLAVIO KOUTZII: Eu acho essa relação um pouco forçada, a questão, enfim, da tradição getulista, porque são alguns fatores um pouco particulares, assim, e tem a ver também com isso que o Raul está dizendo que é o seguinte. Por exemplo, um companheiro que foi muito importante nesse período de consolidação do POC, e até mesmo pela enorme simpatia que tinha pela POLOP e tudo o mais, é o Luiz Paulo Pilla Vares, que era um Rosa Luxemburgo ortodoxo, apaixonado. Culturalmente falando, ele era um cara que conhecia muito as coisas, lia, tinha uma cultura de esquerda extremamente

ENTREVISTA
RAUL PONT

sólida. Então, como ele pesa na nossa formação, e pesa também pelo menos em uma sinalização positiva da aproximação de curso entre a Dissidência e a POLOP, esses traços eu acho que influenciaram mais. Então, o tema antiburocrático, vide Rosa, Trotski e tal, o tema, de uma perspectiva socialista menos mediada por certos tipos de táticas que ainda não eram nem muito claras, nem tínhamos experiência, elas, na minha opinião, cimentam um pouco o nosso DNA. Em segundo lugar, a vinda do Marco Aurélio, que estava com a Elizabete Lobo, tinha tido bolsas naquele ano, e volta, enfim, com a cultura que se estabelece na Europa e na França, no final de 1967, início de 1968, é também um aporte decisivo, assim, porque obviamente era um dos companheiros que tinha uma incidência muito importante. Então, estou recordando dois personagens que, politicamente, culturalmente falando, conceitualmente e tal, tiveram...

JUAREZ GUIMARÃES: Uma forte incidência na formação da identidade do POC.

FLAVIO KOUTZII: Exatamente. O Marco Aurélio tinha flertado um pouco com o pessoal da Quarta Internacional, não chegou a ser orgânico, bem como o que emergia naquele momento na cultura política em disputa, isso contra o maoísmo, na esquerda francesa. Isso foi muito mais importante do que outros elementos da tradição do Rio Grande do Sul, pelo menos naquele período, que é um período em que nós consolidamos a nossa existência e reforçamos as nossas afinidades com a POLOP. Porque, mesmo que houvesse essas nuances na posição do Ernesto Martins, as convergências eram muito maiores, eram posições muito mais abertas...

RAUL PONT: Sim, as questões mais estratégicas eram muito afinadas. A questão que a gente tinha, com que a POLOP tinha dificuldade, nós também, a nossa origem até dificultava mais ainda, de fazer a superação disso, porque a tradição do PCB sobre a questão democrática era muito utilitarista.

Afinal, na tradição stalinista isso seria resolvido pela “ditadura do proletariado”.

ENTREVISTA

RAUL PONT

JUAREZ GUIMARÃES: Seria correto dizer, nesse sentido, desse exemplo que você citou, depois complementado pelo Flavio, que a questão democrática ainda não havia aflorado na sua centralidade, na consciência e na inteligência do POC?

RAUL PONT: Sim, sim. Esse tema, naquele momento, estava secundarizado. O nosso problema era muito mais ter uma definição estratégica, uma compreensão da formação social brasileira mais convincente e mais sólida para incorporar a ideia-chave, do caráter socialista da revolução. Naquele momento, a leitura e a discussão com a POLOP já nos permitiam estabelecer uma estratégia que exigiria um desdobramento distinto de votar no MDB, de vir lançar candidato por dentro do MDB. Então, num primeiro momento, é como o PT. Por exemplo, quando nasceu o PT, tinha uma torcida de bastão, “trabalhador vota em trabalhador”, que é, também, uma visão meio doutrinária, propagandista, mas que, para reafirmar o nascimento, para reforçar, para dobrar o bastão, para que ele depois se equilibre; naquele momento, também, isso acontecia. Porque nós queríamos fazer uma crítica à visão stalinista e a alternativa que tinha era o maoísmo. Então, não funciona. E Cuba era algo insuficiente, porque nós éramos favoráveis, estávamos de acordo com a criação de um, dois, três Vietnãs, mas isso estava mais distante ainda da realidade concreta de 1968 e da ditadura militar.

JUAREZ GUIMARÃES: O interessante é que essa subestimação da questão democrática estava na tradição da POLOP, pelo doutrinário da POLOP, e estava também em *A revolução brasileira* do Caio Prado Jr. Se você reler o livro hoje, lá está dito até que o golpe de 1964 de certa maneira foi positivo porque destruiu o sistema de alianças que prendia o movimento operário às teias da estrutura do Estado brasileiro. E ele não tem uma

ENTREVISTA
RAUL PONT

ideia, naquele livro de 1966, de que a ditadura vinha para ficar. Ele não tinha ainda uma ideia do tamanho da derrota. Esse livro foi muito importante como um momento corrosivo da tradição pecebista, mas trazia uma consciência muito inadequada sobre a questão democrática. Volto a falar do labirinto. Parece que um grande ponto do POC é, então, fazer uma crítica dessa leitura errada da formação brasileira. É um momento, então, de apontar para o classismo, para uma refundação política da representação da classe trabalhadora. Há essa questão que eu acho também muito importante, que você falou, Raul, que a experiência de vocês no movimento estudantil, de trabalho de massas em condições muito adversas, seja trabalhando por dentro de uma entidade estudantil até quando foi possível, seja fundando outra, mas tentando criar raízes no movimento, de certa maneira, não imunizava, mas tornava vocês menos aderentes a uma solução puramente doutrinária, autoproclamatória, fechada, ou que projetasse uma coisa sectária, que vai ser sempre um dos grandes traços da sua militância. Um fundador de uma tradição de esquerda, mas não isolada, não sectária. Isso que você falou, então, que é preciso conjugar essas conquistas de posições de esquerda com o trabalho de massa, me parece que era consciência, então, do POC, ou pelo menos uma ideia, força.

RAUL PONT: Eu acho que a grande debilidade nossa, naquele período, foi exatamente não compreender e secundarizar a questão democrática. E isso nos desarmou muito, porque nos dificultava estabelecer uma relação maior de resistência massiva, ou até de retomada de ofensiva contra a ditadura. Mas um negócio que eu acho que teve certo peso entre nós, não sei se muito influenciado por essa questão dos contatos com o que estava acontecendo na Europa, a crise que a esquerda vivia na Europa também. O compromisso com a União Soviética, a visão stalinista desarmou a esquerda para apresentar uma saída mais democrática do que o liberalismo. O estado de bem-estar social foi o limite. Nessa conjuntura, no Brasil,

o propagandismo nos ajudou a estabelecer uma luta ideológica, estabelecer um confronto de ideias e valores, uma luta ideológica em espaços privilegiados para isso, como é o caso da universidade, que nos distinguia do resto da esquerda, principalmente da AP ou do reformismo.

JUAREZ GUIMARÃES: Essa experiência da “Universidade Crítica” do Flavio...

FLAVIO KOUTZII: “Universidade Crítica”, da qual o Raul foi o “reitor”.

JUAREZ GUIMARÃES: Por que o reitor?

FLAVIO KOUTZII: Se dizia, por estar no DCE e ser dirigente do Movimento Universidade Crítica (MUC).

RAUL PONT: Pela função do DCE e pelo trabalho que a gente fazia, pela dificuldade de um trabalho de massa devido à repressão, não dava para continuar só fazendo passeata e enfrentando a polícia. Aí tínhamos divergências com a AP e a Libelu, que defendiam manter as manifestações. Ou fazemos ações mais organizadas de panfletagem e comícios-relâmpago, para não sermos presos, para não apanhar, ou seremos cada vez menos nas ruas. E outro raciocínio: onde é que os caras não podem nos reprimir nesse período duríssimo de 1969, 1970? Não podem nos reprimir dentro da sala de aula, porque somos estudantes. A repressão dentro da sala de aula vai ficar muito mais difícil, então fazer uma disputa teórica e ideológica com professores da direita envolvia a turma e criava uma politização.

JUAREZ GUIMARÃES: Vocês chegaram a ter alguma publicação nessa época?

RAUL PONT: Tínhamos um caderno de debates, que chamava *Texto*, uma coisa assim. No tempo em que eu estava no DCE-Livre, reproduzia coisas que vinham da Itália, da França, sobre o movimento estudantil na Europa, sobre o enfrentamento da questão do feminismo, do autoritarismo.

ENTREVISTA
RAUL PONT

Então, a gente conseguiu, travando uma luta ideológica na História, na Sociologia, na Economia, politizar a sala de aula. Tem um exemplo concreto que nós vivemos. O professor vem nos dar aula de Teoria do Desenvolvimento, na Faculdade de Ciências Econômicas, com o livro-texto do Rostow, *Um manifesto não comunista*. Uma obra primária linear, de que bastava industrializar, aí o trem andava, aí dava a decolagem, e vamos lá, chegaríamos ao desenvolvimento. A gente disse: olha, isso não tem absolutamente nada a ver com o Brasil, com a América Latina, com a vida. Então, vamos fazer essa disputa. E nós nos preparávamos, no Centro Acadêmico, estudávamos o subdesenvolvimento, a teoria da dependência, o imperialismo para fazer a disputa teórica, ideológica, na sala de aula. Resultou que o professor desistiu da cadeira. O professor devolveu para o catedrático (naquele tempo tinha catedrático), que terminou o semestre. Bom, e com isso a gente ganhou boa parte da aula, porque as pessoas viram que o livro do Rostow não explicava o Brasil, não explicava o subdesenvolvimento, não explicava a América Latina. Olha, então esse negócio nos dava uma certa moral, um certo respeito. A visão predominante era de que cara de esquerda não vai na aula, cara de esquerda só está fora de aula, agitando, é subversivo. Não, nós íamos para dentro da sala de aula para fazer a disputa teórica, ideológica, que era difícil, exigente, mas formadora. Aí que nasceu a Universidade Crítica, a ideia de ganhar o movimento estudantil, que estava na linha só do Movimento Contra a Ditadura (MCD), da AP. Vamos contra a ditadura, mas também vamos fazer as pessoas raciocinar, pensar, se incorporar à nossa luta por outro viés. Os acordos MEC-USAID e a reforma tecnocrática e empresarial que a ditadura impôs nessa época nos ajudaram a fazer a disputa sobre a universidade. A visão imperialista da universidade com esses acordos criou fissuras no corpo docente, e a nova onda de cassações e expurgos voltou a acontecer. Isso abria um front no interior da universidade para essa disputa ideológica da instituição.

JEFERSON MIOLA: Acompanhando essa narrativa, fica evidenciado que a geração de vocês é fundadora de uma nova tradição socialista brasileira, de uma nova cultura de esquerda, de um novo movimento socialista revolucionário no Brasil. Devemos evitar o épico, mas é essencial reconhecer como foi transcendente a experiência de vocês. Um trabalho que se desenrolou num contexto de relativa orfandade teórica e intelectual, e que exigiu um esforço inédito de interpretação da realidade brasileira e de formulação programática. Vista em perspectiva, essa experiência de vocês, originalíssima, se comprovou historicamente correta – a resultante desse esforço foi a construção do PT, em 1980, que nasceu impregnado pelas noções antiburocráticas, antiestalinistas, de independência de classe, socialista e internacionalista. Como e quando se deu o contato de vocês com o internacionalismo, com a crítica ao stalinismo, ao burocratismo?

RAUL PONT: É, eu acho que uma das grandes questões que nós absorvemos na formação do POC, que vinha da POLOP, era essa, de compreender o Brasil como uma formação social atrasada, subdesenvolvida, mas capitalista. E, portanto, mudanças, alterações nessa sociedade necessitavam, fundamentalmente, de um partido classista, de uma organização independente dos trabalhadores, que era uma palavra de ordem permanente da POLOP e do POC. Bem, descobrimos isso, mas as condições do momento exigiam mais. Precisávamos de partido, precisávamos enfrentar uma sociedade capitalista, atrasada, subdesenvolvida, inserida num capitalismo global e onde a classe dominante já renunciara à luta por soberania nacional e por uma democracia plena. Agora, eu acho que, nesse período, a grande contribuição, ao menos para mim, pessoal, foi conhecer as contribuições do trotskismo. Elas já existiam há muito tempo, nós é que não conhecíamos.

JEFERSON MIOLA: Como foi tomar contato com essa literatura? Foi na prisão?

RAUL PONT: Sim, já tinha lido alguma coisa, mas foi na pri-

ENTREVISTA
RAUL PONT

são que lemos e estudamos textos como a “Revolução Permanente” e o “Programa de Transição”. O problema da transição numa estratégia socialista é a questão democrática. Como se preenche essa passagem, como superar a velha dicotomia entre programa mínimo e programa máximo? A Teoria da Revolução Permanente era uma reafirmação daquilo que nós vínhamos afirmando, tateando, propagandisticamente. Ela dava outra visão, muito mais clara, sobre a experiência soviética, sobre a questão das etapas e o papel cumprido pelas classes sociais em sociedades atrasadas ou de origem colonial. A enorme incapacidade de as burguesias desses países protagonizarem um desenvolvimento autônomo ou levarem adiante uma plena democratização. Há situações e conjunturas que reúnem condições muito particulares, muito espontâneas, como Cuba. Mas são situações singulares e não contradizem a tese no comportamento das classes sociais. Apenas não podem ser exportadas como uma receita igual para outros países.

JUAREZ GUIMARÃES: O POC resistiu ao apelo militarista da época? Por que o POC não foi todo para a luta armada, como vários outros grupos foram, como a ALN, como a COLINA, como a VPR?

RAUL PONT: A ideia de que, antes disso, tinha que ter um partido. Um partido que não era meia dúzia de militantes ou um bom manual de guerrilha urbana. Tinha que ter um partido de milhões. Num país como o nosso, continental, cada vez mais urbanizado, essa organização era pré-condição. Se não de milhões, pela conjuntura ditatorial que vivíamos, mas um grande partido.

JUAREZ GUIMARÃES: Vocês tinham essa consciência na época, como você está dizendo. A questão era de formar um partido de massas...

FLAVIO KOUTZII: Acho que tínhamos também consciência de que um partido de massas era longe demais, mas que não po-

dia perder a raiz com o trabalho classista e com o trabalho operário. Então, isso que eu acho que era forte tanto do que vinha da POLOP quanto a nossa convicção...

JUAREZ GUIMARÃES: A única referência que tinha para esse tipo de debate era a POLOP.

RAUL PONT: O POC não chegou a fazer esse debate. Ele ficou muito restrito na direção, influenciado pela conjuntura, por ações de grande repercussão. Não houve um debate nacional sobre isso. A repressão e a busca pela sobrevivência impediam uma avaliação mais profunda. E, logo depois, muitos foram para o exílio ou para as prisões.

Nós não tivemos de maneira organizada esse debate sobre ações armadas, sobre como nos relacionar com grupos de ação armada. Éramos um grupo pequeno, que estava crescendo. Quando saímos do PC e formalizamos o início da Dissidência, só na UFRGS tínhamos uns 140 a 150 militantes, o que, para a época, não era pouca coisa.

Agora, assim que endureceu a repressão e assim que as condições mudaram a partir de 1968 e começaram as prisões e as torturas, a participação caiu rapidamente. Com as primeiras prisões em Porto Alegre, fui para São Paulo e fiquei alguns meses em apartamentos de companheiros sobrevivendo para ver onde eu ia ficar, onde eu ia arrumar emprego, de acordo com uma visão do trabalho político do POC.

JUAREZ GUIMARÃES: Quando se deu, mais precisamente, isso?

RAUL PONT: Já era 1970. Há um debate, uma discussão que ficou muito restrita, na direção, quando o Eder Sader, o Ernesto Martins e outros rompem com o POC para reorganizar a POLOP, alegando um desvio militarista de outra parte da direção (Emir, Koutzii, Angela, Merlinio e outros). O conjunto que ainda restava da organização não vive esse debate e as condições para fazê-lo eram as piores. Mas que nós não tínhamos

ENTREVISTA
RAUL PONT

nenhuma disposição, nenhuma história de embarcar numa experiência tipo VAR ou VPR, isso não, não estava no nosso horizonte. Chegamos a ter algum comprometimento em uma ou outra ação para captar recursos e deu errado, porque passamos a ser visíveis depois que os outros grupos foram presos e torturados e nós aparecemos como outra organização.

Em 1971, com muitos presos ou exilados, começa outra história. Mas essa tradição que tem uma ruptura aí é que se tenta retomar a partir de 1973. Um grupo localizado aqui no RS, com um pequeno grupinho em São Paulo, em 1975, 1976, na Unicamp, com os contatos com os mineiros da Centelha.

JUAREZ GUIMARÃES: Uma questão importante também seria identificar, nesse ponto da formação do POC, nesse curto período de resistência, qual era o grau de crítica à tradição stalinista que vocês já tinham formulado, qualificar isso melhor. Quer dizer, vocês tinham pego a crítica *caiopradiana* à versão do Brasil feudal, vocês tinham recebido, o Flavio falou, as notícias vindas da nova esquerda francesa, colocado novos temas, provavelmente a crítica também à invasão da Tchecoslováquia; vocês tinham experimentado o que é discutir num partido que não tem democracia. Qual era o grau de consciência antiestalinista que vocês haviam formado nessa época? Depois você vai falar que vai encontrar o Trotski na prisão, também, quer dizer, vão se formando elementos...

FLAVIO KOUTZII: Só uma observação: você está citando várias vezes o Caio Prado Jr., mas isso não se transformou, para nós, em uma “ortodoxia”, entendeu? Na realidade, nós refletíamos certo empirismo, e aquele processo de transição pela qual passava geralmente toda a esquerda brasileira, especialmente os setores mais jovens, que buscavam, e depois deu no que deu. O POC, digamos assim, não era uma coisa sofisticada. A crítica de Caio Prado Jr. permitia entender que a caracterização básica que o Partidão fazia do Brasil, e que tinha sido derrotada programaticamente com o golpe, não tinha ra-

ção de ser. Mas a minha memória é de que era uma coisa difusa, assim, com essas fontes, tanto esse pessoal, individualmente, que veio da Europa, quanto aquilo que nós mais líamos, a Universidade Crítica, nossa percepção do autoritarismo e do absoluto caráter antidemocrático do stalinismo – não sei se já usávamos a expressão, mas parte dos seus crimes começamos a conhecer, e isso estava bem presente.

JUAREZ GUIMARÃES: Isso vai ser muito importante porque, exatamente, dentro dessa cultura, vai se formando um caldo de cultura mais libertário de esquerda, quer dizer, você está avançando o processo de desestalinização da esquerda brasileira, está construindo elementos fortes de desestalinização ali, num momento em que isso não está presente, pelo menos na experiência, por exemplo, da ALN, do MR8 do PCdoB ou da AP..

RAUL PONT: Uma coisa me chamou a atenção quando li aquele livro do Dirceu e do Wladimir sobre a juventude, o movimento estudantil, enfim, os acontecimentos da resistência do movimento até a prisão em Ibiúna. O que me chamou a atenção naquele livro é que em nenhum momento eles botaram na roda o debate mais teórico, programático, vivido naquele período. A conjuntura era semelhante ao que nós vivíamos aqui. A ALN ou o MR8 eram situações também de dissidência, de ruptura, de busca. Foram feitas muitas coisas semelhantes, a passeata, o enfrentamento. Mas me chamou a atenção que não tem nenhuma justificativa programática, teórica e ideológica do que nós estávamos fazendo, porque se estava fazendo aquilo, o que significava a ruptura com o PCB. Para nós, era muito claro que, numa conjuntura de repressão, ditadura, predomínio do imperialismo, não íamos privilegiar brigar com a União Soviética... Não era isso. A ausência que senti no livro é de que vivíamos, junto com o enfrentamento à ditadura, uma profunda revisão da tática e da estratégia da esquerda.

JEFERSON MIOLA: Nem o Trotski fez isso, não é?

ENTREVISTA
RAUL PONT

RAUL PONT: Claro, não tinha sentido ficar brigando ou chamando eleição, democracia na URSS. Mas o fato é que nós já não tínhamos, a partir desse período – ao menos na minha experiência, na do Flavio também –, a mínima ilusão, a mínima expectativa de que dali saísse algum coelho. A burocratização da URSS caminhava para deteriorar. Quando vai ocorrer? Isso não sabíamos, mas já não tinha mais nada a ver com a construção do socialismo, com a democratização da sociedade, do controle dos trabalhadores sobre a produção. E, em parte, não sei se é coincidência, mas aquele livro me chama a atenção sim porque ele não reflete esse debate. Ficou muito diminuído, muito superficial, muito pequeno. Isso, talvez, tenha facilitado saídas voluntaristas, espontaneístas. A gente, aqui, a partir de 1967, 1968, debatia muito, principalmente quando aumentou o contato com a experiência que vinha ocorrendo com a juventude europeia, com a JCR na França, com Daniel Bensaid, Henri Weber e Michel Lowy, os artigos que vinham lá da Itália, do Lívio Maitan, e que a gente recebia e reproduzia, e que orientavam nossa luta no movimento estudantil.

FLAVIO KOUTZII: Uma observação que, na ambição da entrevista, está explícito isso aqui, nas falas, mas só para sublinhar mais, que acho que também tem muito a ver com a posição, com as convicções do Raul. Aquele processo, que é o tsunami da luta armada e do Régis Debray, e que, no caso, me pegou. É muito importante isso, e aquele grupo em que estava o Emir, eu e a Ângela vai inclusive dar o nome de *POC-Combate* àquela revista que produz, e, explicitamente, uma das suas teses é para explicar e defender o porquê da luta armada, fora o fato de que naquele momento a Quarta do Secretariado Unificado estava fazendo uma virada para apoiar a opção da luta armada. Quer dizer que a culpa foi deles, nós nem pensávamos nisso.

JUAREZ GUIMARÃES: Mas vocês chegaram a conversar so-

bre isso? Sobre essas opções da luta armada enquanto saída estratégica?

RAUL PONT: Depois de Porto Alegre, nos encontramos pouco em São Paulo. Com o racha no POC, vocês saíram do país no final de 1970, não foi, Flavio?

FLAVIO KOUTZII: É, no final de 1970, exatamente, dezembro de 1970...

RAUL PONT: Sim, depois daí, só fomos nos encontrar em 1973, em Buenos Aires. Quando saí da Ilha das Pedras Brancas, no lago Guaíba, logo após o julgamento no final de 1972, fui visitar a família em Uruguaiana. Meus pais estavam com viagem marcada para Miramar, ao sul de Buenos Aires. Convidaram-me para ir junto, para ajudar a dirigir o carro. Fui e na volta encontrei o Flavio, a Maria Regina, o Paranaguá, o Celso. Haviam voltado da França e estavam “dançando um tango” portenho.

JEFERSON MIOLA: O terror da ditadura atomizou as organizações de esquerda. Veio o exílio, a prisão e o aniquilamento de muitos militantes. Aumentou muito a responsabilidade dos militantes que ficaram no Brasil e seguiram lutando na clandestinidade depois da prisão.

No teu caso, significou responder a exigências teóricas, intelectuais e programáticas muito complexas e de enorme repercussão histórica. Tu tinhas consciência do que representava a dedicação de vida a esse empreendimento histórico?

RAUL PONT: Não, eu acho que não.

JUAREZ GUIMARÃES: Eu acho que a função da entrevista de não banalizar essas escolhas que foram feitas em um quadro muito difícil é muito importante porque, como você disse, nós estamos identificando um tempo de uma militância que saiu dessa condição e chegou a outra, quer dizer, que fez essa passagem. Como sobreviveu a isso, como marchou?

RAUL PONT: Vou contar uma historinha que eu acho que responde. O José Bernardo, que eu acho que todos conhecem aqui...

ENTREVISTA
RAUL PONT

JUAREZ GUIMARÃES: O leitor da revista não conhece.

RAUL PONT: Não conhece. José Bernardo Coutinho, irmão do Maurício Coutinho, que está lá em Campinas. Ele, o Maurício e a Maria Alice militavam no nosso grupo, na UFRGS, já em 1973/74, na Nova Proposta, e ele sempre tinha uma preocupação com a nossa pequenez diante das enormes tarefas que tínhamos pela frente. Ele dizia: “É, mas eu acho que daqui a pouco vai passar um grupo aí e a gente entra, não é, maior que nós.” E eu dizia para ele: “Zé, não vai passar.” Então, é isso, eu dizia “não vai passar”. Nós somos pequenos, vamos continuar pequenos, mas tem que reconstruir, é isso. Eu dizia: “Não vai passar nada aí para nós pularmos para dentro, e vamos ser maior.” Não, podemos até juntar forças no futuro, mas passar o trem vermelho, não vai. A gente mesmo é que tem que dar conta, e somos muito pequenos mesmo, mas vamos fazer a nossa parte aqui, vamos crescer. Nessa época, já tínhamos contato com a *Brasil Socialista*. Mas a ditadura ainda estava viva e o problema era acertar na política. Talvez o Zé fosse profeta e já estivesse pensando no final da década e no “trem petista”.

JUAREZ GUIMARÃES: Isso de “trem” está parecendo conversa de mineiro...

RAUL PONT: Porque essa questão está muito ligada com a outra matéria que tem na revista *Democracia Socialista* nº 1, que é da professora Rosalba Lopes sobre a experiência da revista *Brasil Socialista*, nos anos 1970, que vive esse problema. Ali já tem uma autocrítica profunda da luta armada. E sobre isso há acordo. Mas, na hora de unificar e buscar uma alternativa, há a ausência da questão democrática e de uma compreensão e de um conhecimento da contribuição do trotskismo. Parece-me que, ali, tem-se a demonstração clara de que o pessoal não consegue sair do doutrinário ou de uma visão meramente propagandista, ou uma visão equivocada, compreende? Nós vivemos, no PT, já depois de 1980, e eles viveram

ali na *Brasil Socialista* daquele período, o desafio de encontrar uma proposta, encontrar uma unidade, um consenso para fazer a luta política global contra a ditadura. Quando aparece a proposta de Constituinte, não há acordo, não tem consenso. Nos primeiros anos do PT, a companheirada do MEP e de outras correntes dentro do PT era contrária. Diziam o quê? O povo não come Constituinte, o povo não está interessado...

JUAREZ GUIMARÃES: Isso foi nos anos 1980, não é?

RAUL PONT: O PT já estava existindo, então, sobre isso, a esquerda brasileira teve muita dificuldade. Primeiro, em sair do stalinismo; segundo, viveu experiências dolorosas na questão da luta armada. Isso não diminuiu os problemas de uma postura mais doutrinária, mais propagandista e da necessidade de ter uma política para muitos, para o país. Eu acho que nós conseguimos responder. Nós tivemos, naquele tempo, uma discussão com o grupo mais antigo. Nos engalfinhamos aqui em uma discussão sobre essa história. Ela apareceu para nós, quando da derrota da ARENA em 1974, que escancarava um espaço e uma potencialidade que já aparecia na luta política e sobre a qual não havia acordo. Aqui, a maior parte da esquerda estava ainda no voto nulo, na denúncia da ditadura.

JUAREZ GUIMARÃES: Nosso grupo em Minas Gerais definiu o apoio ao MDB, em 1974.

RAUL PONT: 1974? É, aqui a gente tinha uma discussão sobre isso, e eu escrevi um texto quando estava na Unicamp, em 1975, sobre o papel da democracia na luta pelo socialismo. Já tinha começado esse debate aqui, já tínhamos alguma inserção no setor jovem, mas tudo na base de certo aparelhismo utilitarista. Poucos estavam filiados no MDB. Estávamos participando do IEPES/MDB, para o debate político, pelo guarda-chuva protetor da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Fazendo um debate aberto com todo mundo. Então, isso era uma característica forte nossa. Nós defendíamos e ha-

ENTREVISTA
RAUL PONT

via acordo dentro do grupo, mais discreto, clandestino, através da Nova Proposta. Esta era uma corrente mais ampla na universidade. Discutimos e chegamos à conclusão de que tinha que ocupar aquele espaço, assim como a gente estava botando um pé no sindicato, botando um pé aqui, outro acolá. Aí tem um espaço para reaglutinar a esquerda, fazer uma autocrítica, discutir com a turma que passou pela APML, que passou pela Ala Vermelha, pela VAR; vamos juntar esse povo todo e fazer uma avaliação, trabalhar juntos, construir alguma coisa. Havia, então, entre nós, esse espírito de construção do que havia sobrado do POC e que começamos a reorganizar a partir de 1973. Essa visão a gente possuía, e era muito consciente de que tinha que estar ali dentro e chamar todo mundo e tentar trabalhar junto, com divergências, mas trabalhar juntos. Isso era o IEPES. Um espaço institucional do MDB/RS, mas sobre o qual o Partido não tinha um controle programático hegemônico. Havia grande autonomia, e ali reagrupamos ex-presos políticos das várias correntes, mais uma nova geração universitária, de sindicalistas e intelectuais.

JUAREZ GUIMARÃES: A experiência excepcional de formação da Tendência Socialista do MDB gaúcho, em meados dos anos 1970, tem a característica particular de, ao mesmo tempo, utilizar-se de maneira forte de um espaço institucional legal e atuar com autonomia pública na dimensão ética, socialista. Penso que isso não ocorreu em nenhum outro lugar do Brasil, não conheço nenhuma outra experiência de um trabalho dentro do MDB e ao mesmo tempo de delimitação de um campo de valores próprios de uma esquerda que quer tornar públicos esses valores. Acredito que valeria a pena chamar atenção sobre ela, sobre o ineditismo dessa experiência de você produzir no interior de um partido legal de uma ditadura militar uma tendência socialista pública.

RAUL PONT: Primeiro, a gente tinha um trabalho que era recuperar o contato na universidade, que tinha uma renovação

muito rápida. Quando eu saí da Ilha e voltei aqui para Porto Alegre, eu não tinha como escapar, as pessoas vinham perguntar como é que foi, como era, o que vocês faziam, já era outra geração. Impressionante a rapidez com que, na universidade – e eu tinha saído em 1969 – ocorre uma renovação geracional. Já havia uma nova vanguarda no movimento estudantil querendo fazer coisas, promoções, debate, discussão. Aí é que a gente reconstrói uma corrente, um pequeno grupo na universidade, que assim como vocês tinham o Centelha em Minas Gerais. Aqui foi a Nova Proposta, organizando estudantes que não concordavam com a linha e os métodos do PCdoB. Eram estudantes das Ciências Humanas, da Economia, da Arquitetura, da Agronomia e outros cursos. O primeiro espaço foi esse, mas logo era visível, a partir de 1974, que tinha que se ocupar um espaço externo. A demonstração eleitoral contra a ARENA votando em massa no MDB mostrava o crescente desencanto com o regime e aí devíamos estar. Começamos a trabalhar junto ao IEPES. Nisso o André Foster tem um papel importante porque ele estava já trabalhando como assessor do MDB, mas era um cara aberto e com uma visão muito além do MDB, do ponto de vista de um campo de esquerda, de um campo de enfrentamento à ditadura. O Lidovino Fanton, deputado da região de Farroupilha, era o presidente do IEPES, nos abria o espaço, a possibilidade de aproveitar o espaço da Assembleia Legislativa, as salas de reunião da Assembleia e, *bueno*, isso gerou uma discussão enorme. As pessoas do POC que voltaram da Argentina, antes das prisões de 1975, onde militavam no PRT, foram para São Paulo e achavam isso uma heresia, achavam isso um erro político. Defendiam a continuidade do trabalho molecular de um contato aqui, outro lá. Pôr alguém em uma fábrica, conseguir um contato em um sindicato. Critérios rígidos de clandestinidade, pontos de encontro, codinomes etc. Nós defendíamos um trabalho mais amplo, pois, para nós, a conjuntura já colocava isso na ordem do dia.

ENTREVISTA
RAUL PONT

JUAREZ GUIMARÃES: Até nós, lá de Minas, olhávamos meio desconfiados para essa ideia de construir uma tendência no MDB.

RAUL PONT: É, a gente, então, começou a ocupar esse espaço, no IEPES em primeiro lugar, a organização da Tendência Socialista foi mais tarde, depois da eleição do Marcos Klassmann para vereador em Porto Alegre (1976). A Tendência Socialista vai se formar em 1977/78.

JUAREZ GUIMARÃES: E quais setores faziam parte da Tendência Socialista?

RAUL PONT: A gente adotava um sistema assim: tínhamos um núcleo de umas cinquenta, sessenta pessoas, que éramos do IEPES, nem todos filiados ao MDB, eu não era filiado, mas eu era do IEPES. Então tinha um grupo de sindicalismo, um grupo de movimento estudantil, um grupo de feminismo, que se reuniam para discutir esses temas. Havia também pessoas ligadas ao trabalho da Igreja no movimento comunitário. Ao mesmo tempo, fazíamos reuniões de todo mundo. Promovíamos debates abertos, públicos, no plenário da Assembleia. A primeira vez que trouxemos aqui o Fernando Henrique Cardoso, o “príncipe dos sociólogos”, professor casado e já no CEBRAP, o Pedro Simon, muito desconfiado, não acreditava no evento. O André apostou com ele um litro de uísque que nós enchíamos a Assembleia. Ele dizia: “Vocês estão loucos, o Delfim veio aqui semana passada e não tinha 200 pessoas e vocês vão me dizer que vão encher a Assembleia?” Precisávamos do MDB para garantir o auditório, pagar a passagem de avião e o hotel. Levaram um susto, porque, no dia do debate, a segurança teve que fechar a Assembleia porque não cabia mais gente. Passamos a ser vistos com outros olhos.

Bueno, a turma do CEBRAP veio toda, veio o Ianni, veio o Weffort, veio o Chico Oliveira, trouxemos toda a equipe, em momentos diferentes. Quebrava-se o encanto do proibido, de

que não se podia juntar gente, não se podia tratar de determinados assuntos. Havia um público ávido por isso. Não era estudantil. Outros setores começaram a aparecer. A direção do MDB ficou surpresa e assustada. Descobrimos um filão de ouro aqui. “Como é que vocês fazem isso?” É só sintonizar com o que as pessoas querem ouvir, vamos sintonizar com os anseios da população. A partir disso, firmamos uma opinião: nós temos que estar aí dentro. Isso não nega, não tira uma vírgula de que temos que estar no sindicato, temos que estar ali, temos que estar em tudo, mas temos que estar aqui também, não vamos deixar esse espaço.

No setor jovem do MDB de Porto Alegre, a gente já tinha maioria na diretoria, e disputava espaço na juventude estadual. O Zezinho, Zé Oliveira, era da municipal aqui, com a experiência de Porto Alegre e para enfrentar o problema de idade, pois muitos de nós não eram estudantes nem jovens. Como chegar a outros setores, como crescer no interior do estado? Então, como é que vamos fazer isso? Vamos organizar uma tendência dentro do MDB, vamos organizar uma tendência socialista que independe de idade, é uma tendência socialista que vai pegar jovem, trabalhador, sindicalista, o que vier. E isso nos permitia reunir, organizar. Já tínhamos vivido a eleição do Klassmann em 1976. Foi riquíssima. A bandeira era “Vote Contra o Governo”. Cada panfletagem era rolo, prisões, notícia no dia seguinte. O Marcão foi cassado na primeira semana após a posse.

Começamos a trabalhar com o Américo Copetti, que era deputado. Em 1978, reelegemos o Copetti, fomos importantíssimos para reelegê-lo. Quase elegemos o Irani Muller, que na última hora se identificou com a Tendência Socialista, assumiu um compromisso com a gente para fazer dobradinha. Me lembro bem, ele disse: “Mas vocês, hein, eu nem passei em Porto Alegre.” O Irani era do noroeste do estado, não tinha a ver com Porto Alegre, e nós fizemos 3 mil votos para ele em Porto Alegre.

ENTREVISTA
RAUL PONT

E reelegemos o Copetti, não conseguimos eleger o Irani, e ele também estava identificado com a Tendência. Ficou como primeiro suplente federal. O Copetti era firme, socialista cristão, muito humanista.

O Copetti, outro dia, foi numa reunião. Essa história é muito interessante. Há pouco tempo, nas eleições de 2008, o Copetti foi numa reunião do PT em Tramandaí. Soube que estava tendo uma reunião do partido, foi lá, pediu a palavra e disse: “Olha, eu sou o Américo Copetti, fui deputado, e estou aqui para dar um depoimento a vocês. Quero dizer para vocês que, naquela oportunidade, eu e mais dois ou três não seguimos essa gurizada. Mas eles tinham razão.”

Ele testemunhou que, quando saímos em bloco para formar o Movimento Pró-PT, ele achou que era uma aventura, muito risco, e optou pelo PDT, com Brizola, na reorganização partidária. Trinta anos depois, reconheceu, publicamente, que nossa proposta de construção do PT era melhor.

JUAREZ GUIMARÃES: Existia uma clara consciência da transitoriedade da ocupação desse espaço.

RAUL PONT: Nossa ideia era ocupar um espaço que nos permitia viajar para o interior. Quando a Tendência Socialista definiu entrar no movimento PT, ficou fora só o Copetti, o chefe de gabinete dele e mais um ou dois. Noventa e nove por cento das pessoas da Tendência Socialista saíram organicamente para o movimento PT. Por quê? Porque todos sabiam que aquilo ali era uma etapa, um momento. Nós estávamos ali para ocupar um espaço, para lutar pela democracia plena, pela reconstrução partidária. E um dos pontos programáticos, e aí eu não estou inventando, está escrito lá no programa, é que um dos pontos da nossa luta programática era por um partido de trabalhadores.

JUAREZ GUIMARÃES: Aí já era a antiga reivindicação da POLOP, do POC, porém agora inserida na luta democrática. A saída do labirinto tinha sido encontrada nesse momento...

RAUL PONT: Exatamente. No nosso texto de programa da disputa eleitoral de 1978, um dos pontos está ali, a luta de construção de um Partido de Trabalhadores. Era o que a gente queria no POC, era o que nós aprendemos com a POLOP, era uma sequência que agora não era mais um desejo, um sonho, não, agora era uma realidade palpável. Crise do regime, explosão da luta sindical por todo o lado e reorganização partidária.

JEFERSON MIOLA: Isso já prefigurava o PT, prefigurava o que foi a construção do PT, com a confluência de organizações de esquerda, movimento eclesástico, movimento sindical, popular, intelectualidade.

RAUL PONT: O Olívio Dutra aqui...

RAUL PONT: E a nossa contribuição no PT aqui foi importantíssima para o PT não ser sectário e não ser esse hegemonismo que marcou o partido da corrente majoritária. Aqui foi o único estado – não foi só a DS, outras correntes também defenderam isso –, mas foi o único estado em que desde o primeiro momento da comissão provisória pró-PT teve proporcionalidade para todos os dirigentes, inclusive na direção executiva. E depois levamos dez anos para conquistar isso no Estatuto do PT, em 1990.

JUAREZ GUIMARÃES: Vocês tinham recolhido essa proposta também inédita na análise crítica da história das demais tradições socialistas, não é? Porque os partidos da Segunda Internacional não tinham o direito de tendência. A tradição dos partidos da Terceira Internacional, também não. É verdade que, na tradição da Quarta Internacional, havia certo cultivo da possibilidade de tendências internas, mas não eram partidos de massa. Agora, isso de fazer representar as tendências internas proporcionalmente nas direções é inteiramente original.

RAUL PONT: Nós já tínhamos uma briga dentro do MDB, que era a Lei Orgânica dos Partidos, do tempo da ditadura. Ela dizia que, com 20% dos convencionais, se poderia ter di-

ENTREVISTA
RAUL PONT

reito de representação no diretório, não na Executiva. Talvez isso se justificasse pela sublegenda, aquela política da sublegenda permitida no bipartidarismo. Não ficamos muito tempo dentro do MDB como uma corrente para testar métodos de construção. Mas quando nós chegamos ao PT, quando se organizou o movimento Pró-PT, essa questão era muito necessária, e decorrente da própria experiência de formação do PT. Como é que iríamos encaixar num único figurino, nós, que vínhamos de uma experiência, o Olívio, a Geci, a turma que vinha dos sindicatos, a turma que vinha da Convergência, da Liberdade e Luta, que levou um ano namorando, mas depois entrou, a turma que vinha da igreja, que era de um basismo muito forte? O jeito de nós sobrevivermos foi criar um mecanismo de proporcionalidade. Esse debate, para nós, foi muito tranquilo, mas decisivo na formação do PT.

Isso respondia muito a essa necessidade histórica e particular do PT. Essa experiência do PT realmente é uma singularidade mundial, porque, na maioria dos casos, os PCs e os PSs não tinham essa tradição. Não conheço experiências de esquerda semelhantes e, quando se fala disso em outros países, há um misto de surpresa e descrença de que funcionemos assim.

JUAREZ GUIMARÃES: A Frente Ampla, no Uruguai, adota esse princípio?

RAUL PONT: Não, a Frente Ampla é diferente, porque é uma frente de partidos, com Mesa Diretora, mas não há uma composição proporcional na Direção que responda exatamente ao tamanho proporcional de cada corrente.

JUAREZ GUIMARÃES: Há uma questão de que ainda não falamos, sobre a experiência da prisão e da tortura. O que o Raul Pont guardou no fundo do peito dessa experiência, que foi retomar a vida depois da prisão e da tortura?

RAUL PONT: Eu acho que para isso a gente nunca está preparado, por mais que a gente soubesse que podia acontecer. De-

pois que o pessoal saiu para o exílio e a repressão foi aumentando cada vez mais, e a gente estava muito desarticulado em São Paulo, houve as prisões aqui no Rio Grande do Sul, então, eu acho que, enfim, eu...

JUAREZ GUIMARÃES: O Marco Aurélio e a Beth foram presos?

RAUL PONT: Não, porque eles saíram de novo para estudos na França. O Flavio, o Emir, a Maria Regina, a turma que estava em São Paulo saiu depois da prisão do Régis Andrade.

O Régis foi preso junto com o Araújo, da VAR, em São Paulo. Nessa época, eu estava morando em uma casa em Osasco, com um companheiro que morreu depois na Nicarágua, em um acidente. Era da Física da USP. Filho de espanhol, acho que ele já era brasileiro, e o polaco, o Stanislau, que trabalhava numa fábrica e militava na região.

Nós três morávamos num “aparelho” alugado pela Helena Hirata ou pelo Gilberto Martins, não me lembro qual dos dois. E o único contato que tínhamos com a organização era através do Régis. Quando ele furou o segundo ou terceiro ponto de encontro, largamos tudo lá e deixamos a casa. Juntamos o que deu e cada um foi para um canto.

Eu fui para uma pensão ali em Higienópolis, em São Paulo. As condições estavam difíceis, claro, mas eu conseguia ainda me segurar, e arrumei emprego, comecei a dar aula num pré-vestibular na Sé e num curso de São Bernardo, Curso Bandeirantes. Este era importante, pois funcionava de acordo com os turnos das fábricas. Durante meses, tive “plateias” da Ford, da Volks. Estava muito bem.

Quando fui preso, lá por agosto de 1971, com as prisões em 1970 no RS, o meu nome, a minha identidade, tudo já estava de posse do DOI-Codi. Eu deveria ter ido para o exílio, tinha que ter ido embora. Mas não fui, aquela história de achar que comigo não vai acontecer.

Bateram no apartamento, já não tinha apartamento, tive que sair do emprego. Vinha sobrevivendo na casa do sogro da mi-

ENTREVISTA
RAUL PONT

nha irmã. Um metalúrgico aposentado lá de São Caetano, que tinha sido do PC, que compreendia essas coisas, ainda que não militasse mais havia muito tempo, mas entendia, sabia as coisas e era muito esperto. E eu fui num ponto, fui preso num ponto, a pessoa com quem eu tinha marcado foi presa e torturada antes e abriu o local de encontro. Fui preso lá no Iguatemi, dentro do Shopping Iguatemi lá na Faria Lima. É, eu acho que é muito difícil, a gente estava, de certa forma, preparado, porque estava no jogo, estava na dança, podia ser preso.

Acho que isso ajuda muito, tu teres já uma condição de que existe essa possibilidade. Agora, lá dentro, é outra coisa. Eu peguei a OBAN e o “Doutor Tibiriçá”, major Carlos Alberto Brilhante Ustra, no comando. Quando cheguei, o Merlino tinha morrido havia pouco tempo, tinha morrido lá, o companheiro da Ângela, o Merlino. É muito duro, mas acho que consegui sair inteiro, ou meio inteiro. Muito por isso, pela cabeça, por saber que aquilo podia acontecer, que ia durar um tempo, mas não ia durar a vida toda, que eu tinha que aguentar, o que deu para aguentar, aguentando, o que não deu, não deu.

A tortura, a violência física, é algo completamente absurdo, porque os caras tinham criado lá um sistema bem eficiente para demolir o preso, mesmo. Era para te deixar completamente vulnerável, impotente. Era tortura sistemática, sem hora marcada, tu podias ser levado de noite, de tarde, de manhã, era 24 horas ali, o método era para quebrar o preso. E claro que não tinha muito o que arrancar de nós. Boa parte estava preso, outra no exílio, outros não se conheciam. Arrancar o que, então?

JUAREZ GUIMARÃES: Você teria sido salvo pela inteligência do aparelho repressivo que sabia, provavelmente, que já não tinha mais o que arrancar de você?

RAUL PONT: A gente apanhava às vezes duplamente, porque inventava um ponto frio para aliviar. Você ia lá, não aparecia ninguém, você apanhava duplamente: primeiro, porque era subversivo; segundo, porque mentiu que ia encontrar e nin-

guém apareceu. Não saber nomes, não saber endereços de trabalho ou moradia é a maior segurança para não dizer nada ou sustentar versões do que se sabia.

Os oficiais que comandavam as equipes de interrogatório e tortura também não eram baluartes ideológicos do fascismo ou do autoritarismo. Acho que nem todos foram voluntários, ou foram por grana ou alguma promoção. Afirmavam, ao menos, que estavam defendendo a pátria...

No meio do interrogatório deles, você acabava conversando alguma coisa, inventando uma história. Um dia, um oficial daqueles me apresentou outro oficial que dizia ter um projeto para desenvolver a Amazônia. Como eu era professor, e me chamavam de ministro, porque eu tinha muita opinião, o cara resolveu me mostrar o projeto, e eu resolvi discordar do projeto. Ele propunha colônias de desenvolvimento na Amazônia, estimuladas pelo Estado, para povoar a região. Trávamos longa discussão teórica, econômica, sobre a Amazônia. Enquanto isso, não era interrogado, nem estava apanhando. E, ao mesmo tempo em que eles diziam que estavam ali cumprindo uma função, salvando o Brasil do comunismo, apareciam crises existenciais nos caras. Dúvidas do que estavam fazendo ali. Brigas com a mulher, problemas dos filhos; no meio daquele surrealismo, apareciam essas conversas. Mas o cardápio ali era oferecido para todos: passava pelo pau de arara, a cadeira do dragão, a palmatória, o simples porrete, faziam todas as experiências, e era isso, duríssimo.

JUAREZ GUIMARÃES: Você chegou a viver situações-limite, assim, de desestruturação física?

RAUL PONT: O choque elétrico é desse tipo, pois parece que você descola por dentro, mas eu acho que as situações de vocês, lá fora, o sistema na Argentina que o Flavio viveu, eram piores. No Brasil, o sistema carcerário não é nenhum exemplo. Você saía da OBAN e entrava naquela zona que era o Presídio Tiradentes.

ENTREVISTA
RAUL PONT

O Tiradentes era uma cadeia enorme com presos comuns e alas de presos políticos, masculinos e femininos. Primeiro, você já saía do isolamento. Estar preso com mais cinco, seis, oito pessoas numa cela é conversar, contar histórias, inventar ginástica, artesanato, tomar sol. Muda completamente.

Fora a OBAN, eu acho que isolamento deve ser brutal, o cara ficar sozinho, é uma tortura. Na nossa experiência aqui, é tudo enjambrado. Na cadeia do Tiradentes, nós chegamos a estabelecer tabela de preços para negociar cota de horário de sol, quanto vale uma hora, quanto vale troca de prédio. Uma polícia corrupta, a administração pior ainda, então, os presos políticos se organizaram e estabeleceram uma tabela de preços. Para tomar sol fora do horário, o máximo que se paga é tanto! Os nossos vizinhos de cela no Tiradentes eram os freis – o Beto, o Tito. Havia um acordo lá com a administração, de que a cela deles ficava aberta para eles serem intermediários de tudo o que era problema das celas, com a administração, advogado, doença, coisa urgente. Sair dos centros de tortura e interrogatório para presídios comuns ou alguns que se “especializaram”, tipo a Ilha no RS, o Tiradentes, o Barro Branco e outros, era sair de uma situação para outra muito diferente.

JEFERSON MIOLA: E quando tu caís, e tua família toma conhecimento, cria-se uma rede de denúncia, de proteção?

RAUL PONT: Não, levou uns dias, porque eu não fui preso, eu fui sequestrado, sem nome, sem endereço, sem nada. Fui sequestrado por um bando de jagunços da OBAN. Os caras eram mais mal-encarados que eu, que era o subversivo. Quer dizer, era um bando de marginais, aquelas equipes da OBAN ou do DOPS. E, *bueno*, aí me levaram para a OBAN, na rua Tutoia, em São Paulo, sem lenço nem documento, sem mandato nem flagrante. Era sequestro.

JEFERSON MIOLA: Tu admitias ou negavas tua identidade?

RAUL PONT: Não, isso eles já tinham tudo. Tinham uma cópia da minha identidade aqui do Rio Grande do Sul, carimbadinha, tudo bonitinho. Mas não, não tinham nenhum man-

dato judicial, era prisão preventiva, não tinha nenhuma culpa formada, nenhum julgamento, não tinha nada. Uma prisão preventiva com base na Lei de Segurança Nacional. Sequestro. Quem chegava lá para perguntar se o fulano está preso não tinha resposta, simplesmente não tinha. Nessa época, um parente do Flavio estava lá, que eu conhecia, mas não lembro a qual processo ele respondia. Apesar de a família já saber que ele estava lá, não conseguia contato nem com família, nem com advogado. Mas saber que a pessoa era procurada pela família já era algo importantíssimo.

Já o meu pai ficou sabendo porque eu não apareci mais na casa do sogro da minha irmã. O velho, esperto, já sabendo das coisas, ligou para Uruguaiana: “Olha, o Raul desapareceu. Estava aqui há vários dias e sumiu. Deve ter sido preso, então vocês devem tomar medidas nesse sentido, procurar um advogado.” O meu pai ficou apavorado e foi para São Paulo. Conseguiu, via Maçonaria, a informação. Ele era maçom e foi na Maçonaria, conseguiu encontrar um “irmão” milico. Contou o drama da família e tal. Acalmaram ele de que eu estava vivo, estava preso, não tinha visita, não podia ter visita, e que voltaria para o Rio Grande do Sul porque eu responderia a processo aqui também. Mas contato, advogado, essas coisas, não existiu. Fiquei uns vinte dias na OBAN, me levaram para o DOPS/SP e dias depois tinha um voo para cá trazendo uma turma da Ala Vermelha do PCdoB. Me botaram nesse voo, vim aqui para o DOPS. Como a turma do POC que tinha sido presa em 1970 já estava toda na Ilha, já tinha feito cartório, eu fiquei ali sobrando. Ameaças, gritos, mas não houve novas torturas. Esperei vários dias, semanas, até fazer a formalização no cartório para o processo. Depois me levaram para a Ilha, ainda voltei para São Paulo, lá no final do ano.

JUAREZ GUIMARÃES: O retorno a São Paulo foi para interrogatório no DOPS?

ENTREVISTA
RAUL PONT

RAUL PONT: É, para fazer cartório, que eu não tinha feito ainda, fazer a parte cartorial do processo lá no DOPS. Fiquei uns dias lá, um período um pouco maior no Tiradentes. Em janeiro de 1972, me trouxeram de volta, e aí não saí mais da Ilha. Em dezembro [de 1972], teve o julgamento.

JEFERSON MIOLA: Quais eram as imputações contra ti e qual foi o resultado daquele julgamento?

RAUL PONT: O julgamento na 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Porto Alegre, ocorreu em 20 de novembro de 1972. O processo envolvia as prisões de 1970 e 1971 realizadas em sua maioria no Rio Grande do Sul. Em torno de cinquenta pessoas foram presas nessas oportunidades. Muitas foram detidas por alguns dias e liberadas por falta de provas ou de informações sobre sua participação partidária. Algumas foram arroladas como testemunhas de que a organização existia, o que ajudou para mostrar a fraude do julgamento. No processo, estavam arroladas 24 pessoas, a maioria ainda em prisão preventiva.

Combinamos de negar as acusações, publicamente, pelo fato de as “provas” terem sido alcançadas mediante torturas, violências e constrangimentos. Dos que se encontravam presos, onze fomos condenados a penas menores do tempo já cumprido, com exceção do Fábio Marengo dos Santos, que recebeu pena superior, fruto de acusações de participação em ações armadas. Os demais foram liberados no julgamento, sendo que treze foram absolvidos por falta de provas que sustentassem as acusações. A acusação central era de organização de partido político proibido, num país em que o pluripartidarismo não havia sido revogado da Constituição. O Conselho de Sentença era constituído por um juiz auditor, Dorvalino Tonin, um tenente coronel e três capitães, que, diante das denúncias que fizemos sobre os depoimentos alcançados sob tortura, mesmo assim, estabeleceram a sentença com base nas acusações do promotor. Uma farsa que só demonstrava o arbítrio e o absurdo de uma ditadura

que não conseguia coexistir com oposição e direito de organização partidária.

O ridículo desses julgamentos só não se tornava público pela cumplicidade dos meios de comunicação, que repetiam as versões oficiais sobre os perigos da “subversão” e do “comunismo”.

LINHA DO TEMPO RAUL PONT

- 1944- Nascimento em Uruguaiana (RS), fronteira com o Uruguai e a Argentina
- 1945 – Fim da IIª Guerra Mundial e do Estado Novo no Brasil
- 1946 – Eleições gerais no Brasil e nova Constituição
- 1949 – Revolução Chinesa vitoriosa
- 1950 – Getúlio Vargas eleito Presidente da República
- 1951 – Raul entra no curso primário do Colégio União, em Uruguaiana.
- 1952 – Criação da Petrobras, após grande campanha popular
- 1954 – Suicídio de Vargas – Tentativa de golpe da UDN e militares
- 1955 – JK é eleito presidente do Brasil “50 anos em 5” e Brasília – expressões do desenvolvimentismo
- 1956 – Raul entra no ginásio do Colégio União
- 1958 - Leonel Brizola é eleito governador do RS
- 1959 – Revolução Cubana – Vitória de Fidel, Che e do Movimento 26 de julho
- 1960 – Raul ingressa no curso científico no Colégio União
- 1961 – Renúncia de Jânio Quadro e o movimento pela “Legalidade” em Porto Alegre – Brizola e a resistência no RS
 - Posse de Jango assegurada com compromisso de regime parlamentar
- 1962 – MTR divide PTB e Brizola não faz sucessor. Eleito Ildo Meneghetti (Ação Democrática: aliança do PL, PSD e UDN)

ENTREVISTA
RAUL PONT

- 1963 – Já bancário e com o 2ª grau completo, Raul vai para Porto Alegre
- 1964 – Raul entra no curso de História da Faculdade de Filosofia da UFRGS
- golpe civil-militar em 1º de abril
 - Raul inicia sua militância no movimento estudantil e na resistência à ditadura
- 1965 – Bancários realizam, em Porto Alegre, a 1ª Greve no regime militar no RS
- AI-2 fecha os partidos políticos, acaba com as eleições diretas para governador e prefeitos de capital e áreas de segurança
- 1966 – Raul faz segundo vestibular e entra na Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFRGS. Na FCE, ingressa na célula do PCB.
- Demitido do banco, passa a dar aulas em curso de Madureza (Supletivo) e Pré-vestibular.
 - Começa a luta interna do PCB na preparação do 7º Congresso. Forma-se a Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul.
- 1968 – Fusão da Dissidência Leninista e a ORM-POLOP dá origem ao POC (Partido Operário Comunista)
- Maio de 68 na França. Ruptura nos partidos tradicionais da esquerda
 - Raul é eleito presidente do DCE-Livre da UFRGS. Estudantes garantem eleições diretas como resposta ao Decreto 228/67
 - O congresso da UNE, em Ibiúna, é duramente reprimido. Todos os delegados presos
 - Dezembro, ditadura edita o AI-5. Fim do *Habeas Corpus* e dos direitos e prerrogativas individuais
- 1969 – Assume o regime militar o general Garrastazu Médici
- 1970 – Iniciam as prisões no RS. Repressão aumenta. Raul vai para São Paulo onde passa a viver numa semi-clandestinidade

- Raul trabalha como professor de Pré-Vestibular em SP e São Bernardo do Campo e militando no POC
 - Unidade Popular vence eleições no Chile. Salvador Allende eleito Presidente
- 1971 – Sequestrado pela Operação Bandeirantes (OBAN) em SP, durante o governo Garrastazu Médici, Raul passa pelo DOPS e pelo presídio Tiradentes e, após, é transferido para a ilha das Pedras Brancas, no Lago Guaíba, em Porto Alegre
- 1972 – Raul é julgado e libertado em novembro de 72, na 2ª auditoria do Tribunal de Justiça Militar em Porto Alegre
- Surge o jornal *Opinião*, semanário da imprensa alternativa
- 1973 – Raul reingressa na UFRGS. Retoma a reorganização orgânica
- Golpe no Chile. General Augusto Pinochet assume o governo
- 1974 – Derrota eleitoral da ARENA. MDB abre-se como alternativa de uma frente contra a ditadura. Ernesto Geisel assume o Governo Militar
- 1975 – Cresce a mobilização estudantil para reorganizar a UNE. EUA reconhecem derrota no Vietnã
- 1976 – Setor jovem do MDB elege Marcos Klassmann vereador em Porto Alegre com a campanha “Vote contra o governo”, apoiado por grupos de esquerda que se reorganizam
- Raul faz pós-graduação na UNICAMP, estabelece relações com o grupo “Centelha” de Minas Gerais e retoma contatos com o POC/SP
 - Em POA, o IEPES (Instituto Estadual Políticas Econômicas e Sociais) do MDB constitui-se num espaço de reaglutinação de várias correntes de esquerda. A luta pela Anistia e liberdade para os presos políticos é um dos eixos de atuação
- 1977 – No final do ano, surge o periódico EM TEMPO, frente de jornalistas e ativistas que rompem com o

ENTREVISTA
RAUL PONT

periódico *Movimento* e organizam o novo jornal para ser um “instrumento de luta socialista”

■ Raul ingressa como professor na UNISINOS, passa a atuar na oposição sindical do Sinpro/RS e compõe a coordenação do Em Tempo no RS

■ Organiza-se a Tendência Socialista do MDB, a partir da ação do Setor Jovem e da corrente estudantil “Nova Proposta”

1978 – Nova derrota da ARENA. MDB vence em 16 Estados. No RS, a Tendência Socialista do MDB elege Américo Copetti deputado estadual

■ Cresce a luta pela reorganização partidária com a Anistia e a volta dos exilados

1979 – Mais uma vez, os quartéis elegem o presidente: João Batista Figueiredo

■ O periódico EM TEMPO assume a defesa editorial do movimento pró-PT

■ A Tendência Socialista do MDB/RS sai em bloco do MDB e assume a organização do Movimento pró-PT no Rio Grande do Sul, junto com sindicalistas, intelectuais e movimentos populares

■ Explodem as greves massivas no ABC e em todas as capitais

1980 – 10/02/1980 – Fundação do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, com delegações de todo o país

UMA BELA XI CONFERÊNCIA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Entre os dias 4 a 6 de abril, em São Paulo, a tendência pe-
tista Democracia Socialista realizou sua XI Conferência
Nacional.

Representando cerca de 3 mil militantes que participa-
ram dos debates preparatórios nos estados, reuniram-se tre-
zentos participantes entre delegadas(os) e convidadas(os). O
centro das discussões foi orientado pelo texto-base, dividido
em dois capítulos: “A crise internacional do neoliberalismo” e
“A revolução democrática e as eleições de 2014”.

Dando sequência à linha de elaboração que vem desde
a IX Conferência (2009), buscamos combinar a compreensão
da crise do neoliberalismo aberta em 2008 com o balanço das
conquistas e desafios da alternativa brasileira que vem sendo
construída desde a vitória de Lula em 2002 e aprofundada
pela eleição da companheira Dilma Rousseff em 2010.

Em relação ao primeiro ponto – “A crise internacional
do neoliberalismo” –, retomamos a discussão sobre a evolu-

ção da crise e também sobre a sua diferenciação entre os setores da economia mundial. Aspecto importante é o impacto na América Latina. De outro lado, a dificuldade de formação de alternativas de esquerda nos países centrais amplia o espaço de manobra dos Estados e prolonga a crise – essa é uma questão central que paira sobre as possibilidades mais amplas de abrir um novo cenário internacional.

Em relação ao segundo ponto – “A revolução democrática e as eleições de 2014” –, o debate da Conferência destacou a importância decisiva da questão democrática na nova conjuntura aberta pelas jornadas de junho de 2013. Há um nítido “atraso” na democratização do poder enquanto, ao mesmo tempo, formam-se melhores condições sociais de avançar pela esquerda na resolução dessa disjuntiva central. As eleições de 2014 concentrarão os desafios e as chaves para a conquista de uma nova dinâmica política no Brasil na qual o PT possa jogar, novamente, um papel de vanguarda.

O tema partidário foi remetido à 2ª Plenária Nacional, a realizar-se no próximo ano, antes do 5º Congresso do PT previsto para o 2º semestre de 2015.

Como parte da Conferência, uma bonita homenagem foi prestada aos nossos militantes Raul Pont, Arlete Sampaio e Dr. Rosinha, exemplos de militância socialista e com um papel renovado na construção da Democracia Socialista e do PT.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA XI CONFERÊNCIA NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA, TENDÊNCIA DO PT

I

A CRISE INTERNACIONAL DO NEOLIBERALISMO

1. O neoliberalismo como programa econômico entrou em crise sistêmica, estrutural e global em 2008, quando estourou a crise do capitalismo desenvolvido. Serviu por três décadas à ascensão de uma globalização econômica moldada pelos interesses do capital financeiro internacional. No seu auge, na década de 1990, tinha se constituído em força política governante em boa parte do mundo. Essa vitória conservadora dissolveu a ordem mundial de duas superpotências (a Guerra Fria entre os EUA e a URSS), eliminou os compromissos com a estabilidade e regulação financeira mundial de Bretton Woods e retirou as promessas do Estado de bem-estar social como horizonte civilizatório do capitalismo. Contrariamente aos discursos dos vencedores da Guerra Fria, a partir de então tivemos em um mundo mais desigual, mais instável e mais violento.

2. A crise do neoliberalismo está associada à quebra em 2008 de grandes bancos dos EUA que deriva em crise de dívidas “soberanas” de Estados nacionais e, em seguida, crise da produção e do emprego. Foi o maior abalo do capitalismo mundial desde a crise de 1929.

3. A hegemonia neoliberal no mundo está em xeque. Suas receitas foram desmoralizadas quando, em resposta à crise econômica de 2008, o governo dos EUA aplicou políticas “heterodoxas” para evitar afundar o país na depressão. Porém, a superação plena dependerá da luta política em cada país, em nível regional e em escala mundial. Assim, sua crise não deve ser confundida com a continuidade, ou não, de políticas neoliberais. Onde há força acumulada alternativa, o neoliberalismo recua; onde não há, mantêm-se, mas a custos crescentes.

4. Há de se destacar a enorme dificuldade por parte da burguesia dos países capitalistas centrais em construir saídas para a crise do capital. Os mecanismos de reanimação da economia exigiriam um grande enfrentamento das causas da hipertrofia financista – reforma e controle do sistema financeiro – e uso de medidas econômicas não ortodoxas, que não encontram apoio político suficiente na União Europeia, no Japão ou nos EUA. Nos países centrais, há que se registrar ainda o não surgimento de barreiras sociais ao vandalismo neoliberal que usa as finanças públicas como privadas em proveito das grandes fortunas, especialmente as financeiras. Nem o movimento sindical nem forças partidárias de esquerda conseguiram, até o momento, levantar resistências significativas. Isso ainda dá ampla margem de manobra ao capital financeiro. E uma polarização política à direita. Seria ilusório, no entanto, supor calma e ausência de novas crises pela frente nos países centrais.

5. Mais de cinco anos depois da eclosão da crise econômica do capitalismo desenvolvido, ainda persistem dúvidas sobre a superação dessa fase. Se há recuperação da atividade econômica,

mais nos EUA que na Europa, se fez sem recuperar o nível de emprego e, obviamente, dos salários. Isso já indica que acelerou a desigualdade e se chegou mesmo à criação de uma nova zona de pobreza nos países centrais, incluídos os EUA.

6. Os resultados da crise do neoliberalismo em processo têm sido, portanto, desiguais nos países centrais. E, principalmente, há uma nítida perda de unidade e potência da globalização neoliberal e da autoridade político-militar-econômica-ideológica do seu motor, o capital financeiro e o Estado dos EUA.

7. As crises do capitalismo desenvolvido e do receituário econômico neoliberal coincidem com um momento de transições no poder mundial, com avanços econômicos importantes em anteriores periferias que hoje são polos emergentes e impasses no unilateralismo da estratégia político-militar dos EUA (como ficou evidente na frustrada tentativa de invadir a Síria).

8. Importante analisar a China nesse contexto. Aqui anotamos apenas alguns aspectos, de uma dinâmica que precisa ser mais conhecida. Apesar de ter participado ativamente da globalização, o fez sem perder sua autonomia nacional e o papel central do seu Estado. A China não afundou junto com a crise. Reduziu relativamente seu alto crescimento, mas não caiu na vala comum da crise neoliberal dos países centrais. Vem construindo um enorme mercado interno e a mais ampla classe operária do planeta. Ao passo que reduz a miséria, não parece conter um processo de crescimento de desigualdade interna. Em qualquer cenário, a China é um elemento central para o debate macroeconômico, em contraste com a globalização neoliberal. Permanece a questão se uma sociedade que viveu uma revolução popular e socialista pode conviver por muito tempo com a desigualdade, com o imperialismo e com a questão democrática bloqueada. A perspectiva histórica de uma revolução política poderia introduzir fundamentos novos para o desenvolvimento socialista da China: o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero,

o respeito à diversidade sexual, construindo um ambiente que reponha a democracia no centro da vida da nação.

9. A América Latina, especialmente a do Sul, continua um espaço privilegiado de construção para avanços políticos e econômicos alternativos à ordem neoliberal e ao imperialismo iniciado com a vitória eleitoral de Chávez na Venezuela em 1998, potencializado pelo Fórum Social Mundial (com delegação de 117 países) em 2001 e fortalecido com a eleição de Lula presidente do Brasil em 2002. Em toda a região, nos países onde foram eleitos governos progressistas e de esquerda, houve uma recuperação do papel dos Estados frente aos mercados, abrindo um período político pós-neoliberal. Resultado dessa mudança foi a retirada de enormes contingentes da população da condição de pobreza extrema e a melhoria da distribuição de renda. Diferentemente das receitas neoliberais, a região respondeu à crise de 2008 com esforços adicionais para defender e até promover o emprego formal e os salários e sustentar a economia com base na demanda interna/regional e nas relações Sul-Sul.

10. O período de crise do neoliberalismo, no entanto, não foi correspondido com novas iniciativas de unificação desse espaço regional pós-neoliberal, seja no Mercosul, na Unasul ou na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Existe uma agenda regional pendente sobre cooperação em relação às finanças internacionais de nossos países. Sua concretização muito ajudaria a enfrentar os embates de nossas economias com o capital financeiro globalizado.

11. Há que se destacar, no entanto, que não faltaram iniciativas econômicas bilaterais ou avanços políticos nacionais. É de se mencionar a recente iniciativa do Brasil com Cuba, na área econômica (construção do porto de Mariel, em Cuba) e na área da saúde (Programa Mais Médicos, no Brasil). A vitória de Bachelet no Chile se fez com uma plataforma política que tenta superar a herança econômica do pinochetis-

mo nessa sociedade, o que a experiência dos governos da Concertação (1990-2009) não fez.

12. No plano econômico, a região tem estado sob forte pressão do capital financeiro internacional. Dois países, Venezuela e Argentina, que fizeram das restrições à circulação do capital financeiro internacional uma ferramenta central para seu desenvolvimento econômico sofrem forte pressão sobre suas moedas e problemas em suas balanças de pagamento. No Brasil, o capital internacional pressiona para que o governo abandone a política de fortalecimento do Estado frente ao mercado, mas o país tem conseguido expressar um processo mais robusto, embora mais passo a passo, de alternativa ao neoliberalismo.

13. As vitórias nas eleições presidenciais de Nicolás Maduro, do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), na Venezuela (2013), e de Salvador Cerén, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em El Salvador (2014) mostram que o ciclo de governos progressistas continua vigente e, ao mesmo tempo, enfrenta novos desafios com o perigo da “reversão” das conquistas, do que dão conta as margens exíguas de votos dessas vitórias. Esse risco é alimentado pela combinação de dificuldades na gestão de governo em um contexto de grande pressão articulada, de fora, do imperialismo norte-americano e, de dentro, das oligarquias retrógradas.

14. Uma das principais batalhas regionais ocorre na Venezuela. O governo dos EUA e as forças conservadoras venezuelanas querem manipular setores sensíveis a dificuldades econômicas para derrubar o governo constitucional. Seguem um roteiro que tem muita semelhança com o que fizeram em 1972-3 para derrubar o governo de Salvador Allende no Chile. O governo Maduro tem mostrado firmeza para intervir na economia, no abastecimento de produtos básicos e no mercado paralelo do dólar, com resultados positivos. E tem convocado todos os setores a uma negociação pela pacificação do país. Mas trata-se de uma disputa em curso.

15. Há um tabuleiro de iniciativas regionais progressistas que devem ser potencializadas: o Mercosul que agora conta com a Venezuela como membro pleno, o retorno do Paraguai e os pedidos de ingresso da Bolívia e do Equador; a Unasul e a Celac, ambas pautadas por importantes temas políticos, sociais e de defesa, quer dizer, temas não comerciais. Na estratégia de longo prazo, é preciso fazer convergir Mercosul com Unasul, em um movimento duplo na economia e na política, ao qual se interpõe agora a “Aliança do Pacífico”, que agrupa os países sul-americanos que têm acordos de livre comércio com os EUA (Colômbia, Peru e Chile com o México). Essa iniciativa é o que restou do naufrágio do projeto Alca na região, mas busca estabelecer um paradigma alternativo ao da integração pós-neoliberal. Se nossa região será um ator importante no redesenho do poder mundial, ou um apêndice da política exterior dos EUA, depende dessa batalha. Neste sentido, enfatizamos também a necessidade de fortalecer espaços de integração regional como a União Africana (UA) e a Comunidade do Caribe (Caricom), regiões que possuem fortes laços culturais com o Brasil.

16. É importante acompanhar criticamente os passos da política exterior brasileira na OMC e as posições negociadoras do Mercosul com a União Europeia. Não somos partidários de estratégias isolacionistas da região ou do Brasil. A economia regional e o Brasil devem ter capacidade de estabelecer vínculos econômicos com as economias capitalistas desenvolvidas não somente para aceder mercados para nossas exportações, mas também para ter acesso às tecnologias mais avançadas. Mas essas vinculações devem ser feitas desde posições soberanas e não de forma dependente e subdesenvolvida.

17. O debate sobre a crise do neoliberalismo retoma aquele sobre os ciclos longos de crescimento do capitalismo. A longa hegemonia neoliberal, vigente desde os anos 1980, parece ter chegado ao seu limite crítico e aberto um período novo, sem determinismos. O triunfalismo neoliberal afun-

dou, mas as forças capitalistas que o produziram recuperaram terreno nos países centrais. E esse parece um elemento muito forte de incentivo e ação de burguesias dependentes, como a brasileira.

18. Não há sinais, por um lado, da construção de uma alternativa capitalista de superação da crise: continuam os movimentos geopolíticos de redistribuição dos poderes econômicos e políticos que têm como epicentro a ascensão da China; não se vislumbra a retomada de um período mais dinâmico de crescimento de conjunto da economia capitalista; não se elaborou no campo neoliberal uma resposta política coerente e de conjunto às suas contradições. Talvez possa se falar em um cenário instável e polarizado pela direita da crise do neoliberalismo, que advém de um princípio de recuperação da economia norte-americana, de importantes vitórias políticas do neoliberalismo na Europa a partir da liderança do Estado alemão e das instituições neoliberais que regulam a unidade europeia, bem como de um novo campo de pressões sobre as transformações na América Latina, único continente que apresenta uma clara dinâmica de processos históricos de construção pós-neoliberal. Trata-se, sobretudo, de compreender melhor os desafios, potencialidades e impasses da construção de um período pós-neoliberal.

19. O primeiro grande desafio é o internacional: como fenômeno vinculado à globalização financeira, a superação plena do neoliberalismo exige uma dinâmica internacional alternativa. Ora, a continuidade de poder político, econômico, militar e geopolítico dos EUA, apesar da crise de sua capacidade de direção, o poder econômico dos grandes capitais financeiros e o controle de órgãos como o FMI, a OMC, o Banco Mundial ou estratégicos como o Banco Central Europeu conferem ao neoliberalismo uma grande capacidade de prolongamento de sua dominação, a custos e conflitos sociais crescentes, seja socializando perdas via dívidas públicas, impondo em seguida fortes cortes em gastos sociais ou estabe-

lecendo novos pactos de regulação financeira. Neste contexto, em graus variados, todos os Estados nacionais vêm sendo pressionados a incorporar limites e constrangimentos às suas políticas econômicas. Passa a ser fundamental o grau de soberania nacional e a construção de espaços regionais ou de relações internacionais que resistam à lógica do neoliberalismo em crise.

20. Um segundo desafio é o democrático, que ficou muito nítido nos casos europeus, de luta contra os pacotes de austeridade. Há um nítido esvaziamento dos mínimos procedimentos republicanos baseados na soberania popular, com uma fuga das decisões-chave para organismos não eletivos e a impotência dos cidadãos. Entre partidos institucionalizados apegados às regras do jogo e movimentos sociais disruptivos mas sem uma clara expressão política, cria-se um vácuo que favorece a captura do Estado pelas forças políticas neoliberais. A alternativa está exatamente em lutar por novas formas de democracia direta e participativa e em lutar para construir partidos com forte capilaridade nos movimentos sociais capazes de expressar o ponto de vista da soberania popular e alternativas, ainda que embrionárias, ao neoliberalismo, conjugando um novo quadro institucional das formas de representação e democracia participativa.

21. Um terceiro grande desafio é o de contrapor-se à profunda erosão dos valores e tradições socialistas e do mundo do trabalho, que na dinâmica da crise funciona como ausência de um horizonte de alternativas culturais e políticas sólidas para enfrentar o neoliberalismo. Os anos recentes serão lembrados por um novo ciclo de desmoralização e aprofundamento da perda de identidade das tradições social-democráticas europeias, que desde os anos 1990 já se inscreveram nas ambiguidades da chamada Terceira Via. Serão lembrados também pela impotência das tradições anticapitalistas, em particular as de viés sectário, em romper a barreira do isolamento e da margem em meio à crise.

22. A globalização neoliberal, no entanto, retrocedeu, abrindo novos espaços de ação nacional e internacional. Ao mesmo tempo, no plano da teoria crítica, novos debates vêm se colocando com relativa força: a questão do desenvolvimento e do Estado, da democracia, das classes sociais e da própria crítica ao capitalismo. É importante lembrar que essas discussões estavam quase soterradas no tempo do pensamento único. Quiçá, possamos em breve ter o socialismo como tema atual. É para isso que lutamos. Esta conjuntura internacional que apresenta limites estruturais às ações de caráter socialista para uma curta temporalidade deve ser incorporada ao exame das potencialidades e desafios que se colocam para o PT, como um partido histórico do socialismo democrático.

II

A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA AS ELEIÇÕES DE 2014

23. As eleições de 2014 devem ser analisadas como parte do longo ciclo de luta contra o neoliberalismo, com início em 1989, quando se centralizou na disputa entre a candidatura Lula e a candidatura Collor. Neste período de 25 anos, as eleições presidenciais no Brasil têm se tornado momentos críticos de passagem entre conjunturas, condensando conquistas e impasses vividos nos quatro anos anteriores e, ao mesmo tempo, indicando novas possibilidades a partir das mudanças na legitimidade democrática e na correlação de forças entre os diferentes projetos políticos de classe.

24. Assim, seria possível identificar um sentido particular, único e singular, de cada grande disputa política nacional que se organiza em torno das eleições presidenciais: 2002 marcou o início de um novo ciclo político do país, com a vitória de Lula em um quadro de forte chantagem dos capitais financeiros internacionais e das forças políticas neolibe-

rais; 2006 foi fundamental para marcar a conquista de um segundo mandato Lula, após a grave crise de 2005, consolidando e legitimando uma inflexão à esquerda importante para a legitimidade da luta contra os fundamentos neoliberais (nova orientação da política econômica desde o final de 2005, nova política do salário mínimo, denúncia das privatizações no segundo turno, consolidação da legitimidade das novas políticas de inclusão social); 2010 foi uma clara manifestação do apoio à continuidade e aprofundamento das mudanças conquistadas nos governos Lula, a partir das respostas à esquerda diante dos novos desafios da crise econômica internacional de 2008, com a construção da liderança política de Dilma Rousseff em meio a um quadro de forte acirramento da luta de classes a partir de uma contraofensiva político-midiática neoliberal e conservadora promovida pela candidatura Serra, principalmente a partir do final do primeiro turno. Qual a singularidade que se pode prever, então, das eleições de 2014 na longa trajetória de disputas contra o neoliberalismo?

25. Nos últimos anos, temos focado a dialética entre a crise internacional do neoliberalismo e o acúmulo de vitórias contra as forças neoliberais no Brasil como um potencial inscrito em uma revolução democrática. Tal potencial ocorre pelo ciclo de políticas aberto pelo governo Lula, no sentido de avançar para um novo patamar de planejamento público e de políticas macroeconômicas, de universalização das políticas sociais e de desmercantilização dos bens necessários à reprodução da vida social. No entanto, é necessário acúmulo de forças sociais para produzirmos uma democratização qualitativa dos centros de poder da sociedade. Há pontos-chave para a efetiva democratização do poder frente aos quais a luta estritamente institucional será incapaz de destravar: um novo quadro institucional das formas de representação e democracia participativa, de democratização do processo de formação da opinião públi-

ca, de fim da corrupção sistêmica, de avanços na Justiça de Transição¹ e de superação das dimensões conservadoras das políticas de segurança pública; processo associado a um novo patamar de planejamento público e de políticas macroeconômicas, abrindo um período de universalização das políticas sociais e de desmercantilização dos bens necessários à reprodução da vida social formando um Estado alicerçado nos valores da solidariedade, do feminismo e da multi-eticidade.

26. Nesta perspectiva da política da revolução democrática, o objetivo central de reeleger Dilma Rousseff se conjuga com o objetivo de maximizar a derrota dos neoliberais – derrotando-os também em governos estaduais centrais e crescendo as bancadas do PT – e o de criar a legitimidade política para o aprofundamento das mudanças em um sentido pós-neoliberal. Nesse sentido, é fundamental uma nova pactuação de alianças e convergências com os movimentos sociais para criar um novo contexto de possibilidades de reformas estruturais, democráticas, populares e republicanas no Brasil.

O QUADRO DA DISPUTA PELO QUARTO MANDATO

27. O atual favoritismo da reeleição de Dilma Rousseff reflete o apoio majoritário do eleitorado, dos trabalhadores e dos setores mais pauperizados às conquistas acumuladas pelos três últimos governos, em particular nos campos econômico e social. Apesar de governar em meio à continuidade da crise internacional, o governo Dilma Rousseff conseguiu manter, embora em um ritmo menor, a dinâmica iniciada mais claramente no segundo governo Lula de crescimento da oferta de empregos formais, valorização do salário mínimo e do salário médio, ampliação das políticas de inclusão social, além de expansão de direitos trabalhistas (como a das empregadas domésticas) e antirracistas (como a cota dos não brancos nos empregos públicos), além de expansão das políticas públicas na área de educação (Pronatec, creches) e na saúde (Progra-

1. "No contexto dos países latino-americanos que sofreram ditaduras militares, com todo o seu rol de crimes contra os direitos humanos, o Brasil ainda é um dos países mais atrasados na aplicação da chamada Justiça de Transição, consagrada no direito internacional. Isto é, um conjunto de ações de reparação, segundo os valores democráticos, daqueles que sofreram violências de todos os tipos (da censura à tortura, do exílio à morte, da cassação à demissão por motivos políticos) das ditaduras militares, o que inclui a punição dos torturadores considerados autores de crimes imprescritíveis. O direito ao reconhecimento público da verdade, a homenagem aos martirizados na luta contra o regime militar, a valorização de seus projetos e utopias de transformação social se enquadram na Justiça de Transição. No Brasil, a transição negociada entre liberais conservadores e os dirigentes militares da ditadura preservou, em nome do esquecimento dos crimes cometidos, o direito de veto dos militares à Justiça de Transição" (Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 67).

ma Mais Médicos). Os financiamentos e o apoio à agricultura familiar, bem como o financiamento público ao maior programa de casas da história brasileira, foram aprofundados. Essas dinâmicas de inclusão social e de caráter distributivo conflitam com as dinâmicas de desemprego, redução de salários e de serviços públicos que atingiram, de forma desigual, a maioria dos países do mundo no último período.

28. Essas razões de caráter histórico e acumulativas de apoio ao governo Dilma Rousseff foram atualizadas pelo caráter democrático e popular das respostas do atual governo federal às manifestações de junho de 2013. Com efeito, após um forte desgaste inicial da imagem e da popularidade do governo, diante da campanha midiática concentrada de ataques, o governo Dilma Rousseff no segundo semestre de 2013 conseguiu entrar em uma dinâmica de reconstituição dos patamares de apoio e popularidade, embora inferiores aos altíssimos índices anteriores de aprovação. Essa dinâmica de recuperação só foi possível porque o governo Dilma priorizou o diálogo com os movimentos sociais (em contraste com o perfil repressivo dos governos do PSDB) e respondeu às manifestações com cinco propostas que incidiam sobre as reivindicações das ruas. A defesa da reforma política e da convocação de uma Assembleia Constituinte Extraordinária inicialmente feita, a priorização de novas leis contra a corrupção, a abertura de um novo ciclo de investimentos no transporte público, os novos investimentos na educação e saúde (com o destino prioritário das receitas do pré-sal para essas áreas), o Programa Mais Médicos e o compromisso em manter o controle da inflação marcaram um novo período de dinamismo do governo. Ao mesmo tempo, evidenciaram as dificuldades das oposições, em particular aquela liderada pelo PSDB, em estabelecer uma conexão programática com as reivindicações das ruas que, fundamentalmente, reivindicam um aprofundamento das políticas antineoliberais por meio de uma maior oferta de bens públicos.

29. Esse favoritismo da candidatura de reeleição de Dilma Rousseff não pode ser confundido com uma ilusória e perigosa certeza apriorística de sua vitória nas eleições de 2014. Como nas três eleições anteriores, não se manifesta nas coalizões e na própria sociedade brasileira uma situação de clara hegemonia do PT e das esquerdas que estabeleça como mais provável uma vitória no primeiro turno das eleições, embora ela não possa ser descartada. A força econômica do capitalismo internacional e sua influência no Brasil, a vantagem estrutural da correlação de forças dos neoliberais nos meios de comunicação de massa, os impasses ainda não superados das marcas da institucionalização do PT e dos limites corporativos dos movimentos sociais, em particular o sindical, indicam uma forte disputa política em 2014.

30. São visíveis, por outro lado, as dificuldades da candidatura Aécio Neves em construir uma dinâmica competitiva e polarizadora nas eleições presidenciais de 2014. Essas dificuldades têm a sua origem fundamental na dificuldade histórica do neoliberalismo em protagonizar um programa com legitimidade e atração popular desde a crise agônica do segundo governo FHC. Articulada mais claramente logo após as eleições de 2010, a partir da aliança de Aécio com FHC, contra as articulações serristas no interior do PSDB, esta candidatura se propôs desde o início a uma espécie de refundação pública da identidade do PSDB em sua defesa aberta do legado virtuoso dos governos FHC e de um programa nitidamente neoliberal. A esta identidade e este programa retomados e atualizados, a candidatura de Aécio propunha-se a liderar uma espécie de “mutirão das oposições”, dissolvendo a coalizão política construída em torno da sustentação do governo Dilma Rousseff.

31. O balanço dessa estratégia evidencia uma conquista apenas parcial e problemática desses objetivos. Sem ter uma memória de disputas nacionais anteriores, Aécio chega a 2014 sem uma liderança política nacional e sem um caminho para

sua construção. A resistência serrista no PSDB claramente atrasou os seus ritmos. Além disso, ainda é muito frágil e estreita a coalizão política montada pelo PSDB (até agora apenas a atração previsível do sindicalismo corrompido e instrumental da Força Sindical, agora Partido Solidariedade, com o afastamento simbólico, mas importante do antes fiel PPS). Por fim, o cenário visado pela construção desta candidatura, estreitamente afinada com a inteligência política e midiática dos capitais financeiros, de estimular e provocar uma desestabilização da economia brasileira, através do alento às expectativas da inflação interna e desconstrução artificial da credibilidade da economia brasileira no exterior, não tem obtido sucesso, embora tivesse pressionado a política macroeconômica do governo Dilma a uma atitude claramente defensiva. A candidatura Aécio, que conta ainda com o apoio preferencial dos setores financeiros e midiáticos, terá o apoio majoritário, mas não pleno, da estrutura orgânica do PSDB, seus governos estaduais, seu enraizamento nacional, e desfruta mesmo neste quadro de um potencial importante de votos. O seu desafio é justamente evitar a atração oposicionista alternativa de outro polo em formação, aquele da candidatura Campos/Marina.

32. A candidatura Campos/Marina é, por excelência, o lugar da indeterminação nessas eleições, com seus limites e potencialidades. A sua performance eleitoral depende de ações e movimentos da candidatura Dilma e da candidatura Aécio: seu potencial de crescimento no campo ao centro do eleitorado, apresentando-se como uma alternativa nova à polarização histórica entre PSDB e PT e seu potencial de crescimento no campo à direita na dependência direta das dificuldades da candidatura Aécio. O fato de Campos nunca ter tido uma participação eleitoral nacional, uma certa instabilidade da aliança com Marina, a força ainda não provada de sua inserção eleitoral na região nordeste, a instabilidade e fraquezas de suas coalizões nos colégios eleitorais centrais do país acrescentam fatores a esta indeterminação básica de seu potencial.

Nesse quadro muito amplo de previsões, o central é definir a natureza política dessa candidatura, que deve orientar a nossa crítica pública a ela.

33. Se a candidatura Aécio representa um retorno e atualização do fundamentalismo neoliberal, a candidatura Campos/Marina é nitidamente uma candidatura de conciliação com o programa e as forças do neoliberalismo. Isso está nítido na construção de sua narrativa, que vê o período neoliberal de FHC de forma positiva, centrada na realidade mitificada da estabilidade da economia e como antessala das conquistas sociais reconhecidas dos governos Lula e Dilma. Está presente também nos seus acenos e incorporação da crítica neoliberal às políticas macro econômicas do governo Dilma, acenando para uma nova pactuação com os núcleos do poder capitalista e financeiro do Brasil. Está presente igualmente na prioridade de suas alianças com forças pessedebistas, afastando-se de uma centralidade de aliança com o PT que marcou até agora a identidade do PSB no grande ciclo de lutas históricas contra o neoliberalismo. Esse perfil de Campos, permeado pela ambiguidade retórica de reclamar-se da herança das conquistas sociais da era Lula, busca lançar uma ponte para uma aliança de segundo turno com as forças neoliberais. Evidencia que no campo da disputa política brasileira não há neutralidade na polarização social estabelecida desde 1989 e acelerada após a conquista do governo central em 2002. Entre dois centros de gravidade, o da revolução democrática e o da reconstituição do domínio do capital sobre o governo central, Campos está polarizado pelo segundo.

34. Um discurso que identifica Campos exatamente com o neoliberalismo e o ataca como “traidor” tem a sua eficácia política limitada porque a construção de sua imagem pública certamente incorporará a mobilização simbólica e real de seu tempo de inscrição na luta antineoliberal e se defenderá *a priori* da acusação de “traição” com a narrativa que pretende ser uma alternativa ao esgotamento do ciclo petis-

ta, mobilizando dessa vez os acúmulos de antipetismo inscritos na disputa política nacional. É muito provável que conte com o auxílio e apoio da rede midiática neoliberal para construir essa imagem e esse discurso, como já vem sendo apontado publicamente por FHC. Na verdade, a eficácia da crítica da conciliação de Campos/Marina com o neoliberalismo de FHC só ganhará legitimidade se o programa, a identidade e os movimentos políticos da candidatura Dilma Rousseff apresentarem uma crescente nitidez antiliberal, aprofundando o caminho de um Brasil pós-neoliberal. Isto é, quanto mais a candidatura Dilma Rousseff apresentar uma identidade e uma mensagem vinculadas às diretrizes de uma revolução democrática, como viemos defendendo, incorporando inclusive com centralidade a questão democrática e também cobrindo a “brecha ecológica” através da qual se alimenta o discurso ambíguo de Marina Silva, mais a denúncia da conciliação de Campos/Marina com o neoliberalismo de FHC ganhará credibilidade e atração eleitoral.

35. A demarcação frente a Eduardo Campos é importante por três razões. Em primeiro lugar, mostra que há um campo possível de convergências de ações dos neoliberais e dos conservadores com os setores sectários de esquerda, em torno da principalidade do combate ao governo petista, que pode tomar diferentes configurações. O canal dessa convergência é certamente o poder de comunicação de massas, estruturalmente em mãos de setores neoliberais e conservadores, com sua capacidade de disputar o simbolismo e a narrativa das manifestações. Em segundo lugar, serve para designar o lugar em que a candidatura Campos/Marina procura se posicionar: de um lado, alimentando a narrativa do fim de um ciclo petista e, de outro, apresentando-se como uma alternativa que se colocaria de fora, ou, pelo menos, com menos compromissos com os vícios do sistema político atual. A história do PSB e da própria Marina no ciclo dos governos liderados pelo PT lhes dão, inclusive, certa legitimidade para se apresentar

como atores de um novo ciclo político, que manteria “os acúmulos históricos do PSDB e do PT no campo da estabilidade econômica e da inclusão social”.

36. Serão muito decisivos neste quadro a postura, os posicionamentos públicos e as iniciativas do governo Dilma e principalmente do PT em relação aos movimentos sociais e às reivindicações públicas em continuidade daquelas ocorridas em junho de 2013. Como se afirmou no início, uma das singularidades principais destas eleições de 2014 será muito provavelmente uma maior combinação entre a luta eleitoral e as lutas públicas por direitos, suas diretivas e seus simbolismos. E a sua cena é exatamente a véspera e a realização da Copa do Mundo no Brasil, trazida artificialmente com o apoio da mídia para o centro da crítica aos impasses brasileiros como uma forma de criar um clima de desestabilização e negativismo em relação ao atual governo federal. Nossas bandeiras e lutas contra a exploração do corpo das mulheres e a prostituição, assim como a defesa das liberdades de expressão e mobilização social e cultural, não se limitam aos grandes eventos. A Copa da Fifa traz contradições da sociedade de classes que não podem ser debitadas negativamente ao nosso governo. Combateremos, como sempre, toda e qualquer agressão a nossa diversidade cultural. Ao mesmo tempo, vamos curtir nossa paixão pelo futebol, afirmando o Brasil como um país livre, que vive um processo de revolução democrática em ruptura com o neoliberalismo.

37. Em relação às manifestações de junho e seus desdobramentos, há, *grosso modo*, três campos de disputa política e simbólica. O primeiro é o campo neoliberal que procura expressá-las e incorporá-las à sua narrativa de que o ciclo petista chegou ao fim, em um cenário desastroso para o país (impasse do crescimento, perda de controle da inflação, perda de credibilidade internacional da economia brasileira etc.) e de corrupção generalizada, liderada pelos “mensaleiros petistas”. Há aí um campo inesgotável de iniciativas de provoca-

ção, de instrumentalização e até eventualmente de sabotagens da direita neoliberal no Brasil, que podem ocorrer no sentido de criar uma cena política de pânico e de descontrole públicos. É preciso encontrar a linguagem política democrática e republicana para denunciá-las desde já.

38. O campo da esquerda sectária (PSTU, PSOL e outros pequenos agrupamentos), em uma posição fortemente minoritária ou marginal na institucionalidade democrática existente, advoga uma estratégia de ação centrada na denúncia do governo do PT, inserida no repúdio geral aos “políticos corruptos”. Daí a centralidade simbólica conferida ao evento Copa do Mundo, a não delimitação crítica entre o governo Dilma e governos neoliberais como o de Alckmin.

39. A utilização sistemática e prioritária da violência em manifestações de massa constitui um novo desafio para as esquerdas que se organizam em torno ao socialismo democrático. Por um lado, há que se delimitar claramente as visões de mundo conservadoras que deslegitimam o conflito e a legitimidade das ações dos movimentos sociais. É preciso não apenas fazer a defesa aberta da legitimidade das manifestações democráticas, como se colocar junto com elas, incentivando-as e mostrando a sua importância na luta pelo aprofundamento das mudanças no país. De outro, é preciso dar centralidade à denúncia da violência policial institucionalizada no sistema de segurança público brasileiro, herdado da ditadura militar, inclusive das posturas repressivas adotadas pelos governos neoliberais. A isso devemos acrescentar a desmilitarização das polícias, a construção de um Sistema Nacional de Seguranças Pública (a exemplo do SUS e SUAS) e a organização de uma diretriz democrática e republicana para o uso da força por parte do Estado, a partir da PEC da Desmilitarização das Polícias e do Projeto de Lei sobre o uso de armamentos não convencionais, ambos apresentados pelo senador Lindberg Farias (PT-RJ) ainda em 2013, como resposta à brutal repressão das PMs do Rio de Janeiro e de São Paulo às manifestações.

Por outro lado, faz parte da origem e do desenvolvimento da tradição do socialismo democrático a crítica rigorosa à estratégia de pequenas vanguardas autorreferidas, que fazem do recurso à violência um meio de cobrir a sua carência de liderança, a denúncia de visões de mundo que fazem do uso da violência o seu centro, em detrimento dos valores humanistas e do respeito aos direitos humanos, a defesa da democracia como o lugar político da legitimação do conflito, da diferença e da contestação. A tradição do socialismo democrático, como em uma vasta tradição do republicanismo e na linha dos próprios fundadores do marxismo, confere legitimidade ao uso, se necessário, da violência contra regimes despóticos ou que proíbem as manifestações fundamentais da liberdade e da soberania popular.

40. O terceiro campo é o da esquerda, cujo posicionamento pode e deve ser interpretado como um aprofundamento do posicionamento e das propostas publicamente pela presidenta Dilma Rousseff. Este posicionamento está centrado no reconhecimento da legitimidade das manifestações democráticas, procurando distingui-las das ações diretas de violência e depredação; na disposição ao diálogo com elas, alternativamente à postura basicamente repressiva de governos liberais ou conservadores; na centralidade conferida à luta pela reforma política do sistema eleitoral, no aprofundamento da luta sistêmica contra a corrupção, no reconhecimento de uma crise urbana e da necessidade de investimentos novos e qualitativos nos transportes públicos; na prioridade para os investimentos em educação e saúde públicas; e no compromisso em manter a inflação sob controle.

41. Mais importante, a demarcação desses três campos de possíveis relações com as mobilizações populares indica um caminho para o PT e para o governo Dilma nestas eleições: a disputa dos 60% dos eleitores que, em média nas pesquisas aferidas recentemente, desejam muitas mudanças no país e que hoje não convergem majoritariamente para um candi-

dato alternativo. Aliás, nas pesquisas aferidas, a reeleição de Dilma consegue já, de fato, polarizar uma parte dessas aspirações de mudanças, devido ao seu posicionamento decisivo frente às manifestações de junho. É exatamente esta identidade – continuidade das mudanças já conquistadas e início de um novo ciclo histórico de mudanças democráticas e sociais – que pode fechar o espaço para uma alternativa que se apresente no imaginário do eleitorado como disposta a um novo ciclo político que supere a polarização histórica entre coalizões lideradas pelo PT e pelo PSDB. É exatamente a partir de um programa e de uma proposta de mobilizações em torno deste programa que represente a continuidade das mudanças que se pode estabelecer o duplo combate político nestas eleições: a crítica à candidatura Aécio como um retrocesso aos tempos de FHC e à alternativa Campos/Marina como incapaz de liderar um aprofundamento das mudanças em função da conciliação central com o neoliberalismo que constitui esta coalizão: o elogio histórico ao governo FHC e a disposição de se aliar às forças neoliberais e conservadoras para governar o país.

42. A valorização da disputa programática, de valores e dimensões simbólicas tem sido fundamental nesses anos de luta com o neoliberalismo para criar a legitimidade democrática para ação dos novos governos eleitos. No caso das eleições de 2014, este reconhecimento é ainda mais decisivo. As manifestações de junho e seus desdobramentos na opinião pública imprimiram nova legitimidade à luta pela democratização do sistema político, contra a corrupção sistêmica e pelos direitos públicos. É preciso, pois, responder com um programa novo – assentado nas conquistas já alcançadas – a esta nova legitimidade dessas demandas fundamentais.

43. O ano de 2013 também foi marcado por uma nova ofensiva das forças político-midiáticas neoliberais em torno da disputa dos rumos da política macroeconômica, centralizadas sobre o aumento da taxa Selic e pela não re-

dução do superávit primário. É preciso, pois, disputar abertamente a legitimidade democrática do sentido e do aprofundamento das políticas econômicas antineoliberais que se afirmaram mais claramente a partir do fim do primeiro mandato do presidente Lula.

44. A afirmação do planejamento democrático, da função decisiva do setor público como financiador, produtor e regulador, das medidas de combate aos poderes financeiros, das iniciativas de defesa dos direitos do trabalho e da ampliação das políticas sociais, da defesa da soberania nacional diante da pressão rentista internacional, da agricultura familiar, da reforma agrária e do direito dos povos e comunidades tradicionais aos seus territórios é fundamental para inverter um panorama político e comunicativo defensivo. É necessária uma reforma tributária que elimine a guerra fiscal e a renúncia fiscal como instrumentos de política industrial e uma inversão do atual predomínio de impostos de consumo, altamente regressivos, por uma ampliação dos impostos sobre a renda, a propriedade territorial urbana e rural, sobre as operações financeiras, sobre as heranças e doações com progressividade nesses impostos diretos. É fundamental a luta pela redução sistemática da taxa de juros, contra a “independência” do Banco Central (que nada mais é do que sua dependência do capital financeiro), pela ampliação dos bancos e do crédito públicos, sem a lógica da especulação financeira privada. Vimos que mesmo a queda sensível da Selic não impediu a agiotagem da banca privada. O acesso à terra é incondicionalmente um princípio para a construção de um país democrático e igual. O avanço do fim da pobreza extrema no campo tem na reforma agrária um alicerce primordial, capaz de produzir o bem viver no meio rural, que assegure à nossa juventude todas as condições de permanência no campo e que promova as condições para produzir e comercializar de forma agroecológica.

45. Entre as tarefas da Revolução Democrática Brasileira que orientam nosso programa para o quarto mandato presi-

dencial, está a luta pela inserção autônoma na divisão internacional do trabalho. Lutar contra a reprimarização da economia brasileira e pela diversificação de nossa base produtiva, nas suas diversas manifestações. Aumento dos recursos públicos para a pesquisa e desenvolvimento, fortalecimento do nosso sistema nacional de inovação tecnológica, uma política industrial que integre de forma competitiva nossa indústria nas cadeias internacionais de valor e uma ambiciosa política de fomento aos arranjos produtivos locais são parte integrante da consolidação de uma pujante economia de massas. Uma política industrial ativa e estruturadora do desenvolvimento, combinada com um sistema nacional de ciência e tecnologia, e uma política nas áreas dos grandes serviços públicos que não se rendam à lógica neoliberal de que o Estado não funciona. Áreas de serviços como energia, telefonia, água, transportes de massas, pedágios, entre outros, devem ser reguladas pelo Estado para que que esses serviços respondam aos interesses do desenvolvimento nacional e da justiça social e não aos da acumulação privada. Nos casos que couber, o Estado deve intervir diretamente.

46. Cabe ainda registrar a contradição entre as tarefas democráticas postas para um segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff e a política de alianças em curso. Há uma nítida diferença entre o sentido programático da reeleição de Dilma e a opção preferencial pela aliança com o PMDB, que no Congresso Nacional tem evidenciado e até aprofundado o seu atrelamento a posturas e interesses conservadores. Neste quadro, será decisiva a nitidez programática imprimida pelo PT e pelo PC do B e pelos setores mais progressistas da coalizão à candidatura Dilma Rousseff, preparando inclusive um esforço de uma nova convergência política e social nos próximos anos. Trata-se, pois, de construir o bloco social capaz de sustentar as transformações que o governo do PT precisa implementar em um quarto mandato à frente do país.

A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROGRAMA DO QUARTO MANDATO

2. Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 28.

47. A criação de uma nova legitimidade para a democratização do poder político no Brasil foi o principal resultado das manifestações de junho de 2013. Passou-se de um mal-estar crônico diante das instituições de representação da democracia brasileira, medido já há alguns anos pela desconfiança popular diante dos órgãos parlamentares de representação e os próprios partidos, para uma situação crítica da legitimidade democrática, que tende a fazer crescer os votos nulos, brancos e de protesto. Na resolução “Diretrizes de um programa para a revolução democrática”, aprovada na X Conferência Nacional da DS em 2011, já chamávamos atenção para o déficit democrático central da experiência de transformação dos governos Lula e propúnhamos centrar em seis dimensões combinadas: a luta pela reforma eleitoral do sistema político, a introdução em escala ampliada da participação da democracia participativa no governo federal, a luta pela democratização da formação da opinião pública, o enfrentamento da corrupção sistêmica, o aprofundamento da Justiça de Transição, envolvendo a mudança de paradigmas das políticas de segurança pública, e, finalmente, a luta pela democratização da Justiça no Brasil.

48. Como já afirmamos: “Uma mudança da natureza do Estado equivale a sua refundação democrática através de um novo modelo de Estado. Em geral, ela se expressa por um processo de Assembleia Constituinte, que se realiza em meio à construção de uma nova hegemonia. Assim, ela procura maximizar na transformação social a dimensão do consenso e da vontade das maiorias em relação ao momento de força ou de coerção das transformações sociais. Ela consolida os avanços obtidos por reformas e conquistas parciais, mas os reorganiza em uma nova lógica unitária de Estado a partir de novos princípios de civilização.”² A proposta de fazer uma Assem-

3. Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 53.

bleia Constituinte exclusiva para redefinir as bases de funcionamento democrático do Estado brasileiro apareceu com centralidade na primeira resposta de Dilma Rousseff às manifestações de junho, tendo sido retirada após encontrar forte resistência das forças majoritárias no Congresso Nacional, inclusive na própria base parlamentar do governo. Ela hoje reaparece na proposta de realização de um plebiscito popular a ser realizada em setembro de 2014, em favor da convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para realizar em um sentido amplo a reforma política, através de uma campanha popular frentista que reúne as principais entidades do movimento operário popular brasileiro. É decisivo que o PT, de corpo inteiro, se engaje nesta campanha, inclusive através de seus candidatos, e que a defesa desta proposta seja reapresentada pela candidatura à reeleição de Dilma Rousseff com o seu sentido de alargamento da participação popular, do pluralismo político e do controle público democrático sobre o Estado brasileiro.

49. A atuação da bancada parlamentar referenciada no movimento interno ao PT, Mensagem ao Partido na Câmara Federal, foi fundamental para evitar que o PT se colocasse de forma ambígua ou frontal contra a proposta defendida expressamente pela presidenta Dilma Rousseff em favor de uma reforma política do sistema eleitoral, com o seu centro no financiamento público de campanha. “Por contrariar interesses econômicos e conservadores tão estruturados e enraizados na nossa sociedade e na nossa cultura política, a conquista do financiamento público de campanha e do voto em lista, com paridade na representação das mulheres, não será fruto de uma autorreforma do sistema político.”³ É preciso, pois, encontrar uma linguagem política coerente e pública para tornar esta campanha apoiada por dezenas de milhões de brasileiros. O caminho neste sentido é o de mostrar como o financiamento privado de campanha distorce completamente a representação política,

em desfavor dos trabalhadores e dos setores populares, servindo, além disso, de principal meio de renovação da corrupção sistêmica no Estado brasileiro.

50. As jornadas de junho, em sua radical manifestação de maior participação nas decisões do Estado brasileiro, trouxeram uma nova legitimidade para as questões relativas à democracia participativa no governo federal. O acúmulo dessas experiências chegou a se unificar em uma proposta de institucionalização das novas leis sociais e das novas formas de participação, as quais, no entanto, ao final do governo Lula, acabaram por não ser encaminhadas. Durante o governo Dilma, as experiências das conferências nacionais foram aprofundadas, embora não alcançassem maior visibilidade e poder de agenda. A campanha de 2014 é um momento de clara expressão de uma proposta que consolide os avanços participativos e anuncie novos padrões de relação entre a formação das políticas públicas e do orçamento nacional e os movimentos sociais e a cidadania ativa no país. Defendemos mecanismos de participação popular na gestão pública de forma organizada, permanente e com poder de deliberação.

51. A aprovação pelo Congresso Nacional da nova lei contra a corrupção, enviada pelo governo federal a partir de estudos da CGU, mas só aprovada no Senado para promulgação pela presidenta Dilma após as manifestações de junho, deve ser considerada um marco na luta contra a corrupção sistêmica no Brasil que adquiriu uma nova qualidade e um novo tempo a partir da primeira gestão do presidente Lula. Ela é decisiva porque permite novas possibilidades de penalização dos corruptores, com graves penas administrativas e financeiras, das empresas que organizam circuitos de corrupção no Estado brasileiro. As avaliações da CGU e da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que reúne os principais órgãos de combate à corrupção no país, evidenciam os enormes progressos acumulados no combate à corrupção desde 2002, que passam pela

4. "A privatização do processo de formação da opinião pública no Brasil – os oligopólios dos meios de comunicação de massa e um quadro de veto à aplicação da definição constitucional que prevê a atualização de sua regulação, criando uma situação quase de vazio legal – está certamente hoje entre os maiores obstáculos da democracia brasileira. A voz do cidadão não chega ao público e, quando chega, soa enfraquecida, distorcida, subvalorizada. Já a voz dos que têm privilégios, principalmente os de maior riqueza, propriedade e renda, chega estridente, silenciadora, caluniadora e preconceituosa. Os banqueiros têm uma livre tribuna cotidiana, em horário e espaço nobres; as dezenas de milhões de trabalhadores não têm sequer uma coluna ou seção ou programa para fazer valer sua cultura, seus valores, seus interesses. Na comparação internacional, é certamente a situação mais escandalosa em todos os contextos nacionais minimamente democráticos" (Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 59).

própria constituição funcional da CGU, o reaparelhamento e novo dinamismo da Polícia Federal, a nova lei da transparência pública, os processos de monitoramento por sorteio dos repasses federais às gestões municipais, a tipificação e afastamento dos funcionários corruptos no governo federal, a nova Lei da Ficha Limpa, que coíbe o crime eleitoral, a formação do cadastro das empresas inidôneas, a relação ativa com os órgãos internacionais de combate à corrupção etc. Já é possível programatizar a partir desses avanços, em um período de tempo, o fim da corrupção sistêmica no Brasil, aquela que está tipificada e faz parte do próprio funcionamento do sistema político e do Estado brasileiro.

52. Uma das principais polêmicas que a Mensagem ao Partido e a Democracia Socialista têm mantido desde a crise de 2005 no interior do PT se refere à necessidade de dar centralidade ao tema da luta contra a corrupção, tratada como parte da luta democrática e a partir de um viés antiliberal. Há três razões que concorrem para esta centralidade: a corrupção no Brasil ainda é sistêmica, isto é, profundamente disseminada e tipificada devido às raízes antirrepublicanas de formação do Estado brasileiro, afetando até mesmo experiências de governos de coalizões lideradas pelo PT; a existência de uma corrupção sistêmica deslegitima e desmoraliza os fundamentos públicos e democráticos do Estado, criando fenômenos muito típicos nas democracias ocidentais de repúdio à política; na ausência de um enfoque hegemônico da esquerda, a bandeira da anticorrupção é instrumentalizada, ao modo udenista, em favor do Estado mínimo e de um ataque calunioso às próprias forças da esquerda. De outro lado, pelo caráter presidencialista do regime político e pela responsabilidade do Executivo em propor e executar o Orçamento, cabe-nos tomar a iniciativa para acabar com o instituto da emenda parlamentar, com os parlamentares integrando-se nos mecanismos de participação popular para, junto com a população, discutir e decidir prioridades orçamentárias.

53. Outra frente fundamental da democratização do poder no Brasil é manter o esforço concentrado na luta pela democratização da opinião pública.⁴ Esta luta ganhou novos contornos e dinamismos: o principal é a campanha nacional liderada pela Frente Nacional pela Democratização das Comunicações, que propõe a regulamentação dos artigos previstos na Constituição Federal e que até hoje foram obstaculizados pelo poder das grandes empresas privadas de comunicação; criaram-se elementos, em particular na rede virtual, mas também em iniciativas de jornais populares de âmbito local, da formação do que poderíamos chamar de uma rede democrático-popular de comunicação que, no entanto, exige ainda muito investimento político para se enraizar e fazer crescer o seu poder de informação e opinião alternativos; aprofundaram-se no PT e nas vanguardas da esquerda a consciência e as formulações das dimensões comunicativas e discursivas da luta pela emancipação social, retomando dimensões do marxismo clássico que foram sendo congeladas ou esquecidas ao longo dos anos.

54. Um dos maiores ganhos democráticos do governo Dilma Rousseff foi certamente em relação aos temas da chamada Justiça de Transição,⁵ através da formação da Comissão da Verdade e dos trabalhos da Comissão Brasileira de Anistia, do Ministério da Justiça. Investigar e tornar pública, como posição de Estado, a verdade sobre todas as dimensões criminosas da repressão da ditadura militar, cultivar a memória e a reparação dos que sofreram perseguição, punir os culpados pelos crimes contra os direitos humanos e reformar as instituições da repressão desenvolvidas durante o regime militar constituem os quatro elementos fundamentais da Justiça de Transição. A Comissão da Verdade, ao divulgar os arquivos guardados como segredos pelas Forças Armadas, ao esclarecer assassinatos de militantes e lutadores, ao prestar homenagem pública ao ex-presidente Goulart e investigar as condições de sua morte, ao se pronunciar pela voz de uma das

5. Assim tratamos esse tema: "Está evidentemente vinculado a esta falta na democracia brasileira dos valores da Justiça de Transição, a manutenção de um aparato de segurança público e privado que funciona às margens dos direitos humanos e que age violentamente, em geral, contra os mais pobres, em particular os negros, os favelados, os travestis e as transexuais. Após o grande aprisionamento dos anos neoliberais, quando o número de encarcerados no Brasil aumentou em mais de mil por cento, os presídios massificaram uma herança antiga, a de submeter presos comuns a situações que fazem lembrar campos de concentração. Em geral, os mais pobres são mais afetados por este fenômeno, já que os que têm acesso a dinheiro ou a educação superior acabam por conseguir condições de carceragem especiais. Superar esta chaga brutal da prática cotidiana e atual do Estado brasileiro é também uma das metas da construção de um novo Estado democrático, que inclua a segurança pública no direito cidadão" (Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafo 68).

6. O conceito de racismo institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, "trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica". Uma das faces da violência é o racismo institucional. Avançar na revolução democrática passa, necessariamente, por combater todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

suas coordenadoras em favor da revogação da Lei de Anistia da ditadura militar e pela punição dos criminosos, como é o posicionamento das instituições internacionais, criou uma nova dinâmica da Justiça de Transição no Brasil. Ao mesmo tempo, a Comissão Brasileira de Anistia tem promovido um formidável trabalho de memória com a criação de um Memorial Nacional da Anistia, com a inauguração de um conjunto de monumentos públicos, com caravanas da anistia e a publicação de livros, documentários e revistas teóricas sobre as experiências dos povos no campo da Justiça de Transição.

55. Um grande impasse das políticas do governo federal na área democrática continuam a ser as políticas de segurança pública, tendo se perdido uma dinâmica inicial construída pela I Conferência Nacional de Segurança Cidadã e pelo lançamento do Pronasci, que inauguraram no campo da institucionalidade a inserção e a priorização, em todo o território nacional, do novo paradigma da Segurança Pública Cidadã. A militarização das PMs, sua subordinação aos entes federativos, a forte propaganda conservadora sobre a necessidade de novas leis punitivas, a continuidade de uma ostensiva, escandalosa e infamante escalada no assassinato de jovens da periferia, em sua maioria negros, fato que reforça o racismo institucional ainda presente nesta instituição,⁶ constitui certamente um impasse central da democracia brasileira. É fundamental que o PT e um segundo mandato Dilma reconstituam uma dinâmica pública, a partir de valores da esquerda nesta área, a partir das experiências positivas locais já realizadas e do acúmulo de elaboração de políticas públicas disponíveis.

56. Outro grande impasse é o das relações entre o poder judiciário e o processo de republicanização incompleto do Brasil.* Em particular, o período recente, com o julgamento da Ação Penal 470, demonstrou com todas as evidências os riscos de um processo de judicialização da política e a instrumentalização do judiciário por forças conservadoras. Este

continua a ser um grande desafio para as esquerdas brasileiras: o de democratizar o acesso à justiça, de superar as dimensões classistas e conservadoras de sua história e, ao mesmo tempo, tornar o funcionamento do judiciário brasileiro compatível com os princípios fundamentais da soberania popular.

* “Na maior parte do tempo desde a formação do Estado nacional, o Judiciário brasileiro, em contextos classistas, oligárquicos e de inclusão corporativa, não se constituiu como um poder democrático e republicano. Fechando-se a dinâmicas interativas e porosas ao princípio da soberania popular, foi mais liberal privatista do que garantidor dos direitos públicos, alimentou privilégios classistas, racistas, patriarcais e oligárquicos, além de impunidades, mais do que universalizou a simetria dos direitos e deveres, ficou refém do controle de classes e grupos privilegiados mais do que se abriu ao uso e controle democráticos das maiorias. “Desde a Constituição de 1988, tem havido avanços, transformações e conquistas parciais no sentido da republicanização e da democratização do Judiciário sem alterar estruturalmente, no entanto, as características conservadoras de sua formação. Para a revolução democrática que lida com um processo dinâmico e crescente de criação de direitos, a democratização e republicanização do Judiciário é fundamental. Através das teorias democráticas do Direito, em sua linguagem do público, do enriquecimento da pauta e da agenda dos direitos humanos, dos direitos comunitários ou coletivos, dos direitos feministas e multiculturais, da construção discursiva e histórica de sua legitimidade, criam-se formas de articulação entre a luta dos movimentos sociais e a institucionalidade em processo de mudança. Ela permite a passagem de políticas de governo ou conquistas de movimentos sociais para a dimensão de Estado, através de sua constitucionalização, funcionando assim como uma alavanca de universalização e perenização de direitos. Ela possibilita a reposição de direitos históricos de reparação, no campo das relações antirracistas e antipatriarcais, além de estabelecer o paradigma da prioridade dos interesses públicos no campo das relações entre capital e trabalho, da estrutura fundiária, da regulação dos interesses privados mercantis em áreas-chave como a ecologia. Ela possibilita dinâmicas de erosão da crosta de privilégios históricos desfrutados desde sempre, em todas as áreas do Direito, pelos privilegiados, constituindo uma camada restrita de anticidadãos, dotados de todos os direitos e nenhum dever. Ela cria espaços, enfim, de arbitragem democrática de conflitos, sempre a partir do interesse público e dos procedimentos do pluralismo democrático” (Resolução da X Conferência Nacional da DS, parágrafos 69 a 71).

RESOLUÇÃO: PARA ATUALIZAR AS DIRETRIZES ORGANIZATIVAS DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

1. O período mais recente de construção da tendência demonstra avanços significativos em nossa organização nacional. As tarefas de elaboração política, engajamento militante e de coordenação nacional garantiram graus elevados de unidade política e crescimento regional da DS.

2. Temos uma militância com muito orgulho de ser da DS. Ampliamos nossa abrangência nacional e agora estamos presentes em 25 estados, um crescimento que resulta da condução dada à disputa de rumos do PT. Nossa tendência se consolida como um espaço permanente de discussão e mobilização militante em torno dos rumos do partido e da nossa experiência de governo.

3. Em nosso esforço de elaboração política e organização da ação militante, construímos novos espaços.

■ O Ativo Nacional de Comunicação da DS atualizou os desafios e tarefas para organização coletiva, diante das novas tecnologias. A partir de então, lançamos nosso Portal Democracia Socialista e passamos a interagir com as novas ferramentas em redes sociais.

■ O Ativo Nacional de Negros e Negras da DS reposicionou o tema do combate ao racismo em nossa formulação marxista. O antirracismo veio ao centro da nossa estratégia e passou a fazer parte obrigatória do temário dos cursos de formação política. Diferente de apenas cumprir cotas, a militância negra da DS ocupa espaços de decisão da tendência, seguindo critérios de represen-

tatividade e comprometimento. O Enegrecer – Coletivo Nacional de Juventude Negra organiza a juventude negra da Democracia Socialista para contribuir com a construção do programa e da atuação do PT, na luta política e social, por uma sociedade socialista livre das opressões racistas e machistas.

■ Iniciamos a experiência de realização das Plenárias Nacionais da DS, intercalando os anos de realização das Conferências. Passamos a reunir com maior periodicidade a nossa bancada federal.

4. Lançamos a *Revista Democracia Socialista*, nossa iniciativa mais importante dos últimos anos. É fruto do acúmulo de posições na direção e nas conferências nacionais realizadas. Tem o sentido de voltarmos a editar posições políticas e de retomar o debate sobre o socialismo, considerando a enorme importância da nossa tendência para a defesa de um marxismo criativo. A revista receberá maior acompanhamento e contribuição editorial da direção nacional.

5. Nesta XI Conferência Nacional da DS, atualizamos nossas diretrizes organizativas. Particularmente, sobre a organicidade militante, contribuindo com a sustentação financeira da tendência e maior envolvimento das direções estaduais com a produção da *Revista Democracia Socialista*; a coordenação do trabalho político nacional, principalmente com uma comunicação mais dinâmica; e o fortalecimento regional mais integrado ao projeto nacional da tendência.

ORGANICIDADE MILITANTE

6. Em nossa X Conferência Nacional, debatemos profundamente sobre o papel do e da militante da DS como tendência do PT. Afirmamos que nossa combativa militância está enraizada nos movimentos sociais e é ativa na construção do PT. Por isso, milita muito! É necessário, agora, reafirmar o caráter central da organicidade militante: o engajamento nos espaços de participação, o compromisso com as tarefas assumidas coletivamente, a autossustentação financeira.

7. Organizaremos nosso cadastro nacional. Ele será alimentado por dirigentes estaduais da tendência, indicados pelas instâncias e coordenado nacionalmente. Saberemos exatamente quantos somos, onde atuamos, qual a proporção de mulheres, jovens, indígenas, negros e negras. Teremos os contatos de nossos militantes que atuam nos parlamentos e nas gestões públicas. A organização do nosso cadastro facilitará a comunicação nacional, a arrecadação financeira e a organização de campanhas partidárias. Teremos, assim, o mapeamento das formas organizativas da nossa militância.

8. Ser militante de uma corrente política revolucionária é atuar pelo socialismo. Para tanto, é fundamental ter capacidade de convocação política. Isso quer dizer referência, legitimidade, organizar-se com determinada base social. Devemos reafirmar o compromisso militante de convocar novos companheiros e novas companheiras para compartilhar conosco o mesmo projeto. Qualquer militante da DS tem condições políticas para convidar outros militantes para fazer parte da tendência e filiar-se ao PT, caso ainda não tenha aderido. Os espaços organizativos da DS devem ter momentos de celebração do nosso crescimento, com o registro de recentes adesões ao nosso programa e organização. A Conferência Nacional da Democracia Socialista (CNDS) produzirá um caderno de apresentação da tendência, voltado para novos e novas militantes. Com tiragem impressa e divulgação nas redes sociais, buscaremos ampliar permanentemente nossa referência como tendência petista, socialista e democrática.

9. Ao lado da participação nos espaços da tendência, a sustentação financeira também é um dever militante. Não se estrutura uma tendência política com dimensão nacional e elevado grau de importância para o PT sem autossustentação financeira. Estabeleceremos um novo mecanismo para a contribuição militante: o boleto bancário nominal. Através do boleto, organizaremos a cobrança da cotização anual, conforme faixas de renda aprovadas na X Conferência Nacional. O cadastro nacional facilitará esse mecanismo. A cotização mili-

tante é anual, independente de realização de Conferência ou Plenária Nacional no ano.

10. Iniciamos uma campanha de contribuição à *Revista Democracia Socialista*. Não é a compra de exemplares, mas sim uma contribuição voluntária. Desvinculada da cotização militante, a contribuição deverá, sobretudo, ser buscada junto a companheiros e companheiras que simpatizam e apoiam a existência de uma revista de debate programático, marxista e revolucionário. Buscaremos apoio de intelectuais, dirigentes partidários e antigos(as) e novos(as) companheiros(as). Para tanto, é tarefa das nossas direções e demais militantes oferecer essa possibilidade, listar possíveis doadores e procurá-los para efetivar as contribuições. As direções estaduais devem assumir ainda maior responsabilidade sobre a distribuição e arrecadação das vendas da revista.

COMUNICAÇÃO: INSTRUMENTO COLETIVO DE ORGANIZAÇÃO NACIONAL

11. A tendência é um espaço organizativo para coordenar e dirigir a disputa de rumos em suas várias dimensões. Porém, tal objetivo depende da capacidade continuada de desenvolver uma compreensão comum dos acontecimentos, da dinâmica da luta política e social e das iniciativas a serem tomadas. Tal capacidade requer instrumentos coletivos de organização da ação política da tendência. Os espaços de coordenação política (Coordenação Nacional e Grupo de Trabalho Nacional) e as instâncias decisórias nacionais (Conferências e Plenárias) possuem os papéis centrais de tomada de posições diante das conjunturas e definição de ações diante das lutas sociais e políticas. A comunicação da tendência cumpre papel de organização coletiva. Deve expressar nosso grau de coesão e identidade diante dos desafios conjunturais.

12. Temos, hoje, ferramentas da DS para atuação em rede: portal, boletim eletrônico e perfis nas redes sociais. São importantes mecanismos para divulgar nossas posições, con-

vocar nossa militância e simpatizantes para agendas, propagandar a *Revista Democracia Socialista* e para difusão de conhecimento sobre teoria revolucionária. De acordo com nossa compreensão sobre o papel da comunicação, temos importantes ferramentas para a organização coletiva. Necessitamos, agora, aproveitar esse potencial.

13. O trabalho profissional para a comunicação da DS deve abarcar a alimentação do portal na internet, a publicação periódica do boletim eletrônico e a programação e elaboração de conteúdo para atuação em redes sociais.

14. Devemos engajar nossa militância para atuação política nas redes sociais. Engajar em torno das posições que assumimos no Conselho de Entidades Negras (CEN) e no Diretório Nacional (DN); do que realizamos no parlamento e governos em que temos maior responsabilidade; de nossa agenda construída pela CSD na CUT, pela Kizomba na UNE, pelo Enegrecer no movimento negro; das atividades impulsionadas pelas militantes feministas a partir da Marcha Mundial das Mulheres.

O CRESCIMENTO DA TENDÊNCIA

15. Entre as diversas tarefas da Coordenação Nacional a serem implementadas pelo Grupo de Trabalho Nacional, está a construção regional da tendência. Devemos construir e implementar um plano de crescimento regional. Significa acompanhar a organização e o planejamento das coordenações estaduais, contribuir com as estratégias eleitorais, com a militância que tem responsabilidade na direção dos movimentos sociais. O projeto estadual e regional de inserção e disputa deve estar integrado ao projeto nacional. Sem isso, não se viabiliza. A tarefa central do acompanhamento nacional é desenvolver esse aspecto.

16. A CNDS acompanhará de perto a construção da tendência nos estados com organização mais recente. Funcionamento democrático, organização financeira, dinâmica de

formação política, tarefas de direção são todos aspectos imprescindíveis para garantir a organicidade militante.

17. Construiremos um plano regional de crescimento da DS. Planejaremos, em conjunto com as direções estaduais, as estratégias eleitorais e de filiação de novos militantes. Devemos iniciar imediatamente a elaboração e implementação desse plano e atualizá-lo na 2ª Plenária Nacional da DS, a ser realizada em 2015.

18. O plano de crescimento consistirá nas seguintes fases:

- a. Primeiro semestre de 2014: planejamento das direções estaduais eleitas. Deverão considerar o conjunto de tarefas elencadas nessa resolução e dividir responsabilidades entre os dirigentes locais.
- b. Período eleitoral: concentrar esforços na reeleição da presidenta Dilma, nas campanhas estaduais e na eleição de uma forte bancada parlamentar de militantes da DS. A campanha eleitoral é um momento favorável para aproximar militantes e envolvê-los em atividades sob nosso protagonismo.
- c. Primeiro semestre de 2015: formação política e organização setorial. 1) Realizaremos, no início de 2015, uma nova edição do curso nacional de formação para novos e novas dirigentes da DS. Entre 2010 e 2011, reunimos mais de oitenta militantes em Brasília, em três momentos diferentes. Esses e essas militantes cumpriam tarefas de direção nos diretórios do PT, em governos, em movimentos sociais e na própria dinâmica interna da tendência. Teremos a oportunidade de realizar um balanço sobre essa experiência e contribuir com o investimento em formação política de uma nova geração de quadros militantes em âmbito nacional. 2) c. Em conjunto com as coordenações setoriais da tendência, devemos construir espaços que combinem formação política com ativos nacionais; orientaremos a construção do setorial de militantes da área da saúde.

d. Segundo semestre de 2015: 2ª Plenária Nacional da DS e Formação Nacional de Quadros para Eleições Municipais 2016. 1) A Plenária Nacional terá como tema central a construção socialista do PT. Devemos experimentar novas formas de organização dos debates, mais participativos e que propiciem maior produção de conteúdo. Avaliaremos o plano nacional de crescimento DS e definiremos os passos seguintes. 2) A formação política orientada para as eleições municipais em 2016 – vereadoras(es) e prefeitas(os) – priorizará a participação de mulheres com objetivo de construção de futuras candidaturas. Investiremos na formação de uma nova geração de coordenadores(as) de campanhas eleitorais.

19. No esforço de elaboração programática, realizaremos um seminário sobre desenvolvimento e revolução democrática.

MOÇÕES

SAÚDE

O projeto de construção do SUS, representado na Lei 8.080, deve ser considerado uma das maiores conquistas dos movimentos sociais brasileiros. Durante os anos de sua implementação, foram muitas as resistências dos setores conservadores com forte pressão pela mercantilização e privatização da saúde pública. A disputa por uma concepção hegemônica à esquerda do que é a saúde é um dos principais desafios para avanço do SUS e da Revolução Democrática.

A saúde é tradicionalmente entendida como a cura da doença e que envolve o processo de assistência imediata, principalmente médica, de alta complexidade e farmacológica. A concepção hegemônica de direita tem contribuído para a manutenção do sistema econômico, uma vez que os maiores mercados de obtenção de lucro estão envolvidos com as enfermidades e suas curas, que favorecem a acumulação de capital direto e indireto para as indústrias farmacêuticas, hospitais privados, indústrias de equipamentos médico-hospitalares e todos os setores envolvidos.

Nessa lógica, o SUS não consegue afirmar seu projeto inicial de atenção integral, universal, equânime, humanizada, de qualidade, descentralizada e com controle social. Precisamos fortalecer o SUS, garantindo sua efetivação com financiamento suficiente e consolidação da Lei Orgânica 8.080/90. Para superar seus desafios na disputa ideológica à esquerda, devemos reafirmar o SUS como uma forma de garantir a desmercantilização da saúde, da vida das pessoas e principalmente da vida das mulheres.

RECOMENDAÇÃO À MILITÂNCIA

FNDC

Na perspectiva da democratização dos meios de comunicação, que é um tema central no nosso programa de revolução democrática, considerando que a legislação é totalmente anacrônica, favorecendo a existência de um oligopólio que garante a hegemonia da opinião pública, subordinada ao interesse de um projeto neoliberal e conservador, consideramos fundamental que os(as) militantes da Democracia Socialista, bem como as entidades que dirigimos, participem dos Comitês Regionais do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), um dos principais espaços de luta pela democratização da comunicação.

COORDENAÇÃO NACIONAL

Acre: Taumaturgo Lima

Alagoas: Girlene Lázaro, Cícero Lourenço, Gino César

Amapá: Eneida Nascimento

Amazonas: Shirlei Nascimento, Everaldo Fernandez

Ceará: Luizianne Lins, Raimundo Ângelo, Ticiane Studart, Isabelle Azevedo

Distrito Federal: Arlete Sampaio, Gabriel Magno

Espírito Santo: Samira Sanches, Mauro Rezende

Goiás: Ricardo Ramos

Maranhão: Balbina Rodrigues

Minas Gerais: Fabíola Paulino, Estevão Cruz, Margarida Salomão, Gilberto Neves, Mirelly Cardoso, Clédisson Junior, Elaine Cristina, Dandara Tonantzin

Pará: Karol Cavalcante, Birá, Raimunda Lucineide, Claudio Puty, Ana Julia Carepa

Pernambuco: Eleonora da Silva, Cirilo Mota

Paraná: Lays Gonçalves, Natanael Coutinho, Josete Dubiaski, Marlei Fernandes

Rio de Janeiro: Clarissa Cunha, Bernardo Cotrim, Marisa Mello, Beto Bastos

Rio Grande do Norte: Isolda Dantas

Rio Grande do Sul: Eliane Silveira, Raul Pont, Gerusa Bittencourt, Álvaro Alencar, Sofia Cavedon, Carlos Pestana, Eulália Nascimento, Lucio Costa, Iris de Carvalho, Pepe Vargas, Chris Rondon, Henrique Pulga

São Paulo: Lea Marques, Gabriel Medina

Tocantins: Bismarque

Nacional: Andrea Butto, Carlos H. Arabe, Nalu Faria, Joaquim Soriano, Tatau Godinho, Gustavo Codas, Rosane Silva, Anderson Campos, Rosana Sousa, Juarez Guimarães, Daniel Gaio, Quêner Chaves, Miguel Rossetto, Arno Augustin, Rafael Freire, Marcelo Fragozo

Paridade entre homens e mulheres. Participação étnico-racial e de juventude: 20%.

RESOLUÇÃO MULHERES

O GOVERNO, A AGENDA FEMINISTA E O PROJETO DE SOCIEDADE

Em 2002 havia uma grande expectativa frente à eleição de Lula à Presidência da República, no entanto, era evidente que não seria um governo de ruptura tal como poderia ter sido se eleito em 1989. O Brasil havia passado por mais de uma década de neoliberalismo, o que significou forte precarização das relações de trabalho, privatizações, diminuição das políticas sociais do Estado etc. A expectativa, todavia, era de que o Governo Lula tivesse condições de superar o neoliberalismo, de retomar as políticas públicas de caráter universal, de construção de políticas de igualdade para as mulheres, de mudança do modelo de produção, que priorizasse o consumo interno, distribuição de renda, reforma agrária, entre outros.

O processo no qual se gestou o projeto do PT foi profundamente marcado pelas pautas do feminismo. Isso se deu pela presença de um setor feminista em sua construção e pela existência de um forte movimento autônomo de mulheres,

com ação também nos setores populares e sindicais e com organização no interior dos movimentos sociais.

Com a chegada do PT ao governo federal novas políticas ganharam prioridade articulando a promoção do desenvolvimento econômico, reorientado a partir de investimentos voltados para o consumo interno, com a redução das desigualdades sociais, por meio de uma extensa agenda de combate à fome e de enfrentamento à pobreza extrema, além da recuperação da capacidade de planejar e investir, com importante repercussão na ampliação dos serviços públicos.

O PIB aumentou, a renda da população mais pobre subiu, repercutindo nas desigualdades regionais, principalmente como resultado de um incremento da renda do trabalho que se expandiu e que provocou também uma alteração das desigualdades campo-cidade, já que a renda cresceu mais entre os pobres rurais, do que nas metrópoles e nas demais cidades, sendo que esse crescimento foi mais expressivo na renda proveniente do trabalho agrícola. Além disso, a população em situação de extrema pobreza diminuiu nas áreas rurais saindo dessa situação de mais de quatro milhões de pessoas nos últimos anos.

As mudanças empreendidas tiveram forte repercussão na vida das mulheres brasileiras, em particular no aumento dos rendimentos, no acesso às políticas de proteção social com destaque para a previdência, na ampliação do suporte do Estado no provimento de serviços públicos, as quais tiveram reflexos diretos na qualidade de vida e no trabalho de cuidados, em especial na educação infantil. Políticas para as mulheres foram instituídas e impulsionadas a partir da criação de institucionalidades específicas e com elementos importantes de gestão participativa das mesmas por meio das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Apesar dos grandes avanços o país continua marcado por profundas desigualdades de gênero e, nesse sentido, as conquistas alcançadas não reverteram as desigualdades socio-

econômicas. A afirmação de um projeto de sociedade com igualdade entre mulheres e homens encontra barreiras estruturais e ideológicas ainda profundas que necessitam ser enfrentadas com vigor no próximo período, uma tarefa dos nossos governos e da militância dos movimentos sociais.

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA E AS MULHERES

No caso do Brasil, é muito evidente a relação entre melhoria do acesso à renda e aumento do salário mínimo. Vários dados apontam a melhora das condições econômicas das mulheres. Segundo a PNAD, entre 2004 e 2011, o rendimento cresceu 31% para os homens e 45% para as mulheres. Esse é um dado extremamente importante em um quadro de diminuição da desigualdade em geral no Brasil, mais ainda como um país extremamente desigual e com alta concentração da riqueza. No campo, aumentou a proporção das mulheres rurais dedicadas a atividades geradoras de renda. Estas desigualdades, entretanto, permanecem significativamente maiores entre as mulheres negras. O aumento do rendimento e a melhoria na alocação profissional continua reafirmando a extrema desigualdade racial que estrutura as relações sociais e as condições de vida da população.

Ao mesmo tempo, a divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado permanece com força no Brasil. Apesar do aumento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à ocupação no campo, o trabalho das mulheres é considerado uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias. O trabalho produtivo realizado pelas mulheres continua sendo concebido como uma ajuda, e fortemente ocultado, mesmo que os dados comprovem que 35% das famílias são chefiadas por mulheres. Essa invisibilidade fica evidente nas estatísticas oficiais sobre a duração da jornada de trabalho, que indica a subestimação do trabalho total realizado pelas mulheres. Esta realidade nos mostra que

o trabalho doméstico e de cuidados, quando deixados ao sabor das soluções privadas no interior das famílias, acabam por penalizar as mulheres pelas hierarquias de gênero existentes no espaço privado e contribuem para que fiquem economicamente dependentes dos homens.

Ainda que haja uma ampliação das áreas de trabalho e ocupação das mulheres, elas ainda permanecem mais concentradas em áreas mais desvalorizadas economicamente e com menos direitos garantidos, como setor de serviços e o emprego doméstico. Isso reflete também a permanência de uma divisão sexual do conhecimento nos processos de formação acadêmica e profissional. Mesmo na juventude, essa tendência ainda é dominante.

O COMBATE À POBREZA E AS MULHERES

A partir da década de 1990 desenvolveu-se, no nível internacional, uma análise de estratégias de lidar com a pobreza que focava, em vários aspectos, na forma como atingia as mulheres. Dando visibilidade à situação de pobreza das mulheres, nas instituições multilaterais desenvolveram-se estratégias de colocar as mulheres como público-alvo prioritário de políticas focais de alívio da pobreza. Nesses marcos se iniciaram as chamadas políticas de transferência de renda, que foram sendo desenvolvidas em distintas partes do mundo, em vários países da América Latina. As mulheres passaram a ser consideradas público prioritário desse processo, ancorado em estudos que indicavam que elas, em geral, investiam seus recursos no bem-estar da família, partindo de uma visão de sua postura altruísta como parte da identidade feminina. Assim, forjava-se um discurso sobre qualidades das mulheres ancoradas em uma visão naturalizada da maternidade e do cuidado da família.

A eleição de governos progressistas na América Latina, se por um lado representou uma busca por romper com as políticas neoliberais e retomar o papel do Estado na organização

da vida social, na economia e no planejamento público, por outro foi marcada pelo investimento substancial na ampliação da cobertura das políticas de transferência de renda, sendo essa política a central estratégia no combate à pobreza

No Brasil, combinando distintas estratégias, o governo ampliou de forma imensa a cobertura das políticas de transferência de renda, associou o benefício ao acesso a políticas públicas, em especial de saúde e educação, expandiu a possibilidade de acesso do público do programa a propostas de capacitação para o mercado de trabalho, investiu em potencializar as condições de produção e comercialização para a população rural empobrecida. No Brasil, foi evidente que houve uma alteração do alcance dessas políticas, indo em direção oposta aos anos de neoliberalismo em aspectos importantes, como a ampliação da intervenção do Estado e a integração de políticas. Em um marco de recuperação do Estado como garantidor de direitos e indutor de políticas econômicas, sua força é não serem programas isolados, mas articulados a um conjunto de políticas sociais e econômicas implementadas em distintos âmbitos, como saúde, educação, aumento do salário mínimo, formalização do emprego, políticas de apoio à agricultura familiar etc. É inegável o reconhecimento de sua importância como resposta emergencial à pobreza, e o desafio de sua vinculação a uma proposta de desenvolvimento que se contraponha às respostas neoliberais para a pobreza.

Nesse contexto, há um intenso debate de avaliação do significado dessas políticas e, no movimento feminista em geral, destaca-se a crítica ao seu traço familista, de reforço da visão das mulheres como responsáveis pela família, no papel de mães, e de que as condicionalidades sempre impõem uma sobrecarga de responsabilidade para as mulheres.

Assim, é preciso refletir sobre estas políticas como parte de uma estratégia global de garantia de melhoria das condições de vida e cidadania para todos. A priorização das mulheres nestas políticas continua, com frequência, revestida de

um discurso conservador, que aposta na permanência das mulheres na situação de responsáveis pelas crianças, reforçando a naturalização de uma identidade instrumental das mulheres com o cuidado familiar. Se, ao longo dos anos, a ênfase do discurso reforçador do papel tradicional das mulheres perdeu algum peso, permanece como um substrato não questionado e repetido, em especial nos momentos de disputa política, como os períodos eleitorais.

Ter trabalho e rendimento é central para a eliminação da pobreza. O acesso à renda possibilita novas condições de vida que, em um processo combinado, atinge distintos âmbitos de direitos e igualdade. Assim, as políticas de combate à extrema pobreza no Brasil incidiram diretamente nas condições de desigualdade vividas pelas mulheres e pela população negra.

O fato de serem as mulheres as titulares prioritárias dos benefícios de transferência de renda possibilitou que várias delas tivessem, pela primeira vez, renda própria, ao mesmo tempo em que alteraram os níveis de pobreza geral do país.

As políticas de transferência de renda também tem papel destacado na superação da pobreza no meio rural. O processo de masculinização da população rural em curso desde a década de 1990 vem se alterando, com a tendência da estabilidade da migração feminina do campo para a cidade, segundo dados recentes. A estabilidade da migração feminina rural-urbana está associada, de alguma forma, à maior incidência das políticas públicas, seja no combate a miséria extrema, seja nas políticas de inclusão produtiva nos últimos anos, nas quais, as mulheres passaram a ser consideradas sujeitos na economia e também titulares em programas de proteção social.

As mudanças nas relações entre mulheres e homens, uma maior participação das mulheres no mundo do trabalho remunerado e mudanças nos arranjos familiares refletem no acúmulo de responsabilidade e sobretrabalho das mulheres. O grande aumento de mulheres chefes de família desde a década passada se insere nesta dinâmica. Se, por um lado,

traduz em maior autonomia das mulheres, por outro, acarreta maior sobrecarga de trabalho. Nesse sentido, essa realidade demanda urgentemente a promoção da socialização do trabalho doméstico e de cuidados por parte do Estado e a alteração da ausência de responsabilidade masculina com as tarefas domésticas e familiares.

A questão do trabalho doméstico explicita a combinação da desigualdade de classe, raça e gênero, que marca a disputa atual em torno da regulamentação da PEC das trabalhadoras domésticas, que são majoritariamente mulheres negras.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E CONTRADIÇÕES SOCIAIS

A ampliação dos serviços públicos tem impacto positivo na vida das mulheres, já que essas são as mais afetadas pela baixa cobertura, devido à responsabilidade quase exclusiva no trabalho de cuidados da família. A ampliação destes serviços nos últimos anos está associada à recuperação estatal da capacidade de planejar e de investir, que tem a maior expressão no programa de investimentos em infraestrutura do país, o PAC 2. Com esse programa a taxa de investimentos do setor público cresceu e expandiram-se não apenas investimentos em logística e energia, mas também, em infraestrutura social e urbana, incluindo obras de saneamento, infraestrutura viária, equipamentos para estradas vicinais, educação, saúde, dentre outros.

Apesar das conquistas que o PAC trouxe para as mulheres no que se refere à ampliação de serviços públicos, especialmente na área da saúde, educação, logística e energia, a política de investimentos não foi acompanhada de medidas para lidar com os impactos sociais decorrentes. A desagregação social nas áreas afetadas pelas grandes obras, o processo anti-democrático e a organização da prostituição no entorno dos canteiros, nos levam a questionar a lógica do modelo de implementação das obras e a atuação dos consórcios empresariais nos territórios.

EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIREITO DAS CRIANÇAS E UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES

O cuidado com as crianças e as responsabilidades familiares não podem ser atribuídas às mulheres. A educação e a socialização das crianças são tarefas coletivas e que demandam imenso investimento social. No âmbito privado, a permanência da divisão sexual do trabalho é coluna estrutural das limitações da participação das mulheres no mundo público. A reivindicação básica do feminismo, de que os cuidados com as crianças sejam responsabilidade pública e abolição do trabalho doméstico e familiar como encargo exclusivo das mulheres, torna-se ainda mais evidente com as novas dinâmicas familiares e de trabalho. A política de creches e educação infantil, a implantação da educação em período integral são centrais nesta questão.

Na distribuição de responsabilidades federativas, a legislação atribuiu aos municípios a responsabilidade de provimento da assistência à creche e pré-escola, além disso, por lei a educação infantil não é obrigatória em nosso país. O resultado desse pacto “patriarcal-federativo” só muito recentemente vem sendo alterado. Até o início da década passada, as matrículas em creches mantinham uma cobertura de menos de 10% das crianças até 3 anos.

A partir do segundo mandato do governo Lula o governo federal passou a investir na implantação de creches e pré-escolas e o governo Dilma intensificou o apoio aos municípios nesta área, priorizando políticas de educação infantil. Mais de 5 mil creches foram construídas e outras 3 mil serão implantadas. Atualmente a cobertura chega a 21% das crianças de 0 a 3. Mas é importante destacar que a ampliação do acesso à creche ainda não respondeu ao desafio dessa política no campo, já que sua expansão ocorreu de forma quase exclusiva nas áreas urbanas.

A insuficiência de estabelecimentos de educação infantil, principalmente para as populações mais pobres, agrava as possibilidades de organização da vida pessoal, do trabalho e da família. Na medida em que as ideologias de gênero atribuem aos homens o lugar de provedores principais e às mulheres o de trabalhadoras secundárias e responsáveis pela família, as soluções privadas normalmente impõem elevados custos às mulheres. Ainda que cada vez mais mulheres trabalhem fora, as responsabilidades familiares permanecem ainda uma tarefa quase que exclusivamente feminina. No caso das mulheres camponesas, que desenvolvem atividades produtivas – e que não têm seu trabalho reconhecido – torna-se ainda mais difícil a percepção da necessidade da implantação de Escolas de Educação Infantil no meio rural.

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Dentre as políticas sociais, a Previdência Social exerce importante papel na proteção social às mulheres. Hoje as mulheres são responsáveis por uma grande proporção dos domicílios brasileiros chefiados por aposentados e pensionistas. A expectativa de vida superior a dos homens, associada à dinâmica desigual de nupcialidade, leva a que grande parte das mulheres chegue à idade avançada sem companheiros e com o encargo de cuidar de sua família.

Além disso, a renda é menor nos domicílios chefiados por mulheres, e a previdência é responsável pela maior parte dos rendimentos das mulheres nas áreas urbanas. E no campo, o percentual é ainda superior, diferente do que ocorre entre os homens, especialmente nas áreas urbanas.

Apesar do crescimento das mulheres na Previdência Social, como reflexo do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a cobertura é ainda baixa e inferior à dos homens, e de forma mais crítica entre as empregadas domésticas.

Em função do benefício do salário-maternidade, a maioria dos benefícios previdenciários emitidos são destinados às mulheres. Entretanto, o valor gasto com os benefícios dos homens é maior, em razão do salário médio das mulheres ser menor, o que retrata bem as distorções existentes no mercado de trabalho.

Finalmente, neste período em que há um forte investimento em um novo padrão de desenvolvimento e crescimento econômico, pouco se investiu em uma mudança de padrões de sociabilidade e de criação de novos valores, em contraposição ao estímulo ao consumo e ao endividamento excessivo da população de baixa renda. A combinação entre relações patriarcais e a ênfase sobre o consumo tem também um aspecto perverso sobre as mulheres, uma vez que o processo de controle do corpo, do comportamento e a imposição de um padrão de beleza opressor e racista se traduzem em excesso de medicalização e do mercado da estética.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

O início da institucionalização de organismos governamentais de políticas para as mulheres no Brasil, deu-se no processo de transição da ditadura para a democracia, com a criação dos Conselhos de Direitos das Mulheres, órgãos de caráter ambíguo que combinavam assessoria ao Executivo com representação do movimento de mulheres.

De outro lado, a partir de 1989, nas prefeituras governadas pelo PT, outra visão passa a ser implementada, com base na necessidade de um órgão Executivo que estabelecesse uma relação com o movimento de mulheres, por meio de mecanismo de diálogos, participação popular e controle social.

As petistas foram muito ativas em todas as campanhas eleitorais no que se refere tanto à mobilização quanto à elaboração de propostas para os programas de governo. Fru-

to desse processo foi a inclusão no programa de governo da campanha de 2002, no capítulo feminista, da proposta de criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de ministério.

No primeiro mandato petista no governo federal, a criação da SPM foi um marco para o reconhecimento das necessidades de mudanças no Estado de modo a romper com sua estrutura patriarcal e efetivar políticas de igualdade para as mulheres. Diversas mudanças foram introduzidas inclusive nas ações e estruturas iniciadas nos governos anteriores. Estabeleceu-se outro padrão de relação com os movimentos de mulheres e a sociedade civil organizada, em particular a partir da realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Milhares delas e de gestores de todo o país definiram diretrizes consolidadas posteriormente no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que envolve o conjunto dos ministérios e conta com um comitê de monitoramento com representação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Ainda como parte dessas mudanças, o CNDM deixou de ser indicado pelo Executivo. Estruturou-se um processo de eleição a partir das organizações dos movimentos de mulheres e da auto-organização delas nos movimentos sociais mistos.

No início do governo Lula já havia nos Ministérios da Saúde (MS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) um começo de institucionalização de propostas ou programas voltados para a igualdade das mulheres. Logo outros também passaram a ter programas específico; processo que ainda é, efetivamente, muito heterogêneo e desigual. No caso do MDA houve um desenvolvimento no sentido de ampliação, e hoje é uma diretoria. As mudanças se refletiram ainda no orçamento e na capacidade de desenvolvimento de programas e, evidentemente, no público alcançado. As ações que abarcam a obrigatoriedade de titulação conjunta, a criação de uma linha de crédito específica, o programa de documenta-

ção, de incentivo à organização produtiva das mulheres, propostas específicas em Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater), entre outras, têm seus resultados percebidos em dados concretos, como a emissão de documentação civil para mais de um milhão mulheres em 4.667 municípios. Outro dado relevante é o percentual de mulheres titulares de lotes da reforma agrária, que saltou de 24,1% para 72%, com a titulação conjunta obrigatória, entre 2003 e 2013.

Essas ações foram extremamente potencializadas por programas de venda direta dos produtos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Alimentação Nacional Escolar (PNAE), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que contribuem para enfrentar um dos problemas cruciais das e dos produtores da agricultura familiar e camponesa. Sobretudo no caso das mulheres, a comercialização levou o movimento no campo a reivindicar um percentual de contratação de grupos de trabalhadoras.

O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA PATRIARCAL

Há dez anos o governo iniciava com dados assustadores em relação à violência. Hoje, a Lei Maria da Penha é símbolo da concretização de um esforço de atenção às mulheres que sofrem violência, dentro de uma perspectiva de sua erradicação. Sua implementação, portanto, está inserida na articulação com outras políticas, seja de saúde, segurança, seja de garantia da autonomia econômica das mulheres.

O projeto de lei enviado pelo Executivo ao Legislativo teve como ponto de partida uma proposta apresentada por um grupo de ONGs feministas, posteriormente debatida e modificada no CNDM. Durante sua tramitação no Congresso, foram realizadas várias audiências públicas, nas quais, além de propostas de emendas, consolidou-se um amplo processo de debate na sociedade, o que contribuiu para a legitimidade da Lei Maria da Penha antes mesmo de sua aprovação.

Um aspecto positivo a ser ressaltado é o fato de a lei tratar especificamente da violência que sofrem as mulheres, o que enfatiza, portanto, a existência de uma relação de opressão a ser superada. Isso gerou várias reações conservadoras, em particular no Judiciário, ao questionar uma suposta perda do caráter universal proposto pela Constituição, em razão de ser voltada para as mulheres. Este é um longo debate do movimento feminista: não haverá igualdade e universalidade enquanto os desiguais não forem tratados como desiguais, o que torna necessárias ações afirmativas ou de discriminação positiva.

As mudanças em relação à violência contra a mulher ainda são muito difíceis de ser avaliadas, em função do subregistro, das poucas denúncias etc. A Fundação Perseu Abramos realizou, em 2001, a pesquisa “Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado”, atualizada em 2010, com a inclusão de homens e novas questões, intitulada “Mulheres e Gênero nos Espaços Público e Privado”. Comparando-as, ainda que em 2001 apenas doze modalidades de violência tenham sido investigadas, a taxa de mulheres que já sofreram alguma violência caiu de 43% para 34% – mais especificamente, a taxa agregada de violências ou ameaças físicas caiu de 28% para 24% e a de violências psíquicas, de 27% para 21%.

Um ponto fundamental é que o combate à violência se constituiu como uma agenda na sociedade, mesmo que ainda limitada, com pouca compreensão da complexidade da questão. E um grande desafio que persiste é efetivá-la e realmente implantá-la no conjunto dos municípios e governos estaduais. Esse empenho se traduziu na articulação de um Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, pela Secretaria de Política para as Mulheres.

Outra questão que se ancora de forma profunda nas relações patriarcais é a difusão e banalização da prostituição. No Congresso Nacional, tem sido recorrente o aparecimento de propostas de legalização da prostituição. Nossa crítica femi-

nista à prostituição não é decorrente de nenhuma visão moralista ou conservadora. Defendemos o direito das mulheres viverem livremente sua sexualidade, com autonomia do desejo, questionando a heteronormatividade e a violência. Negamos, no entanto, a falsa liberdade oferecida pelo mercado, que se encerra unicamente na idéia de que não deve haver qualquer impedimento para alguma ação “econômica”. Esta ideia está na base da banalização da sexualidade, tornando-a mais um produto. Por isso, repudiamos veementemente qualquer proposta de regulamentação da prostituição, como o atual projeto de lei em tramitação no Congresso que, na prática, legaliza a cafetinagem. Defendemos uma política ativa do Estado que previna a entrada de meninas e mulheres na prostituição e, ao mesmo tempo, construa condições para que as mulheres prostituídas não sofram violência e possam sair dessa situação.

FRAGILIDADE PARA O TEMA DO ABORTO

Um dos pontos mais difíceis tem sido tratar a descriminalização e legalização do aborto, discussão que aparece carregada de preconceitos e com muita dificuldade de ser abordada. Essa fragilidade vem desde a campanha de 2002, quando o tema não constou no programa.

Isso não significou falta de iniciativas por parte do governo. O ponto mais positivo foi a comissão tripartite criada pela SPM depois da aprovação dessa questão na 1ª Conferência de Políticas para as Mulheres, que elaborou um projeto de lei. Este, no entanto, foi duramente contestado no Legislativo. O tema foi também utilizado pela oposição como um dos principais pontos para tentar impedir a eleição da presidenta Dilma, e, efetivamente, o partido e a campanha tiveram dificuldade de enfrentá-lo, o que significou um recuo de posição.

Fruto da chantagem e da pressão do período eleitoral, a questão da descriminalização do aborto foi retirada da pauta do governo. Isso é agravado pelo crescente conservadoris-

mo no Legislativo e na sociedade e pela organização massiva da direita em relação ao tema. Essa fragilidade está presente ainda em outros temas sobre corpo e sexualidade, em uma realidade de agressões cotidianas às pessoas por sua orientação sexual. Isso impõe como tema central o debate em relação a laicidade e despatriarcalização do Estado.

DILMA: A PRIMEIRA MULHER NA PRESIDÊNCIA DO PAÍS

Dilma foi a primeira mulher na Presidência do país. É recorrente nos debates e entrevistas sobre o tema questões sobre o significado desse fato. Sem dúvida é motivo de orgulho para todas nós. A presença de uma mulher ocupando a posição central de liderança política tem um efeito simbólico expressivo para a posição das mulheres na sociedade. Se por um lado estimula a perspectiva de participação das mulheres em todos os espaços da vida pública, também denuncia as imensas dificuldades presentes no cotidiano das mulheres.

E a história tem demonstrado que a presença de mulheres em posições de destaque não pode prescindir da existência de um programa, de ações e políticas que alterem no cotidiano a vida das mulheres. Pelo contrário. A eleição da Presidenta Dilma aumentou as expectativas quanto à perseguição de objetivos e agendas mais claras em busca da igualdade de gênero. No entanto, seu governo não ficou livre de controvérsias e de pressão dos setores conservadores nacionais, responsáveis por alguns limites nos avanços que poderiam ser gerados. Ao mesmo tempo, sua eleição nos instiga a questionar ainda mais a complexidade que é a exclusão das mulheres dos espaços valorizados da política e seus contornos específicos na modernidade pós-iluminista. Exclusão esta que persistiu nos processos socialistas. A profundidade desta exclusão nem mesmo um vigoroso movimento mundial de mulheres conseguiu reverter.

CONCLUSÃO

No limiar de um novo mandato do PT, da Presidenta Dilma, alguns desafios importantes se apresentam para a construção de um padrão de desenvolvimento e de uma proposta de sociedade em que a igualdade entre mulheres e homens esteja na estruturação da proposta de país.

Cada vez mais é preciso incidir sobre os pontos críticos da desigualdade. A violência contra as mulheres, e a forma brutal como tem vindo à tona no último período, é o sinal mais evidente de que o patriarcado marca a situação das mulheres no Brasil. Construir bases para a igualdade exige mudar as relações econômicas, fortalecer as condições de trabalho e autonomia econômica para as mulheres, ampliar políticas públicas, em particular nas questões vinculadas ao cuidado e ao cotidiano, fortalecer a seguridade social, rebater a noção de mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Da mesma forma, é preciso avançar no acesso e no direito à saúde e à decisão sobre ter ou não ter filhos.

Vale a pena, mais uma vez, questionar o lugar comum da recorrência de pensar a cidadania das mulheres a partir do papel de mães, como já discutido anteriormente. Um exemplo é o que aparece em políticas como o Programa Rede Cegonha. Buscar os resultados na diminuição da morbimortalidade materna não se descola da importância de recuperar o acúmulo do movimento feminista da visão das mulheres como sujeito de direitos, a partir da defesa de políticas de atenção integral à saúde da mulher. Programas e ações específicos em relação à maternidade não podem se desconectar da visão de atenção integral e de que as mulheres são sujeitos políticos – e portanto sua cidadania plena deve ser assegurada.

Também é importante destacar a necessidade de fortalecer as perspectivas feministas na composição das políticas federais. A existência da SPM, um ministério voltado às políticas de igualdade, que se posiciona a partir de uma perspectiva feminista, ou o exemplo já citado das políticas desenvol-

vidas pelo MDA, com uma diretriz de garantia da autonomia econômica das mulheres também a partir da visão feminista, que incorpora como eixo estruturante a questão da economia feminista. A ampliação destas estratégias nos distintos ministérios é fundamental.

Há um debate e há diferentes experiências em curso. E, no debate e diálogo com os movimentos de mulheres, há explicitação das tensões e conflitos, por mais que nos temas mais polêmicos ainda existam grandes dificuldades para avançar, como é o tema do aborto.

Enfim, a disputa por um novo padrão de sociedade ou é nossa, ou ficará nas mãos do mercado e das forças conservadoras. E neste âmbito, não há igualdade possível.

A LINGUAGEM POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO

JUAREZ GUIMARÃES E ESTEVÃO CRUZ

Como, mesmo em meio à grave crise da acumulação financeira nos países capitalistas centrais que se tornou evidente desde 2008, partidos e governos neoliberais têm conseguido obter vitórias eleitorais, e partidos e governos de esquerda têm dificuldades em apresentar um programa pós-neoliberal?

Como todo fenômeno político, este, decerto, é multideterminado. Isto é, para explicá-lo, é preciso fazer convergir muitas dimensões, sempre historicamente circunstanciadas. Pesa nestes resultados negativos para as classes trabalhadoras com toda certeza a falta de alternativas políticas claras com força e credibilidade, que se oponham ao núcleo dos programas neoliberais. Em geral, esta ausência de alternativas tem criado fenômenos fortes de desalento, de descrença na política, ampliando o absenteísmo de eleitores em democracias nas quais o voto não é obrigatório. Por um lado, quanto menos participação política ou eleitoral, mais ficam favorecidos na disputa os que defendem programas neoliberais, em geral fartamente

JUAREZ GUIMARÃES
Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e autor, entre outros livros, de Democracia e marxismo. Crítica à razão liberal (Xamã, 1998) e A esperança crítica (Scriptum, 2007). Pesquisa principalmente nas áreas de teoria política, com ênfase nas tradições republicanas e socialistas, na área de pensamento político e social brasileiro.

ESTEVÃO CRUZ
Estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. Filiado ao PT desde 2005. Foi diretor de Políticas Educacionais da União Nacional dos Estudantes entre 2011 e 2013. Atualmente é Secretário Nacional Adjunto da Juventude do PT e membro do Diretório Municipal do PT de Belo Horizonte.

financiados. Por outro, mesmo quando emergem contextos de forte mobilização social como os observados em diversos países nos últimos anos, a crítica às democracias representativas não se traduz em programas contra-hegemônicos.

Além disso, em um fenômeno que tem raiz internacional, variando de intensidade de país a país, a disputa política se dá em contextos de forte privatização do processo de formação da opinião pública, com a presença dos circuitos das grandes empresas de comunicação, em geral alinhadas com a plataforma neoliberal e com seus próprios interesses mercantis cruzados com os capitais financeiros. Por estas duas vias, a representação da vontade popular é duramente atingida: pelo encolhimento do espaço político e pela maximização da privatização dos circuitos da informação e da formação de opinião.

Tudo isso, no entanto, seria inútil se os políticos neoliberais se apresentassem claramente diante dos eleitores com seus interesses econômicos e corporativos, fortemente atados à lógica dos capitais financeiros e especulativos. Dificilmente, maiorias políticas eleitorais neoliberais se formariam se os eleitores tivessem acesso aos interesses antipopulares e antitrabalhadores, que estão ali representados.

É através de sua linguagem política e da sua capacidade de disputar e formar valores de civilização, em meio à crise das tradições socialistas, que os neoliberais conseguem manter a sua força, a capacidade de reprodução e reorganização do seu sistema econômico e, em certos contextos, até obter votações expressivas em setores populares. Por este caminho, formam-se coalizões liberais e conservadoras, que se apresentam com um discurso ofensivo, carregado de ideologias antidemocráticas e antissocialistas, despertando e mobilizando paixões e preconceitos, além de interesses.

CARÊNCIAS DA CRÍTICA DA ESQUERDA

As críticas das correntes de esquerda e keynesianas ao neoliberalismo, em geral, centraram-se em três dimensões

fundamentais: o intenso processo de financeirização do capital e sua relação com os ciclos de acumulação do capital, os seus processos de privatização e mercantilização da vida social, os efeitos antissociais e afrontosos aos mínimos direitos do trabalho e de suas políticas.

São menos desenvolvidas e conhecidas, no entanto, as críticas ao que poderíamos chamar de “linguagens políticas do neoliberalismo”, isto é, o sentido, o campo argumentativo, os conceitos-chave que estruturam a política do neoliberalismo nas democracias contemporâneas. Estas linguagens políticas que se articulam em frente contra os valores e concepções republicanas e socialistas são dominantes nos grandes centros capitalistas mundiais desde os anos 1980, conformando uma verdadeira dimensão de época na história da tradição liberal. Se, com a dissolução da URSS, elas ganharam uma dimensão massiva, com seus slogans e campanhas publicitárias, a sua longevidade nas últimas décadas torna este discurso quase naturalizado nas democracias.

Assim, se não se constitui uma linguagem política crítica e alternativa às linguagens políticas do neoliberalismo, as resistências a ele, mesmo quando encontram ressonância social, ficam limitadas a uma contraposição que não cria horizontes de superação. O que se chamou, em um ensaio inteligente, de mal-estar do pós-neoliberalismo, isto é, a dificuldade de se transitar para padrões de democracia radical e de universalização de direitos republicanos, de novos marcos de regulação macroeconômica e de novos valores de civilização, tem relação central com esta carência política da crítica de esquerda ao neoliberalismo.

Daí a necessidade de se conhecer criticamente, de modo sistemático, a formação das linguagens conservadoras do liberalismo contemporâneo, em geral construídas no mundo acadêmico anglo-saxão, em particular nas tradições da ciência política, que vieram acumulando ao longo dos anos uma crítica política às tradições socialistas e mesmo aos Esta-

dos de bem-estar social. Como se verá, esta crítica está centrada em uma defesa da liberdade como liberdade negativa, isto é, tanto maior quanto menor for o campo de intervenção e regulação do Estado, vinculando-a a um conceito fundamentalista de propriedade e formando toda uma lógica egótica e privatista de interesses individuais.

No Brasil, esta linguagem liberal conservadora foi atualizada centralmente pelo trabalho intelectual de Fernando Henrique Cardoso, que ocupa um lugar central na cena política intelectual do país desde os anos 1980. O modo de enraizamento desta linguagem na vida nacional foi, em um primeiro momento, a crítica liberal à tradição varguista, depois ao nacional-desenvolvimentismo, e, desde os anos 1990, ao petismo. Quando na Presidência da República, foi capaz de organizar uma fusão deste programa neoliberal com as grandes empresas de comunicação, imprensa e radiotelevisiva, criando uma vasta rede de intelectuais orgânicos, de sofisticação variada, amplamente disseminada em todas as regiões do país e em praticamente todos os setores da vida nacional. Fora da Presidência da República, mas no governo de Estados-chave, ancorada em grandes *think tanks*, isto é, grandes centros de elaboração e renovação programática, como são o Instituto Fernando Henrique Cardoso, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), os centros de economia liberal e rentista, como é a chamada “Casa das Garças”, que reúne economistas ultraneoliberais (responsáveis pela arrecadação e elaboração programática da candidatura de Aécio Neves) e com a continuidade de uma forte irradiação midiática, tais linguagens políticas continuam a disputar o imaginário e a consciência dos brasileiros.

A luta pela hegemonia dos socialistas democráticos na democracia passa hoje, necessariamente, pela crítica e superação das linguagens políticas do liberalismo conservador e seus valores.

LIBERALISMO CONSERVADOR CONTEMPORÂNEO

1. O livro pode ser consultado em: <<http://r Guerra.webs.ull.es/pdf/ellibconcom.pdf>>.

No excelente livro *O liberalismo conservador contemporâneo*,¹ do filósofo Roberto Rodríguez Guerra, professor da Universidad de La Laguna, situada na ilha de Tenerife, no Estado espanhol, temos acesso a uma abrangente sistematização do chamado liberalismo conservador contemporâneo, tradição herdeira do liberalismo e amplamente dominante no mundo capitalista desde os anos 1970 e 1980.

Antes de iniciarmos a exposição, na qual resumiremos os traços que caracterizariam, segundo o autor, o liberalismo conservador contemporâneo, vale a pena compreendermos melhor a sua própria matriz: a tradição liberal.

A tradição do liberalismo é antiga e plural. Compreendê-la como uma linguagem política, que articula propostas econômicas e instituições políticas, é fundamental para formular sua crítica. Para o autor, o liberalismo seria uma tradição política e um movimento teórico-prático, constituído por uma pluralidade de variações e subvariações e por uma coerência em torno de uma linguagem sobre a liberdade, o indivíduo, a propriedade, a igualdade e a democracia.

Guerra rejeita a ideia de que o liberalismo seria um “mito sem força explicativa” e considera-o um modelo (universal, abstrato e a-histórico) de pensamento político caracterizado pela existência de elementos distintivos. Esses elementos, claramente demarcatórios em relação a outras tradições de pensamento político, estariam presentes com maior ou menor força em diferentes interpretações particulares e concretas dessa tradição, constituindo sistemas históricos do liberalismo: o liberalismo clássico e o liberalismo contemporâneo; as variantes social e conservadora do liberalismo contemporâneo; e as subvariações neoliberal, neoconservadora e libertariana do liberalismo conservador contemporâneo.

A tradição liberal seria, então, uma particular compreensão do indivíduo, da sociedade e das suas formas de

organização. Nela, o indivíduo seria considerado um ser racional, egoísta, dotado de direitos naturais (propriedade, liberdade e igualdade) e motivado por seus próprios interesses. O indivíduo seria o valor fundamental, origem, fim e limite a partir e para o qual deveriam se organizar a sociedade, o Estado, a cultura, a economia, a política e a ética. A sociedade se constituiria como somatório das partes, com valor instrumental de mediar os conflitos potenciais entre os indivíduos. A sociedade seria uma construção artificial e racional dos indivíduos motivada pelos seus medos, incertezas e interesses. A partir dessa visão pluralista, conflituosa e belicista dos indivíduos na busca racional e egoísta por seus interesses, seriam instituídas regras de convivência e preservação dos direitos naturais e limites da ação do Estado baseados em princípios como: tolerância, pluralismo, liberdade negativa e democracia representativa.

Em resumo, a tradição liberal clássica se distinguiria por uma concepção individualista, pluralista e conflituosa dos interesses do homem e da sociedade, cujos valores se definiriam em torno da defesa dos direitos naturais.

A CRISE DO LIBERALISMO CLÁSSICO E OS LIBERALISMOS CONTEMPORÂNEOS

Como movimento teórico-prático, a tradição liberal não se impôs naturalmente a partir das grandes revoluções modernas. Para se afirmar, lutou contra as tradições republicanas e mais tarde com as tradições socialistas que se constituíam. Antes de se afirmar plena e universalmente, precisou se reconfigurar e atualizar, procurando respostas para as transformações vividas pela própria sociedade capitalista do século XIX e início do século XX. A emergência de uma alternativa socialista, que colocava no centro a ruptura com a propriedade privada dos meios de produção como caminho

para uma sociedade igualitária, também pressionava a tradição liberal clássica com que convivia e que não apresentava caminhos para corrigir as graves desigualdades sociais geradas pelo seu sistema econômico capitalista.

É nesse contexto que o autor identifica o surgimento, como campos de respostas, do liberalismo social, propondo regulação ao desenvolvimento do capitalismo e organizando um programa distributivista desde o Estado, e do liberalismo conservador, radicalizando o individualismo possessivo e desautorizando qualquer iniciativa distributivista vinda do Estado.

Embora não seja o foco da nossa leitura, Guerra sintetiza o liberalismo social contemporâneo como a tentativa, por parte de seus pensadores, de resolver o problema da desigualdade social gerada pelo regime baseado na propriedade privada dos meios de produção e na liberdade de mercado (John Stuart Mill) e combater a forte influência do individualismo, do egoísmo e do utilitarismo (Thomas Hill Green). O fundamental, contudo, não seria abandonar a defesa das liberdades individuais nem extinguir a propriedade privada, mas preservar o equilíbrio e a harmonia social, uma vez que seria a sociedade quem asseguraria esses mesmos direitos. Para essa variante, se todos os indivíduos possuem direitos, então a sociedade e o Estado deveriam zelar para que fossem efetivos. Isto é, o problema não é a propriedade privada em si mesma, mas o seu alcance restritivo. A liberdade seria a essência do liberalismo, como direito individual e, nesse caso, também como necessidade social (Leonard Trelawny Hobhouse).

Afirmar-se-ia, assim, o caráter social da propriedade e definir-se-ia a liberdade como ausência de constrangimento (no sentido negativo) e também como autodeterminação (no sentido positivo). Esses autores introduziram na tradição liberal ideias como limites ao direito de propriedade, desenvolvimento da individualidade (autodeterminação),

liberdade positiva, igualdade de oportunidades e justiça social. Entendiam serem necessárias mais presença do Estado, legislação social e combinação da democracia representativa com mais mecanismos de participação. Para eles, o problema político da humanidade seria o de combinar eficiência econômica, justiça social e liberdade individual (John Maynard Keynes), e o liberalismo deveria liberar da pobreza ou anular sua possibilidade, eliminar o desemprego ou a sua possibilidade e evitar a guerra (William Beveridge). Essa variante do liberalismo influenciou ainda o pensamento de autores contemporâneos como Bobbio, Macpherson, Rawls e Dworkin.

Por outro lado, a revisão conservadora do liberalismo, sobretudo a partir de Herbert Spencer e Ludwig von Mises, recolocaria o direito individual à propriedade como o núcleo central do liberalismo e princípio a partir do qual todos os demais deveriam se vincular. Sua teoria se basearia na noção de que a apropriação direta (quando o indivíduo se apropria de um pedaço de terra que não era antes de nenhum outro, senão da natureza) seria legítima em si mesma e não careceria de consentimento coletivo. Portanto, sua única função social seria a existência do capitalismo, e toda ação do Estado no sentido de compensar as desigualdades advindas desse ato violaria a liberdade individual. O único princípio coletivo admissível no liberalismo seria garantir a máxima liberdade individual, no sentido negativo, ou seja, a possibilidade de usufruir do direito de propriedade sem qualquer constrangimento por parte de outros ou do Estado e em que toda solidariedade seja voluntária e condicional. Qualquer legislação social que submeta incondicionalmente a vontade individual de cooperar seria autoritária e debilitaria o desenvolvimento individual.

Para esses teóricos, o único obstáculo à máxima liberdade individual seria a igual liberdade de todos, e o Estado deveria agir apenas para proteger os indivíduos das poten-

ciais agressões de seus pares. Nesse sentido, a única noção de igualdade válida aqui seria aquela igualdade perante a lei, uma vez que a sociedade não deveria equilibrar as desigualdades naturais existentes entre os homens. Esse tipo de justiça social exigiria a intervenção do Estado, que, por sua vez, ameaçaria a liberdade da economia de mercado. A desigualdade, nesse caso, seria um mal necessário, e a igualdade liberal se basearia na igual satisfação de determinadas necessidades sociais: proteção da propriedade privada, do *laissez-faire*, do aumento da produtividade, da preservação da liberdade e manutenção da ordem.

Ao longo do século XX emergiriam, segundo Guerra, novas subvariações do liberalismo conservador contemporâneo – o neoliberalismo, o neoconservadorismo e o libertarianismo – que se distinguiriam quanto à ênfase dada à crítica ao Estado e à defesa do individualismo possessivo, mas se definiriam pela busca de uma afirmação mais nítida do liberalismo como a “escola que defende a propriedade privada dos meios de produção” (Von Mises).

Para o libertarianismo, os liberais clássicos não haviam colocado a ênfase necessária na relação entre a liberdade e a propriedade (Tibor Machan), abrindo um flanco para interpretações igualitaristas da liberdade. Para eles, a liberdade resultaria da propriedade e a propriedade seria, em última instância, a própria posse de cada um sobre si mesmo. Daí que não constanger significa não impor sequer um modo de vida. Para o libertarianismo, portanto, nem mesmo um Estado constitucional mínimo é aceitável, mas apenas o regime anarco-capitalista. Por outro lado, intelectuais como Friedrich Hayek buscam a composição entre a defesa dos princípios individualistas e possessivos e as ideias conservadoras e tradicionais, entre um programa individualista radical (neoliberalismo) e elementos como autoridade, família, ordem, religiosidade e individualismo, meritocracia e antiestatismo (neoconservadorismo).

O ESTADO, A LIBERDADE E A PROPRIEDADE NO LIBERALISMO CONSERVADOR CONTEMPORÂNEO

Mas as transformações sociais do início do século XX exigiram também a reconfiguração da política. Nesse campo, segundo Guerra, a dificuldade concreta enfrentada pelo liberalismo para compatibilizar a defesa dos seus princípios, destacadamente a liberdade individual, e as consequências do seu próprio regime capitalista, como a emergência da sociedade industrial de massas, a racionalização da produção e do Estado, o controle dos modos de vida etc., seria encarada por Max Weber, que se configurou como o intelectual mais influente do liberalismo contemporâneo, sobretudo de suas subvariações conservadoras.

Para Weber, o capitalismo racionalizado intervia no conjunto das relações sociais e exigia a existência do Estado burocrático para a regulação e otimização da atividade econômica. Isto seria o principal sintoma da crise entre os princípios fundantes do liberalismo e o avanço do seu sistema econômico. A questão, portanto, era: como salvar a liberdade individual em um contexto crescente de estruturas burocráticas nas relações sociais e nas modernas democracias?

Weber assentaria, desse modo, as bases de uma teoria democrática elitista, que reduziria a democracia ao objetivo de pactuação entre interesses plurais e controle da burocracia e limitaria o âmbito da política ao Estado, reservando todos os demais âmbitos da coletividade (vida religiosa, familiar, escolar, funcional, sexual etc.) à dimensão privada. Isto é, delimitaria, no contexto da sociedade de massas, o espaço da intervenção pública e o das liberdades individuais, negativamente concebidas.

Na teoria política de Weber, o Estado seria, então, um elemento inexorável e intrínseco ao próprio desenvolvimento do capitalismo, exigindo que o liberalismo convivesse com ele e delimitasse as suas funções e a da própria po-

lítica. O liberalismo conservador contemporâneo reforçaria uma linguagem política específica sobre a propriedade, a liberdade e a igualdade, que seriam casamatas contra a política e o Estado.

No centro dessa formulação, estaria a afirmação do direito de propriedade como a liberdade do indivíduo de usufruir como quiser das suas posses, e o seu reconhecimento seria o primeiro passo na delimitação da esfera privada que protegeria os indivíduos da coerção (Hayek). Mas como se origina e fundamenta a propriedade? A origem desse direito não seria um processo racional, mas espontâneo da sociedade (Hayek) e um direito absoluto ao próprio corpo, primeiro, e, segundo, aos recursos naturais apossados originalmente por alguém (libertarianismo).

Diante dessa afirmação, o liberalismo conservador contemporâneo se posicionaria nitidamente em defesa da apropriação ilimitada, que seria fundamentada e justificada de modos diferentes por seus intelectuais. Para os neoliberais, o direito de propriedade se justificaria pelo próprio desenvolvimento do capitalismo (Hayek). Muito semelhantemente se posicionam autores libertarianos moderados como Robert Nozick, para quem tal direito se justificaria pela produtividade e benefícios gerados pela civilização. Por outro lado, para libertarianos mais radicais, não existiria nenhuma necessidade de justificação social. A apropriação se justificaria por si mesma e de modo algum seria invalidada por situações de escassez (Anthony de Jasay) e o único limite para a apropriação seria a capacidade individual de se apropriar (Murray Rothbard). Assim, sem necessidade de justificação social, o liberalismo conservador trataria como violação da liberdade e canibalismo moral (John Hospers) qualquer tentativa de justiça distributiva. Essa articulação entre as noções de propriedade, liberdade e igualdade que coloca a primeira no centro é balizadora das teses desenvolvidas pelos liberal-conservadores sobre a segunda e a terceira noção.

Fundamentalmente, o papel do Estado seria proteger a vida, a liberdade e a propriedade. A flexibilidade quanto aos limites dessa ação é o que distinguiria mais nitidamente essas variações do liberalismo conservador contemporâneo. Ou melhor, o grau de convivência na constituição do Estado entre o que se definiu, segundo Isaiah Berlin, por liberdade negativa – ausência de impedimentos e de obrigações – e por liberdade positiva – autodeterminação e disposição consentida em restringir a própria liberdade negativa.

Para os neoliberais, a liberdade seria um princípio moral, possuiria um valor intrínseco que não exigiria contrapartidas. Ela deveria ser sempre negativa, pois seria a independência individual da vontade arbitrária de um terceiro. No entanto, a liberdade teria surgido junto e através da civilização, ou seja, os homens não seriam naturalmente livres e a liberdade só existiria sob a lei (Hayek). Nesse sentido, ela nunca seria ilimitada ou absoluta e a máxima liberdade deveria ser igual à liberdade de todos. Mas esse limite deveria sempre respeitar os valores da sociedade livre, principalmente a propriedade privada. Em prol da conservação da vida, os indivíduos, de forma utilitarista, concordariam em abrir mão de uma pequena parcela de sua livre movimentação para garantir o essencial. Portanto, o Estado teria como única justificação original a garantia da segurança (James Buchanan). Um papel produtor do Estado só se justificaria, nas sociedades mais complexas, em situações em que o livre-mercado não pudesse arcar com os custos da produção.

Autores libertarianos moderados, por sua vez, discordariam até mesmo de uma esfera estatal limitada. Os direitos individuais só teriam uma orientação negativa (Nozick), nunca obrigando os indivíduos a fazerem o que não desejassem. Esses direitos seriam valores morais, e os próprios indivíduos seriam capazes de respeitá-los. Nesse sentido, o único papel do Estado seria o policial, coibindo os transgressores. Esses pensadores defenderiam um Estado sem política e não a sua

simples limitação. Esse Estado, que admitiria o egoísmo, não seria sequer liberal, mas puramente capitalista. Outros mais radicais, como Rothbard, demarcariam mais fortemente com o que seria a concepção de liberdade negativa de Berlin – para Rothbard, Berlin simpatizaria com a ideia de liberdade positiva – e com a noção de Hayek, para ele pouco precisa, segundo a qual a liberdade negativa seria “ausência de coação”. Rothbard a definiria, então, como “ausência de violência física agressiva ou ameaça da mesma”, ou seja, a única necessidade de segurança dos indivíduos seria quanto à manutenção da vida e, para isso, o Estado não seria sequer necessário. Aqui prevaleceria a ideia de um anarco-capitalismo.

A defesa da liberdade negativa para o liberalismo conservador contemporâneo teria, pois, três sentidos: 1) a afirmação do livre-mercado como um fim em si mesmo e um meio para a liberdade política; 2) a garantia do máximo de apropriação privada e o mínimo de controle público; 3) a definição do Estado desejável como unicamente protetor, ou nem isso.

Por último, a tradição do liberalismo conservador contemporâneo consideraria a igualdade apenas do ponto de vista da “igualdade perante a lei” e sempre subordinada aos princípios da propriedade privada e da liberdade individual. Assim, todo tipo de intervenção social a favor da igualdade e da justiça social seria indesejado, pois acabaria por limitar a liberdade. Para os neoliberais, a concepção de justiça estaria associada e condicionada pela noção da evolução espontânea do direito de propriedade (Hayek) e, desse modo, nenhum indivíduo teria responsabilidade pela desigualdade e não poderia ter a sua liberdade restringida em função de qualquer compensação. Além de violar as liberdades individuais, tal medida compensatória acabaria também por ferir o princípio aceitável de igualdade perante a lei, pois trataria desigualmente os indivíduos. Os neoliberais admitiriam, porém, uma noção de igualdade de oportunidades na qual caberia ao Estado a eliminação de qualquer privilégio de acesso, mas nunca de nive-

lamento das condições de partida. Para os libertarianos, como Nozick, até esse tipo de igualdade é repudiável. Por sua vez, De Jasay defenderia que medidas distributivas seriam condenáveis, pois através dela o Estado “compra o consentimento”, e entenderia que a única igualdade capaz de alcançar alto grau de consenso, no contexto de pluralidade de interesses, sem ser imposta seria a igualdade política: “um homem, um voto”.

Tabela 1

Papel do Estado perante a:

	<i>Neoliberais</i>	<i>Libertarianos</i>
<i>Propriedade</i> fundamento da liberdade e posse sobre si mesmo e recursos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Justifica-se moralmente pelo desenvolvimento do capitalismo (Hayek) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Justifica-se pelos benefícios materiais que gera à civilização (Nozick); ou ■ Justifica-se por si mesma (De Jasay, Rothbard)
<i>Liberdade</i> ausência de impedimentos e obrigações (conceito negativo)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Não é ilimitada, pois só existe sob a lei (Hayek) ■ Estado protetor e produtor - admissível, mas não desejável (Hayek e Buchanan) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Estado protetor (mínimo) para libertarianos moderados (Nozick e De Jasay); ou ■ Nenhum Estado ou anarco-capitalismo para libertarianos radicais (Rothbard e D. Friedman)
<i>Igualdade</i>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Igualdade perante a lei; ou ■ No máximo, igualdade de oportunidades com eliminação de privilégios 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Igualdade perante a lei

O ELITISMO DEMOCRÁTICO

O fundamento teórico para o exercício da liberdade negativa baseada no direito de propriedade privada encontrou um desenvolvimento. Mas como o liberalismo conser-

vador contemporâneo construiu a sua concepção de democracia? Como se relaciona, nessa tradição, a relação entre os indivíduos e o Estado?

A partir da teoria weberiana e da defesa assumida da liberdade negativa, se configuraria a preferência do liberalismo conservador contemporâneo por um modelo representativo da democracia baseado na ideia do elitismo democrático. Para essa tradição, certo é, a democracia não constituiria um valor fundamental compartilhado, senão um mecanismo de governança do Estado – procedimentos legitimados pelo direito vigente – que atenderia às finalidades de proteção da vida, da liberdade e da propriedade.

Schumpeter, mesmo não sendo um liberal-conservador, é quem formularia, a partir de uma perspectiva empirista e weberiana, a noção de democracia como um método de decisão política, que seria assimilada por toda a tradição do liberalismo conservador contemporâneo.

Aceitando a teoria weberiana de que a política seria essencialmente luta pelo poder e de que nas sociedades industriais de massa não haveria espaço para a democracia participativa, Schumpeter conduziria uma crítica aos pressupostos básicos da teoria democrática clássica. Primeiro para negar que, na realidade, a democracia seria o governo do povo, uma vez que nas democracias existentes o povo, no máximo, aprovaria os governos. Segundo para desconstruir a possibilidade de pactuação da vontade geral por meio da soberania popular, dado que nas sociedades de massas coexistiria um pluralismo de interesses e o cidadão médio seria irracional e incompetente politicamente. Desse modo, haveria grupos que organizam esses interesses e a vontade do povo não passaria de “produto e não força propulsora do processo político”. Nesse sentido, seriam esses grupos que organizariam a luta pelo poder, e o conjunto dos indivíduos seria apenas uma clientela eleitoral que escolheria a alternativa de governo na prateleira do mercado político.

A partir dessa interpretação, Schumpeter definiria a democracia como um método de decisão política para o governo do político. Seria, portanto, um mecanismo de mercado no qual se escolheria entre alternativas pré-configuradas, em que nem todos concorreriam em iguais condições e se definiria pela competência das lideranças (elites políticas) na competição pelo voto. A partir da sua noção de infantilismo do cidadão médio, o sucesso das democracias estaria associado à formação de uma elite política notavelmente superior e à autodisciplina do eleitor para, uma vez delegado o poder, não mais se intrometer nos assuntos políticos, ou seja, à renúncia de parte da sua liberdade política.

Ao aceitar a tese de que os cidadãos renunciam a parte de sua liberdade política em prol de uma elite política, os teóricos do pluralismo elitista afirmariam que o fundamental seria desenvolver mecanismos para que o governante não se torne tirano, ou seja, criar instituições e regras democráticas que reflitam a pluralidade de interesses e absorvam o conjunto de grupos que lutam pelo poder, evitando a concentração. Nesse sentido, a participação política elevada seria até indesejável, pois poderia causar instabilidade e ingovernabilidade do sistema (Seymour M. Lipset). A apatia política seria sintoma de confiança nas elites políticas e no sistema político.

Para a corrente da análise econômica da política, os indivíduos seriam racionais e egoístas que atuam politicamente para maximizar seus interesses. A renúncia a uma parte de sua liberdade política seria um ato racional, uma vez que a política é concebida apenas como um simples meio para atingir fins privados (Anthony Downs).

No desenrolar dessa análise econômica da política, os teóricos da Escolha Pública afirmariam que, sendo racionais/egoístas, os indivíduos obtêm algum ganho com a existência da política. Inicialmente, a própria criação do Estado seria uma ação racional dos indivíduos para se protegerem da insegurança e da anarquia (Buchanan). Essa seria uma ação polí-

tica básica ou constitucional. Em um segundo momento, haveria ações pós-constitucionais ou cotidianas, no sentido de adaptar o Estado e a política como um meio mais eficiente para a realização dos interesses privados. Nessa teoria, mercado e Estado seriam meios de satisfação dos interesses pessoais, um no âmbito privado e outro no público.

Novamente, é preciso recordar que não tratamos apenas de teses acadêmicas, mas de um movimento teórico-prático. Nesse sentido, essas teorias liberal-conservadoras da democracia teriam se desenvolvido em polêmica com as experiências dos Estados de bem-estar social e com as teses do liberalismo social. Enquanto o crescimento do capitalismo nos anos pós-guerra sustentou essa terceira via entre o programa liberal e o programa socialista, mantendo os princípios fundamentais do liberalismo e incorporando ganhos econômicos e sociais para as classes trabalhadoras, o pacto prosperou. No entanto, a partir da década de 1970, com a crise econômica do capitalismo, as teses liberal-conservadoras ganharam espaço de afirmação com as noções da “ingovernabilidade”, do “inchaço do Estado” e do “excesso de democracia”, baseadas nas teses do elitismo democrático e da liberdade negativa.

Era a teoria da “crise da democracia”, como afirmaram Samuel P. Huntington, Michel Crozier e Joji Watanuki no documento “Report on the governability of democracies”. Aqui, se demarcaria a oposição entre a democracia liberal e a cidadania ativa.

A “ingovernabilidade” e a perda de estabilidade das sociedades democráticas do capitalismo desenvolvido seriam atribuídas ao contexto de forte efervescência democrática dos anos 1960. O “excesso de democracia” teria gerado uma instabilidade do sistema político. Por outro lado, o novo padrão de bem-estar material massificado pelas políticas dos Estados de bem-estar social, segundo o relatório, teria feito com que uma parcela importante da população, especialmente a juventude, adotasse um novo estilo de vida e novos valores sociopolíti-

cos, francamente antagônicos aos valores tradicionais (novos valores sexuais, familiares, escolares...), gerando também uma “crise cultural” (Daniel Bell). Ao mesmo tempo, a emergência de uma cultura política corporativista e o *modus operandi* das democracias parlamentaristas, tal como descritos por Schumpeter, teriam levado ao “inchaço e endividamento do Estado” por conta de uma sobrecarga de demandas que não poderiam ser cumpridas, mas seriam assumidas em função da “compra do consentimento”. O endividamento do Estado ameaçaria as liberdades individuais, a propriedade privada e o livre-mercado pela ampliação da economia do setor público.

O documento sistematizaria, então, uma crítica econômica (endividamento e incapacidade do Estado para manter as condições de acumulação capitalista), política (ingovernabilidade), moral (clientelismo e paternalismo estatal) e cultural (subversão dos valores tradicionais).

MERCANTILIZAR A POLÍTICA E DESPOLITIZAR O ESTADO

O liberalismo contemporâneo conservador precisaria ainda responder a uma questão. Se este estado de coisas denunciado pelos liberal-conservadores teria sido criado pela ação racional e eficiente dos indivíduos, a questão não seria negar essa natureza da ação humana, mas conduzir uma redução dos meios políticos disponíveis para a maximização das utilidades. Isto é, se o excesso de democracia havia politizado o processo econômico, num lamentável triunfo da política (David Stockman), seria o caso agora de mercantilizar a política e despolarizar o Estado. Reduzir a cidadania ativa e fortalecer o *homo economicus*.

Até aqui, vimos como, para o autor, o liberalismo conservador contemporâneo construiu uma linguagem política sobre a democracia e o Estado coerente com o seu sistema de relações sociais baseado em um conceito negativo de liberda-

de associado a um princípio fundamentalista de propriedade. Mas seria, por fim, necessário definir o próprio lugar da política nas relações humanas.

Os liberal-conservadores compreenderiam a política como parte de uma prévia noção conflitiva da natureza humana. Luta e conflito seriam duas categorias de análise do comportamento humano. Nesse sentido, a política também seria luta, mas não qualquer luta e sim luta pelo poder, entendido como autoridade, como força de um sobre o outro. Na luta pelo poder, os indivíduos recorreriam à força e à coerção, mas também à demagogia e à cooptação, indispensáveis nas sociedades de massas, o que tornaria a ação política moralmente condenável e o homem político inescrupuloso e farsante (José Ortega y Gasset).

A questão, nesse sentido, para os liberal-conservadores seria a de como conciliar essa perspectiva conflitiva da política com a ordem e a estabilidade, necessária para a preservação da liberdade e da propriedade. A resposta construída estaria na articulação entre 1) o apego ao tradicionalismo, ou seja, à necessidade de preservar um conjunto de normas, valores e instituições já estabelecidos, o que imporá limites ao que deve ser debatido no âmbito público; 2) o consenso em torno dessa tradição, das regras do jogo democrático, das opções, âmbitos e formas da ação política; e 3) a negociação pluralista por meio das instituições da democracia representativa que regulam e limitam a intensidade das lutas políticas.

Além disso, como já visto na definição weberiana, a luta não seria pelo poder simplesmente, mas pelo poder do Estado, o que excluiria da dimensão pública um conjunto de outros exercícios de autoridade/poder e, combinado com a noção de liberdade negativa baseada no direito de propriedade, estabeleceria os mais amplos limites da ação política a partir de um alargamento da esfera privada.

Seria nessa dimensão que dialogariam as teses de “autolimitação democrática e autolimitação econômica” (Schum-

peter, Huntington), “sociedade sem Estado” (Rothbard), “vender o Estado em pequenas partes” (David Friedman), “regressar ao Estado capitalista” (De Jasay), fazendo coincidir o processo de remercantilização da política com a afirmação do individualismo possessivo e proprietarista.

Em resumo, na teoria democrática liberal-conservadora, o Estado deveria se restringir ao mínimo de ação coletiva necessário à boa reprodução da propriedade privada (garantir a segurança e a ordem social). Nesses termos, a ação política circunscrita à luta pelo controle do poder estatal deveria se basear numa relação utilitarista com a democracia e suas instituições representativas, evitar maior participação popular, garantir a governabilidade e “proteger o liberalismo do excesso de democracia” (Peter Bachrach). Os cidadãos deveriam limitar-se a escolher quem os lidere por um determinado período. A luta pelo poder político se concentraria não na soberania popular e na cidadania ativa, mas em uma elite política, plural, competente e leal para com as regras do jogo, os valores, a tradição e as formas de ação política estabelecidos.

A CURVA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

Uma referência para considerarmos a importância do texto de Trotski, “A curva do desenvolvimento capitalista”, foi dada por Ernest Mandel em *O capitalismo tardio* (São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas, com introdução de Paul Singer).

No capítulo 4, que trata do debate sobre ondas longas no capitalismo, Mandel mostra o interesse de Trotski em ligar o debate político sobre a situação internacional após a revolução e após a Primeira Guerra Mundial com o debate teórico sobre a evolução não linear do capitalismo, polemizando com a também importante contribuição do economista russo Kondratieff sobre “ciclos longos” do capitalismo.

Trotski apresenta um ponto de vista sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo no qual destacamos três aspectos que podem ser considerados como de método no sentido marxista:

CARLOS HENRIQUE GOULART ÁRABE
É da Coordenação Nacional da Democracia Socialista e Secretário Nacional de Formação Política da Executiva Nacional do PT. É doutor em Ciência Política pela UNICAMP.

- a partir de uma observação de Engels (na sua introdução à obra *As lutas de classes na França*, de Marx), a inter-relação entre o desenvolvimento econômico e a luta de classes, que em geral se torna mais clara somente em análises sobre períodos mais longos (e que são menos visíveis nas avaliações mais curtas, conjunturais);

- a ideia de que o capitalismo ao longo de seu desenvolvimento constitui épocas distintas, formadas ou caracterizadas por um determinado tipo de dinâmica econômica (que conforma um padrão ascendente ou de estagnação ou de descenso) e por grandes movimentos culturais e políticos que, em conjunto, dão uma identidade histórica a uma época;

- a ideia de que a passagem de uma época a outra é resultante de grandes acontecimentos sociais e políticos (revoluções, guerras, por exemplo), longe, portanto, de uma visão de oscilações automáticas dependendo apenas de fatores econômicos. Assim, os momentos de virada, ou de ruptura, de uma dinâmica longa do capitalismo têm especial interesse e tendem a propiciar acontecimentos históricos fundadores de uma nova época.

“[...] foi a partir do primeiro trabalho de Kondratieff que ele [Trotsky] se envolveu mais uma vez com o assunto, no contexto de uma carta ao corpo editorial de *Viestnik Socialisticheskoi Akademii*. Nesta carta, ele reafirmou sua convicção de que, além dos ciclos industriais “normais”, havia períodos mais extensos na história do capitalismo que eram de grande importância para a compreensão do desenvolvimento a longo prazo do modo de produção capitalista” (op. cit., p. 88). E que “os ciclos clássicos podem ser explicados exclusivamente em termos da dinâmica interna do modo de produção capitalista, enquanto a explicação das ondas longas requer ‘um estudo mais concreto da curva capitalista e da inter-relação entre esta última e todos os aspectos da vida social’” (op. cit., p. 90).

A CURVA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

LEON TROTSKI

(Carta aos editores no lugar do artigo prometido, abril de 1923)

Em sua introdução ao livro de Marx, *As lutas de classes na França*, Engels escreveu:

“Quando se avaliam acontecimentos e séries de acontecimentos da história quotidiana, jamais podemos remontar até as causas econômicas de *fundo*. Mesmo hoje, quando a imprensa especializada disponibiliza abundante material, continua impossível, mesmo na Inglaterra, acompanhar diariamente o movimento da indústria e comércio no mercado mundial e as mudanças que ocorrem nos métodos de produção de uma maneira a tornar possível uma conclusão geral a partir desses fatores múltiplos, complicados e sempre em transformação, os mais importantes deles geralmente operando há muito tempo em terrenos desconhecidos antes de, repentinamente, tornarem-se visíveis na superfície. Uma visão global e clara da história econômica de um dado período nunca pode ser obtida no próprio momento, mas somente subsequentemente, depois que o material foi coletado e analisado. Estatísticas são uma ajuda extra aqui, e elas estão sempre atrasadas. Por essa razão, é muito frequentemente necessário na história atual tratar esse fator, o mais decisivo, como fator constante, e a situação econômica existente no início do período em questão como dada e inalterada para todo o período, ou então considerar apenas aquelas mudanças manifestadas de forma evidente. Então aqui o método materialista tem com certa frequência se limitado a reduzir os conflitos políticos às lu-

LEON TROTSKI (1897-1940) Foi um intelectual marxista e revolucionário bolchevique. Após a revolução, no início da União Soviética, desempenhou um importante papel político, primeiro como Comissário do Povo (Ministro) para os Negócios Estrangeiros; posteriormente como organizador e comandante do Exército Vermelho, e fundador e membro do Politburo do Partido Comunista da União Soviética. Afastado por Stalin do controle do partido, Trótski foi expulso deste e exilado da União Soviética, refugiando-se no México, onde veio a ser assassinado por Ramón Mercader, agente da polícia de Stalin. As suas ideias políticas, expostas numa obra escrita de grande extensão, deram origem ao trotskismo.

tas entre os interesses das classes sociais e frações das classes existentes, causados pelo desenvolvimento econômico, e a demonstrar que os partidos políticos particulares são a expressão mais ou menos adequada dessas mesmas classes e frações de classes. É evidente que essa negligência inevitável de mudanças contemporâneas na situação econômica, a própria base de todo o processo a ser examinado, deve ser fonte de erro.”

Essas ideias que Engels formulou logo antes de morrer não foram desenvolvidas por ninguém depois dele. Que eu me lembre, elas são raramente citadas – muito mais raramente do que deveriam ser. Mais ainda, o seu significado parece ter fugido a muitos marxistas. A explicação para esse fato está, novamente, a ser encontrada nas causas indicadas por Engels, que operam contra qualquer tipo de interpretação econômica acabada da história atual.

É uma tarefa muito difícil, impossível de resolver em todo o seu alcance, determinar esses impulsos subterrâneos que a economia transmite à política hoje; e, ainda, a explicação do fenômeno político não pode ser adiada, porque a luta não pode esperar. Disso flui a necessidade de recorrer na atividade política diária a explicações que são tão gerais, que, através do uso por muito tempo, acabam transformadas em obviedades.

Enquanto a política continua fluindo da mesma forma, dentro das mesmas margens, e com a mesma velocidade, isto é, enquanto a acumulação de quantidade econômica não significar uma mudança de qualidade política, esse tipo de abstração esclarecedora (“os interesses da burguesia”, “imperialismo”, “fascismo”) vai continuar, mais ou menos, servindo à tarefa: não interpretar um fato político em toda a sua concreitude, mas reduzir em um tipo social familiar, o que é, claro, intrinsecamente de importância inestimável.

Porém, quando uma mudança séria ocorre na situação, ainda mais que uma curva acentuada, tais explicações gerais

revelam uma completa inadequação, e se tornam inteiramente transformadas dentro de suas obviedades vazias. Nesses casos, é invariavelmente necessário examinar analiticamente, com muito mais profundidade, a fim de determinar o aspecto qualitativo, e, se possível, também medir quantitativamente os impulsos da economia sobre a política. Esses “impulsos” representam a forma dialética das “tarefas” originadas nos fundamentos dinâmicos e que são submetidas para solução na esfera da superestrutura.

Oscilações da conjuntura econômica (boom – depressão – crise) já significam em si impulsos periódicos que dão lugar à quantidade, agora para mudanças qualitativas, e para novas formações no campo político. As rendas das classes abastadas, o orçamento de Estado, salário, desemprego, proporções de comércio exterior etc. estão intimamente ligados com a conjuntura econômica, e, por sua vez, exercem a mais direta influência sobre a política. Só isso já é suficiente para fazer entender o quão importante e frutífero é seguir, passo a passo, a história dos partidos políticos, instituições de Estado etc., em relação aos ciclos do desenvolvimento do capitalismo.

Por isso, nós não queremos dizer que esses ciclos explicam tudo: isso está descartado, pelo menos porque os próprios ciclos não são fenômenos econômicos originários, mas derivados. Eles se desdobram em função do desenvolvimento das forças produtivas por meio de relações de mercado. Mas ciclos explicam muita coisa, formando, como fazem, através da pulsação automática, uma primavera dialética indispensável no mecanismo da sociedade capitalista. O ponto de ruptura da conjuntura comercial industrial nos permite uma grande aproximação dos nós críticos na teia do desenvolvimento das tendências políticas, legislação e todas as formas de ideologia.

Porém, o capitalismo não é unicamente caracterizado pela recorrência periódica dos ciclos, de outra forma o que ocorreria seria uma complexa repetição e não desenvolvimen-

to dinâmico. Ciclos comerciais-industriais possuem diferentes características em diferentes períodos. A maior diferença entre eles é determinada pelas inter-relações quantitativas entre a crise e o período do boom, dentro de cada ciclo.

Se o *boom* se restaura com o excedente, a destruição ou constrição durante a crise anterior, então o desenvolvimento do capitalismo se move para cima. Se a crise, que sinaliza destruição, ou todos os eventos de forças produtivas, supera em sua intensidade o boom correspondente, então nós temos como resultado o declínio na economia. Finalmente, se a crise e o boom se aproximam das forças um do outro, então nós temos um equilíbrio estagnado temporário na economia. Esse é o esquema bruto.

Nós observamos na história que ciclos homogêneos são agrupados em séries. Épocas inteiras de desenvolvimento capitalista existem quando um número de ciclos é caracterizado por booms nitidamente delineados e curtas e fracas crises. Como resultado, nós temos um movimento de acentuado crescimento da curva básica do desenvolvimento capitalista. Existem épocas de estagnação quando essa curva, ao passar por oscilações cíclicas parciais, permanece em aproximadamente o mesmo nível por décadas. E, finalmente, durante certos períodos históricos de curva básica, enquanto passam, como sempre, por oscilações cíclicas, mergulham como um todo, sinalizando o declínio das forças produtivas.

Já é possível postular *a priori* que épocas de desenvolvimento capitalista vigoroso devem possuir características – em política, direito, filosofia, em poesia – acentuadamente diferentes daquelas épocas de estagnação ou declínio econômico. Ainda assim, a transição entre uma época de um tipo para outra diferente deve naturalmente produzir as maiores convulsões no relacionamento entre classes e entre Estados. No Terceiro Congresso Mundial da Internacional Comunista, nós tivemos que insistir nesse ponto – na luta contra a concepção puramente mecanicista da desintegração do capitalismo em

curso. Se as substituições periódicas de booms “normais” para crises “normais” encontram seu reflexo em todas as esferas da vida social, então a transição de toda uma época de ascenso para uma de declínio, ou vice-versa, engendra as maiores perturbações históricas; e não é difícil mostrar que em muitos casos revoluções e guerras se situam na fronteira entre duas diferentes épocas de desenvolvimento econômico, isto é, a junção de dois segmentos diferentes da curva capitalista. Analisar toda a história moderna a partir desse ponto de vista é verdadeiramente uma das mais gratificantes tarefas do materialismo dialético.

Seguindo o Terceiro Congresso Mundial da Internacional Comunista, o professor Kondratiev abordou esse problema – como sempre, meticulosamente fugindo da formulação da pergunta adotada pelo próprio congresso – e tentou criar ao lado do “ciclo menor”, cobrindo um período de dez anos, o conceito de “ciclo maior”, abrangendo aproximadamente cinquenta anos. De acordo com essa construção simetricamente estilizada, um ciclo econômico maior consiste em cinco ciclos menores, e, além disso, metade deles tem a característica de boom e a outra metade de crise, com todos os estágios transicionais necessários. As determinações estatísticas de ciclos maiores compilados por Kondratiev devem ser submetidas à verificação cuidadosa, tanto em relação aos países individualmente como ao mercado mundial como um todo. Já é possível refutar, antecipadamente, a tentativa do professor Kondratiev de caracterizar épocas marcadas por ele como grandes ciclos com a mesma “visão de ritmos rigidamente estabelecidos” observados em ciclos menores; é uma generalização obviamente falsa de uma analogia formal. A recorrência periódica de ciclos menores é condicionada pela dinâmica interna das forças capitalistas e se manifesta sempre e em todos os lugares onde o mercado passa a existir.

No que diz respeito aos grandes segmentos da curva de desenvolvimento capitalista (cinquenta anos), que o professor

Kondratiev imprudentemente propõe para designar da mesma forma como ciclos, seu caráter e duração são determinados não pela interação interna das forças capitalistas, mas pelas condições externas através das quais flui o desenvolvimento capitalista. A conquista pelo capitalismo de novos países e continentes, a descoberta de novos recursos naturais, e, na sequência disso, aqueles fatos principais de ordem “superestrutural”, como guerras e revoluções, determinam o caráter e a substituição de crescentes, estagnadas ou declinadas épocas de desenvolvimento capitalista. Juntamente, por qual caminho deve proceder a investigação? Estabelecer a curva do desenvolvimento capitalista e suas fases não periódicas (básicas) e periódicas (secundárias) e estabelecer rupturas em relação a países individuais do nossos interesses e em respeito a todo o mercado mundial – essa é a primeira parte da tarefa. Uma vez que temos a curva fixa (o método de fixação disso, claro, uma questão especial em si e, de forma alguma, simples, mas diz respeito ao campo da técnica econômico-estatística), nós podemos dividir períodos, dependendo do ângulo de subida e descida em referência ao eixo das abscissas (veja o gráfico). Dessa maneira, nós obtemos um esquema pictórico do desenvolvimento econômico, isto é, a caracterização da “própria base de todo o processo a ser examinado” (Engels).

Dependendo da concretude e detalhamento de nossa investigação, podemos extrair uma série desse esquema: uma relativa à agricultura, outra para indústria pesada, e assim por diante. Com este esquema como nosso ponto de partida, devemos depois sincronizá-lo com eventos políticos (no sentido mais amplo do termo) e então podemos olhar não só para a correspondência – ou, para colocar de maneira mais cautelosa, inter-relação entre as épocas definitivamente delineadas da vida social e os segmentos acentuadamente expressos da curva do desenvolvimento capitalista –, mas também para aqueles impulsos subterrâneos diretos que desencadeiam eventos.

Por esse caminho, é naturalmente fácil cair na esquematização mais vulgar e, acima de tudo, ignorar o tenaz condicionamento e sucessão de processos ideológicos internos – para tornar-se alheio ao fato de que a economia é decisiva apenas em última análise.

Não houve espaços para tirar conclusões caricaturais do método marxista! Mas renunciar por esse motivo à formulação acima indicada na pergunta (“isso cheira a economicismo”) é demonstrar uma inabilidade completa para entender a essência do marxismo, que olha para as causas de mudanças na superestrutura social nas mudanças nos fundamentos da economia e não em qualquer outro lugar.

Correndo o risco de incorrer na ira teórica dos oponentes do “economicismo” (e parcialmente com a intenção de provocar sua indignação), nós apresentamos aqui um gráfico esquemático que retrata arbitrariamente uma curva do desenvolvimento capitalista para um período de noventa anos ao longo das linhas acima mencionadas. A direção geral da curva básica é determinada pelo caráter das curvas conjunturais parciais que a compõem. No nosso esquema, três períodos são claramente demarcados: vinte anos do desenvolvimento capitalista muito gradual (segmento A-B); quarenta anos de recuperação vigorosa (segmento B-C); e trinta anos de crise prolongada e declínio (segmento C-D). Se introduzimos nesse diagrama os eventos históricos mais importantes ao período correspondente, então a justaposição pictórica de grandes eventos políticos com as variações da curva é sozinha suficiente para dar a ideia de inestimáveis pontos de partida para investigações materialistas históricas. O paralelismo de eventos políticos e mudanças econômicas é, claro, muito relativo. Como regra geral, a “superestrutura” registra e reflete novas formações na esfera econômica apenas após atraso considerável. Mas esta lei pode expor, por meio de uma investigação concreta dessas inter-relações complexas que nós aqui apresentamos, uma sugestão pictórica.

No relatório para o Terceiro Congresso Mundial, ilustramos nossa ideia com alguns exemplos históricos extraídos da época da Revolução de 1848, da época da primeira Revolução Russa (1905), e do período pelo qual estamos passando agora (1920-1921). Nós apresentamos ao leitor estes exemplos (veja o Novo Curso). Eles não fornecem nada acabado, mas caracterizam de forma suficientemente adequada a importância extraordinária da abordagem avançada por nós, sobretudo para compreender os saltos mais críticos da história: guerras e revoluções. Se nesta carta nós utilizamos um esquema pictórico puramente arbitrário, sem pretender tomar qualquer período real na história como base, fazemos isso pela simples razão de que qualquer tentativa desse tipo seria semelhante demais a uma antecipação impulsiva desses resultados fluindo a partir de uma investigação complexa e meticulosa que ainda tem que ser feita.

No presente momento, continua ainda impossível prever em qual grau e quais aspectos da história serão iluminados e quanta luz será projetada por uma investigação materialista que proceda de um estudo mais concreto da curva capitalista e da inter-relação entre esta e todos os aspectos da vida social.

Conquistas que podem ser alcançadas por esse caminho só podem ser determinadas como o resultado de uma investigação em si, que deve ser mais sistemática e ordenada do que aquelas excursões materialistas históricas até então realizadas. Em todo caso, tal abordagem da história moderna promete enriquecer a teoria do materialismo histórico com conquistas muito mais preciosas do que o malabarismo especulativo extremamente duvidoso com os conceitos e termos do método materialista que tem, sob “canetas” de alguns dos nossos marxistas, transplantado os métodos do formalismo para o domínio do materialismo dialético, e levado a reduzir a tarefa de tornar definições e classificações mais precisas e a dividir abstrações vazias em quatro partes igualmente vazias; que tem, em suma, adulterado o marxis-

mo por meio dos maneirismos indecentemente elegantes de epígonos kantianos. É uma coisa boba, de fato, infinitamente afiar e reafiar um instrumento para desbastar o aço marxista, quando a tarefa é aplicar o instrumento para trabalhar a matéria-prima!

Em nossa opinião, este tema poderia fornecer o assunto para um trabalho mais fecundo de nossos seminários marxistas sobre o materialismo histórico. Investigações independentes realizadas nessa esfera poderiam, sem dúvida, dar nova luz, ou pelo menos lançar mais luz sobre eventos históricos isolados e épocas inteiras. Finalmente, o próprio hábito de pensar em termos das categorias acima mencionadas facilitaria enormemente a orientação política na época atual, que é uma época que revela, de forma mais aberta do que nunca, a ligação entre a economia capitalista, que atingiu seu pico de saturação, e a política capitalista, que se tornou completamente desenfreada.

Eu prometi há muito tempo desenvolver este tema para Vestnik Sotsialisticheskoi Akademii. Até agora tenho sido impedido pelas circunstâncias de manter essa promessa. Não estou certo de que eu serei capaz de cumpri-la em um futuro próximo. Por esta razão, limito-me, por enquanto, a esta carta.

REFERÊNCIA:

TROTSKI, Leon. *The Curve of Capitalist Development*. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1923/04/capdevel.htm>. Tradução de Paula Coruja. Revisão de Carlos Henrique Árabe.

INTRODUÇÃO: O NEOLIBERALISMO E SUA CRISE

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

O estudo da crise do neoliberalismo e suas consequências políticas é um dos campos centrais a merecer atenção. Para os que, como nós, mantemos uma referência na análise de épocas históricas do desenvolvimento capitalista, a sequência de crises que confluíram para o núcleo do sistema financeiro dos EUA indicava a formação de uma crise estrutural da economia dominante, a dos EUA, revelando seus problemas crônicos de alto endividamento e baixo crescimento. Ao mesmo tempo, tanto pelo impacto internacional dos bancos norte-americanos como pela instabilidade e desigualdade de ritmos do processo da globalização, que também vinha acumulando crises na chamada semiperiferia, a crise “do subprime” alcançava dimensão sistêmica e internacional. Ela passou a combinar uma crise da finança, crise no nível da produção e do emprego e a insolvência de Estados. Por isso mesmo, as análises que circunscreviam a crise em aspectos importantes, mas parciais da globalização neoliberal – como a profunda

desregulamentação financeira –, pareciam-nos não dar conta de uma crise mais ampla. De outro lado, análises bastante genéricas (muitas vezes de tom catastrofista), no estilo “crise geral do capitalismo”, pareciam perder justamente suas especificidades históricas. Ambas neutralizavam a importância fundamental para a luta de perspectiva socialista da ideia de uma grande crise.

O interesse pelas análises de Gérard Duménil e Dominique Lévy, publicadas em *A crise do neoliberalismo* (livro lançado em 2011 pela Harvard University Press e publicado no Brasil em 2014 pela Boitempo Editorial), decorre justamente da abordagem que procura dar conta da crise econômica aberta em 2008 nos EUA de forma integrada à especificidade histórica da época da globalização neoliberal. Entre os traços dessa época, está o forte deslocamento da renda a favor de extratos cada vez menores e mais ricos, em um intenso processo de concentração. Essa abordagem leva os autores a caracterizar a crise como estrutural, sistêmica e de longa duração. A analogia mais próxima é com a crise do final dos anos 1920, entendida também como uma crise da hegemonia financeira. No artigo que agora publicamos, escrito em 2013, os autores atualizam alguns aspectos da sua evolução da crise.

Entre as lacunas na elaboração de Duménil e Lévy, poderíamos apontar as avaliações ainda muito incipientes sobre a China (mas também sobre o Brasil). O que, no entanto, destaca-se não como lacuna, mas como uma abordagem que nos parece insustentável é a análise de classes sociais para justificar as oscilações históricas de longo prazo do capitalismo no século XX. Os autores atribuem a uma suposta classe de gerentes e executivos um papel determinante seja na viabilização do “capitalismo organizado” do período pós-Segunda Guerra, seja na do neoliberalismo a partir das duas últimas décadas do século XX.

Parece-nos possível, no entanto, realizar uma leitura frutífera dos autores considerados, levando em conta que há uma relativa autonomia entre a sua interessante análise econômica e a sua problemática análise de classes.

NEOLIBERALISMO E SUA CRISE

GÉRARD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY

INTRODUÇÃO

O termo “neoliberalismo” é hoje comumente usado para referir-se à fase do capitalismo iniciada na transição entre as décadas de 1970 e 1980, quando seu funcionamento foi totalmente transformado. Quase trinta anos depois, muitos ainda proclamavam o “fim da história”. Mas os primeiros sintomas da “crise do neoliberalismo”¹ foram observados em agosto de 2007 e, depois do colapso de setembro-outubro de 2008, a maioria dos economistas passou a reconhecer a gravidade de uma crise que lembrava a Grande Depressão. As lições da Depressão foram aprendidas, e políticas correspondentes foram usadas para minimizar o choque, como o apoio irrestrito às instituições financeiras debilitadas e enormes déficits das contas públicas. Houve um retorno às políticas keynesianas. No segundo trimestre de 2009, o pior da recessão havia passado e alguns economistas começaram a se referir à crise usando o pretérito.

A partir do outono de 2011, a atmosfera muda. As macroeconomias dos Estados Unidos e da Europa não recuperaram a capacidade autônoma de crescer independente dos déficits (apesar da recuperação, a taxas de crescimento comparativamente elevadas, nos países periféricos). A análise dos determinantes da crise indica que os mecanismos estruturais, características básicas do neoliberalismo, e os desequilíbrios da economia norte-americana não foram revertidos. O neoliberalismo vai sobreviver à crise? Que novas configurações sociais poderiam se estabelecer em seu lugar? Qual será a posição dos Estados Unidos na hierarquia internacional?

GÉRARD DUMÉNIL e
DOMINIQUE LÉVY
Pesquisadores do Centre
National de La Recherche
Scientifique, em Paris, e
coautores da “A crise do
neoliberalismo”, Boitempo
Editorial, 2014.

1. Um uso amplo do termo é feito em nosso livro recente: DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *The Crisis of Neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. O livro foi recém-lançado no Brasil pela Boitempo com o título *A crise do neoliberalismo*. (N. E.)

Este estudo aborda as seguintes questões: a periodização geral do capitalismo, na qual o neoliberalismo define uma fase específica (seção 2); a natureza e os métodos do neoliberalismo (seção 3); dois episódios da crise, a de 2008 e a crise das dívidas públicas nos Estados Unidos e na Europa em 2011 (seção 4); e as perspectivas das próximas décadas (seção 5). Os Estados Unidos e a Europa estão no centro da análise dos dois episódios citados. Porém, na discussão dos cenários futuros, deve-se dar atenção especial aos países emergentes, especialmente à China.

PERIODIZAÇÃO DO CAPITALISMO

As seções a seguir explicitam o marco histórico geral da análise: (1) modos de produção – o estabelecimento do “capitalismo moderno” na virada do século XX; (2) as crises estruturais que marcaram o surgimento do capitalismo moderno e que pontuaram sua história; e (3) as ordens sociais que dividiram essas crises e sua relação com as transformações do capitalismo.

CAPITALISMO, AS REVOLUÇÕES NA PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E O CAPITALISMO MODERNO

Na interpretação de Marx da história, é fundamental a diferenciação dos vários modos de produção. Esta periodização tem por base a ampla dinâmica histórica das forças produtivas e das relações de produção. Esta dinâmica é *permanente*, isto é, não se interrompe ao longo do curso de um modo específico de produção; neste caso, o capitalismo. Marx discute a noção ampla do caráter cada vez mais social da produção, que se expressa através da crescente sofisticação da produção e da complexificação da rede de inter-relações. Estas relações se manifestam dentro das empresas (onde atingiram um alto grau de desenvolvimento), assim como na sociedade como um todo e cada vez mais em todo o mundo.

A transformação das empresas – relativa à tecnologia e à organização e, de forma correspondente, ao tamanho das unidades de produção – e a expansão dos mercados no século XIX nos Estados Unidos prenunciavam mudanças institucionais radicais. As instituições, que expressam a propriedade dos meios de produção, transformaram-se, marcando uma importante virada na história do capitalismo, ao que nos referimos como a entrada no “capitalismo moderno”. A súbita onda de incorporações ao redor de 1900 é conhecida como revolução corporativa. A revolução das instituições financeiras se refere ao surgimento de um novo sistema bancário (dos Morgan, Rockefeller etc.) diretamente envolvido no financiamento das grandes corporações emergentes, sustentando a onda de incorporações. O termo “revolução gerencial” é usado para referir-se ao terceiro aspecto: a transferência das tarefas tradicionais do capitalista atuante a funcionários assalariados da gerência e do comércio/escritórios.

Com isso, também os padrões de classe foram transformados. Um resultado importante foi o surgimento de uma nova burguesia distanciada da produção, cuja propriedade dos meios de produção era baseada na posse de garantias – como ações e títulos –, dando a esta propriedade um caráter financeiro. Com a revolução gerencial, ocorreu uma forte divisão hierárquica de tarefas – uma “polarização” –, com a concentração de iniciativas, poder e renda nos gerentes e da execução nos empregados de hierarquia inferior. O surgimento dessas novas classes intermediárias – gerentes e outros empregados – definiu o padrão de classes típico do capitalismo moderno até o presente. Referimos-nos às classes capitalista e gerencial como “classes altas” e aos empregados do comércio e administrativos como “classes populares”.

Uma de nossas teses relativas ao curso da História é que a evolução da coordenação ocorrida nas três revoluções acima mencionadas determinou o surgimento das classes gerenciais. A relação entre os proprietários capitalistas e os gerentes tornou-se, portanto, uma questão política central. Sustentamos,

2. Para o conceito de Finança definido pelos autores, ver: http://www.jourdan.ens.fr/~levy/dumenil_levy_sem.pdf. (N. T.)

inclusive, que a continuidade desta mesma dinâmica poderia determinar a transição para um novo modo de produção gerencial, fora do domínio dos proprietários capitalistas.

CRISES ESTRUTURAIS

O surgimento do capitalismo moderno foi resultado de tendências de base contínuas, mas a mudança foi precipitada pela grande crise ocorrida nos Estados Unidos na década de 1890. Esta foi a primeira de quatro crises estruturais sucessivas. A segunda, a Grande Depressão, é mais conhecida. A terceira foi a crise da década de 1970, com a desaceleração da acumulação e a onda de inflação. A quarta é a crise atual do neoliberalismo. Há um caráter periódico nestas mudanças, que ocorreram a cada trinta a quarenta anos, mas é difícil estabelecer a origem deste padrão regular.

À crise da década de 1890, como a dos anos 1970, seguiram-se períodos de queda nas taxas de lucro. Podem ser chamadas de “crises de lucratividade” e se manifestaram, respectivamente, como uma guerra de competitividade e uma onda de inflação. A Grande Depressão e a crise atual não são crises de lucratividade. As classes capitalistas estabeleceram mecanismos econômicos básicos – como a financeirização e a globalização (ambas envolvem a desregulamentação) – a fim de sustentar o crescimento de sua renda e riqueza. Foram muito bem-sucedidas por duas ou três décadas. No entanto, como descreveram Marx e Engels no *Manifesto*, comportaram-se como “aprendizes de feiticeiro” e acabaram perdendo o controle do seu próprio feitiço. Chamamos estas crises de “crises de hegemonia financeira” (em referência à Finança,² definida como classes capitalistas e instituições financeiras).

ORDENS SOCIAIS

Chamamos “ordens sociais” (ou configurações de poder) uma fase do capitalismo caracterizada pelas hierarquias específicas de poder predominantes entre classes ou frações

de classes, incluindo os pactos entre estes grupos. As ordens sociais podem ser definidas apenas em relação a um determinado padrão de relações de classes: antes ou depois do estabelecimento do capitalismo moderno. Determinam períodos mais curtos na história dos modos de produção. No capitalismo moderno, apenas três classes sociais são relevantes para esta investigação:

1) *A primeira hegemonia financeira* – Desde as três revoluções até a Grande Depressão, as classes capitalistas usufruíam de uma situação de hegemonia nas relações sociais. O movimento operário (com greves importantes) foi finalmente controlado devido às circunstâncias criadas pela Primeira Guerra Mundial. Foi estabelecida uma forma de pacto social com a classe emergente de gerentes, apesar da preocupação das classes capitalistas com o crescente poder daquela classe. Embora o Federal Reserve (Banco Central norte-americano) tenha sido criado em 1913, a resistência contra o controle central da macroeconomia permanecia forte. A doutrina era o liberalismo, em nível nacional e internacional.

2) *O pacto pós-guerra* – A Grande Depressão, o *New Deal*, a Segunda Guerra Mundial e a força do movimento operário em todo o mundo levaram ao estabelecimento de um novo pacto social após a guerra. Diversas regras estabelecidas durante o *New Deal* continuaram a ser aplicadas, mas chegou-se a um pacto social mais moderado. O liberalismo foi substituído pelo keynesianismo, com um papel importante do governo (devido ao crescimento drástico das receitas públicas), políticas monetárias e fiscais, enquanto as iniciativas relacionadas à produção e ao investimento foram delegadas às empresas. (É necessária uma análise mais detalhada para levar em conta as diferenças entre as políticas nacionais e o enfraquecimento contínuo das coordenações internacionais, concebidas nos acordos de Bretton Woods.) Foram os anos do Estado do Bem-Estar Social. O pacto pendeu para a esquerda, entre gerentes e as classes populares, enquanto diminuíram o

poder e a renda das classes altas, levando a uma significativa redução da desigualdade. Houve diferenças importantes entre os países, como, por exemplo, entre os Estados Unidos e a Europa (particularmente a nacionalização de importantes segmentos da economia na Europa) e, de forma ainda mais significativa, o Japão.

O pacto pós-guerra morreu por falta de perspectiva política, assim como devido: (1) a suas debilidades internas (a preocupação quase que exclusiva com a expansão do progresso do poder de compra); (2) ao esgotamento das características favoráveis da mudança técnico-organizacional inerentes à nova eficiência própria do capitalismo moderno; e (3) à luta das classes capitalistas.

3) *A segunda hegemonia financeira* – A crise da década de 1970 e o enfraquecimento do movimento operário permitiu que as classes capitalistas recuperassem sua hegemonia anterior ao redor de 1980 – resultado de uma luta de classes em que as classes populares foram derrotadas. As classes capitalistas impuseram uma nova disciplina às classes populares e gerenciais. Gradualmente, no entanto, foi forjada uma aliança entre as classes altas, isto é, entre capitalistas e gerentes, à direita. A reorganização geral da economia e da sociedade foi drástica.

Não é apenas a relação entre os modos de produção (devido às revoluções que introduziram o capitalismo moderno) e a ordem social que define a periodização de curto prazo. A ligação é dinâmica. Os atores sociais ativos na ordem social são determinados pela metamorfose de padrões de classe associados à transformação das relações de produção – especificamente, ao longo das décadas consideradas, a ascensão dos gerentes reflete o processo geral de socialização. O pacto pós-guerra pode ser interpretado como um primeiro ensaio de um grande cenário histórico no qual as classes capitalistas seriam suprimidas, mas que acabou não acontecendo. No neoliberalismo, as classes capitalistas tentaram orientar as tendências sociais inerentes à dinâmica das forças produtivas e das

relações de produção em direções compatíveis com a sobrevivência de sua própria hegemonia. Em certos aspectos, impulsionaram o processo de socialização da produção, como ocorreu na globalização neoliberal; em outros, tentaram limitar as consequências que poderiam prejudicar sua hegemonia, como no caso da desregulamentação financeira. Em geral, não conseguiram estabelecer ou reforçar mecanismos para estabilizar o curso da economia, nacional e internacionalmente, como está ocorrendo na crise atual e, portanto, seus privilégios estão ameaçados.

A SEGUNDA HEGEMONIA DA FINANÇA

O neoliberalismo é um fenômeno de classe.³ O poder e a renda da Finança – classes capitalistas e instituições financeiras – foram restaurados em uma nova “ordem social” nos estertores do pacto social depois da Segunda Guerra Mundial. Esta seção também discute a expansão do neoliberalismo ao redor do mundo e seus limites, especialmente em relação à China.

A LIDERANÇA DA FINANÇA

A imposição do neoliberalismo significou um redirecionamento completo da economia nacional e internacional. Deve-se acrescentar a isso a ofensiva de classe à política e à ideologia. Em primeiro lugar, é importante recordar que, desde o início da década de 1980 até a crise atual, o esforço neoliberal foi muito bem-sucedido, se avaliado de acordo com os seus próprios objetivos, isto é, a renda e a prosperidade das classes altas. Em outros artigos,⁴ apresentamos dados que testemunham o aumento drástico das rendas mais altas (especialmente do 1% com renda mais alta). Outro achado é a importância inesperada do aumento dos salários mais altos. Na evolução da desigualdade de renda, tiveram um papel equivalente ao rendimento de capitais (juros, dividendos e ganhos de capital).

3. Uma interpretação que apresentamos em meados da década de 1990, publicada pela primeira vez em inglês em G. Duménil, D. Lévy, 2001.

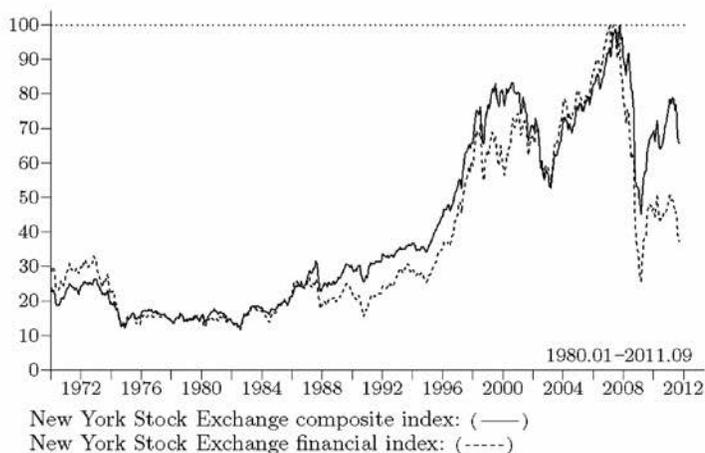
4. Recentemente em Duménil e Lévy (2011, op. cit.).

Estes altos salários são obviamente dos gerentes, especialmente dos altos gerentes, enquanto os salários do grosso da população trabalhadora estão estagnados ou diminuíram. Deve-se acrescentar a isso outras rendas desconhecidas que são acumuladas e capitalizadas em paraísos fiscais.

A Figura 1 mostra uma expressão dessas tendências. As variáveis são os índices da Bolsa de Nova Iorque corrigidos pela inflação usando o fator de deflação do PIB. São evidentes a queda na crise da década de 1970, as tendências drásticas de aumento no neoliberalismo e as quedas nas crises de 2000/2001 e atual. Em moeda constante, um investimento em 1980 valia cinco vezes mais do que na década de 2000.

Figura 21

*Índices da Bolsa de Nova Iorque corrigidos pela inflação
(máx = 100)*



Além da nova disciplina imposta aos gerentes e trabalhadores em benefício dos proprietários capitalistas (gradualmente mais para o benefício conjunto de capitalistas e gerentes), devem ser mencionadas as novas políticas para a manutenção da estabilidade dos preços em benefício dos credores. Mas os dois componentes principais foram a *financeirização* e a *globalização*. A interseção – a globalização financeira

– teve um papel central. Os mecanismos financeiros se multiplicaram, com aceleração significativa depois de 2000. Nos mercados de derivativos, por exemplo, o valor bruto de mercado de balcão de contratos de taxas de juros chegou a US\$ 20 trilhões em comparação aos US\$ 14 trilhões do PIB americano; os empréstimos bancários em todo o mundo para estrangeiros foram multiplicados por 3 entre 2000 e 2008. A imposição do livre comércio e movimento de capitais ao redor do mundo abriu todas as regiões do globo ao investimento de corporações transnacionais, financeiras ou não. Entre 1970 e 2008, a exportação total de produtos no mundo foi multiplicada por quase 7; durante a década de 2000, os fluxos de investimentos diretos no exterior foram 48 vezes maiores do que na década de 1970. Como se sabe, a globalização estabeleceu a competição entre todos os trabalhadores do mundo. O impacto foi devastador em termos de poder de compra das classes populares e seu acesso à saúde, aposentadoria e educação.

A vida política também foi totalmente transformada. Enquanto os valores da esquerda foram sustentados pelas frações mais educadas da população – ligadas ao que chamamos de “classes gerenciais”, incluindo seus componentes intelectuais –, as classes capitalistas tiveram que lutar (em geral, indiretamente) contra indivíduos e grupos bem preparados para resistir aos seus argumentos.

Quanto à ideologia, intimamente ligada ao exposto acima, as duas hegemonias financeiras “requestraram” o velho conto do “liberalismo” do século XIX, que estaria implícito na noção do “neoliberalismo”. Neste contexto, “liberalismo” denota a liberdade de ação das classes capitalistas – com possíveis características progressistas em estruturas sociais anteriores (na fase de estabelecimento ou maturação do capitalismo), mas desatualizadas nas circunstâncias criadas pelo amadurecimento das relações de produção no século XX, sem falar do século XXI. Nas suas primeiras concepções, antes da Segunda Guerra Mundial – assim como durante e depois dela –, o neo-

5. FA. Hayek, 1944. Ver também P. Mirowski, D. Plehwe, 2009.

6. Um resumo recente destas teses oficiais estão em E. Cheng, X. Xin, 2011.

liberalismo era definido como reação aos regimes “totalitaristas” nazista e soviético, invocando, na época, explicitamente a social-democracia. Segundo Von Hayek, a social-democracia levaria, no curto ou no longo prazo, ao totalitarismo,⁵ cujo objetivo direto é a imposição de uma “democracia” de classe, isto é, estruturada para o benefício das classes altas, como em ambas hegemonias financeiras.

UM PLANETA NEOLIBERAL?

É importante diferenciar a expansão do neoliberalismo em todos os países ao redor do mundo da globalização neoliberal (livre comércio e livre movimento internacional de capitais). Vários países da América Latina recusaram a oferta de George Bush Júnior da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Embora três países andinos conhecidos façam parte da “divisão de trabalho” neoliberal internacional, internamente quebraram várias regras do neoliberalismo. Mas o caso principal e mais importante da próxima década é a China.

O termo oficial “socialismo com características chinesas”⁶ é certamente enganador. A economia chinesa e, de modo geral, a sociedade chinesa, podem ser descritas como uma combinação de um *gerencialismo*, sob a liderança de funcionários públicos e (geralmente de forma simultânea) de membros do Partido Comunista, e de um florescente *setor capitalista*.

Na década de 2000, a China percorreu uma trajetória muito eficiente em termos de crescimento e exportação, para a qual sua posição na globalização neoliberal foi crucial. Mas isso não significa que a trajetória interna da economia chinesa seja neoliberal. A intervenção do governo permanece forte e contrária às regras do neoliberalismo: (1) a taxa de câmbio do renminbi é controlada pelo governo central; (2) o mesmo vale para os movimentos de capital para dentro e fora da China (devido ao papel de Hong Kong); (3) e para os mercados financeiros, que permanecem sob forte vigilância; (4) o sistema bancário é predominantemente de propriedade do governo, e sua ação tem por objetivo o desenvolvimento, com uma polí-

tica de crédito indulgente; e (5) os setores-chave da economia ainda são de propriedade do governo, que tem uma política industrial ativamente direcionada para o desenvolvimento.

Neste contexto, é difícil determinar o padrão de alianças de classes na sociedade chinesa. O governo e, em primeiro lugar, o Partido Comunista tradicionalmente alegam representar diretamente os interesses do povo, mas todos sabem que a situação social é mais complexa.

Os acontecimentos recentes merecem uma análise mais detalhada. A partir do início da década de 2000, a administração Hu-Wen (de Hu Jintao a Wen Jiabao) marca uma mudança significativa na trajetória seguida durante a década de 1990 (a era Jiang Zemin). A nova administração reforçou o poder das autoridades centrais e manifesta preocupação crescente com o descontentamento social. Portanto, tende a ampliar o número de benefícios sociais (saúde, aposentadoria) para certas categorias de trabalhadores. No entanto, não se pode dizer que se trata de uma social-democracia. Embora o poder de compra dos gerentes esteja aumentando rapidamente, as condições de vida e de trabalho da maioria dos trabalhadores urbanos e rurais (devido ao fluxo de migrantes) permanecem muito duras, enquanto a inclusão das classes capitalistas nas estruturas de poder está crescendo. Esta característica sugere alianças sociais no topo das hierarquias sociais, semelhante às que predominam nas hegemonias financeiras dos países capitalistas, com a importante diferença de que a liderança está na mão de funcionários públicos e membros do Partido Comunista. O caso dos gerentes de empresas é mais ambíguo porque os padrões de propriedade das empresas não estatais geralmente não são claros.

AS PRIMEIRAS DUAS ETAPAS DA CRISE DO NEOLIBERALISMO

A partir do outono de 2011, a crise atual entra claramente em uma segunda etapa. Poderíamos mencionar duas

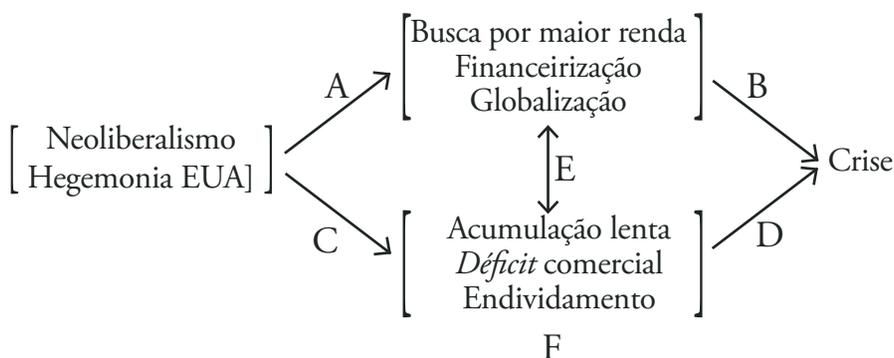
7. Duménil e Lévy, 2011, op. cit., p. 34.

crises: a de 2008 e a de 2011, mas ambas estão intimamente ligadas. A segunda etapa é a crise do tratamento da primeira crise. As duas seções a seguir discutem cada uma delas.

O NEOLIBERALISMO SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA: A CRISE DE 2008

Os determinantes da crise de 2008 estão resumidos no Diagrama 1.⁷ O *neoliberalismo*, entre colchetes à esquerda, é a origem de tudo, mas está associado com a *hegemonia norte-americana*, ou seja, “o neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana”. Este segundo aspecto enfatiza a importância da trajetória da macroeconomia norte-americana, que só foi possível devido à monumental posição internacional do país. As setas A e C diferenciam dois conjuntos de fatores, nos colchetes superior e inferior. O primeiro se refere às características gerais do neoliberalismo compartilhadas por todos os países neoliberais, embora os Estados Unidos liderassem a maioria dessas tendências. Antes de 2007, com raras exceções, os fatores listados no colchete inferior eram típicos apenas da economia norte-americana:

1) *Neoliberalismo em geral*. Esses fatores são a expressão do esforço da Finança para remover todas as barreiras ao seu poder e prosperidade, como na *busca por maior renda*, junto com o mencionado anteriormente (renda de capitais, salários, condições de trabalho, políticas etc.).



O diagrama mostra ainda a *financeirização* e a *globalização*, incluindo a globalização financeira, que têm o mesmo objetivo. A desregulamentação foi uma ferramenta crucial. Foi criada uma estrutura financeira global gigantesca e incontrolável em cada país e internacionalmente. Outros países, como o Reino Unido, foram totalmente transformados, abrindo-se para a financeirização neoliberal e para a globalização.

Um fator essencial da crise foi a desregulamentação e a relutância das autoridades monetárias – especialmente do Federal Reserve – de levar em conta as ameaças e regular novamente os mecanismos financeiros. Pode-se acrescentar a isso as dificuldades encontradas na conduta das políticas monetárias no contexto da globalização neoliberal, quando o Federal Reserve perdeu o controle das taxas de juros de longo prazo. A fé cega na autodisciplina dos mecanismos do mercado financeiro global foi a origem da crise e não um “erro” na condução das políticas monetárias.

2) *A trajetória da macroeconomia norte-americana.* O primeiro fator no colchete inferior foi a acumulação lenta. Os Estados Unidos não foram a única economia entre os países avançados cujas taxas de acumulação foram menores do que antes das décadas neoliberais, mas, naquele país, a tendência descendente de acumulação (com exceção do *boom high tech* da segunda metade da década de 1990) foi parte de uma combinação muito específica de três tendências: (1) a desaceleração da acumulação; (2) o aumento do déficit do comércio exterior; e (3) o crescente endividamento.

Quanto a este último aspecto – endividamento –, devemos diferenciar a dívida interna do financiamento externo:

1) Nesta investigação, a dívida interna é definida como a soma das dívidas imobiliária e pública. Ambos podem tomar empréstimos e fazer investimentos financeiros. Dependendo da questão considerada, são relevantes a dívida bruta (como no estudo de estabilidade financeira) ou a dívida lí-

8. Lotes de ações fazem parte dos títulos e não devem ser mencionados como "dívidas", mas é adequado mencionar financiamento externo como "dívida externa". Observe que investimentos diretos no exterior são contados como "investimento financeiro".

quida (dívida bruta menos ativos financeiros; como no estudo da formação da demanda). As empresas também tomam empréstimos, mas fazem investimentos financeiros de volume aproximadamente equivalente e assim é possível abstrair sua dívida líquida na análise dos mecanismos de demanda.

2) O resto do mundo faz investimentos financeiros na economia norte-americana e, de forma recíproca, os agentes econômicos norte-americanos fazem investimentos financeiros no resto do mundo. Investimentos financeiros externos (ou financiamento externo) referem-se aos ativos, títulos, empréstimos e depósitos norte-americanos de posse de estrangeiros.⁸ A dívida externa líquida da economia norte-americana é uma variável importante na análise da crise. É a diferença entre os ativos norte-americanos mantidos pelo resto do mundo e os ativos estrangeiros mantidos por agentes norte-americanos.

Uma relação básica liga as dívidas líquidas (em termos de *variação*, Δ):

$$\Delta \text{ dívida externa líquida} = \Delta \text{ dívida imobiliária líquida} + \Delta \text{ dívida pública líquida}$$

A Figura 2 ilustra esta relação exclusivamente para instrumentos do mercado de crédito. As variáveis apresentadas são as quantias e não as variações; portanto, a variação conjunta das duas variáveis se manifesta no paralelismo entre as duas linhas.

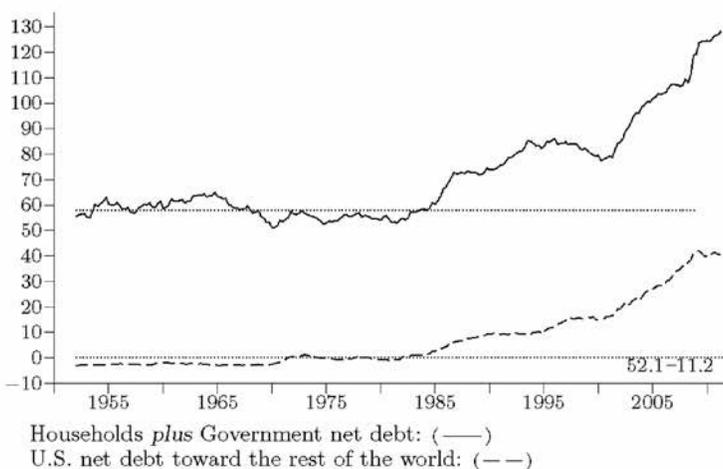
Dois períodos são evidentes: da década de 1950 até o início da década de 1980 e as décadas neoliberais seguintes, quando se inicia a trajetória de desequilíbrio da economia norte-americana.

Os padrões de variação são produto de ligação causal recíproca entre: (1) o livre comércio (origem do déficit do comércio exterior em um mundo de custo de mão de obra e capacidade técnica desiguais e taxas de câmbio muitas vezes desconectadas das paridades de poder de compra) e (2) o crescimento da dívida interna. *O direcionamento de uma crescente fração da demanda para o resto do mundo deve ser compensado*

pele estímulo da demanda interna para garantir o uso normal da capacidade de produção no território nacional. Além disso, parte do estímulo é derivado para o resto do mundo, aumentando a demanda de estímulo. O crescimento da dívida imobiliária bruta nos Estados Unidos foi ainda mais drástico porque as famílias também estavam fazendo investimentos financeiros.

Figura 2

Dívida líquida: dívida imobiliária e dívida pública norte-americanas somadas e a economia norte-americana em relação ao resto do mundo (porcentagem do PIB americano, trimestral).



As variáveis são dívidas nos instrumentos do mercado de crédito. O resto do mundo também compra ações das corporações norte-americanas (e vice-versa), mas em quantidades muito menores.

3) *Relações entre os dois fatores.* Estão representadas pela seta vertical E. Um aspecto importante é que a financeirização e a globalização permitiram o crescimento da dívida imobiliária. A desregulamentação financeira abriu o caminho para hipotecas *subprime* e outros *junk bonds* e a proliferação de títulos hipotecários (Mortgage Backed Securities – MBSs) sustentados pela securitização por instituições privadas; além da

9. Duménil e Lévy, 2011, op. cit., parte VII.

multiplicação de derivados de crédito, como Collateralized Debt Obligations (CDOs) e Credit Default Swaps (CDSs). A globalização financeira permitiu a venda de aproximadamente metade dos produtos de securitização para o resto do mundo.

A frágil estrutura financeira global do neoliberalismo entrou em colapso com a onda de inadimplência das hipotecas que começou em 2006 nos Estados Unidos e se estendeu ao resto do mundo depois disso.

A Europa havia progredido bastante na trajetória neoliberal e também estava sujeita aos perigos listados no colchete superior do diagrama. Era parte de uma estrutura financeira frágil, que também foi desestabilizada com o choque inicial norte-americano. (Em termos gerais, a Europa não foi afetada pelos mesmos desequilíbrios da economia norte-americana; apenas países específicos.)

CRISE NO TRATAMENTO DA CRISE: AS ECONOMIAS NORTE-AMERICANA E EUROPEIA EM 2011

Esta seção trata das economias norte-americana e europeia a partir de 2011. Em ambas as regiões, o tratamento da crise de 2008 combinou empréstimos ao setor financeiro com enormes déficits públicos.⁹ Pode-se acrescentar a isso o fornecimento de dólares pelo Federal Reserve para os bancos centrais estrangeiros. Estas ações foram bem-sucedidas por um determinado tempo, apesar de limitações significativas:

1) Apesar de fracassos importantes, os empréstimos às instituições financeiras permitiram que muitas das afetadas pela crise sobrevivessem. É importante enfatizar, entretanto, que este apoio não impediu o colapso do mercado de crédito, especialmente nos Estados Unidos. A partir do segundo trimestre de 2011, os novos empréstimos imobiliários dados pelas instituições financeiras permaneceram menores que as somas pagas pelas famílias. Apenas os empréstimos para empresas ganharam novo alento.

2) A partir de 2011, o único agente econômico que está na origem da demanda final e que ainda financia parte de suas despesas com novos empréstimos é o governo. Os déficits orçamentários de todos os países sustentaram a macroeconomia, apesar de limitações importantes. Primeiro, apesar de déficits públicos de mais de 10% do PIB, a recuperação é fraca na maioria dos países centrais. No segundo trimestre de 2011, o PIB americano em moeda constante quase atingiu o nível pré-crise (do quarto trimestre de 2007), mas já há novos sintomas de crise. Nos Estados Unidos e na Europa, os índices de produção industrial permanecem inferiores ao pico antes da crise (10% mais baixos nos Estados Unidos).

Segundo, e mais importante, quatro anos depois de observados os primeiros sintomas da crise, este estímulo nunca recuperou a *capacidade autônoma de crescimento* das duas economias.

Esta característica da macroeconomia é a origem da crise da dívida soberana a partir de 2011. A sustentação do nível geral de atividade da economia norte-americana requer estimular a demanda doméstica, aumentando assim o endividamento. Considerando os níveis da dívida imobiliária, este endividamento dificilmente seria o imobiliário. (Na verdade, a dívida imobiliária bruta diminuiu um pouco.) Apenas o déficit público pode sustentar a macroeconomia.

Antes da crise, uma fração considerável de títulos do Tesouro norte-americano emitidos para financiar a dívida foi comprada por estrangeiros – em torno de 78% entre 2002 e 2007. O aumento dos déficits durante a crise constituía uma forte ameaça à taxa de câmbio do dólar. Nos últimos meses de 2010, o Federal Reserve começou a comprar títulos do Tesouro em quantidade maior que o aumento da dívida pública, usando um procedimento conhecido como “facilitação quantitativa”. Nos primeiros dois trimestres de 2011, o Federal Reserve comprou o equivalente a 160% dos

novos títulos emitidos. Conseqüentemente, no mesmo período, a fração de títulos comprada pelo resto do mundo diminuiu para 17%. Ao mesmo tempo, as famílias venderam uma fração dos títulos que tinham.

Houve uma evidente compensação: ou o déficit da demanda dos produtores americanos seria compensado por gastos públicos, ou a macroeconomia despencaria. A situação chegou a tal ponto que a retração da produção seria desastrosa. Haveria uma destruição ainda maior de uma grande parte da capacidade de produção da indústria. A resistência seria imediata. O setor industrial americano é responsável por apenas 10% do PIB (mas ainda 25% da indústria em termos globais), mas seu papel é crucial no comércio exterior. Considerando a proximidade das eleições, os republicanos estão apostando em um jogo perigoso ao empurrar a economia norte-americana para uma nova recessão.

Na Europa (nos 27 países ou nos 17 da zona do euro), não houve déficit no comércio exterior (ou foi pequeno) em toda a zona, e a dívida imobiliária não atingiu os mesmos patamares que nos Estados Unidos – uma situação muito diferente da norte-americana. Um padrão semelhante ao da economia norte-americana ocorre em vários países europeus. Há a mesma determinação dos governos em reduzir os déficits. E é aí que está o problema.

A combinação dos dois déficits – comércio exterior e público, como na economia norte-americana – define a pior configuração possível para economias europeias pequenas, especialmente se essas tendências se estabeleceram anos antes da crise, como no caso da Grécia. Nestas circunstâncias, os chamados “mercados” (instituições financeiras, especialmente de fora da União Europeia) reagem de forma agressiva à predominância desses dois déficits. Pode-se comparar esta configuração com a que predomina no Japão, onde há um enorme déficit público, mas um grande superávit do comércio exterior. Como o superávit do comércio exterior cria um fluxo de

financiamento do país para o resto do mundo, o financiamento da dívida pública depende menos do financiamento externo, e a taxa de câmbio da moeda local não é ameaçada.

Uma característica importante do problema da dívida na Europa, no entanto, é que o financiamento externo é, em larga medida, feito por bancos europeus. Por exemplo, no final de 2010, na Grécia, o crédito total dos bancos estrangeiros chegava a 45% do PIB grego, dos quais 9% eram de bancos fora da zona do euro e os 36% restantes, de bancos europeus. Em Portugal, a dívida total a bancos estrangeiros é de 93% do PIB, dividida em 16% a bancos fora da zona do euro e 77% a bancos europeus. Portanto, o problema é principalmente europeu. Isso, no entanto, não altera o fato de que os bancos que dão empréstimos a esses países, especialmente aos seus governos, estão passando por uma situação difícil. O Banco Central Europeu está enfrentando situações semelhantes às que se seguiram ao primeiro grande choque do final de 2008 e está sendo obrigado a refinarçar esses bancos com volumes consideráveis ou elaborar novos mecanismos (como as “ações euro”). O problema não é apenas de *liquidez*, mas também de *solvência*. Os fundos próprios desses bancos precisam ser aumentados (e desvalorizados na mesma medida dos prejuízos sofridos). Mas quem vai recapitalizar os bancos que sofrem essas pressões? Os governos que já estão lutando para frear o seu déficit?

No caso da zona do euro, a crise revelou a debilidade inerente da construção da União Europeia e da zona do euro de acordo com os padrões neoliberais. Não houve uma “União Europeia financeira”, porque a Europa foi inserida de imediato na globalização financeira, com livre mobilidade internacional de capitais. Seriam os “mercados” que regulariam os países e não uma forte governança central. Haveria apenas regras gerais (como déficit público máximo de 3% do PIB).¹⁰ E houve pouca solidariedade entre os países. A deterioração da situação macroeconômica em diversos países não é recente

10. Estas regras são remanescentes de uma tentativa de curta duração de implementar procedimentos monetaristas no início da década de 1980 nos Estados Unidos em lugar de políticas de retroalimentação keynesianas.

e nada foi feito. Foi permitido que a Irlanda praticasse *dumping* fiscal de uma forma puramente neoliberal, com consideráveis vantagens no médio prazo, mas que criou uma situação que se mostrou insustentável por causa da crise – novamente, sem nenhuma ação preventiva coletiva.

A despeito das diferentes circunstâncias, é difícil imaginar uma saída tanto para os Estados Unidos, como para a Europa. Portanto, é pouco provável que este segundo episódio seja o último da lista, porque as moedas estão sob ameaça. As classes altas ainda resistem muito a mudanças, e a direita está orquestrando alternativas que, se forem de fato implementadas, provavelmente levarão ao caos.

ALÉM DO NEOLIBERALISMO: CLASSES EM UMA NOVA ORDEM SOCIAL

Na análise das tendências históricas, é importante diferenciar os vários períodos, especialmente as perspectivas de médio e de longo prazo. Esta foi uma lição aprendida por um lado no período entre guerras e durante a guerra e, por outro, nas décadas pós-guerra. Quanto às perspectivas históricas, podemos diferenciar três ordens sociais alternativas: (1) uma terceira hegemonia financeira, em continuação à segunda, mas com os ajustes necessários; (2) o neogerencialismo, que seria a continuação da aliança no topo das hierarquias sociais, mas sob a liderança das classes gerenciais; e (3) um cenário similar ao pacto pós-guerra. Neste sentido, a situação atual dos Estados Unidos e a da China parecem ser semelhantes. Quanto à orientação política, a luta de classes terá a última palavra.

EPISÓDIOS PRELIMINARES DA CRISE: AS FUTURAS ORDENS SOCIAIS

Na discussão de possíveis opções para as próximas décadas, a comparação com a situação predominante nas dé-

cadadas de 1930 e 1940 e após a Segunda Guerra Mundial é esclarecedora. A Grande Depressão levou ao estabelecimento de configurações sociais tão divergentes como a Alemanha nazista e os Estados Unidos do New Deal (ou a França da Frente Popular). As circunstâncias políticas, incluindo a preparação para a guerra, tiveram um papel central. No entanto, tanto o nazismo quanto o New Deal tinham uma característica comum: a forte intervenção do governo. Depois da Segunda Guerra Mundial, o pacto pós-guerra fundou uma nova ordem social, com características mais moderadas. Apesar das diferenças, foi observada uma convergência pelo menos dentro dos Estados Unidos, Europa e Japão.

Quanto à crise atual, possivelmente o curso dos eventos seja semelhante. O primeiro período seria marcado por fortes perturbações e configurações potencialmente divergentes (para a extrema direita, direita ou esquerda). Somente mais tarde poderia ser fundada uma ordem social mais estável, de acordo com algumas das características da transformação das relações de produção, alinhada a novos graus e formas de socialização de produção em nível nacional e internacional. Por exemplo, seriam estabelecidas novas coordenações globais, capazes de impor certo grau de coerência à globalização neoliberal selvagem anterior – uma combinação de limitações ao livre comércio e ao livre movimento de capitais internacionalmente com ações para reforçar a governança global, como, por exemplo, impor controles sobre a expansão dos mecanismos financeiros em todo o mundo.

Como depois da Segunda Guerra Mundial, a luta de classes determinaria a orientação política. Quando falamos no estabelecimento de *novas ordens sociais*, nos referimos a eventos de longo prazo. Entretanto, é difícil imaginar que tipo de eventos, como os da Segunda Guerra Mundial, poderia promover a transição de configurações inicialmente desordenadas para direções mais coerentes e estáveis.

Como afirmado anteriormente, o pacto pós-guerra foi estabelecido no contexto criado pela Depressão e pela guerra, levando em conta as condições políticas resultantes de um forte movimento dos trabalhadores em todo o mundo. Algumas décadas depois, esta ordem social foi perdida pela metamorfose dessas circunstâncias. Apesar da violência da crise, a situação atual é totalmente diferente. É improvável que haja um novo pacto social à esquerda, fundado na aliança entre as classes populares e gerenciais. Ao mesmo tempo, a crise atual demonstra que as tendências inerentes da segunda hegemonia financeira são insustentáveis.

A TERCEIRA HEGEMONIA FINANCEIRA: O NEOGERENCIALISMO

Analisando as ordens sociais pós-neoliberais de forma geral, abrem-se duas opções. Devido à situação política mencionada acima, a aliança no topo da hierarquia social entre capitalistas e gerentes é o cenário mais provável. A alternativa seria o exercício da liderança pela classe capitalista ou pela gerencial. Embora em diferentes graus, ambos os casos implicam em um rompimento significativo das regras da segunda hegemonia financeira:

1) *Uma terceira hegemonia financeira.* As classes capitalistas encontram uma saída para a crise atual e conseguem se ajustar à configuração de poder para o avanço das forças e das relações de produção em nível nacional e internacional. Há um certo grau de regulamentação e governança coletiva. A liberdade de ação das classes capitalistas estaria sujeita à autodisciplina. Estas preocupações já se manifestam na segunda hegemonia financeira atual. As ações do Federal Reserve para tentar estabilizar a economia, nacional e internacionalmente, testemunham essas tendências. Exemplos disso são os chamados “Acordos de Basel” relativos aos balanços patrimoniais dos bancos; uma fração significativa das transações financeiras é realizada através das bolsas e não por

procedimentos diretos de mercado de balcão; instituições internacionais, como a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), já têm papéis importantes. Um novo arranjo global social demandaria a ampliação desses mecanismos. O papel dos gerentes seria maior em termos técnicos, mas a liderança e a renda das classes capitalistas não seriam questionadas.

2) *Neogerencialismo*. Há obviamente um jogo de palavras entre neogerencialismo e neoliberalismo. Enquanto o neoliberalismo reivindicava a restauração de algumas das características do liberalismo do século XIX, o neogerencialismo destaca alguns aspectos do capitalismo gerencial das décadas pós-guerra, especialmente o papel de liderança dos gerentes e seu maior grau de autonomia em relação às classes capitalistas. No neogerencialismo, a aliança do topo é mantida, mas a liderança é transferida para as classes gerenciais.

Em uma possível terceira hegemonia financeira, o ajuste para o avanço das relações de produção estaria sujeito à liderança das classes capitalistas, como o controle da estabilidade das trajetórias da macroeconomia e dos mecanismos financeiros, devido à forte relação entre ambos; o desempenho do crescimento e até mesmo políticas industriais e formas de protecionismo. No neogerencialismo, essas tendências seriam levadas ainda mais adiante e – ainda mais importante – aspectos fundamentais das relações sociais também estariam envolvidos, especialmente em relação ao poder na tomada de decisões e canais de renda (como salários e bônus relativos à renda de capitais). Seria imposto certo grau de “repressão financeira”, mas com moderação, já que a nova aliança social continuaria a ser de direita. Isso abriria o caminho das famílias capitalistas para a transição gradual para a nova configuração (as primeiras formas desse movimento já aparecem na segunda hegemonia financeira).¹¹

Ao diferenciar as duas ordens sociais, observa-se a íntima ligação com o progresso histórico das forças de produ-

11. Duménil e Lévy, 2011, op. cit., cap. 5.

12. Duménil e Lévy, 2011, op. cit., parte IX

ção, a transformação das relações de produção e os padrões de classe correspondentes. A terceira hegemonia financeira pode ser considerada como um ajuste do poder das classes capitalistas ao progresso das relações de produção. É isso que o neoliberalismo não conseguiu fazer e que provocou a sua crise. Como a segunda hegemonia financeira, a terceira manifestaria resistência aos ajustes com magnitude histórica semelhante, o que finalmente levaria à sua própria crise estrutural. No neogerencialismo, a adaptação seria muito melhor, permitindo uma trajetória histórica muito mais estável. Obviamente, o resultado seria diferente daquele liderado pela aliança à esquerda (um “gerencialismo social”, que achamos que seria improvável nas atuais condições da luta de classes). Mas as duas trajetórias têm aspectos comuns: os provocados pela transformação das relações de produção.

Na definição dos cenários possíveis – terceira hegemonia financeira, neogerencialismo à direita e social-gerencialismo à esquerda –, há obviamente uma questão de grau (abrangência da intervenção governamental, autonomia dos gerentes, repressão financeira, proteção social etc.). Nossa interpretação do passado e do futuro da sociedade é que esses *graus* são expressões superficiais de configurações históricas específicas das relações de produção e de hierarquias de classe de poder e de pactos, cuja natureza deve ser diferenciada.

OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA:

IMAGENS ESPELHADAS?

A situação atual dos Estados Unidos é muito mais séria do que se pensa. Uma tese central do livro *A crise do neoliberalismo*¹² é que as mudanças a serem feitas são tão drásticas que uma terceira hegemonia financeira não estaria à altura da tarefa e que seria necessária uma transição para o neogerencialismo, se as classes altas americanas quiserem preservar seu poder e sua renda. Isso se deve à necessidade de corrigir as tendências insustentáveis à financeirização e à globalização,

assim como a trajetória de desequilíbrio da macroeconomia norte-americana, para o qual é ainda mais difícil de imaginar uma saída, especialmente levando em conta a necessidade de desacelerar de forma significativa o declínio da hegemonia internacional daquele país. Portanto, a conscientização dos interesses nacionais, especialmente pelas classes altas – o que chamamos de “fator nacional” –, poderia ser um estímulo para uma mudança de direção do neogerencialismo.

Apesar das diferenças óbvias, a situação da China é semelhante em muitos aspectos. O desenvolvimento da China baseia-se na combinação de uma forte liderança gerencial, particularmente por funcionários públicos e membros do Partido Comunista, e um setor capitalista em rápida ascensão, o que evoca diretamente o neogerencialismo. Entretanto, a diferença é que o aspecto gerencial não é novo em relação ao capitalismo gerencial anterior, mas sim ao poder de uma classe gerencial na China antes das reformas (com seus aspectos burocráticos). A simetria com a sociedade norte-americana é que a sociedade chinesa deve hoje decidir pela continuidade de suas características neogerenciais ou pela transição para a hegemonia financeira.

Em geral, os Estados Unidos devem decidir entre uma terceira hegemonia financeira ou o neogerencialismo, enquanto a China enfrenta o mesmo problema, mas vindo de outro lado. A situação na Europa é muito diferente porque, no curto prazo, a principal questão é a preservação da União Europeia e da zona do euro.

Dentro da dinâmica dessas ramificações históricas, a gravidade, a duração e a profundidade da crise contemporânea serão cruciais. As características da crise também poderão reacender as chamas de novas ondas de uma luta de classes mais radical protagonizada pelas classes populares. No entanto, as prováveis diferenças entre as regiões do mundo devem ser consideradas, assim como, no médio prazo, as incertezas relativas aos “episódios de crise” mencionados ante-

riormente, inclusive as aspirações da extrema direita. Também será crucial a agilidade de ambos os componentes das classes altas em reagir às circunstâncias históricas, em vez de defender interesses limitados de curto prazo.

O BRASIL DOS BANCOS

GLEYTON TRINDADE

No dia 10 de outubro de 2007, a *Folha de S. Paulo* revelava ao país o vazamento de mensagens entre o ex-ministro da educação e ex-deputado federal tucano Paulo Renato e o presidente do Banco Bradesco Márcio Cypriano. Paulo Renato havia enviado, por e-mail, artigo assinado por ele para publicação no jornal. Neste artigo, o então deputado federal pelo PSDB criticava a ampliação da atuação do Banco do Brasil através da intenção de incorporar o Besc (Banco do Estado de Santa Catarina). Por engano, o corpo da mensagem havia levado uma correspondência eletrônica anterior, na qual o parlamentar escrevera ao presidente do Bradesco, Márcio Cypriano, solicitando correção e consentimento em relação à publicação do artigo. O episódio escancarava o nível de relação entre banqueiros e agentes do sistema financeiro com partidos políticos e com os próprios poderes da República brasileira. Relação entre sistema financeiro e poder público que havia alcançado novos níveis nos anos de privatização e arrocho

GLEYTON TRINDADE
Doutor em Ciência Política pela UFMG; professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas (MG); e pesquisador do CERBRAS (Centro de Estudos Republicanos Brasileiro da UFMG). Atua principalmente nos seguintes temas: teoria política e pensamento político brasileiro, Estado e políticas de Bem Estar, esquerdas e marxismo.

do governo FHC, período em que se tornava evidente a ação política dos bancos como principais financiadores de campanhas eleitorais do país e principais lobistas em favor da manutenção das mais altas taxas de juros do mundo no Brasil nos anos 1990.

De fato, a própria democracia brasileira passava a ser sitiada pelo poder econômico dos bancos sem uma resposta adequada da sociedade e das próprias instituições públicas em favor de formas de regulação e equalização das condições de competição política. Apesar disso, pouco trabalho foi dedicado a compreender as formas de atuação e identificar quem seriam os personagens vinculados aos bancos no Brasil. O livro de Fernando Nogueira da Costa, *Brasil dos bancos* (Editora da USP, 2012), pretende preencher em parte esta lacuna. Nele, pode-se encontrar, em linguagem na maior parte das vezes acessível a quem não conhece os meandros do funcionamento do sistema financeiro, uma narrativa fluida sobre a história do sistema bancário brasileiro tratando da trajetória tanto dos bancos privados quanto dos públicos do país. Destaque especial para os atribulados anos 1990 e para o que eles significaram em termos de reestruturação do sistema financeiro do país e sua relação com a vida política nacional.

OS BANCOS PÚBLICOS

A primeira parte de *Brasil dos bancos* é dedicada à história dos bancos públicos brasileiros, especialmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O primeiro, aliás, pode ser considerado personagem central do livro de Fernando Nogueira da Costa. Em grande medida, o livro é construído em concordância com a afirmação de Victor Viana de que “a história dos bancos de nosso país gira em torno da história do Banco do Brasil e se integra a ela” (p. 24). O atual Banco do Brasil teria sido resultado da quarta diferente tentativa de estabelecimento de um banco nacional já no início do século XX. Embora tenham se constituído como quatro diferentes em-

preendimentos, de tal forma que se poderia falar na existência histórica de quatro Bancos do Brasil, uma hipótese para unificar a história do BB em torno de um fio condutor seria a de que, embora ele tenha experimentado “crises de identidade” periódicas, predominou, sempre, em última análise, seu papel de “banco de governo”. Entretanto, ele nunca teria assumido inteiramente todas as funções de autoridade monetária. Na sua última versão, a partir de 1905, isso provavelmente se deu porque ele assumiu também a função de fomentador do desenvolvimento nacional.

Desta forma, o primeiro BB foi aquele fundado como “banco de governo” segundo o alvará de 12 de outubro de 1808 quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Seu objetivo declarado seria facilitar “os meios e os recursos de que as rendas reais e as públicas necessitavam para ocorrer às despesas do Estado” (p. 25). Desta forma, o alvará de criação do Banco do Brasil estabelecia como sua primeira missão conseguir fundos necessários para a manutenção da monarquia e sua corte no país. Em segundo lugar, facilitar o pagamento de soldos, ordenados, juros e pensões. Por fim, atender às necessidades monetárias das transações mercantis. Desta forma, o sistema monetário estabelecido, representado pelo papel-moeda, teria como razão determinante não o desenvolvimento econômico da Nação, mas atender as múltiplas obrigações do Estado. O banco contava com a captação de recursos privados para dar início às suas atividades, mas suas ações não foram facilmente subscritas. Para tanto, foi necessário que a monarquia acumulasse os acionistas de favores para que se pudesse arrecadar a receita mínima de capital necessária à sua instalação depois de um ano. Em especial, D. João VI obteve empréstimos dos traficantes de escravos em troca de comendas e de terras.

Este primeiro BB criado por D. João VI emitia sobre base metálica. No entanto, as despesas da corte portuguesa levaram ao abuso das emissões, além do uso das disponibilida-

des do lastro em espécie para importações. O lastro de ouro remanescente foi levado por seu fundador quando do retorno para Portugal. O retorno de D. João, em 1821, legou uma situação financeira terrível para o herdeiro do trono. Com déficit maior que seu capital e com lastro metálico que cobria cerca de 20% de seu valor nominal, o BB viu sua situação piorada por ter se tornado a instituição financeira de sustentação das guerras de independência. O banco tornou-se contabilmente falido, e o reconhecimento de sua falência implicava em reconhecer a insolvência do próprio Tesouro Nacional. A saída para este dilema, em lei promulgada em 1829, foi a adoção da posição de liquidação gradual do banco que só terminaria seu processo em 1836.

Em meados do século XIX, várias iniciativas de bancos locais e de iniciativa privada haviam surgido. Entre elas, o empreendimento do Visconde de Mauá, o Banco do Comércio e Indústria do Brasil, que, no período de maior prosperidade de seu fundador, passou a se chamar Banco do Brasil. Daí a perspectiva de alguns autores considerarem o estabelecimento fundado por Mauá como o segundo BB, apontando, portanto, um elo de continuidade na história do banco. A posição adotada pelo autor de *Brasil dos bancos* é aquela de que a iniciativa de Mauá, como se tratava de uma instituição exclusivamente privada, sem participação do governo, deve ser considerada estranha à série histórica do Banco do Brasil. Desta forma, o verdadeiro segundo Banco do Brasil seria aquele criado por lei em 1853 sob iniciativa do Visconde de Itaboraí. Tal empreendimento se daria exatamente através da estatização do Banco do Brasil de Mauá e sua fusão com o Banco Comercial do Rio de Janeiro.

O novo Banco do Brasil realizou um esforço para conseguir controle monetário, procurando garantir para si, efetivamente, o monopólio da emissão. Para isso, buscava absorver os bancos provinciais emissores de valores. No entanto, logo depois de instalado, o banco solicitou autorização para emi-

tir o dobro do fundo disponível, alegando afluência excessiva de notas para troca, que, ao reduzir as garantias reais, rompia a relação entre elas e a emissão. A emissão ultrapassou até o novo limite autorizado e, desfalcado de metais para troca, viu suas bases serem afetadas durante a crise de 1857. Em função disso, nova legislação seria estabelecida em 1860 limitando a emissão do BB ao dobro do fundo disponível. Como resultado desta nova lei, o BB se veria em contínua dificuldade para manter a relação entre a emissão e o fundo, além de defrontar-se com a redução de seus lucros, ficando ameaçado de liquidação. Tal condição seria agravada em função dos gastos com a Guerra do Paraguai e com o movimento abolicionista, uma vez que escravos figuravam como uma das principais garantias de empréstimos junto ao banco, que ficava sem elas à medida que eles eram libertados.

Após a Proclamação da República, a primeira legislação financeira republicana permitiu que qualquer banco emitisse dinheiro lastreado por bônus governamental. A reforma decorrente daí se caracterizou pela criação de bancos emissores regionais, sendo criados, no Rio de Janeiro, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, além dos já então existentes Banco do Brasil e Banco Nacional. Por decreto de 1890, ficou determinada a fusão do Banco Nacional com o Banco dos Estados Unidos do Brasil, que recebeu o nome de Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Desta forma, o BB perdeu a liderança como mais importante banco do país. Isto até que em 1892 também o BB fosse fundido com o Banco da República, formando o Banco da República do Brasil. Neste processo de fusões e incorporações, costuma-se apontar o nascimento do terceiro Banco do Brasil.

No entanto, o grande problema desta terceira experiência do BB não teria sido sua mudança de nome, mas as trágicas consequências do Encilhamento no final do século XIX. O Encilhamento havia deixado o país com um grave endividamento externo, forçando-o a assumir compromissos que

impunham ao país duríssimo regime de austeridade. Os resultados foram a paralisia dos negócios, a deflação e a insolvência da maioria dos bancos emissores, entre eles o Banco da República do Brasil. Em 1900, o presidente Campos Sales concordou em auxiliar a instituição, com a condição de que ficasse sob estrito controle do governo, reduzindo-se a influência dos grandes acionistas privados do banco.

O quarto Banco do Brasil, que seria o atual, teria surgido em 1905, depois que a crise bancária do final do século XIX levou seu predecessor às portas da falência. Dado seu papel semioficial como “banco do governo”, o Tesouro Federal interveio para apoiar o então Banco da República. O banco reorganizado passou a ser chamado Banco do Brasil e ficou sob controle direto da União. O Tesouro comprou um terço das ações da nova instituição, além do fato de que o estatuto do novo banco autorizava o presidente da República a nomear seu presidente e um de seus quatro diretores (p. 46). A partir daí, o BB atuou decididamente em favor da cultura do café, atuação continuada durante o governo Vargas, em que o banco se tornou peça-chave na solução do grave problema econômico da cafeeira mediante execução do plano de defesa permanente do convênio firmado pelos estados produtores.

O estatuto do Banco do Brasil seria reformulado em 1942. Tal reformulação reorientava definitivamente a atuação do banco em favor da industrialização e do desenvolvimento econômico segundo as diretrizes dos governos brasileiros até 1964. Com tal reformulação, consagraria sua atuação em duas áreas aparentemente conflitantes, uma vez que se constituía como autoridade monetária e banco comum. Como agente financeiro do governo, ele efetuaria as arrecadações da renda federal e os pagamentos autorizados, concederia antecipações ao governo e atuaria como agente federal para operações de câmbio. Como banco comercial, concederia financiamento à atividade produtiva com carteiras de crédito voltadas tanto para a produção agrícola quanto para a produção indus-

trial. Em outros termos, atuava como banco de câmbio, de fomento e dos próprios bancos, ou seja, “banco dos bancos”. Tal situação seria alterada com a Reforma Bancária de 1964, que criou o Banco Central e atribuiu a ele uma série de funções antes executadas pelo Banco do Brasil, como emissão de moeda, controle do redesconto e dos depósitos de reserva obrigatórios, regulação das atividades bancárias, financeiras e dos capitais estrangeiros.

A Caixa Econômica Federal, por sua vez, tem sua origem vinculada à instituição pública criada em 1861 no Rio de Janeiro pelo imperador D. Pedro II. A finalidade das caixas era “receber em depósito, sob responsabilidade do governo federal, em todo território brasileiro, as economias populares e reservas de capitais para movimentá-las, incentivar os hábitos de poupança e, ao mesmo tempo, desenvolver a circulação de riqueza” (p. 82). O chamado “Monte de Socorro”, criado no mesmo ato, servia para prestar assistência por meio de empréstimos sobre penhor de joias e pedras preciosas que passava a ser função exclusiva das caixas oficiais. A partir de 1944, também as loterias, antes concedidas a particulares pelo governo, também seriam exercidas exclusivamente pela União através da Caixa.

Mas foi somente com o governo provisório de Vargas, na década de 1930, que as caixas econômicas passaram a ser de fato entendidas como órgãos de fomento e de viabilização de projetos sociais, prioritariamente na área de infraestrutura e saneamento. Ampliaram a carteira de empréstimos com a concessão de crédito em longo prazo a estados e municípios, para o sistema habitacional, para instalação e ampliação de serviços de água e esgoto, abertura e pavimentação de ruas e estradas, além do financiamento à indústria. Desta forma, superou-se a fase em que a Caixa Econômica era instituição de caráter filantrópico, sem intenção de lucro, uma vez que todos os esforços estavam voltados para gerar recursos que fomentassem o desenvolvimento do país.

Para além da descrição das origens históricas dos bancos públicos brasileiros, boa parte de *Brasil dos bancos* se dedica à compreensão dos terríveis anos 1990 e o que eles significaram de risco à própria existência dos bancos públicos no país. A crise enfrentada por eles neste período, em grande medida, decorreria da tentativa de reorientar a identidade desses bancos enquanto agentes de políticas públicas. O desejo, por parte do governo FHC, de retirar esta função de agente público se desdobrou na progressiva fragilização da condição patrimonial e de liquidez. No caso do BB, desde fins dos anos 1980, as anistias aos devedores e a imposição de medidas favoráveis de refinanciamento deterioraram a qualidade das operações e a estrutura de prazos dos contratos de crédito. Após a implementação do Plano Real, para forçar sua capitalização por parte do Tesouro Nacional, a administração do BB resolveu não mais renegociar dívidas pendentes e elevar provisões para devedores duvidosos. Com tal postura, o BB registraria prejuízo de 4,2 bilhões de reais em 1995, e outro ainda maior de 7,5 bilhões de reais só no primeiro semestre de 1996. Voltaria a apresentar lucro apenas ao final do segundo semestre de 1996, mas não o suficiente para reverter o saldo negativo do período anterior.

Em termos de redução de custos, conjuntamente com a reestruturação patrimonial, houve também a racionalização da rede de dependências com o fechamento de 541 unidades, das quais 170 eram agências. Além disso, houve o rompimento do modelo de relações trabalhistas até então existente. O BB havia alcançado cerca de 151 mil funcionários em dezembro de 1993. Com a diretriz socialmente irresponsável adotada por sua diretoria no período, este número havia caído para 99 mil em dezembro de 1996 (p. 66). Finalmente, em junho de 2001, o governo editaria uma medida provisória que estabeleceria o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF) – que previa a adequação patrimonial dos bancos públicos federais já em andamento sob

o governo FHC. Após tal reestruturação, o modelo de atuação apresentado pelas instituições públicas financeiras diferia das características históricas dos bancos públicos. Desta forma, enquanto outros grupos privados buscavam produtos de varejo, especialmente créditos à pessoa física, o BB caminhava em direção oposta.

Na análise de Fernando Nogueira da Costa, isso ocorria porque o modelo de banco público desenhado pelo governo FHC os levava a assumir a disputa pela clientela de elite, inclusive com os grandes bancos estrangeiros, para facilitar o carregamento do estoque de títulos federais da dívida pública. De acordo com a tecnocracia então no governo, uma vez resolvidos os problemas do banco público, ele só precisaria ser bem administrado e se tornar independente de quaisquer tentativas do governo de tratar questões político-sociais para se tornar eficiente e lucrativo.

No caso da Caixa, a reestruturação patrimonial realizada pelo governo FHC foi composta de três pontos principais: primeiro, a segregação dos créditos habitacionais gerados até 1995, que apresentavam desequilíbrio econômico financeiro. Segundo, uma engenharia financeira que permitiria a capitalização da Caixa. Por fim, a revisão dos preços de seus produtos, objetivando garantir uma rentabilidade mínima sobre o patrimônio líquido (p. 105). Tais medidas teriam, de fato, reduzido os desequilíbrios da Caixa; no entanto, encolheram em 30,5% seus ativos financeiros, rebaixando-a para a terceira posição no ranking bancário de ativos. Segundo Fernando Nogueira da Costa, isso decorreu do fato de que o governo FHC encarava a Caixa somente como custo a ser reduzido. Daí as despesas com pessoal terem sido cortadas em mais de 20% entre 1997 e 2001, o que resultou também num grave quadro de precarização do trabalho, já que, ao final de 1997, 50 mil funcionários da Caixa de seus 104 mil eram terceirizados. A meta era transformar um banco desenvolvimentista num banco de varejo num curto espaço

de tempo com rentabilidade de atacadista. Alegava-se que a área comercial já alcançava essa meta e que a atuação social do banco atravancava sua eficiência.

Desta forma, a política do governo FHC não caminhou, exatamente, na direção de privatizar os bancos públicos federais, eliminando sua atuação comercial ou suas funções como veículos para programas de desenvolvimento econômico e social, mas desejava que eles desempenhassem papel social e aplicassem políticas públicas sem comprometer resultados contábeis. Acreditava-se que eles poderiam ser bancos orientados para o mercado, mesmo operando políticas públicas.

PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS ESTADUAIS

De acordo com Fernando Nogueira da Costa, cinco grandes movimentos marcaram o processo de transformação do sistema bancário brasileiro nos anos 1990: a reestruturação patrimonial dos bancos públicos federais, a privatização dos bancos estaduais, a concentração bancária, a crise bancária e a maior penetração do capital estrangeiro no mercado de varejo. Assim, se os bancos públicos federais escaparam ao processo de privatização ocorrido no período, o mesmo não ocorreu em relação aos bancos estaduais. O desaparecimento destes bancos ajudou a fortalecer as duas maiores instituições financeiras privadas nacionais (Bradesco e Itaú) para enfrentarem a competição com os bancos estrangeiros. Desse processo, praticamente restaram três grandes bancos nacionais privados de varejo no país. Todos com ativos superiores a US\$ 50 bilhões, mínimo necessário para manter a competitividade num mercado cada vez mais globalizado. Os grandes bancos tiveram de crescer mais e os bancos intermediários desapareceram ou foram comprados. Os bancos que não ganharam escala foram engolidos pelo novo contexto criado nos anos 1990 (p. 321).

Com relação aos bancos estaduais, encontra-se no livro *Brasil dos bancos* o apontamento daqueles que seriam seus principais problemas: eles estavam sujeitos ao elevado grau de

rodízio na estrutura da alta hierarquia e à visão gerencial de curto prazo. Ainda assim, cumpriam papel social importante ao integrarem as mais diversas regiões dos estados brasileiros ao sistema financeiro e ao financiamento de políticas públicas. Tais fatores em sua gestão seriam geradores de descontinuidade administrativa e imputariam aos administradores a não adoção de medidas benéficas no longo prazo. Má gestão e incompetência seriam ainda agravadas pela situação institucional do sistema financeiro estadual uma vez que se tratava de bancos com dimensões estritamente regionais, não possuindo conglomerados financeiros, mas concorrendo e sendo submetidos às mesmas normas que regiam bancos privados com dimensões nacionais. A crise terminal do sistema bancário estadual ocorreu, em grande medida, em função da implementação do plano de estabilização financeira, o Plano Real, e a consequente desarticulação das contas públicas estaduais decorrentes dele. Uma parcela significativa da dívida bancária dos estados era contratada com seus bancos estaduais. Em meados da década de 90, a parcela da dívida contratada cresceu disparadamente impulsionada pelas altas taxas de juros resultantes da política monetária do governo federal. O pico nominal é alcançado ainda em 1995, mas entre 1997 e 1999 a taxa de juro real média ficou em incríveis 21,4% (p. 177).

A crise das finanças públicas estaduais abriu o campo de ação ao governo federal. Ele exigiu a venda de empresas estaduais para viabilizar a revisão dos acordos de rolagem das dívidas e o saneamento dos bancos estaduais. O golpe de misericórdia no sistema bancário público estadual veio com o Programa de Ajuste Fiscal e Reestruturação Financeira dos Estados (PROES), anunciado em dezembro de 1995. Através do PROES, pela primeira vez, o auxílio financeiro federal ficaria condicionado à reforma do setor público estadual e ao ajuste patrimonial. Os estados participantes foram obrigados a fixar, sob monitoramento, compromissos com metas de ajuste fiscal e saneamento financeiro, sendo forçados a adotar

medidas de controle salarial e corte de pessoal, privatização e concessão de serviços públicos.

Episódio marcante do processo de privatização dos bancos estaduais foi o do Banespa, de São Paulo. A privatização do Banespa ocorreu em função da renegociação da dívida do estado de São Paulo com a União em 1997. A obsessão da área econômica federal era fazer os estados se livrarem dos bancos estaduais vistos como potenciais geradores de déficit público. Por isso mesmo, era considerado de fundamental importância exercer controle sobre os governadores em razão da implementação de um drástico ajuste fiscal. Desta forma, o governo paulista reduziu o déficit a zero no segundo ano do governo Covas, mas o governador não se mostrava favorável a abrir mão do Banespa. Nesse período, São Paulo devia R\$ 9 bilhões ao Banespa. Na época do acordo, a dívida já era de R\$ 23 bilhões. Ao final, a dívida total em negociação subiu de R\$ 25 bilhões para R\$ 50,4 bilhões, tornando-se a maior negociação de dívida da história do país. Para os contribuintes, teria sido mais vantajoso se as autoridades tivessem fechado este acordo dois anos e meio antes. A dívida mobiliária e com os bancos estaduais, em dezembro de 1994, era de R\$ 25 bilhões. Ela dobrou até que o acordo fosse finalmente realizado.

A privatização de bancos estaduais teve papel importante na expansão da rede dos dois maiores bancos nacionais privados de varejo. Ao comprar o Banco do Estado do Amazonas, o Bradesco, por exemplo, que possuía 15 agências neste estado, passou a ter 48, praticamente 40% das agências bancárias existentes no Amazonas. Ao comprar o Banco do Estado da Bahia, o Bradesco também passou a ter a maior rede estadual, contando com um terço das agências do estado. Por sua vez, o processo de privatizações levou o Itaú a dominar o mercado de Goiás com a compra do BEG, de Minas Gerais com a compra do Bemge, do Rio de Janeiro com a aquisição do Banerj, e do Paraná com a compra do Banestado.

CRISE, QUEBRAS E O PROER

No entanto, durante os anos FHC, não foi apenas o processo de privatizações dos bancos estaduais o responsável pelos seguidos prejuízos das finanças públicas com o sistema financeiro. Eles vieram também do socorro aos bancos privados em crise nos anos 1990, além das facilidades institucionais e econômicas geradas pelas políticas do governo aos especuladores financeiros. Em toda esta história, revela-se a dinâmica das relações entre a banca financeira e o poder público, esbarrando para uma relação de promiscuidade envolvendo escândalos de financiamento de campanha, favorecimento, tráfico de influência e gestão fraudulenta. Casos fantásticos de quebra de bancos socorridos ou contando com a negligência do poder público, além das histórias de lucro e riqueza fácil às custas da sociedade brasileira, se sucederam nos anos 1990.

Em termos institucionais, uma grande novidade foi a criação, em 1995, do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer) defendido a partir da ideia de que ele seria necessário para evitar que a quebra de um banco provocasse uma crise sistêmica, ou seja, quebras em cadeia. Através do Proer, o governo estimulava a fusão entre bancos sólidos e falidos, alternativa à liquidação extrajudicial até então utilizada. Quando o Banco Central acertava a solução através do Proer, intervinha no banco em falência e em seguida injetava recursos para pagar dívidas e comprar com deságio títulos de longo prazo da dívida federal, os chamados “títulos podres”. Esses títulos entravam pelo valor integral como pagamento do dinheiro injetado. Nessas operações, o governo pagava um custo imediato e outro a longo prazo. O imediato vinha da necessidade de emitir títulos que compensassem a injeção de recursos na instituição falida, e o custo de longo prazo não poderia ser avaliado logo, porque haveria todo um trabalho de contabilizar as contas do banco falido e tentar recuperar créditos duvidosos. Um banco sólido, ao assumir outro falido, só ficava com a “parte boa” do patrimônio,

ou seja, agências, clientes, reservas e créditos sem risco de calote. A “parte ruim” passava para o Banco Central do Brasil, que tentava diminuir os prejuízos. O banco sólido que assumia a “parte boa” ainda tinha incentivos fiscais, o que aumentava ainda mais o custo do programa para os cofres públicos.

No entanto, antes mesmo da adoção do Proer, o governo tucano já havia solucionado casos de insolvência de bancos em favor da banca financeira. Caso exemplar disso foi o do banqueiro Ângelo Calmon de Sá, do Banco Econômico fundado em Salvador. Durante anos, o Banco Econômico contou com a leniência das autoridades públicas em função de seus vínculos políticos, em especial com Antônio Carlos Magalhães, um dos nomes fortes do governo FHC. As várias fraudes e golpes praticados por funcionários do Econômico ajudaram a levá-lo à bancarrota. No entanto, o que mais pesou na formação de seu rombo gigantesco, culminando com a intervenção do Banco Central em 1995, foram as decisões estratégicas equivocadas de Calmon de Sá, além de operações malsucedidas, entre as quais empréstimos concedidos por motivação política ou destinados a amigos e parentes.

O vazamento da existência de uma pasta cor-de-rosa contendo dados sobre supostas doações irregulares do Banco Econômico a políticos da base do governo FHC provocaria uma crise política. Naquele momento, avaliava-se que a pasta teria servido à diretoria do BC como trunfo para conter a pressão de ACM pelo fim da intervenção no Econômico. Na realidade, o Banco Central foi negligente na administração da crise, resultando num prejuízo de, pelo menos, R\$ 3 bilhões aos cofres públicos. As evidências da negligência do BC estavam em documentos guardados em seus próprios arquivos. Neles, encontravam-se relatórios secretos da instituição, revelados posteriormente pela imprensa, que davam conta da consciência, por parte de técnicos do BC, da situação financeira do Banco Econômico seis anos antes da intervenção ser realizada. Ficava claro que a autoridade monetária havia evi-

tado, ao máximo, realizar a intervenção em função das consequências políticas envolvidas e só interviu quando o rombo nas contas do banco somava R\$ 3,5 bilhões.

Outro caso de liquidação bancária com implicações políticas e prejuízo aos cofres públicos nos anos 1990 foi o do Banco Nacional. O Banco Nacional havia sido fundado em Minas Gerais e era propriedade da família do ex-governador mineiro Magalhães Pinto. Fernando Nogueira da Costa aponta este episódio como, provavelmente, a maior farsa contábil do país. Em novembro de 1995, o Banco Nacional foi vendido ao Unibanco por US\$ 1 bilhão já como instituição arruinada. O problema era o desconhecimento em relação ao tamanho do rombo. Neste negócio, o Unibanco pagou apenas pela parte sadia do Nacional, enquanto a parte “podre” foi entregue ao Banco Central. Os técnicos do BC descobriram então que o banco da família Magalhães Pinto estava quebrado desde 1986 por má gestão. No entanto, para manter a aparência de solidez, os balanços haviam sido fraudados durante dez anos para enganar a autoridade monetária e manter o patrimônio da família proprietária. Embora condenados judicialmente em primeira instância, ex-dirigentes do Banco Nacional só entrariam em acordo com o Banco Central dez anos após a intervenção para liquidar o banco. Neste acordo, o prejuízo aos cofres públicos chegaria a R\$ 8 bilhões, valor correspondente ao estoque de resíduos de financiamentos habitacionais que estavam na massa falida do banco. A novação desses créditos e posterior troca por títulos de dívida pública serviriam para pagar a dívida da instituição com o Banco Central do Brasil. Mais uma vez, o prejuízo seria socializado com os cofres públicos, assumindo a maior parte da dívida enquanto se cortavam gastos sociais (p. 303).

Caso inteiramente administrado através do Proer foi o do Bamerindus, banco fundado no Paraná e de propriedade do ex-senador e ex-ministro da agricultura do governo FHC, José Eduardo Andrade Vieira. A crise do banco Bamerindus

teve início com as intervenções do Banco Central no Nacional e no Econômico em 1995. As intervenções alimentaram os rumores de que também ele, o quarto maior banco privado do país em ativos e o segundo em agências, estaria enfrentando dificuldades. Analistas apontavam o problema do grupo com uma de suas empresas, a fábrica de papel Inpapel, como sinal da falta de saúde financeira do Bamerindus. Com os boatos correndo no mercado, o banco passou a enfrentar uma onda de saques. Grandes clientes transferiram suas aplicações para outras instituições, o que prejudicou ainda mais seu desempenho. Entre junho e dezembro de 1995, o Bamerindus foi obrigado a recorrer diariamente ao redesconto para zerar suas operações. Em fevereiro de 1996, esses empréstimos diários, se acumulados, já superavam R\$ 1,5 bilhão (p. 304).

Através do Proer, o Banco HSBC, com sede em Londres, incorporou o Bamerindus. No negócio, o HSBC adquiriu a parte boa enquanto a parte ruim ficou a cargo do Banco Central. A operação de absorção do Bamerindus pelo HSBC foi uma das três maiores operações patrocinadas pelo Proer, atingindo R\$ 5,86 bilhões. O empréstimo do Proer, usado na intervenção do Bamerindus, foi usado basicamente para financiar a compra da carteira imobiliária do banco pela Caixa Econômica Federal. Em 1996, o total destinado pelo Proer desde sua criação já era próximo a R\$ 20 bilhões. Até o final de 1995, já haviam sido liberados um total de R\$ 14,877 bilhões, embora não fosse possível identificar claramente onde todos estes recursos haviam sido empregados. Ao todo, até o final de 1996, o Proer tinha promovido sete fusões entre bancos, incluindo a do Bamerindus. As outras eram as fusões entre Banorte/Bandeirantes, Mercantil/Rural, Martinelli/Pontual e Antônio de Queiróz/United.

No dia 19 de novembro de 2000, a *Folha de S. Paulo* revelava que a campanha de FHC à eleição de 1994 havia utilizado “caixa dois” a partir de planilhas da contabilidade de sua campanha vazadas para a imprensa. Em depoimento ao Minis-

tério Público, o ex-senador e ex-proprietário do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, confirmaria a irregularidade com as seguintes palavras: “Quando o empresário ou colaborador não deseja aparecer, para permanecer no anonimato, contribui com recursos financeiros em espécie para a campanha eleitoral.” Segundo ele, “Fernando Henrique Cardoso acompanhava pessoalmente o volume de recursos financeiros arrecadados na campanha de 1994”. Questionado, FHC negaria o fato e a denúncia jamais seria investigada (p. 313).

ECONOMISTAS BANQUEIROS E TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Na narrativa de *Brasil dos bancos*, um dos mais marcantes fenômenos observados em consequência à reestruturação bancária ocorrida durante o governo FHC foi o aparecimento dos chamados “economistas banqueiros”. Três bancos, Matrix, BBA e Opportunity, aproveitaram bem as oportunidades de negócios surgidas no período. Em comum, estes bancos tiveram como sócios e fundadores economistas que participaram da equipe de governo que elaborou o Plano Real: Pérsio Arida, André Lara Resende e Edmar Bacha. Com as informações privilegiadas desses economistas, esses bancos mais do que duplicaram seu patrimônio nos quatro primeiros anos do governo FHC. Esses economistas ainda tinham, em comum, passagens pelo comando do Banco Central e do BNDES, além do vínculo com o departamento de economia da PUC do Rio, origem também do ministro da Fazenda de FHC, Pedro Malan.

No grupo dos economistas banqueiros, também poderia ser incluído Luiz Carlos Mendonça de Barros. Ele se afastou do governo em 1998 depois do vazamento de escutas telefônicas no BNDES. Mendonça de Barros já havia sido diretor do Banco Central do Brasil, quando fundou o Banco Matrix, em parceria com André Lara Resende, em 1993. O banco exibiu, logo nos primeiros anos, um dos melhores índices de crescimento e rentabilidade do mercado.

Lara Resende e Arida se juntaram a Luiz Carlos Mendonça de Barros durante o governo José Sarney em diretorias do Banco Central, sob o comando de Fernão Bracher. A relação entre Arida e Bracher seria estreitada com a fundação do Banco BBA, em 1988, a ponto de inviabilizar, já no governo FHC, a permanência de Arida na presidência do Banco Central. A passagem de Arida pelo Banco Central duraria apenas cinco meses em função da suspeita de vazamento de informações privilegiadas levantadas após carnaval em que passou na fazenda de Bracher.

De maneira geral, negócios ligados a juros, câmbio e privatização de estatais, pilares da política econômica formulada pelos economistas banqueiros e seus colegas no governo, sustentaram o desempenho de seus bancos. Simultaneamente, a dívida pública crescia extraordinariamente com o pagamento de juros e sua dolarização ao sistema financeiro. Desta forma, durante o primeiro mandato de FHC, o BBA manteve forte atuação na área de câmbio e privatizações e quase triplicou seu patrimônio (p. 329). Tal desempenho se mostraria ainda melhor que o do outro banco ao qual Persio Arida se associaria, o Opportunity, que cresceu 144% no mesmo período. Fundado em 1994, e controlado por outro colega economista, Daniel Dantas, o Opportunity apostou na política de juros altos e estocou títulos públicos. Além disso, conjuntamente com fundos de pensão de empresas estatais, o banco investiu pesado nos negócios da privatização do governo FHC, comprando participações da Companhia Vale do Rio Doce e de empresas do sistema Telebras. Durante o processo de privatização, manteve contatos com Lara Resende e Mendonça de Barros, responsáveis pela operação nos cargos de presidente do BNDES e de ministro das Comunicações, respectivamente. A divulgação pública das gravações de suas conversas telefônicas gerou o escândalo que fez Arida romper a sociedade com o Opportunity, e Lara Resende e Mendonça de Barros pedirem demissão do governo.

Daniel Dantas, por sua vez, surfou na onda do processo de privatizações do governo FHC como eminência parda, tornando-se um dos maiores ganhadores do processo. Sua fama de traficar influência e possuir informações privilegiadas vinha desde sua atuação na diretoria do banco Icatu. No Icatu, Dantas notabilizou-se por realizar investimentos que davam resultados extraordinários e por ter passado incólume pelo Plano Collor. Pouco antes deste plano, que confiscou ativos financeiros bancários em 1990, Dantas dirigiu investimentos em mercadorias como café, laranja e cacau. Dessa forma, pôde exportar as mercadorias que adquirira, obtendo, assim, recursos para atravessar a crise de liquidez que afetava os demais empresários e banqueiros. Seu sucesso no período alimentou os boatos de que o Banco Icatu só não teria sido afetado pelo confisco porque Dantas teria recebido informações privilegiadas, participando de reuniões preparatórias para o Plano.

Entre os mais conhecidos escândalos bancários do país durante o governo tucano esteve o do banqueiro Salvatore Cacciola, ex-dono do banco Marka. O caso atingiu diretamente o então presidente do Banco Central, Francisco Lopes. Em janeiro de 1999, Lopes elevou o teto para a variação do dólar de R\$ 1,22 para R\$ 1,33 com a justificativa de evitar estragos piores para a economia brasileira, fragilizada pela crise financeira da Rússia que havia contaminado os países emergentes no ano anterior. Naquele momento, o banco Marka tinha vinte vezes o seu patrimônio líquido aplicado em contratos de venda no mercado futuro de dólar. Com o revés, o banco não teve como honrar seus compromissos e solicitou ajuda ao Banco Central. Alegando “risco sistêmico”, o Banco Central permitiu que o Marka e também o FonteCindam comprassem dólares na cotação anterior à virada do câmbio. A ajuda causou prejuízo bilionário aos cofres públicos. Pouco tempo depois, cinco testemunhas revelariam detalhes do caso, afirmando que Cacciola comprava informações privilegiadas do próprio Banco Central. Sem maiores explicações, Lopes

pediu demissão em fevereiro. O caso deu início a uma CPI que acusou a alta cúpula do Banco Central de tráfico de influência, gestão temerária e vários outros crimes.

O caso foi relevante também porque expressava certa síntese dos anos FHC em que especuladores e rentistas fizeram fortunas às custas dos altos impostos pagos pelos brasileiros. Em uma amostragem com os cinquenta maiores bancos privados do país, excluídos aqueles que passaram por processo de reestruturação ou fusão, mais da metade conseguiu duplicar o patrimônio durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse grupo, além do Matrix e do Opportunity, estavam bancos como Safra, Bozzano, Simonsen, Icatu e Marka. Além desses, 20% dos bancos dessa amostragem conseguiu triplicar seu patrimônio entre dezembro de 1994 e 1998. Entre eles, estavam Bank Boston, Votorantim, Citibank, Sofisa e Fininvest, além do FonteCindam (p. 338).

BANCOS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Se, por um lado, a grande narrativa histórica de *Brasil dos bancos* aponta para as mazelas e desacertos do sistema bancário brasileiro, tanto no passado mais distante quanto no mais recente, por outro lado, o livro não se pauta por uma demonização simplória dos bancos em si mesmos. Descrevendo as mais sombrias experiências bancárias do país, Fernando Nogueira da Costa também chama a atenção para instituições que cumpriram seu papel em seu tempo, além de refletir sobre possíveis caminhos e soluções para contornar graves problemas enfrentados pelo sistema bancário brasileiro em sua trajetória histórica. Há, na narrativa do autor, o pressuposto do importante papel social e econômico a ser cumprido pelo sistema bancário, assim como também transparece no texto a exigência, para um país que se pretenda desenvolvido, de um sistema bancário saudável e eficiente.

Desta maneira, pode-se afirmar que importa, a *Brasil dos bancos*, apontar que contextos políticos e institucionais,

para além do contexto econômico, são decisivos para definir a atuação do sistema financeiro vigente. O autor lembra, por exemplo, que a partir de 2003 os novos economistas banqueiros se tornaram uma espécie em extinção, não somente pelo novo cenário econômico de maior concorrência, mas também pela percepção de um cenário político, com o governo Lula, menos propenso aos tipos de negócios realizados nos anos 1990. O próprio Banco Central mudaria seu comportamento, passando a agir preventivamente através de exigências de cumprimento de novos limites mínimos de capital, alavancagem e até em eventual mudança de controle. Todo banco passou a ter crescentes exigências legais, como controles internos e maior responsabilização dos administradores.

Tais mudanças seriam suficientes para que os poderes republicanos deixem de ser sitiados pelo poder econômico do sistema financeiro no Brasil? A resposta deverá ser dada pela democracia brasileira.

ROSA LUXEMBURGO E O APOIO CRÍTICO SOCIALISTA DEMOCRÁTICO À REVOLUÇÃO RUSSA

JUAREZ GUIMARÃES

Escrito em setembro de 1918 e publicado em 1922 por Paul Levi, a brochura “A Revolução Russa” de Rosa Luxemburgo deve ser considerada um documento histórico da formação da tradição do socialismo democrático. Nele estão presentes claramente dimensões clássicas do pensamento de Marx e Engels, como a perspectiva internacional da revolução, a dinâmica da revolução permanente e a defesa da ditadura do proletariado como uma república democrática orientada para a transição ao socialismo. E, ao mesmo tempo, a brochura insere-se dramaticamente, tomando partido pela Revolução Russa, nos dilemas gigantescos que se colocavam às principais lideranças bolcheviques, como Lenin e Trotski, naqueles anos decisivos.

“A tarefa histórica do proletariado, quando toma o poder”, afirma Rosa Luxemburgo, “consiste em instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa, e não em suprimir toda democracia. A democracia socialista não

começa somente na Terra prometida, quando tiver sido criada a infraestrutura da economia socialista, como um presente de Natal, já pronto, para o bom povo que, entretanto, apoiou fielmente o punhado de ditadores socialistas. A democracia socialista começa com a destruição da dominação de classe e a construção do socialismo. Ela começa no momento da conquista do poder pelo partido socialista. Ela nada mais é que a ditadura do proletariado.”

É preciso, antes de tudo, compreender o lugar político desses escritos: Rosa Luxemburgo integra a corrente de esquerda chamada Liga Spartacus, que tem como principal dirigente público Karl Liebknecht, e integra o Partido Social-Democrata Independente (na sigla alemã, USPD), expulso do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) por se opor ao apoio à continuidade da guerra em uma política de conciliação nacional com o imperador alemão. Em “A Revolução Russa”, Rosa Luxemburgo distingue-se claramente da posição de Karl Kautsky, que se alinha à posição menchevique, na defesa de uma perspectiva não socialista e democrático-burguesa para a Revolução Russa. Partilhando com Lenin e Trotski a defesa de uma dinâmica claramente anticapitalista da Revolução Russa, Rosa Luxemburgo elabora, a partir de dentro, suas reflexões.

O ponto de partida de Luxemburgo e que condiciona toda sua análise é a condição dramática, quase trágica, dos bolcheviques: “Instaurar a ditadura proletária e a transformação socialista num só país, cercado pelo rígido domínio da reação imperialista e fulminado pela mais sangrenta guerra mundial da história humana, é a quadratura do círculo.” Neste contexto, “Lenin e Trotski estariam dominados por grandes dúvidas e pelas mais violentas hesitações interiores”. Propõe, então, em diálogo com os bolcheviques, “uma crítica aprofundada e refletida, não uma apologia acrítica”.

A leitura desta “crítica aprofundada e refletida” nos é hoje atualíssima, pelo menos por três razões. A primeira é a que estabelece as relações entre republicanismo e socialismo. A segunda é que disputa o sentido da ditadura do proletaria-

do como democracia socialista. E a terceira diz respeito às relações entre revolução permanente, programa de transição e república democrática com hegemonia socialista.

REPUBLICANISMO E SOCIALISMO

Para Luxemburgo, “a república democrática foi, desde a primeira investida, o produto acabado, internamente maduro da revolução”. Ou seja, é no terreno de um novo Estado baseado na soberania popular que se deveria dar a disputa democrática pela formação das novas maiorias que poderiam legitimar um curso anticapitalista da revolução. E “o próprio destino da democracia política da República estava ligado à questão da paz e à questão agrária”.

É baseada nesta compreensão que Luxemburgo estabelece uma inteligência comparativa entre a revolução antitsarista na Rússia e a revolução inglesa do século XVII e a francesa do século XVIII. A Revolução Russa compartilharia com a inglesa e a francesa um princípio vital: “ela precisa avançar muito rápido e decididamente, abater com mão de ferro todos os obstáculos e por seus objetivos sempre mais longe, ou será logo jogada aquém de seu frágil ponto de partida e esmagada pela contrarrevolução.” Avançar a revolução seria a única maneira de salvar a democracia: este o grande mérito dos bolcheviques e da palavra de ordem “todo o poder aos soviets”, do proletariado e do campesinato.

Prosseguindo na comparação histórica, Rosa afirma “que os bolcheviques são os herdeiros históricos dos niveladores ingleses e dos jacobinos franceses”, isto é, os herdeiros das correntes democrático-radicais republicanas e populares dessas duas revoluções. Esta é uma afirmação muito importante exatamente no sentido de indicar o socialismo marxista revolucionário como atualização histórica das correntes históricas e populares do republicanismo.

Esta clara afirmação da continuidade histórica entre republicanismo e socialismo é seguida, porém, de uma diferença

crítica clara com os rumos da autocracia jacobina na revolução francesa. Para Luxemburgo, “o sistema social socialista não deve nem pode ser senão um produto histórico, nascido na própria escola da experiência, na hora da sua realização, nascido da história viva fazendo-se, que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo em que a tarefa a realizar, a sua solução. E, assim, é claro que o socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas – contra a propriedade etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas não o positivo, a construção. Terra nova. Mil problemas.”

Terra nova. Mil problemas. É a partir deste sentido clássico da autoemancipação e de uma vida pública democrática que Rosa Luxemburgo fará, então, a sua crítica às decisões tomadas pelos bolcheviques na fundação do novo poder.

DITADURA DO PROLETARIADO COMO DEMOCRACIA SOCIALISTA

O cerne da crítica de Luxemburgo aos bolcheviques é que eles estavam procurando “fazer da necessidade virtude, fixar em todos os pontos da teoria uma tática que lhes foi imposta por essas condições fatais e recomendar ao (proletariado) internacional imitá-la como modelo da tática socialista”. O centro dessa nova teoria bolchevique seria uma nova concepção de ditadura do proletariado, cuja lógica teria sido imposta pelo isolamento internacional da revolução, e que Luxemburgo não assimilava às concepções clássicas de Marx e Engels.

Assim, polemiza: “Lenin diz: o Estado burguês é um instrumento para oprimir a classe trabalhadora; o Estado socialista, um instrumento para oprimir a burguesia. Este seria, por assim dizer, o Estado capitalista de cabeça para baixo. Essa concepção simplista negligencia o essencial: a dominação de

classe da burguesia não requer a formação nem a educação política de toda a massa do povo, pelo menos não além de certos limites estreitamente traçados. Para a ditadura proletária ela é o elemento vital, o ar sem o qual não pode viver.”

A partir desse núcleo argumentativo, Luxemburgo desenvolverá a polêmica com os bolcheviques em cinco questões.

A primeira delas diz respeito à dissolução da Assembleia Constituinte, que “foi determinante para sua posição posterior, representando de certa maneira uma guinada em sua tática”. Rosa documenta a mudança de posição de Trotski, que, após defender de modo imperativo e sincero que a revolução de outubro deveria conduzir à convocação da Assembleia Constituinte, passa a defender a inutilidade durante a revolução de toda representação popular resultante de eleições populares gerais. Rosa Luxemburgo chega a concordar com o argumento de Trotski de que a representação na Assembleia Constituinte, eleita antes do fluxo revolucionário de outubro, não expressava claramente o peso dos socialistas-revolucionários de esquerda, que eram então aliados aos bolcheviques. Mas este argumento deveria levar à convocação de novas eleições para a Assembleia Constituinte, e não à rejeição pura e simples deste procedimento democrático de fundação de um novo Estado.

A segunda polêmica de Rosa Luxemburgo se dá com o questionamento da oposição entre democracia direta versus democracia representativa feita por Trotski, quando este afirma que “o pesado mecanismo das instituições democráticas segue tanto mais dificilmente esse desenvolvimento, quanto maior for o país e mais imperfeito seu aparato técnico”. Após revisitar as experiências das revoluções inglesa e francesa, Rosa concorda que “toda instituição democrática tem seus limites e lacunas, o que, aliás, compartilha com todas as instituições humanas. Só que o remédio encontrado por Lenin e Trotski – suprimir a democracia em geral – é ainda pior que o mal que devia impedir; ele obstrui a própria fonte viva a partir

da qual podem ser corrigidas todas as insuficiências congênicas das instituições sociais; a vida política ativa, sem entraves, enérgica das mais largas massas populares

Um terceiro campo crítico de Rosa Luxemburgo se dá sobre a nova lei sobre os sufrágios, decidida pelos bolcheviques, que estabelece o direito de voto a todos os “que realizam trabalho produtivo e socialmente útil, assim como pessoas ocupadas no trabalho doméstico, por meio do qual as primeiras podem realizar trabalho útil”, negando o direito de voto “aos que utilizem trabalho assalariado visando o lucro”. Em uma nota, escrita à margem do original, sem indicar o local de inserção no texto, Rosa polemiza com essa intenção de “privar os direitos políticos apenas aos exploradores”: “um anacronismo, uma antecipação da situação jurídica que convém a uma base econômica socialista já realizada, não ao período de transição da ditadura proletária.”

Um quarto contraponto diz respeito à supressão das garantias democráticas essenciais a uma vida pública sadia e à atividade política das massas trabalhadoras – liberdade de imprensa, direito de associação e de reunião, ilegais para todos os adversários do governo soviético. As palavras célebres de Rosa: “Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam –, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente. Não por fanatismo pela ‘justiça’, mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador da liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a ‘liberdade’ se torna privilégio.” Sem o controle público, Luxemburgo desenvolve longamente, a “corrupção é inevitável”.

Dá a centralidade da opinião pública: “o único caminho que leva ao renascimento é a própria escola da vida pública, a mais ampla e ilimitada democracia, opinião pública.”

O quinto, e não menos importante, argumento crítico de Rosa diz respeito à “utilização abundante do terror pelo governo dos conselhos, sobretudo no último período, antes do

colapso do imperialismo alemão, desde o atentado contra o embaixador da Alemanha”.

PROGRAMA DE TRANSIÇÃO?

Mas há uma terceira questão que merece uma reflexão crítica sobre as posições de Luxemburgo. Trata-se da relação entre revolução permanente, programa de transição e democracia socialista.

Se Rosa Luxemburgo opera claramente com a estratégia da revolução permanente e da democracia socialista, ela não parece refletir sobre uma lógica de um programa de transição. Isto é, que deveria haver uma combinação entre tarefas nacionais, agrárias e democráticas com a transição ao socialismo e não simplesmente a adoção de um programa socialista, ou, em suas próprias palavras, “os objetivos finais do socialismo como programa imediato da prática política”.

Para ela, de modo crítico a uma posição parlamentarista de tipo reformista, “a dialética real das revoluções inverte esta sabedoria de toupeira parlamentar: o caminho não leva à tática revolucionária pela maioria; ele leva à maioria pela tática revolucionária”. Ora, o método do programa de transição é exatamente o de criar as condições de uma hegemonia socialista através da incorporação das reivindicações não especificamente proletárias no sentido estrito – como a reivindicação de terra pelos camponeses, que formavam a maioria russa, ou pela paz e pela autodeterminação nacional das diferentes nacionalidades – em uma lógica de conjunto de direção socialista.

Mas Luxemburgo critica as posições dos bolcheviques, de Lenin e Trotski, em relação aos camponeses e às nacionalidades, como concessões a uma lógica não socialista que seria necessário adotar integralmente. A questão seria, então: como formar maioria em uma dinâmica democrática se não se integram as reivindicações daqueles que formam as maiorias, em um país onde o proletariado era minoritário?

A REVOLUÇÃO RUSSA

ROSA LUXEMBURGO

I

ROSA LUXEMBURGO
(1870 - 1919)

Líder política, economista marxista e filósofa. Foi uma das principais revolucionárias marxistas do século XIX. Participou na fundação do grupo de tendência marxista SPD que viria a tornar-se, mais tarde, o Partido Comunista Alemão. Em 1915, após o SPD apoiar a participação alemã na Primeira Guerra Mundial, Luxemburgo fundou, ao lado de Karl Liebknecht, a Liga Espartaquista. Apoiou a Revolução Espartaquista, mesmo considerando o levante organizado pela Liga em janeiro de 1919, um erro. Quando a mesma foi esmagada pelas milícias patriotas compostas por veteranos da Primeira Guerra, foi brutalmente assassinada.

A Revolução Russa é o fato mais marcante da guerra mundial. Sua explosão, seu radicalismo sem igual, seu efeito duradouro desmentem à perfeição o palavreado com que a social-democracia alemã oficial, no seu zelo servil, encobriu ideologicamente no início a campanha de conquistas do imperialismo alemão: nesse palavreado, as baionetas alemãs tinham por missão derrubar o tsarismo e libertar os povos por ele oprimidos. O alcance prodigioso obtido pela revolução na Rússia, seu efeito profundo que abala todas as relações de classe, revelando o conjunto dos problemas econômicos e sociais, fazendo-a avançar, com a fatalidade de sua lógica interna, do primeiro estágio da república burguesa para fases novas – não tendo sido a queda do tsarismo senão um pequeno episódio, quase uma ninharia –, tudo isso mostra claramente que a libertação da Rússia não foi obra da guerra nem da derrota militar do tsarismo, não foi mérito das “baionetas alemãs em punhos alemães”, como prometia o editorial da *Neue Zeit* dirigida por Kautsky, mas que ela tinha raízes profundas no próprio país e atingira a plena maturidade interna. A aventura bélica do imperialismo alemão, sob o escudo ideológico da social-democracia alemã, não provocou a revolução na Rússia; ao contrário, interrompeu-a no início durante algum tempo – após seu primeiro grande fluxo ascendente de 1911 a 1913 – para em seguida, depois da explosão, criar-lhe as condições mais difíceis e anormais.

Porém, para todo observador que reflita, esse desenvolvimento é uma prova flagrante contra a teoria doutrinária que

Kautsky compartilha com o partido dos socialistas governamentais, segundo a qual a Rússia, país economicamente atrasado, essencialmente agrário, não estaria maduro para a revolução social nem para uma ditadura do proletariado. Essa teoria que só admite como possível na Rússia uma revolução burguesa – concepção de que resulta igualmente a tática da coalizão dos socialistas com o liberalismo burguês na Rússia – é, ao mesmo tempo, a da ala oportunista no movimento operário russo, os chamados mencheviques, sob a experimentada direção de Axelrod e Dan. Tanto os oportunistas russos quanto os alemães estão totalmente de acordo com os socialistas governamentais alemães nessa concepção fundamental da Revolução Russa, da qual decorre naturalmente a tomada de posição em questões de detalhe na tática. Na opinião dos três, a Revolução Russa deveria ter parado no estágio da derrubada do tsarismo, nobre tarefa que, na mitologia da social-democracia alemã, os estrategistas militares do imperialismo alemão haviam estabelecido. Se ela foi além, se estabeleceu como tarefa a ditadura do proletariado, isso aconteceu, segundo essa doutrina, por simples erro da ala radical do movimento operário russo, os bolcheviques; e todas as intempéries que a revolução enfrentou no seu desenvolvimento posterior, todas as confusões de que foi vítima, nada mais são que o simples resultado desse erro fatal. Teoricamente, essa doutrina, apresentada tanto pelo *Vorwärts* de Stampfer quanto por Kautsky como fruto do “pensamento marxista”, chega à descoberta “marxista” original de que a transformação socialista é assunto nacional, por assim dizer doméstico, de cada estado moderno em particular. Nas brumas desse esquema abstrato, um Kautsky sabe, de maneira natural, descrever com minúcias as imbricações econômicas mundiais do capitalismo, que fazem com que todos os países modernos sejam organicamente interdependentes.

A revolução na Rússia – fruto do desenvolvimento internacional e da questão agrária – não pode ser resolvida nos limites da sociedade burguesa.

Na prática, essa doutrina tende a recusar a responsabilidade do proletariado internacional – do alemão em primeiro lugar – pelo destino da Revolução Russa e a negar as conexões internacionais. O desenrolar da guerra e da Revolução Russa mostraram não a falta de maturidade da Rússia, e sim a do proletariado alemão para cumprir sua missão histórica. Enfatizar isso com toda clareza é a primeira tarefa de uma análise crítica da Revolução Russa. O destino dela dependia inteiramente dos [acontecimentos] internacionais. Assentando inteiramente a sua política na revolução mundial do proletariado, os bolcheviques deram a prova mais brilhante de sua perspicácia política, de sua fidelidade aos princípios, da força audaciosa de sua política. Aí se torna visível o salto colossal dado pelo desenvolvimento capitalista nos últimos dez anos. A revolução de 1905-1907 suscitou apenas um fraco eco na Europa. Por isso tinha de permanecer um capítulo introdutório. A continuação e o desfecho estavam ligados ao desenvolvimento europeu.

É claro que só uma crítica aprofundada e refletida, não uma apologia acrítica, será capaz de recolher esses tesouros de experiências e ensinamentos. De fato, seria loucura imaginar que o primeiro experimento histórico mundial de ditadura da classe operária, realizado nas mais difíceis condições – em plena conflagração mundial e em pleno caos provocado pelo genocídio imperialista, preso na armadilha de ferro da potência militar mais reacionária da Europa, em face da completa omissão do proletariado internacional –, que num experimento de ditadura operária em condições tão anormais, tudo o que se fez ou deixou de fazer na Rússia alcançasse o cúmulo da perfeição. Ao contrário, os conceitos elementares da política socialista e a compreensão dos pressupostos históricos necessários à realização dessa política obrigam a reconhecer que, em condições tão fatais, nem o mais gigantesco idealismo nem a mais inabalável energia revolucionária seriam capazes de realizar a democracia e o socialismo, mas apenas rudimentos frágeis e caricaturais de ambos.

Encarar isso com clareza, em todas as suas implicações e conseqüências profundas, é, incontestavelmente, o dever elementar dos socialistas de todos os países; pois somente a partir dessa compreensão amarga é que se poderá medir toda a extensão da responsabilidade específica do proletariado internacional no que se refere ao destino da Revolução Russa. Aliás, é apenas por esse meio que se verá a importância decisiva de uma ação internacional conjunta na revolução proletária – condição fundamental, sem a qual a maior habilidade e os mais sublimes sacrifícios do proletariado de um único país enredam-se inevitavelmente numa confusão de contradições e erros.

Também não há dúvida de que as cabeças inteligentes que dirigem a Revolução Russa, Lênin e Trotsky, só deram alguns passos decisivos em seu caminho espinhoso, semeado de armadilhas de todos os tipos, dominados por grandes dúvidas e pelas mais violentas hesitações interiores; nada pode estar mais longe deles do que ver a Internacional aceitar tudo o que fizeram, sob dura pressão, no fervilhante turbilhão dos acontecimentos, como modelo sublime de política socialista, digno da admiração acrítica e da imitação fervorosa.

Seria igualmente errado temer que um exame crítico dos caminhos seguidos até aqui pela Revolução Russa possa abalar perigosamente o prestígio e o exemplo fascinante do proletariado russo, o único capaz de vencer a inércia fatal das massas alemãs. Nada mais falso. O despertar da combatividade revolucionária da classe operária alemã não pode provir, como que por encanto, de qualquer operação de sugestão praticada segundo o espírito dos métodos de tutela da social-democracia alemã – que Deus a tenha –, que incitaria a massa a crer cegamente numa autoridade imaculada, quer a de suas próprias “instâncias”, quer a do “exemplo russo”. A capacidade de o proletariado alemão realizar ações históricas não pode nascer da fabricação de um entusiasmo revolucionário acrítico; ao contrário, só nascerá da compreensão da terrível gravidade, de toda a complexidade das tarefas a cumprir, da matu-

1. De acordo com a lei eleitoral de dezembro de 1905, os eleitores foram divididos em quatro cúrias. Nessa divisão segundo a posição e a propriedade, os proprietários de terras mantinham privilégios especiais e o número de deputados operários e camponeses foi reduzido. Após o golpe de Estado de 1907, foram acrescentadas novas limitações a esse direito de voto antidemocrático, de tal maneira que a dominação dos grandes proprietários de terras e da grande burguesia era garantida na Duma, e os povos das demais nacionalidades do império russo não possuíam nenhum direito de voto, ou apenas um direito extremamente limitado.

2. No dia 3 de junho de 1907, o governo tsarista dissolveu a II Duma imperial e prendeu os membros da bancada social-democrata. Simultaneamente introduziu uma nova lei eleitoral sem o consentimento da Duma imperial. Esse golpe de Estado permitiu ao governo manter uma maioria de direita na Duma e transformar a IV Duma imperial, eleita em 1912, num órgão de poder das "camadas reacionárias da burocracia tsarista, amalgamadas com os proprietários de terras escravocratas e com as altas camadas da burguesia" (Lênin, *Werke*, v. 19, p. 29).

ridade política e da autonomia intelectual, da capacidade de julgamento crítico das massas, sistematicamente abafadas ao longo de décadas, sob os mais diversos pretextos, pela social-democracia alemã. Analisar de maneira crítica a Revolução Russa em todo o seu contexto histórico é o melhor meio de educar os trabalhadores alemães e os de outros países para as tarefas resultantes da situação atual.

II

O primeiro período da Revolução Russa, desde a sua explosão em março até a revolução de outubro, corresponde exatamente, em seu curso geral, ao esquema evolutivo das grandes revoluções inglesa e francesa. É o desenvolvimento típico de todo primeiro grande conflito generalizado das forças revolucionárias engendradas no seio da sociedade burguesa, contra as amarras da velha sociedade.

Ele progride naturalmente em linha ascendente: moderados no início, os objetivos radicalizam-se cada vez mais e, paralelamente, passa-se da coalizão de classes e partidos à dominação exclusiva do partido mais radical.

No primeiro momento, em março de 1917, os "cade-tes", isto é, a burguesia liberal - estavam à cabeça da revolução. A primeira vaga global da maré revolucionária arrastou tudo e todos: a quarta Duma – o mais reacionário produto do reacionaríssimo sufrágio censitário das quatro classes,¹ proveniente do golpe de Estado² – transformou-se subitamente num órgão da revolução. Todos os partidos burgueses, inclusive a direita nacionalista, formaram de repente uma falange contra o absolutismo. Este caiu ao primeiro assalto, quase sem luta, como um órgão carcomido em que bastava tocar para que desmoronasse. Da mesma forma, a breve tentativa da burguesia liberal de salvar pelo menos a dinastia e o trono espatifou-se em poucas horas. Em dias, horas, o avanço impetuoso do desenvolvimento saltou distâncias para as quais, outrora, a Fran-

ça precisara de décadas. Constatou-se aqui que a Rússia realizou os resultados de um século de desenvolvimento europeu e, sobretudo, que a revolução de 1917 foi a continuação direta da revolução de 1905-1907, e não um presente dos “libertadores” alemães. Em março de 1917, o movimento retomou sua obra precisamente no ponto em que a havia deixado dez anos antes. A República democrática foi, desde a primeira investida, o produto acabado, internamente maduro, da revolução.

Então começou a segunda e mais difícil tarefa. Desde o primeiro momento, a força motriz da revolução havia sido a massa do proletariado urbano. Mas suas reivindicações não se esgotavam com a democracia política; ao contrário, dirigiam-se para a questão candente da política internacional: a paz imediata. Ao mesmo tempo, a revolução se apoiava na massa do exército, que fazia a mesma reivindicação de paz imediata, e na massa dos camponeses, que punha em primeiro plano a questão agrária, pivô da revolução desde 1905. Paz imediata e terra – esses dois objetivos implicavam a cisão no interior da falange revolucionária. A reivindicação de paz imediata estava em contradição absoluta com a tendência imperialista da burguesia liberal, cujo porta-voz era Miliukov;³ a questão agrária era, no início, um espantelho para a outra ala da burguesia, a nobreza proprietária de terras, mas, em seguida, foi considerada um atentado à sacrossanta propriedade privada em geral, tornando-se um ponto sensível para o conjunto das classes burguesas.

Assim, no dia seguinte ao da primeira vitória da revolução, começou em seu seio uma luta interna em torno das duas questões principais: a paz e a questão agrária. A burguesia liberal adotou uma tática diversionista e evasiva. As massas trabalhadoras, o exército, os camponeses pressionavam cada vez mais violentamente. Não há dúvida de que o próprio destino da democracia política da República estava ligado à questão da paz e à questão agrária. As classes burguesas que, submersas pela primeira vaga tempestuosa da revolução, se tinham

3. O líder dos cadetes P.N. Miliukov era ministro do Exterior do Governo Provisório.

4. O líder dos cossacos A.M. Kaledin mobilizou os cossacos do Don e apoiou as tropas contrarrevolucionárias que, em agosto de 1917, chefiadas por L. G. Kornilov, marcharam contra Petrogrado [nome de São Petersburgo de 1914 a 1924, quando passou a chamar-se Leningrado] para derrotar a revolução e instituir uma ditadura militar. Liderados pelos bolcheviques, trabalhadores e soldados enfrentaram os contrarrevolucionários, levando-os a uma derrota completa.

5. Karl Kautsky.

deixado arrastar até a forma do Estado republicano, começaram imediatamente a procurar pontos de apoio na retaguarda e a organizar em segredo a contrarrevolução. A expedição dos cossacos de Kaledin contra São Petersburgo⁴ revelou de maneira clara essa tendência. Se essa agressão tivesse sido coroada de êxito, seria selada a sorte, não somente das questões da paz e da terra, mas também da democracia e da própria República. As conseqüências inevitáveis teriam [sido] a ditadura militar acompanhada de um regime de terror contra o proletariado e, em seguida, a volta à monarquia.

Isso permite medir o que tem de utópico e, no fundo, de reacionário, a tática dos socialistas da tendência Kautsky, os mencheviques.

É francamente espantoso observar como esse homem diligente,⁵ nos quatro anos da guerra mundial, com seu incansável trabalho de escriba, tranquila e metodicamente, abriu buracos no socialismo de maneira sucessiva, transformando-o numa peneira, sem nenhum lugar intacto. A serenidade acrítica com que seus seguidores assistem a esse trabalho aplicado do seu teórico oficial e engolem, sem piscar, cada uma de suas novas descobertas só pode ser comparada à serenidade dos seguidores de Scheidemann e cia., quando esses últimos, na prática, esburacam, passo a passo, o socialismo. De fato, ambos os trabalhos se completam perfeitamente e Kautsky, o guardião oficial do templo marxista, na realidade apenas executa de forma teórica, desde o início da guerra, o que os Scheidemann fazem na prática: 1º). a Internacional, instrumento da paz; 2º) o desarmamento e sociedade das nações; por fim 3º) democracia, não socialismo.

Obcecados pela ficção do caráter burguês da Revolução Russa – pois a Rússia ainda não estaria madura para a revolução social –, eles agarraram-se desesperadamente à coalizão com os liberais burgueses, isto é, quiseram unir à força os elementos que, separados pela natural marcha interna do desenvolvimento revolucionário, haviam entrado em

violenta contradição recíproca. Os Axelrod e Dan queriam a todo custo colaborar com as classes e os partidos que ameaçavam mais perigosamente a revolução e sua primeira conquista, a democracia.

Nessa situação, coube à tendência bolchevique o mérito histórico de ter proclamado e seguido, desde o início, com uma coerência férrea, a única tática que podia salvar a democracia e fazer avançar a revolução. Todo o poder exclusivamente nas mãos das massas trabalhadoras e camponesas, nas mãos dos soviets – essa era de fato a única saída para as dificuldades em que a revolução havia caído, o golpe de espada que cortava o nó górdio -, tirava a revolução do impasse e deixava o campo livre para que ela continuasse a se desenvolver sem entraves.

O partido de Lênin foi, assim, o único na Rússia que compreendeu, nesse primeiro período, os verdadeiros interesses da revolução, foi o elemento que a fez avançar e, nesse sentido, foi o único partido que praticou uma política realmente socialista.

Isso explica também que os bolcheviques, minoria proscrita, caluniada e acuada por todos os lados no início da revolução, se tornaram, num tempo muito curto, seus dirigentes e puderam reunir, sob a sua bandeira, todas as massas realmente populares: o proletariado urbano, o exército, os camponeses, assim como os elementos revolucionários da democracia, a ala esquerda dos socialistas revolucionários.

Depois de poucos meses, a situação real da Revolução Russa resumia-se à alternativa: vitória da contrarrevolução ou ditadura do proletariado, Kaledin ou Lênin. Essa situação objetiva a que chega rapidamente toda revolução, uma vez dissipada a primeira embriaguez, resultou na Rússia das questões concretas e candentes da paz e da terra, para as quais não existia solução nos limites da revolução “burguesa”.

Com isso, a Revolução Russa apenas confirmou a lição fundamental de toda grande revolução, cuja lei vital é a

seguinte: ela precisa avançar muito rápida e decididamente, abater com mão de ferro todos os obstáculos e pôr seus objetivos sempre mais longe, ou será logo jogada aquém de seu frágil ponto de partida e esmagada pela contrarrevolução. Parar, marcar passo, contentar-se com o primeiro objetivo alcançado, isso não existe numa revolução. E quem quiser transpor para a tática revolucionária essa sabedoria caseira das guerrilhas parlamentares mostra apenas que a psicologia, que a própria lei vital da revolução lhe é tão estranha quanto toda experiência histórica, que permanece para ele um livro fechado a sete chaves.

Vejamos o decorrer da Revolução Inglesa desde que explodiu em 1642. Pela lógica das coisas, primeiro as tergiversações débeis dos presbiterianos, a guerra hesitante contra o exército real em que os chefes presbiterianos evitaram deliberadamente uma batalha decisiva e uma vitória contra Carlos I levaram à necessidade imperiosa de que os Independentes os expulsassem do parlamento e tomassem o poder. E, em seguida, ocorreu o mesmo no interior do exército dos Independentes: a massa subalterna e pequeno-burguesa dos soldados, os “niveladores” de Lilburn, formava a tropa de choque de todo o movimento independente e, por fim, os elementos proletários da massa dos soldados, os que iam mais longe no tocante à transformação social e se exprimiam no movimento dos “diggers” representavam, por sua vez, o fermento do partido democrático dos “niveladores”.

Sem a influência dos elementos proletários revolucionários sobre o espírito da massa dos soldados, sem a pressão da massa democrática dos soldados sobre a camada dirigente burguesa do partido independente, não se teria chegado à “depuração” do Longo parlamento, expulsando os presbiterianos, nem à conclusão vitoriosa da guerra contra o exército dos *gentlemen* e contra os escoceses, nem ao processo contra Carlos I e à sua execução, nem à supressão da Câmara dos Lordes e à proclamação da República.

E o que aconteceu na grande Revolução Francesa? A tomada do poder pelos jacobinos, depois de quatro anos de lutas, demonstrou-se o único meio de salvar as conquistas da revolução, efetivar a República, destruir o feudalismo, organizar a defesa revolucionária interna e externa, sufocar as conspirações da contrarrevolução e propagar por toda a Europa a vaga revolucionária vinda da França.

Kautsky e seus correligionários russos, que desejavam que a Revolução Russa conservasse o “caráter burguês” da sua primeira fase, são a exata contrapartida dos liberais alemães e ingleses do século passado que distinguiam assim os dois célebres períodos da grande Revolução Francesa: a “boa” revolução da primeira fase, a fase girondina, e a “má”, a partir da tomada do poder pelos jacobinos. Essa concepção liberal, superficial da história, não precisava naturalmente compreender que, sem a tomada do poder por esses jacobinos “sem medida”, até mesmo as tímidas meias conquistas da fase girondina logo teriam sido soterradas sob as ruínas da revolução, e que a alternativa real à ditadura jacobina, tal como posta pela marcha inexorável do desenvolvimento histórico no ano de 1793, não era a democracia “moderada”, e sim a restauração dos Bourbon! Em nenhuma revolução, o “justo meio” pode ser mantido, pois sua lei natural exige decisões rápidas: ou a locomotiva subirá a encosta histórica a todo vapor até o cume, ou, arrastada pelo próprio peso, voltará à planície de onde partiu, arrastando consigo para o abismo os que, sem esperança de salvação, com suas fracas forças, queriam detê-la no meio do caminho.

Assim se explica que, em toda revolução, o único partido capaz de conquistar a direção e o poder é aquele que tem a coragem de lançar palavras de ordem mobilizadoras e tirar daí todas as conseqüências. Assim se explica o papel lamentável dos mencheviques russos, os Dan, Tseretelli etc., que no início exerciam enorme influência sobre as massas, mas após um longo período de oscilações, após se terem recusado com

unhas e dentes a tomar o poder e assumir as responsabilidades, foram varridos de cena de maneira inglória.

O partido de Lênin foi o único que compreendeu as exigências e os deveres de um partido verdadeiramente revolucionário e que assegurou a continuidade da revolução com a palavra de ordem de todo o poder às mãos do proletariado e do campesinato.

Os bolcheviques resolveram dessa forma a célebre questão da “maioria do povo”, pesadelo que sempre oprimiu os social-democratas alemães. Pupilos incorrigíveis do cretinismo parlamentar, eles transpõem simplesmente para a revolução a sabedoria caseira do jardim de infância parlamentar: para fazer alguma coisa, é preciso ter antes a maioria. Portanto, também na revolução, conquistemos primeiro a “maioria”. Mas a dialética real das revoluções inverte essa sabedoria de toupeira parlamentar: o caminho não leva à tática revolucionária pela da maioria, ele leva à maioria pela tática revolucionária. Só um partido que saiba dirigir, isto é, fazer avançar, ganha seus seguidores na tempestade. A resolução com que Lênin e seus companheiros lançaram no momento decisivo a única palavra de ordem mobilizadora – todo o poder ao proletariado e campesinato! – fez de uma minoria perseguida, caluniada, “ilegal”, cujos dirigentes, como Marat, precisavam esconder-se nas caves, praticamente de um dia para o outro, a dona absoluta da situação.

Os bolcheviques também estabeleceram imediatamente, como objetivo da tomada do poder, o mais avançado e completo programa revolucionário: não se tratava de garantir a democracia burguesa, e sim a ditadura do proletariado, tendo como fim a realização do socialismo. Eles adquiriram assim o imperecível mérito histórico de terem proclamado, pela primeira vez, os objetivos finais do socialismo como programa imediato da prática política.

Tudo o que, num momento histórico, um partido pode dar em termos de coragem, energia, perspicácia revolucionária e coerência, foi plenamente realizado por Lênin, Trotsky e

seus companheiros. Toda a honra e capacidade de ação revolucionárias, que faltaram à social-democracia ocidental, encontravam-se nos bolcheviques. Com sua insurreição de outubro, não somente salvaram, de fato, a Revolução Russa, mas também a honra do socialismo internacional.

III

Os bolcheviques são os herdeiros históricos dos niveladores ingleses e dos jacobinos franceses. Mas a tarefa concreta que lhes coube na Revolução Russa, após a tomada do poder, era incomparavelmente mais difícil que a de seus antecessores.⁶ Com certeza a palavra de ordem exortando os camponeses à imediata tomada e partilha das terras⁷ era a fórmula mais sumária, mais simples e lapidar para atingir um duplo fim: aniquilar a grande propriedade fundiária e vincular imediatamente os camponeses ao governo revolucionário. Como medida política para fortalecer o governo proletário-socialista era uma tática excelente. Mas infelizmente ela tinha duas faces, e seu reverso, a tomada imediata das terras pelos camponeses, não tem nada a ver com uma agricultura socialista.

No plano agrário a reestruturação socialista das condições econômicas pressupõe duas coisas: primeiro, a nacionalização justamente da grande propriedade fundiária, pois ela representa uma concentração, a mais avançada do ponto de vista técnico, dos meios de produção e dos métodos agrícolas, sendo a única que pode servir de ponto de partida para uma economia socialista no campo. Embora, naturalmente, não seja necessário confiscar do pequeno camponês o seu pedacinho de terra, e se possa deixar tranqüilamente a seu critério convencer-se das vantagens da exploração coletiva que o levarão a aderir primeiro ao agrupamento cooperativo e, por fim, ao sistema de exploração social coletiva, é evidente que toda reforma econômica socialista no campo deve começar pela grande e média propriedade fundiária.

6. Nota de Rosa Luxemburg na margem superior sem indicar onde seria inserida: "Importância da questão agrária. Já em 1905. Em seguida, na III Duma, os camponeses de direita! Questão camponesa e defesa, exército."

7. Segundo o decreto sobre a terra do 2º Congresso Geral dos Soviéticos Russos, de 8 de novembro de 1917, e a "comissão eleitoral camponesa" nele incluída, a propriedade privada do solo foi suprimida, e as propriedades dos latifundiários, as terras dos príncipes, dos mosteiros e da Igreja foram desapropriadas sem indenização. O solo foi dividido segundo o princípio da utilização igual, ou seja, segundo determinadas normas de trabalho e de consumo. A forma de utilização do solo, se individual, comunitária ou coletiva, ficava a critério dos aldeões. Terras com empreendimentos altamente desenvolvidos não deviam ser divididas, e sim transferidas para as mãos da comunidade ou do Estado.

Nesse caso, é preciso, antes de tudo, transferir o direito de propriedade à nação, ou, o que vem a ser o mesmo num governo socialista, ao Estado; somente isso oferece a possibilidade de organizar a produção agrícola numa grande e coerente perspectiva socialista.

Mas, em segundo lugar, um dos pressupostos dessa reestruturação consiste em suprimir a separação entre agricultura e indústria, traço característico da sociedade burguesa, para dar lugar à sua interpenetração e fusão, a uma completa formação da produção agrícola e industrial segundo perspectivas unificadas. Independentemente de como será nos detalhes a gestão prática – municipal, como propõem alguns, ou centralizada no Estado –, a condição prévia, em todo caso, é uma reforma unificada partindo do centro, tendo por premissa a nacionalização das terras. Nacionalização da grande e média propriedade fundiária, unificação da indústria e da agricultura são os dois aspectos fundamentais de toda reforma econômica socialista, sem os quais não existe socialismo.

Que o governo dos soviets na Rússia não tenha realizado essas reformas consideráveis, quem pode recriminá-lo por isso? Seria um gracejo de mau gosto exigir ou esperar que Lênin e seus companheiros, no breve período em que estão no poder, no meio do turbilhão impetuoso das lutas internas e externas, pressionados por todos os lados por inimigos e resistências sem conta, tivessem dado conta ou apenas começado a dar conta de uma das tarefas mais difíceis, e mesmo, podemos dizer tranquilamente, da tarefa mais difícil da transformação socialista! Também nós, no Ocidente, uma vez no poder, apesar de condições bastante favoráveis, quebraremos alguns dentes com essa dura noz, antes de termos saído das dificuldades mais simples dentre as mil complexas dessa gigantesca tarefa!

Contudo, em todo caso, um governo socialista que chegue ao poder deve fazer uma coisa: tomar medidas no sentido desses pré-requisitos fundamentais para uma posterior

reforma socialista das condições agrárias; deve, pelo menos, evitar tudo o que barra o caminho a essas medidas.

Ora, a palavra de ordem lançada pelos bolcheviques – apropriação imediata e repartição das terras pelos camponeses – devia precisamente agir no sentido inverso. Não só não é uma medida socialista como bloqueia o caminho que para lá conduz, acumulando dificuldades insuperáveis para a reestruturação das condições agrárias em sentido socialista.

A tomada das terras pelos camponeses conforme a sumária e lapidar palavra de ordem de Lênin e seus amigos – Vão e tomem as terras! – levou simplesmente a uma passagem brusca e caótica da grande propriedade fundiária à propriedade fundiária camponesa. Não foi criada a propriedade social, e sim uma nova propriedade privada: dividiu-se a grande propriedade em médias e pequenas propriedades, a grande exploração relativamente avançada em pequenas explorações primitivas que, no plano técnico, trabalham com os meios da época dos faraós. E mais: essa medida e a maneira caótica, puramente arbitrária como foi aplicada, não eliminaram as diferenças de propriedade no campo, mas as agravaram. Embora os bolcheviques recomendassem ao campesinato formar comitês de camponeses, a fim de fazer da apropriação das terras da nobreza uma espécie de ação coletiva, é claro que esse conselho genérico não podia mudar nada no tocante à prática efetiva e à real correlação de forças no campo. Com ou sem comitês, os camponeses ricos e os usurários, que formavam a burguesia rural e que de fato detinham o poder local em toda a aldeia russa, foram certamente os principais beneficiários da revolução agrária. Mesmo sem ver, é evidente para todo mundo que ao fim da partilha das terras, as desigualdades econômicas e sociais no seio do campesinato não foram eliminadas e sim exacerbadas, assim como acabaram agravados os antagonismos de classe. Mas esse deslocamento de forças ocorreu, incontestavelmente, em detrimento dos interesses proletários e socialistas.

8. Nota de Rosa Luxemburgo, na margem esquerda, sem indicar onde seria inserida: "Monopólio dos cereais com recompensas. Agora *post festum* querem introduzir a luta de classes nas aldeias!"

9. No original: política.

Discurso de Lênin sobre a centralização necessária da indústria, a nacionalização dos bancos, do comércio e da indústria. Por que não das terras? Aqui, ao contrário, descentralização e propriedade privada. O próprio programa agrário de Lênin antes da revolução era outro. Retomou-se a palavra de ordem dos tão denegridos socialistas revolucionários, ou, mais exatamente, a palavra de ordem do movimento espontâneo do campesinato.

Para introduzir princípios socialistas nas condições agrárias, o governo soviético procurou, em seguida, criar comunas agrárias compostas de proletários, na maioria elementos urbanos desempregados. Mas pode-se facilmente prever que os resultados desses esforços, comparados à situação do campo como um todo, permanecem necessariamente ínfimos, não podendo sequer ser considerados na análise da questão.⁸ (Após o parcelamento, em pequenas explorações, da grande propriedade fundiária, o ponto de partida mais apropriado para a economia socialista, procura-se agora criar, com base em pequenas unidades, explorações comunistas modelo.) Nas condições dadas, essas comunas têm apenas o valor de um experimento, não de uma reforma social abrangente.

Anteriormente, uma reforma socialista no campo teria quando muito encontrado a resistência de uma pequena casta de grandes proprietários fundiários nobres e capitalistas e de uma pequena minoria da rica burguesia rural, cuja expropriação por uma massa popular revolucionária é uma brincadeira de crianças. Agora, após a "tomada de posse", a coletivização socialista da agricultura tem um novo inimigo, uma massa de camponeses proprietários, que aumentou, se fortaleceu enormemente e que defenderá com unhas e dentes, contra todo atentado socialista, sua propriedade recentemente adquirida. Agora, a questão da futura socialização da agricultura, ou seja, na Rússia, a questão da produção em geral tornou-se um tema de conflito e de luta entre o proletariado urbano e a massa camponesa. O boicote das cidades pelos camponeses, que

retêm os víveres para obter lucros exorbitantes, exatamente como os *junkers* prussianos, mostra a que ponto o conflito se agravou. O pequeno camponês francês tornou-se o mais intrépido defensor da grande Revolução Francesa, que lhe doara as terras confiscadas aos emigrados. Como soldado de Napoleão, levou a bandeira francesa à vitória, atravessou toda a Europa e aniquilou o feudalismo num país após outro. Talvez Lênin e seus amigos esperassem que sua palavra de ordem em relação ao setor agrário produzisse efeito semelhante. Mas o camponês russo, tendo tomado a terra por sua própria conta, não pensou nem em sonhos em defender a Rússia e a revolução, à qual devia a terra. Aferrou-se à sua nova propriedade e abandonou a revolução aos seus inimigos, o Estado à ruína, a população urbana à fome.

A revolução agrária de Lênin criou no campo uma nova e poderosa camada popular de inimigos do socialismo, cuja resistência será muito mais perigosa e obstinada do que foi a da aristocracia fundiária.

Os bolcheviques são em parte culpados pela transformação da derrota militar no colapso e na desagregação da Rússia. Eles próprios agravaram de maneira considerável as dificuldades objetivas da situação com uma palavra de ordem,⁹ que puseram em primeiro plano na sua política, o assim chamado direito das nações à autodeterminação,¹⁰ ou o que na realidade se escondia por trás desse palavreado: a desagregação do Estado russo. A fórmula, constantemente proclamada com uma obstinação doutrinária, sobre o direito das diferentes nacionalidades do império russo a decidirem elas mesmas seu destino, “até inclusive o direito de se separarem do Estado russo”, era um dos cavalos de batalha particulares de Lênin e de seus companheiros quando se opunham à guerra de Miliukov e de Kerenski.¹¹ Ela constituía o eixo de sua política interna depois da insurreição de outubro e toda a plataforma dos bolcheviques em Brest-Litovsk,¹² a única arma que tinham para opor à posição de força do imperialismo alemão.

10. O governo soviético defendia o princípio da autodeterminação das nações. Considerava que as nações oprimidas pelo tsarismo não deviam ser forçadas a ficar presas à Rússia.

11. O governo provisório com P.N. Miliukov como ministro do Exterior continuou a guerra e garantiu aos países da Entente cumprir todas as obrigações implicadas na aliança entre eles e a Rússia, a fim de conduzir a guerra até a “vitória final”. Essa política prosseguiu com o novo governo constituído em maio de 1917, em que A. F. Kerenski era ministro da Guerra e da Marinha, e que, em julho de 1917, lançou uma ofensiva que teve um saldo de 60 mil vítimas. Os bolcheviques opuseram-lhe a reivindicação de uma paz imediata sem anexações, considerando anexações que Polônia, Finlândia, Ucrânia e demais regiões não russas fossem mantidas à força na federação dos Estados russos.

12. Durante as negociações de paz em Brest-Litovsk, o governo soviético exigiu a autodeterminação de todas as nações dos países envolvidos na guerra, incluindo o direito de separação e formação de um Estado autônomo para cada uma delas. Esse direito deveria ser concretizado por um referendo, em determinadas precondições, de toda a população das regiões em pauta.

Em primeiro lugar, o que choca na obstinação e na intransigência com que Lênin e seus companheiros se agarraram a essa palavra de ordem é o fato de ela estar em flagrante contradição, não só com seu anterior pronunciado centralismo político, mas também com sua atitude perante os outros princípios democráticos. Enquanto manifestavam um desprezo glacial pela Assembléia Constituinte, pelo sufrágio universal, pela liberdade de imprensa e de reunião, em suma, por todo o aparato das liberdades democráticas fundamentais das massas populares, cujo conjunto constituía o “direito à autodeterminação” na própria Rússia, eles tratavam o direito das nações à autodeterminação como a joia da política democrática, por amor do qual era preciso calar todas as considerações práticas da crítica realista. Enquanto não se tinham deixado impressionar minimamente pelo voto popular para a Assembléia Constituinte na Rússia – voto popular fundado no sufrágio mais democrático do mundo, dado na plena liberdade de uma república popular – e, após austeras considerações críticas, simplesmente declararam nulo seu resultado, em Brest defenderam o “voto popular” das nações não russas para decidir fazer, ou não, parte do Estado russo, apresentando-o como o verdadeiro paládio da liberdade e da democracia, a quinta-essência inalterada da vontade popular, a instância suprema, a instância decisiva na questão do destino político das nações.

Essa contradição flagrante é tanto mais incompreensível que as formas democráticas da vida política em todos os países, como veremos em seguida, constituem de fato os mais preciosos e indispensáveis fundamentos da política socialista, ao passo que o ilustre “direito das nações à autodeterminação” não passa de oca fraseologia pequeno-burguesa, disparate.

De fato, qual é o significado desse direito? Faz parte do bê-á-bá da política socialista que ela combata, como qualquer espécie de opressão, também a opressão de uma nação por outra.

Se, apesar de tudo, políticos tão lúcidos e críticos quanto Lênin, Trotsky e seus amigos, que não fazem senão dar de

ombros ironicamente a qualquer espécie de fraseologia utópica como desarmamento, sociedade das nações etc., desta vez fizeram um cavalo de batalha de uma frase oca precisamente da mesma categoria, isso ocorreu, parece-nos, por uma espécie de política circunstancial. Lênin e seus companheiros estimavam que não havia meio mais seguro de vincular as numerosas nacionalidades não russas no seio do Império russo à causa da revolução, à causa do proletariado socialista, do que lhes conceder, em nome da revolução e do socialismo, a liberdade – total e sem limites – de disporem de seu destino. Era uma política análoga à que os bolcheviques adotaram em relação aos camponeses, cuja fome de terra pensavam satisfazer com a palavra de ordem de apropriação direta das terras da nobreza, vinculando-os assim à bandeira da revolução e do governo proletário. Infelizmente, nos dois casos o cálculo revelou-se completamente falso. Enquanto Lênin e seus companheiros esperavam de maneira evidente, como defensores da liberdade das nações até o “separatismo”, fazer da Finlândia, Ucrânia, Polônia, Lituânia, dos países bálticos, das populações do Cáucaso etc. aliados fiéis da Revolução Russa, nós assistimos ao espetáculo inverso: uma após outra, essas “nações” utilizaram a liberdade recém-oferecida para se aliarem como inimigas mortais da Revolução Russa ao imperialismo alemão, e levarem, sob sua proteção, a bandeira da contrarrevolução à própria Rússia. Um exemplo típico é o episódio com a Ucrânia, em Brest¹³ que provocou uma guinada decisiva nas negociações, assim como em toda a situação política interna e externa dos bolcheviques. A atitude da Finlândia, Polônia, Lituânia, dos países bálticos, das nações do Cáucaso, mostra do modo mais convincente que não se trata aqui de uma exceção fortuita, e sim de uma decisão típica.

Certamente, em todos esses casos, não foram na realidade as “nações” que praticaram essa política reacionária, mas somente as classes burguesas e pequeno-burguesas, que, na mais violenta oposição às próprias massas proletárias, defor-

13. A assembléia ucraniana, a Rada Central, em 27 de janeiro de 1918, assinou um tratado com as potências da Europa Central, embora nessa época já não detivesse mais poder efetivo, pois os soviéticos haviam vencido em quase toda a Ucrânia. Por esse tratado, a Alemanha tinha o direito de ocupar a Ucrânia, e nas negociações de Brest-Litovsk, em 27 e 28 de janeiro de 1918, exigiu anexações em termos de ultimato.

maram o “direito à autodeterminação nacional” fazendo dele um instrumento da sua política de classe contrarrevolucionária. Mas – e aqui chegamos ao xis da questão – é exatamente nisso que reside o caráter utópico e pequeno-burguês desse palavreado nacionalista: na dura realidade da sociedade de classes, sobretudo numa época de antagonismos muitíssimo exacerbados, ele se transforma simplesmente num meio de dominação das classes burguesas. Os bolcheviques tiveram que aprender, em seu detrimento e no da revolução que, sob a dominação do capitalismo, não existe autodeterminação da “nação”, que, numa sociedade de classes, cada classe da nação aspira a se “auto-determinar” de um modo diferente, que, para as classes burguesas, as considerações sobre a liberdade nacional vêm muito depois das considerações sobre a dominação de classe. A burguesia finlandesa, assim como a pequena burguesia ucraniana pôs-se totalmente de acordo ao preferir a dominação alemã à liberdade nacional, caso esta tivesse que estar ligada aos perigos do “bolchevismo”.

A esperança de transformar em seu contrário essas relações de classe reais por meio de “plebiscitos” – em Brest tudo girava em torno dessa idéia – e de obter um voto majoritário a favor da fusão com a Revolução Russa graças à confiança na massa popular revolucionária, essa esperança, caso tenha sido seriamente acalentada por Lênin e Trotsky, dava mostras de um otimismo incompreensível e, se era apenas uma estocada tática no duelo com a política de força dos alemães, significava brincar de forma perigosa com o fogo. Mas, mesmo sem a ocupação militar alemã, esse esplêndido “plebiscito”, caso tivesse ocorrido nos países limítrofes, dado o estado de espírito da massa camponesa e de grandes camadas de proletários ainda indiferentes, dada a tendência reacionária da pequena burguesia e os mil meios de que a burguesia dispunha para influenciar o voto, teria muito provavelmente chegado por toda parte a um resultado que daria pouca alegria aos bolcheviques. A regra infalível quan-

do se trata de plebiscitos sobre a questão nacional pode ser assim enunciada: ou as classes dominantes se arranjam para impedi-los quando não lhes convêm, ou, quando se realizam, procuram influenciar os resultados por todos os meios e truques, de tal modo que nunca poderemos introduzir o socialismo pelo plebiscito.

Aliás, o fato de ter colocado a questão das aspirações nacionais e das tendências particularistas em plena luta revolucionária, e mesmo tê-la posto em primeiro plano por ocasião da paz de Brest, erigindo-a em senha [*schibboleth*] da política socialista e revolucionária, lançou a maior confusão nas fileiras do socialismo e abalou, precisamente nos países limítrofes, a posição do proletariado. Na Finlândia, o proletariado socialista, enquanto lutou fazendo parte da compacta falange revolucionária da Rússia, já tinha uma posição de força dominante; detinha a maioria na Dieta [Parlamento], no exército, reduzira a burguesia à impotência completa e era senhor da situação no país. No início do século, quando ainda não tinham sido inventadas as inépcias do “nacionalismo ucraniano”, com seus *karboventse* [moeda ucraniana] e seus “universais” [assembléia nacional de toda a Ucrânia], quando Lênin ainda não tinha feito da “Ucrânia independente” o seu cavalo de batalha, a Ucrânia era a fortaleza do movimento revolucionário russo. Foi de lá, de Rostov, de Odessa, da bacia do Donetz, que, de 1902 a 1904, correram as primeiras torrentes de lava da revolução, transformando todo o Sul da Rússia num mar de chamas e preparando, assim, a explosão de 1905; isso se repetiu na atual revolução – o proletariado do Sul da Rússia constituiu as tropas de elite da falange proletária. Desde 1905, a Polônia e os países bálticos eram os centros mais poderosos e mais seguros da revolução; ali o proletariado socialista representava um papel preponderante.

Como é possível que em todos esses países a contrarrevolução triunfe de maneira súbita? Foi precisamente sepa-

rando-o da Rússia que o movimento nacionalista paralisou o proletariado e o entregou à burguesia nacional dos países limítrofes. Em vez de no espírito de uma autêntica política de classe internacionalista, que, aliás, defendiam, se esforçarem para realizar a mais compacta coordenação das forças revolucionárias em todo o território do império, em vez de defenderem com unhas e dentes a integridade do império russo como território da revolução, em vez de oporem a todas as tendências separatistas nacionalistas este mandamento político supremo: a coesão indissolúvel dos proletários de todas as nações no âmbito da Revolução Russa, os bolcheviques, com sua retumbante fraseologia nacionalista sobre o “direito à autodeterminação até a constituição de Estados separados”, forneceram, em contrapartida, à burguesia de todos os países limítrofes, o mais desejado e esplêndido pretexto, forneceram literalmente a bandeira de suas aspirações contrarrevolucionárias. Em vez de prevenir os proletários dos países limítrofes contra todo separatismo, mostrando-o como uma armadilha puramente burguesa, e de sufocar, com mão de ferro, as tendências separatistas no ovo – o uso da força, nesse caso, significava agir de verdade no sentido e no espírito da ditadura proletária –, ao contrário, com sua palavra de ordem, confundiram as massas de todos os países limítrofes, entregando-as à demagogia das classes burguesas. Encorajando dessa maneira o nacionalismo, eles próprios provocaram e prepararam a desagregação da Rússia, pondo na mão de seus inimigos o punhal que eles iriam enterrar no coração da Revolução Russa.

Certamente, sem a ajuda do imperialismo alemão, sem “as corronhas alemãs em punhos alemães”, como escrevia a [revista] *Neue Zeit* de Kautsky, jamais os Lubinsky e outros canalhas da Ucrânia, jamais os Erich e Mannerheim na Finlândia, nem os barões bálticos, teriam acabado com as massas proletárias socialistas de seus países. Mas o separatismo nacional foi o cavalo de Troia com que os “companhei-

ros” alemães, de baioneta em punho, se introduziram em todos esses países. Os antagonismos de classe reais e a correlação de forças militar provocaram a intervenção da Alemanha. Mas os bolcheviques é que forneceram a ideologia que mascarou essa campanha da contrarrevolução: eles fortaleceram a posição da burguesia e enfraqueceram a do proletariado. A melhor prova é a Ucrânia, que deveria representar um papel tão fatal nos destinos da Revolução Russa. O nacionalismo ucraniano na Rússia era completamente diferente do tcheco, do polonês ou do finlandês, nada mais que um simples capricho, uma frivolidade de algumas dúzias de intelectuais pequeno-burgueses, sem raízes na situação econômica, política ou intelectual do país, sem qualquer tradição histórica, pois a Ucrânia nunca formou um Estado ou uma nação, não tinha nenhuma cultura nacional, exceto os poemas romântico e reacionários de Chevtchenko. Na verdade, é como se, numa bela manhã, os habitantes do litoral norte da Alemanha quisessem fundar, por causa de Fritz Reuter, uma nação baixo-alemã e um Estado independente! E com sua agitação doutrinária sobre o “direito à autodeterminação até inclusive etc.”, Lênin e seus companheiros inflaram artificialmente essa farsa ridícula de alguns professores e estudantes universitários, transformando-a num fator político. Deram importância à farsa inicial, até que ela adquiriu uma terrível gravidade: transformou-se não num movimento nacional sério, que não tem nem nunca teve raízes, mas em estandarte, em bandeira unificadora da contrarrevolução! Desse ovo estéril saíram, em Brest, as baionetas alemãs.

As fórmulas vazias têm por vezes na história da luta de classes um significado muito real. O destino fatal do socialismo quis que nesta guerra mundial ele fosse escolhido para fornecer pretextos ideológicos à política contrarrevolucionária. Quando a guerra explodiu, a social-democracia alemã apressou-se em enfeitar o saqueio do imperialismo alemão com um escudo ideológico tirado do quarto de despejos do marxismo,

14. O tratado complementar russo-alemão, de 27 de agosto de 1918, estipulava que, com a determinação das fronteiras orientais da Estônia e da Livônia, a Alemanha precisava evacuar os territórios ocupados a leste. Assim, a Alemanha evacuaria o território a leste da Beresina, com a condição de que a Rússia soviética pagasse as somas estipuladas no acordo financeiro. A Rússia soviética renunciava à soberania sobre a Estônia, Livônia e Geórgia. No acordo financeiro russo-alemão, de 27 de agosto de 1918, a Rússia soviética era obrigada a pagar 6 bilhões de marcos à Alemanha.

15. Com o assassinato do embaixador alemão, Wilhelm Graf von Mirbach-Harff, os socialistas-revolucionários de esquerda começaram, no dia 6 de julho de 1918, em Moscou, um golpe para derrubar o governo soviético. A insurreição foi derrotada e cem socialistas revolucionários foram presos.

declarando que se tratava da expedição libertadora contra o tsarismo russo, desejada por nossos velhos mestres em 1848. Aos antípodas do socialismo governamental, os bolcheviques, com seu palavreado sobre a “autodeterminação”, estava reservado levar água ao moinho da contrarrevolução e fornecer assim uma ideologia, não só para o estrangulamento da própria Revolução Russa, mas também para a liquidação de toda a guerra mundial de acordo com os planos contrarrevolucionários. Temos boas razões para examinar, nesta perspectiva, a política dos bolcheviques a fundo. O “direito das nações à autodeterminação”, acoplado à Sociedade das Nações e ao desarmamento pela graça de Wilson, constitui o grito de guerra no confronto iminente entre o socialismo internacional e o mundo burguês. É evidente que o palavreado sobre a autodeterminação e o movimento nacional em seu conjunto constitui atualmente o maior perigo para o socialismo internacional; a Revolução Russa e as negociações de Brest acabam de reforçá-los de maneira considerável. Teremos que analisar essa plataforma de maneira ainda mais detalhada. Os destinos trágicos dessa fraseologia na Revolução Russa, em cujos espinhos os bolcheviques iam se prender e ferir até sangrar, devem servir de advertência ao proletariado internacional.

A ditadura da Alemanha é a consequência de tudo isso. Da paz de Brest ao “tratado complementar”¹⁴ As 200 vítimas expiatórias de Moscou.¹⁵ Essa situação engendrou o terror e o esmagamento da democracia.

IV

Examinaremos esse ponto mais de perto por meio de alguns exemplos.

Na política dos bolcheviques, a conhecida dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1917, representou um papel preponderante. Essa medida foi determinante para sua posição posterior, representando de certa maneira uma

guinada em sua tática. É fato que Lênin e seus companheiros, até à vitória de outubro, exigiam com estardalhaço a convocação de uma Assembleia Constituinte, e que justamente a política de contemporização do governo Kerenski nesse ponto constituía uma das acusações dos bolcheviques contra esse governo, dando-lhes motivo para os mais violentos ataques. Em sua interessante brochura intitulada *Da revolução de outubro ao tratado de paz de Brest*, Trotsky diz que a insurreição de outubro significou a “salvação da constituinte” assim como da revolução em geral. E continua: “Quando dizíamos que o caminho que levava à Assembléia Constituinte não passava pelo pré-parlamento de Tsereteli, e sim pela tomada do poder pelos soviets, éramos absolutamente sinceros.”¹⁶

E agora, depois dessas declarações, o primeiro passo de Lênin após a Revolução de Outubro foi dispersar essa mesma Assembleia Constituinte à qual a revolução devia conduzir. Quais podem ter sido as razões para tão surpreendente guinada? Trotsky dá uma longa explicação na obra mencionada, e nós reproduzimos aqui seus argumentos.¹⁷

Tudo isso é perfeito e muito convincente. Só admira que pessoas tão inteligentes como Lênin e Trotsky não tenham chegado à conclusão evidente que decorria dos fatos citados. Já que a Assembleia Constituinte havia sido eleita muito antes da guinada decisiva, a Revolução de Outubro, e refletia em sua composição a imagem de um passado obsoleto e não do novo estado de coisas, a conclusão impunha-se por si mesma: dissolver essa Constituinte caduca, logo natimorta, e convocar imediatamente eleições para uma nova! Eles não queriam e não podiam confiar os destinos da revolução a uma assembléia que refletia a Rússia de ontem, a Rússia de Kerenski, o período das hesitações e da coalizão com a burguesia. Muito bem! Então nada mais restava além de convocar de imediato em seu lugar uma assembléia saída da Rússia renovada e mais avançada.

Em vez disso, a partir das insuficiências específicas da Assembleia Constituinte reunida em outubro, Trotsky con-

16. Leon Trotsky. *Von der Oktober Revolution bis zum Brester Friedens-Vertrag*, p. 90.

17. O escrito de Trotsky, não consta do original. Ele escreve: “Se os meses que precederam a Revolução de Outubro constituíram um período em que as massas se deslocaram para a esquerda e em que os operários, os soldados e os camponeses afluíram irresistivelmente para o lado dos bolcheviques, esse processo manifestou-se no seio do Partido Socialista-Revolucionário por um fortalecimento da ala esquerda à custa da ala direita. Mas nas listas eleitorais estabelecidas pelos socialistas-revolucionários, os velhos nomes da ala direita ainda representavam três quartos dos candidatos [...]. É preciso acrescentar a isso que as próprias eleições ocorreram nas primeiras semanas após a Revolução de Outubro. A notícia da mudança realizada espalhava-se de maneira relativamente lenta, em círculos concêntricos, partindo da capital para a província e das cidades para as aldeias. Em muitos lugares, as massas camponesas pouco sabiam do que se passava em Petrogrado e em Moscou. Eles votaram em ‘Terra e Liberdade’ e os representantes que elegeram para os comitês rurais colocavam-se, na maior parte do tempo, sob a bandeira dos ‘Narodniki’. Mas, assim, as massas camponesas votavam em Kerenski e Avksentiev, que dissolveram esses comitês rurais e prenderam seus membros [...]. Este estado de coisas mostra claramente a que ponto a Constituinte estava atrasada em relação ao desenvolvimento da luta política e aos reagrupamentos no interior dos partidos.” (N.R.L.)

18. Ibid.,p.93

clui que toda Assembléia Constituinte é supérflua e generaliza mesmo essas insuficiências, proclamando a inutilidade, durante a revolução, de toda representação popular resultante de eleições populares gerais.

Graças à luta aberta e direta pelo poder governamental, as massas trabalhadoras acumulam em muito pouco tempo uma experiência política considerável e sobem rapidamente, em seu desenvolvimento, a um nível mais elevado. O pesado mecanismo das instituições democráticas segue tanto mais dificilmente esse desenvolvimento, quanto maior for o país e mais imperfeito seu aparato técnico.¹⁸

E, assim, chegamos ao “mecanismo das instituições democráticas em geral”. Pode-se antes de mais nada objetar que essa apreciação das instituições representativas exprime uma concepção um tanto esquemática e rígida, que contradiz expressamente a experiência histórica de todas as épocas revolucionárias. Segundo a teoria de Trotsky, toda assembléia eleita reflete apenas, de uma vez por todas, o estado de espírito, a maturidade política e o humor do eleitorado no momento preciso em que vai às urnas. O organismo democrático seria sempre o reflexo da massa no dia da eleição, assim como o céu estrelado, segundo Herschel, não nos mostra nunca os astros tais como são quando os vemos, mas tais como eram no momento em que, de uma distância incomensurável, enviavam suas mensagens luminosas para a Terra. Nega-se então qualquer relação intelectual viva entre os eleitos e o eleitorado, qualquer influência recíproca constante entre ambos.

Como toda experiência histórica contradiz isso! Esta mostra-nos, ao contrário, que o fluido vivo do estado de espírito popular banha constantemente os organismos representativos, penetra-os, orienta-os. Senão, como seria possível assistir de tempos em tempos, em todo parlamento burguês, às divertidíssimas cabriolas dos “representantes do povo” que, subitamente animados por um “espírito novo”, produzem entonações inteiramente inesperadas? Como seria possível que, de tempos em tempos, as múmias mais ressequidas assumis-

sem ares juvenis e os pequenos Scheidemann de todas as espécies encontrassem de repente em seu peito tons revolucionários – quando a cólera ruga nas fábricas, nas oficinas, nas ruas?

Tal influência constantemente viva do estado de espírito e da maturidade política das massas sobre os organismos eleitos, justamente numa revolução, seria impotente perante o esquema rígido das etiquetas partidárias e das listas eleitorais? Muito pelo contrário! É justamente a revolução que, por sua efervescência e seu ardor, cria essa atmosfera política leve, vibrante, receptiva, na qual as vagas do estado de espírito popular, a pulsação da vida do povo, influem de maneira instantânea e do modo mais extraordinário sobre os organismos representativos. É exatamente sobre isso que se assentam sempre as cenas célebres e impressionantes, no estágio inicial de todas as revoluções, em que velhos parlamentos reacionários ou muito moderados, eleitos no antigo regime por um sufrágio restrito, transformam-se subitamente em porta-vozes heróicos da insurreição, em revolucionários românticos e impetuosos. O exemplo clássico é o famoso Longo Parlamento na Inglaterra: eleito e convocado em 1642, ficou sete anos no posto e [refletiu] em seu interior todas as mudanças do estado de espírito popular, a maturidade política, a divisão das classes, a progressão da revolução até seu apogeu, desde a reverente escaramuça inicial com a coroa, quando o *speaker* falava de joelhos, até a supressão da Câmara dos Lordes, a execução de Carlos I e a proclamação da República.

Essa extraordinária metamorfose não se repetiu da mesma forma nos Estados gerais na França, no parlamento de Luís Filipe eleito pelo sufrágio censitário e mesmo – o último e mais impressionante exemplo está bem próximo de Trotsky – na IV Duma russa que, eleita no ano da graça de 1912,¹⁹ sob o mais estrito domínio da contrarrevolução, sentiu subitamente, em fevereiro de 1917, o vento juvenil da revolta e transformou-se no ponto de partida da revolução?

Tudo isso mostra que “o pesado mecanismo das [...] democráticas”²⁰ encontra um corretivo poderoso exatamente

19. No original: 1909.

20. Reticências no original. A citação integral diz: “o pesado mecanismo das instituições democráticas”.

21. De acordo com a Constituição, tinham o direito de votar e ser votados, independentemente de credo, nacionalidade e residência, os seguintes cidadãos com mais de 18 anos: "Todos os que para a sua subsistência realizam trabalho produtivo e socialmente útil, assim como pessoas ocupadas no trabalho doméstico, por meio do qual as primeiras podem realizar trabalho útil, assim como trabalhadores e empregados de todos os tipos e categorias ocupados na indústria, comércio, agricultura, camponeses e cossacos que cultivam a terra, na medida em que não utilizam trabalho assalariado visando lucro." (N.R.L.)

no movimento vivo e na pressão constante da massa. E quanto mais democrática a instituição, quanto mais viva e forte a pulsação da vida política da massa, tanto mais imediata e precisa é a influência que ela exerce – apesar das etiquetas partidárias rígidas, das listas eleitorais obsoletas etc. É claro que toda instituição democrática tem seus limites e lacunas, o que, aliás, compartilha com todas as instituições humanas. Só que o remédio encontrado por Lênin e Trotsky – suprimir a democracia em geral – é ainda pior que o mal que devia impedir; ele obstrui a própria fonte viva a partir da qual podem ser corrigidas todas as insuficiências congênicas das instituições sociais: a vida política ativa, sem entraves, enérgica das mais largas massas populares.

Peguemos um outro exemplo surpreendente: o direito de voto elaborado pelo governo dos soviets.²¹ Não é muito claro que significado prático se pode atribuir a esse direito de voto. da crítica feita por Lênin e Trotsky às instituições democráticas depreende-se que recusam fundamentalmente representações populares saídas de eleições gerais e que não querem senão apoiar-se nos soviets. Por isso não se vê bem por que, mesmo assim, foi elaborado um sistema de sufrágio universal. Aliás, que se saiba, o sufrágio universal nunca foi aplicado; nunca se ouviu falar de eleições para qualquer espécie de representação popular que o tivesse por base. Pode-se supor que tenha permanecido apenas um produto teórico de gabinete; mas tal como é, constitui um produto surpreendente da teoria bolchevique da ditadura. Todo direito de voto, assim como em geral todo direito político, não deve ser medido por esquemas abstratos de “justiça” nem pela fraseologia burguesa democrática, mas pelas condições sociais e econômicas segundo as quais foi talhado. Esse direito de voto foi elaborado pelo governo dos soviets para o período de transição entre a forma social burguesa-capitalista e a forma socialista, para o período da ditadura do proletariado. Segundo a interpretação dada por Lênin e Trotsky dessa ditadura, o direito de voto só é concedido aos que vivem do próprio trabalho e recusado a todos os outros.

Ora, é claro que semelhante direito de voto só tem sentido numa sociedade que esteja economicamente em condições de permitir, a todos que queiram trabalhar, viver de maneira digna e decente do próprio trabalho. Seria esse o caso da Rússia atual? Dadas as monstruosas dificuldades em que se debate a Rússia soviética, isolada do mercado mundial e privada de suas fontes de matérias-primas, dada a terrível desorganização da vida econômica em geral, a brusca reviravolta nas condições de produção em consequência das transformações nas relações de propriedade na agricultura, indústria e comércio, é óbvio que inúmeras existências foram subitamente desenraizadas, atiradas para fora do caminho, sem nenhuma possibilidade objetiva de empregar sua força de trabalho no mecanismo econômico. Isso não se refere apenas à classe dos capitalistas e dos proprietários fundiários, mas também à grande camada da pequena-burguesia e da própria classe trabalhadora. É fato que o encolhimento da indústria provocou um êxodo maciço do proletariado urbano para o campo, à procura de colocação na agricultura. Nessas condições, um direito de voto político, que tem como premissa econômica o trabalho obrigatório para todos, é uma medida totalmente incompreensível. Sua intenção é privar de direitos políticos apenas os exploradores. E enquanto as forças de trabalho produtivas são desenraizadas em massa, o governo soviético, em contrapartida, vê-se com frequência obrigado a arrendar, por assim dizer, a indústria nacional a seus antigos proprietários capitalistas. O governo soviético também se viu obrigado, [em] abril de 1918, a selar um acordo com as cooperativas de consumo burguesas. Por fim a utilização de especialistas burgueses [revelou-se] indispensável. uma outra consequência da mesma orientação é que camadas crescentes do proletariado são mantidas pelo Estado com fundos públicos, na qualidade de guardas vermelhos etc. Na realidade, ela priva de direitos camadas cada vez maiores da pequena burguesia e do proletariado, para as quais o organismo econômico não prevê nenhum meio que permita exercer a obrigação de trabalhar.

22. Na margem esquerda, sem indicar o local de inserção, Rosa de Luxemburgo: "Um anacronismo, uma antecipação da situação jurídica que convém a uma base econômica socialista já realizada, não ao período de transição da ditadura proletária."

23. Na margem esquerda sem indicar o local de inserção, Rosa de Luxemburgo escreveu: "Tanto os soviets como espinha dorsal, quanto a Constituinte e o *sufrágio universal*." Numa página solta, sem número, lê-se também: "Os bolcheviques qualificavam os soviets de reacionários porque, diziam eles, eram compostos em sua maioria por camponeses (delegados dos camponeses e delegados dos soldados). Quando os soviets ficaram do seu lado, transformaram-se nos justos representantes da opinião popular. Mas essa brusca reviravolta estava ligada apenas à paz e à questão agrária."

24. "A ditadura proletária reprime os exploradores, a burguesia – por isso não é hipócrita, não lhes promete liberdade e democracia –, dando, porém, aos trabalhadores a verdadeira democracia. Somente a Rússia soviética deu a toda a enorme maioria dos trabalhadores uma liberdade e uma democracia desconhecidas, impossíveis e impensáveis em qualquer República burguesa; com essa finalidade, por exemplo, tirou à burguesia seus palácios e vilas (caso contrário, a liberdade de reunião é uma hipocrisia), com essa finalidade tirou aos capitalistas as gráficas e o papel (caso contrário, a liberdade de imprensa para a maioria trabalhadora é uma mentira)." (Lênin, *Werke*, v. 28, p. 97-98)

É um contra-senso fazer do direito de voto um produto utópico, um produto da imaginação, desligado da realidade social. É precisamente por isso não constitui um instrumento sério da ditadura proletária.²²

Quando após a Revolução de Outubro, toda a camada média, a *intelligentsia* burguesa e pequeno-burguesa boicotaram durante meses o governo soviético, paralisando as estradas de ferro, os correios, o telégrafo, as escolas e o aparelho administrativo, insurgindo-se assim contra o governo dos trabalhadores, impunham-se todas as medidas de pressão para quebrar com mão de ferro a resistência contra ele: privação dos direitos políticos, dos meios de subsistência etc. Dessa forma, se exprimia com efeito a ditadura socialista, que não deve recuar perante nenhum meio coercitivo para impor ou impedir certas medidas no interesse de todos. Em contrapartida, um direito de voto que priva vastas camadas da sociedade de direitos; que as exclui politicamente do quadro social, sem ser capaz, economicamente, de criar um lugar para elas no interior desse quadro; uma privação de direitos que não é uma medida concreta visando a um fim concreto, mas uma regra geral de efeito duradouro, não constitui uma necessidade da ditadura, e sim uma improvisação incapaz de sobreviver.²³

Mas a Assembléia Constituinte e o direito de voto não esgotam a questão: é preciso considerar ainda a supressão das garantias democráticas essenciais a uma vida pública sadia e à atividade política das massas trabalhadoras – liberdade de imprensa, direito de associação e de reunião, ilegais para todos os adversários do governo soviético.²⁴ A argumentação de Trotsky, citada anteriormente, sobre o peso das instituições eleitorais democráticas não basta, nem de longe, para justificar esses ataques. Em contrapartida, é um fato patente, incontestável, que sem imprensa livre, sem livre associação e reunião, a dominação de vastas camadas populares é totalmente impensável.

Lênin diz: o Estado burguês é um instrumento para oprimir a classe trabalhadora, o Estado socialista – um instrumento para oprimir a burguesia. Este seria, por assim dizer, o

Estado capitalista de cabeça para baixo. Essa concepção simplista negligencia o essencial: a dominação de classe da burguesia não requer a formação nem a educação política de toda a massa do povo, pelo menos não além de certos limites estreitamente traçados. Para a ditadura proletária ela é o elemento vital, o ar sem o qual não pode viver.

“Graças à luta aberta e direta pelo poder governamental [...]”.²⁵ Aqui Trotsky contradiz-se e contradiz seus próprios companheiros de partido da maneira mais espantosa. Justamente por isso ser verdade é que, ao sufocarem a vida pública, obstruíram a fonte da experiência política e a evolução ascendente. Ou então seria preciso admitir que essa experiência e essa evolução seriam necessárias até a tomada do poder pelos bolcheviques, que elas haviam atingido seu apogeu e que doravante tinham-se se tornado supérfluas. (Discurso de Lênin: a Rússia foi conquistada para o socialismo!!!)

Na realidade é o contrário! As tarefas gigantescas que os bolcheviques enfrentaram, com coragem e determinação, exigiam precisamente a mais intensiva formação política das massas e acúmulo de experiências... {Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam –, não é liberdade. Liberdade é sempre a. liberdade de quem pensa de modo diferente. Não por fanatismo pela “justiça”, mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a “liberdade” se torna privilégio.}²⁶

O pressuposto tácito da teoria da ditadura no sentido Lênin- Trotsky é de que a transformação socialista seria uma coisa para a qual o partido revolucionário tem no bolso uma receita pronta, que só precisa de energia para ser realizada.²⁷ Infelizmente – ou se quisermos, felizmente -, não é assim. Muito longe de ser uma soma de prescrições prontas, que bastaria aplicar, a realização prática do socialismo como sistema econômico, social e jurídico é uma coisa totalmente envolta

25. Reticências no original. A citação completa diz: “Graças à luta aberta e direta pelo poder governamental, as massas trabalhadoras acumulam em muito pouco tempo uma experiência política considerável e sobem rapidamente, em seu desenvolvimento, a um nível mais elevado.” Trotsky, op. Cit., p.93)

26. As frases entre chaves seguem o texto de Rosa de Luxemburgo – *Breslauer Gefängnismanuskripte zur Rössischen Revolution*. Textkritische Ausgabe. Leipzig, 2001, p. 34. (N.T)

27. Nota na margem esquerda, sem indicar a inserção: “Se os bolcheviques forem honestos, não vão querer negar que precisaram caminhar às apalpadelas, fazer tentativas, experimentos, ensaios de todos os tipos, e que boa parte das medidas tomadas não são pérolas. Certamente é o que nos acontecerá a todos, quando começarmos, mesmo que as condições não sejam por todo lado tão difíceis!”

28. O artigo "Após a Revolução Russa" foi publicado no *Mitteilungs-Blatt des Verbandes der sozialdemokratischen Wahlvereine Berlins und Umgegend*, n. 36, 8 dez. 1918. Ele contém uma reprodução bem minuciosa, quase literal do trabalho Lênin, *Die nächsten Aufgaben der sowjetmacht*. No original, por engano, Rosa Luxemburg menciona o n.

29. Nota na margem esquerda, sem indicar a inserção: "Discurso de Lênin sobre a disciplina e a corrupção. Também entre nós, assim como em todo lado, a anarquia será inevitável. O elemento lumpemproletário é inerente à sociedade burguesa, não podendo ser separado dela. Provas: 1º) Prússia oriental, as pilhagens dos 'cossacos';/ 2º) Explosão geral do roubo e da pilhagem na Alemanha ('fraudes', empregados dos correios e estradas de ferro, polícia, total apagamento das fronteiras entre a boa sociedade e os bandidos);/ 3º) A rápida depravação dos dirigentes sindicais. Contra isso, medidas de terror draconianas são impotentes. Pelo contrário, elas corrompem ainda mais. O único antídoto: idealismo e atividade social das massas, liberdade política ilimitada." Numa folha solta, sem indicação de onde seria inserida, encontra-se a seguinte reflexão: "Em toda revolução, a luta contra o lumpemproletariado constitui um problema em si, de grande importância. Na Alemanha, assim como em toda parte, também teremos que enfrentar isso. O elemento lumpemproletário é profundamente inerente à sociedade burguesa, não apenas como camada particular, como dejeito social que cresce de forma gigantesca, sobretudo quando as muralhas da ordem social desmoronam, mas como elemento integrante de toda a sociedade. Os acontecimentos na Alemanha – e mais, ou menos, em todos os outros Estados – mostraram com que facilidade todas as camadas da sociedade burguesa caem na depravação. A gradação entre os aumentos abusivos de preços, as fraudes dos proprietários poloneses

nas brumas do futuro. O que temos em nosso programa são apenas alguns grandes marcos orientadores que indicam em que direção é preciso procurar as medidas a tomar, indicações, aliás de caráter sobretudo negativo. Sabemos mais ou menos o que suprimir primeiro para deixar o caminho livre à economia socialista; em contrapartida, nenhum programa de partido socialista nem nenhum manual de socialismo esclarecem de que tipo serão as milhares de medidas concretas, práticas, grandes e pequenas necessárias a cada passo para introduzir os princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais. Não é uma lacuna, mas, pelo contrário, é justamente a vantagem do socialismo científico sobre o utópico. O sistema social socialista não deve nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, na hora da sua realização, nascido da história viva fazendo-se, que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E, assim, é claro que o socialismo, por sua própria *natureza*, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. Ele pressupõe uma série de medidas coercitivas – contra a propriedade etc. Pode-se decretar o negativo, a destruição, mas *não* o positivo, a construção. Terra nova. Mil problemas. Só a experiência {é} capaz de corrigir e de abrir novos caminhos. Só uma vida fervilhante e sem entraves chega a mil formas novas, improvisações, mantém a *força criadora*, corrige ela mesma todos os seus erros. Se a vida pública dos Estados de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda, é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo progresso intelectual (Prova: o ano de 1905 e os {meses} de fevereiro a outubro de 1917). No plano político, mas também econômico e social. É preciso que toda a massa popular participe. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete.

Controle público absolutamente necessário. Senão a troca de experiências fica só no círculo fechado dos funcionários do novo governo. Corrupção inevitável (Palavras de Lênin, *Mitteilungs-Blatt*, n. 36.).²⁸ A prática do socialismo exige uma transformação completa no espírito das massas, degradadas por séculos de dominação da classe burguesa. Instintos sociais em vez de instintos egoístas; iniciativa das massas em vez de inércia; idealismo, que faz superar todos os sofrimentos etc. etc. Ninguém sabe disso melhor, nem descreve com mais precisão, nem repete com mais obstinação do que Lênin.²⁹ Só que ele se engana completamente quanto aos meios. Decretos, poder ditatorial dos contramestres, punições draconianas, domínio do terror, tudo isso são paliativos. O único caminho que leva ao renascimento é a própria escola da vida pública, a mais ampla e ilimitada democracia, *opinião pública*. É justamente o domínio do terror que desmoraliza.

Se tudo isso for suprimido, o que resta na realidade? No lugar dos organismos representativos saídos de eleições populares gerais, Lênin e Trotsky puseram os soviets como a única representação verdadeira das massas trabalhadoras. Mas abafando a vida política em todo o país, a vida dos soviets ficará cada vez mais paralisada. Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem livre debate de opiniões, a vida se estiola em qualquer instituição pública, torna-se uma vida aparente em que só a burocracia subsiste como o único elemento ativo. A vida pública adormece progressivamente, algumas dúzias de chefes partidários, de uma energia inesgotável e de um idealismo sem limites, dirigem e governam; entre eles, na realidade, uma dúzia de cabeças eminentes dirige, e a elite do operariado é convocada de tempos em tempos para reuniões, para aplaudir os discursos dos chefes e votar de maneira unânime as resoluções propostas; portanto, no fundo, é uma *clique* que governa – de fato, uma ditadura, não a do proletariado, e sim a de um punhado de políticos, isto é, uma ditadura no sentido burguês, no sentido da dominação jacobini-

nobres, os fictícios negócios de ocasião, a adulteração de gêneros alimentícios, a trapaça, a corrupção de funcionários, o roubo, o assalto e a pilhagem se apagou de tal forma que as fronteiras entre os cidadãos honrados e os bandidos desapareceram. Repete-se aqui o mesmo fenômeno da depravação constante e rápida das virtudes burguesas quando transplantadas além-mar para um solo social estranho, em condições coloniais. Com a supressão das barreiras e dos apoios convencionais da moral e do direito, a sociedade burguesa, cuja lei vital intrínseca consiste na mais profunda imoralidade – a exploração do homem pelo homem –, cai, diretamente e sem freio, na simples depravação. A revolução proletária terá, por toda parte, de combater esse inimigo, instrumento da contrarrevolução. Contudo, mesmo neste caso, o terror é uma espada sem gume, ou melhor, uma espada de dois gumes. A mais draconiana justiça militar é impotente contra a irrupção dos desordens lumpemproletários. Com efeito, todo regime de estado de sítio que se prolonga leva invariavelmente ao arbítrio, e todo arbítrio tem um efeito depravador sobre a sociedade. O único meio eficaz nas mãos da revolução proletária, também aqui, consiste em tomar medidas radicais de natureza política e social, na transformação rápida das garantias sociais da vida da massa e em desencadear o idealismo revolucionário, que só pode subsistir graças a uma vida intensamente ativa das massas, numa liberdade política ilimitada./ Assim como, contra as infecções e os germes infecciosos, a ação livre dos raios solares é o meio mais eficaz, purificador e terapêutico, também a própria revolução e seu princípio renovador – a vida intelectual, a atividade e a autorresponsabilidade das massas que ela suscita, portanto a mais ampla liberdade política como forma – são o único sol que cura e purifica.”

30. Trotsky, op cit

na (o intervalo entre os congressos dos soviets passou de três para seis meses!). E mais: esse estado de coisas produz necessariamente um recrudescimento da selvageria na vida pública: atentados, execução de reféns etc. É uma lei objetiva, toda-poderosa, a que nenhum partido pode fugir.

O erro fundamental da teoria de Lênin-Trotsky consiste precisamente em opor, tal como Kautsky, a ditadura à democracia. “Ditadura *ou* democracia”, assim é posta a questão, tanto pelos bolcheviques quanto por Kautsky. Este se decide naturalmente pela democracia, isto é, pela democracia *burguesa*, visto que é a alternativa que propõe à transformação socialista. Em contrapartida, Lênin-Trotsky se decidem pela ditadura em oposição à democracia e, assim, pela ditadura de um punhado de pessoas, isto é, pela ditadura *burguesa*. São dois polos opostos, ambos igualmente muito afastados da verdadeira política socialista. Quando o proletariado toma o poder não pode nunca, segundo o bom conselho de Kautsky, renunciar à transformação socialista, com o pretexto de que “o país não está maduro”, e consagrar-se apenas à democracia, sem se trair a si mesmo e sem trair a Internacional e a revolução. Ele tem o dever e a obrigação de tomar imediatamente medidas socialistas da maneira mais enérgica, mais inexorável, mais dura, por conseguinte, exercer a ditadura, mas a ditadura da *classe*, não a de um partido ou de uma *clique*; ditadura da classe, isso significa que ela se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível, das massas populares, numa democracia sem limites. “Como marxistas, nunca fomos idólatras da democracia formal”, escreve Trotsky.³⁰ Certamente, nunca fomos idólatras da democracia formal. Também nunca fomos idólatras do socialismo nem do marxismo. Deve-se concluir daí que devemos, à maneira de Cunow-Lensch-Parvus, jogar o socialismo e o marxismo no quarto de despejos quando nos atrapalha? Trotsky e Lênin são a negação viva dessa pergunta. Nunca fomos idólatras da democracia formal só pode significar que

sempre fizemos distinção entre o núcleo social e a forma política da democracia *burguesa*; que sempre desvendamos o áspero núcleo da desigualdade e da servidão sociais escondido sob o doce invólucro da igualdade e da liberdade formais – não para rejeitá-las, mas para incitar a classe trabalhadora a não se contentar com o invólucro, incitá-la a conquistar o poder político para preenchê-lo com um conteúdo social novo. A tarefa histórica do proletariado, quando toma o poder, consiste em instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa, e não em suprimir toda democracia. A democracia socialista não começa somente na Terra prometida, quando tiver sido criada a infraestrutura da economia socialista, como um presente de Natal, já pronto, para o bom povo que, entretanto, apoiou fielmente o punhado de ditadores socialistas. A democracia socialista começa com a destruição da dominação de classe e a construção do socialismo. Ela começa no momento da conquista do poder pelo partido socialista. Ela nada mais é que a ditadura do proletariado.

Perfeitamente: ditadura! Mas essa ditadura consiste na maneira de *aplicar* a democracia, não na sua supressão; ela se manifesta nas intervenções enérgicas e resolutas pondo em causa os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade burguesa, sem o que a transformação socialista não pode ser realizada. Mas tal ditadura precisa ser obra da *classe*, não de uma pequena minoria que dirige em nome da classe; quer dizer, ela deve, a cada passo, resultar da participação ativa das massas, ser imediatamente influenciada por elas, ser submetida ao controle público no seu conjunto, emanar da formação política crescente das massas populares.

Os bolcheviques procederiam exatamente dessa maneira se não sofressem a terrível pressão da guerra mundial, da ocupação alemã e de todas as dificuldades anormais daí decorrentes, dificuldades que obrigatoriamente desfiguram qualquer política socialista, mesmo impregnada das melhores intenções e dos mais belos princípios.

Um argumento brutal nesse sentido consiste na utilização abundante do terror pelo governo dos conselhos, sobretudo no último período, antes do colapso do imperialismo alemão, desde o atentado contra o embaixador da Alemanha. A verdade banal de que as revoluções não são batizadas com água de rosas é em si mesma bem pobre.

Pode-se compreender tudo o que se passa na Rússia como uma cadeia inevitável de causas e efeitos, cujos pontos de partida e de chegada consistem na omissão do proletariado alemão e na ocupação da Rússia pelo imperialismo alemão. Seria exigir de Lênin e seus companheiros algo sobre-humano pedir-lhes que nessas circunstâncias ainda criassem, por um passe de mágica, a mais bela democracia, a mais exemplar ditadura do proletariado e uma economia socialista florescente. Com sua atitude decididamente revolucionária, sua energia exemplar e sua inabalável fidelidade ao socialismo internacional, eles na verdade realizaram o que era possível em condições tão diabolicamente difíceis. O perigo começa quando querem fazer da necessidade virtude, fixar em todos os pontos da teoria uma tática que lhes foi imposta por essas condições fatais e recomendar ao [proletariado] internacional imitá-la como modelo da tática socialista. Assim, põem-se de maneira desnecessária como exemplo e escondem seu mérito histórico, que é real e incontestável, sob os passos em falso impostos pela necessidade; ao querer fazer entrar no seu arsenal, como novas descobertas, todos os equívocos introduzidos na Rússia por necessidade e coerção, e que, no final das contas, eram apenas irradiações da falência do socialismo internacional nesta guerra mundial, prestam um mau serviço ao socialismo internacional, por amor do qual lutaram e sofreram.

Os socialistas governamentais alemães sempre podem gritar que a dominação dos bolcheviques na Rússia é uma caricatura da ditadura do proletariado. Quer tenha sido, ou seja, o caso, isso só aconteceu porque foi o produto da atitude do proletariado alemão, ela mesma uma caricatura da

luta de classes socialista. Todos nós vivemos sob a lei da história, e a política socialista só pode ser executada internacionalmente. Os bolcheviques mostraram que podem fazer tudo que um partido verdadeiramente revolucionário é capaz de realizar nos limites das possibilidades históricas. Eles não devem querer fazer milagres. Pois uma revolução proletária exemplar e perfeita num país isolado, esgotado pela guerra mundial, estrangulado pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional, seria um milagre. O que importa é distinguir, na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, a substância da contingência. Neste último período, em que lutas finais decisivas são iminentes no mundo inteiro, o problema mais importante do socialismo, a questão candente da atualidade, era e é não esta ou aquela questão de detalhe da tática, e sim a capacidade de ação do proletariado, a energia revolucionária das massas, a vontade do socialismo de chegar ao poder. Portanto, Lênin, Trotsky e seus amigos foram os *primeiros* a dar o exemplo ao proletariado mundial, e até agora continuam sendo os únicos que, como Hutten, podem exclamar: eu ousei!

Isso é o essencial e *permanente* na política dos bolcheviques. *Nesse* sentido, o que permanece como seu mérito histórico imperecível é que, conquistando o poder político e colocando o problema prático da realização do socialismo, abriram caminho ao proletariado internacional e fizeram progredir consideravelmente, no mundo inteiro, o conflito entre capital e trabalho. Na Rússia, o problema só podia ser colocado. Ele não podia ser resolvido na Rússia. Ele só pode ser resolvido internacionalmente. E, *nesse sentido*, o futuro pertence por toda parte ao “bolchevismo”.

BOLÍVIA: UMA REVOLUÇÃO QUE SE IRRADIA EM PROFUNDIDADE E EXTENSÃO

HUGO MOLDIZ MERCADO

A Revolução Democrática e Cultural da Bolívia enfrentará, nas eleições gerais do próximo 12 de outubro, outra de suas batalhas decisivas na perspectiva de seu aprofundamento. Essa batalha, diferentemente do acontecido até o presente momento, tem dois *fronts*: o externo, porque deverá derrotar o projeto da direita que os Estados Unidos buscam concentrar em uma única candidatura, e o interno, no qual se luta para que o processo de mudança não seja subsumido pela decisão de privilegiar a gestão.

Mas antes de falar sobre o momento em que se encontra a revolução boliviana, os desafios que enfrentará e as tensões que terá de resolver dentro do bloco no poder, talvez seja importante e necessário dar uma olhada no que significa o processo boliviano desde sua perspectiva histórica e fazer um balanço de sua gestão.

AS FAÇANHAS DA REVOLUÇÃO

Que um índio vencesse as eleições gerais na Bolívia em dezembro de 2005, com uma margem de votos jamais antes

HUGO MOLDIZ MERCADO
Advogado boliviano,
comunicador, professor
universitário, investigador,
mestre em Relações
Internacionais. É
correspondente de agências
internacionais de notícias.
Tem assessorado algumas
comissões da Assembléia
Constituinte da Bolívia.

vista na história democrática do país, e que, além disso, tenha aberto o caminho para que as classes subalternas *se ergam* à condição de classe dominante constituem dois feitos históricos que configuram algo que ao imperialismo e à burguesia lhes apavora sempre: a revolução.

Além disso, que nove anos depois Evo Morales se mantenha vitorioso com uma base social e política muito forte, apesar das diversas formas de guerra que tem enfrentado, somente se explica pela profundidade de um processo que tem retirado as velhas estruturas da colonialidade do poder e que está construindo – com as dificuldades próprias de todo projeto emancipador – os cimentos de uma nova sociedade com igualdade de direitos e oportunidades para todos.

Não se pode criticar a obra criadora na qual está empenhada a Bolívia, seu bloco nacional-indígena-popular e seu máximo líder, sem mencionar que o processo de mudança é uma resposta radical a uma longa história de dominação colonial e capitalista, cujas origens se encontram no momento em que a invasão da América Latina deitou as bases para fazer do capital um fenômeno universal, nas diversas formas de dominação dos povos indígenas e afrodescendentes, na fundação da república mono-civilizatória e, mais recentemente, na aplicação de um modelo neoliberal que agudizou a espoliação do ser humano e o planeta.

Por isso, para ter uma visão mais completa do que ocorre nesse país localizado no coração da América do Sul, assim como para identificar conquistas e desafios, é necessário evitar qualquer tentação fragmentadora da realidade histórico-concreta a que visões *cartesiano positivistas* e certos *reduccionismos economicistas* nos conduzem com frequência. Ao contrário, para sermos justos com a revolução boliviana feita nas condições do século XXI – favoráveis em uns aspectos e claramente adversas em outros em relação às do século XX –, há que se observar o processo desde uma perspectiva totalizadora, que implica levar em conta a diferença entre os tempos políticos e os tempos econômicos.

Realizada esta advertência apenas por razões metodológicas, sintetizaremos as oito grandes façanhas que Evo Morales e seu povo estão realizando desde o ano 2000, primeiro *produzindo política* desde fora dos centros institucionalizados do poder (2000-2005) e depois *tomando o poder* político do Estado para *construir um poder distinto* ao imposto pela lógica do capital, de 2006 até a atualidade.

A primeira façanha, que um índio tenha chegado à Presidência da República, em um país construído sobre a base da *racionalização* e cuja população majoritariamente indígena-camponesa esteve historicamente excluída dos afazeres globais de uma Bolívia com pretensões “blancoides”.¹

Por isso, a vitória de Evo Morales em dezembro de 2005, com o voto de 54% dos eleitores, não somente finalizou duas décadas nas quais o presidente foi eleito pelo Congresso Nacional, já que nenhum superava a barreira de 51% de votos² (o mais votado chegou a apenas 33%), como também representou um giro em relação a 184 anos de relações de colonialidade. Até antes da vitória política de Morales, que é a perspectiva desde onde temos que analisar, nunca teria sido possível pensar que um índio – além do mais rebelde e revolucionário – viraria presidente da Bolívia. Nem os próprios índios poderiam imaginar isso, pois a colonialidade do poder reproduzia formas coloniais de saber e pensar alienadas do poder político.

Não é exagero afirmar que a chegada do índio Morales à Presidência do Estado capitalista e colonial boliviano já é uma revolução em si mesma.

A segunda façanha foi “elevar” às classes subalternas, convertidas em bloco nacional-indígena-popular, a sua condição de classe dominante, o que em termos ideológicos, e não antropológicos, significa em um país como a Bolívia a substituição da “*blanquitud*” pela “*indianitud*”.³ Dessa forma, deu-se um golpe muito forte à constituição das classes sociais a partir da natureza do sobrenome e da cor da pele. Para precisar concei-

1. Forma pejorativa com que na Bolívia se referem à cultura mestiça que se pretenda branca ou que trata de se comportar como tal. Utiliza-se o termo criticamente contra as pretensões de supremacia branca em uma sociedade majoritariamente indígena e mestiça. [Nota do tradutor]

2. Nesse caso, o segundo turno era realizado apenas no Congresso, que escolhia entre os candidatos mais votados. [Nota do tradutor]

3. “Blanquitud” (literalmente “brancitude”) e “indianitud” (“indianidade”) são neologismos para designar a anterior identidade do poder com a origem racial branca das pessoas e agora com a origem indígena. [Nota do tradutor]

4. “Cocaleros” é como são conhecidos os camponeses que cultivam a coca para usos tradicionais, os quais Evo Morales liderou, na região do Chapare, como dirigente sindical combativo ao longo dos anos 1990. [Nota do tradutor]

5. “Corporações de desenvolvimento departamentais” eram os órgãos regionais de fomento do desenvolvimento local que utilizavam recursos vindos dos royalties e dos lucros das empresas estatais da região. [Nota do tradutor]

tos, uma condição fundamental para qualificar um processo de revolução é a substituição de um bloco no poder por outro. Isso aconteceu na Bolívia e não é pouco. O que se deseja agora é transitar da revolução política a uma revolução social que organize a vida social de forma diferente à da determinada pela lógica do capital.

É evidente que nada disso teria ocorrido sem a *articulação* entre a emergência de um *sujeito coletivo* cada vez mais consciente de sua identidade nacional-cultural e de sua missão histórica com uma *liderança individual* que se forjou na luta cotidiana ao resistir, sindicalmente primeiro e politicamente depois, à ingerência dos Estados Unidos a pretexto do mentiroso combate contra o narcotráfico. A “Guerra da Água” em abril de 2000 e a mobilização de setembro do mesmo ano, as jornadas de fevereiro e outubro de 2003 – as máximas expressões da crise estatal – e a resistência de maio-junho à estratégia ianque de querer impor um presidente interino ao país, junto com todo o acumulado de lutas pelo movimento *cocalero*⁴ desde meados dos anos 1980, assim como recuperando o melhor da tradição proletária e da experiência guerrilheira de 1967, configuraram um cenário favorável para avançar a uma revolução de profundo conteúdo indígena e popular.

Terceira façanha, a recuperação dos recursos naturais. Duas décadas de neoliberalismo reduziram o papel do Estado ao de um gendarme dos interesses das empresas transnacionais. As empresas estatais, tanto as estratégicas (petroleiras, de telecomunicações, ferroviárias, aéreas e de eletricidade) como outras menores dependentes das corporações de desenvolvimento departamental,⁵ foram transferidas às corporações estrangeiras. Nesse país andino, o neoliberalismo foi implementado com um critério fundamentalista e a um ritmo tal que as classes dominantes de outros países do continente não o fizeram.

Isso determinou que os excedentes econômicos da exploração da riqueza nacional, principalmente mineira e do gás, fossem ao exterior. O desemprego cresceu a níveis alarmantes,

o Estado ficou virtualmente falido, pois não tinha nem para pagar salários, a dívida externa aumentou de forma ostensível, o déficit fiscal crescia a ritmos insustentáveis e dos bilhões de dólares que foram desviados ao exterior, o Tesouro Geral da Nação apenas a segurar uma poupança de 1,7 bilhão de dólares.

Apoiado sobre a “Agenda de Outubro”⁶ de 2003, o presidente Evo iniciou em maio de 2006 o longo caminho de recuperação dos recursos naturais para todos os bolivianos pela via da nacionalização do petróleo e, ao final do seu primeiro mandato (2009), a Empresa Metalúrgica Vinto, a empresa de telecomunicações ENTEL e várias empresas geradoras de eletricidade foram “arreatadas” aos “arreatadores estrangeiros”, além de dar passos para deslanchar outras iniciativas produtivas estatais e a criação da empresa aérea “Boliviana de Aviação”.

A nacionalização dos hidrocarbonetos fez com que, de 300 milhões de dólares ao ano, o Estado passasse a receber cerca de 5 bilhões de dólares, e, somada a outras iniciativas, tem levado a Bolívia a dispor de mais de 15 bilhões de dólares de reservas monetárias internacionais. O argumento de que Evo tem se beneficiado dos preços internacionais das matérias-primas é um discurso mesquinho que, para desgraça de seus detratores, só serve para demonstrar o compromisso do governo com o povo, pois o velho bloco no poder, nos outros momentos da história com preços altos, aproveitou, mas apenas para si mesmo. Pior ainda, com os atuais preços e o velho modelo, o negócio do petróleo e do gás deixaria à Bolívia somente algo como 1,6 bilhão de dólares anuais. Isso significa que atingimos em torno dos 5 bilhões de dólares anuais pela mudança de modelo econômico e pela capacidade de gestão do governo boliviano. No há como refutar essa verdade.

A reapropriação do excedente tem permitido pôr em marcha uma política de redistribuição da riqueza social através da Renda Dignidade para os anciãos, a bolsa “Juanci-

6. “Agenda de outubro” de 2003 foi a plataforma lançada pelos movimentos na resposta ao massacre de populares por parte do governo neoliberal na chamada “guerra do gás” (nacionalização dos hidrocarbonetos, assembleia constituinte e julgamento das autoridades responsáveis), e que a candidatura do Evo Morales assumiu como compromisso na campanha eleitoral vitoriosa de 2005. [Nota do tradutor]

7. DEA é a sigla em inglês de Drug Enforcement Administration (Administração para o Controle de Drogas), a agência do Departamento de Justiça dos EUA dedicada ao combate ao tráfico de drogas. Tem escritórios em vários países que considera que participam das redes internacionais desse crime. [Nota do tradutor]

8. NAS é a Seção Antidrogas da Embaixada dos EUA. [Nota do tradutor]

9. "Prefectura" é o governo dos Departamentos (equivalente aos estados na estrutura federativa do Brasil). A denominação faz referência ao envolvimento das autoridades de prefeituras governadas pela direita em uma tentativa de derrubar o governo. [Nota do tradutor]

to Pinto" para os estudantes da escola fundamental, a bolsa "Juana Zurduy de Padilla" para as mulheres grávidas e outras medidas adicionais que, segundo as próprias Nações Unidas, têm feito com que mais de 800 mil pessoas saiam da pobreza extrema e perto de um milhão ingressem à categoria de classe média.

A quarta façanha, a recuperação da dignidade e soberania. Confirmando o ditado do Che de que *não há soberania econômica sem independência política*, o governo indígena-popular de Evo Morales deu por terminada a extremada dependência dos Estados Unidos, cujo governo, em tempos passados, dava seu aceite para a nomeação de ministros e até a designação de um cabo de polícia encarregado de algum escritório de interesse estrangeiro.

Mas não somente terminou com essa intromissão. Foi além e tomou decisões duras, como quando, em 2008, expulsou a DEA⁷ (a polícia norte-americana de combate ao narcotráfico) depois de comprovar seu envolvimento em espionagem política, e fez o mesmo com o embaixador Philip Goldberg por ser, de fato, o coordenador principal da oposição mais violenta. Posteriormente, expulsaria a USAID (agência de cooperação do governo dos EUA), e a NAS⁸ abandonaria a Bolívia.

A quinta façanha, resistir às duas estratégias da direita orientadas a liquidar a revolução boliviana. A primeira, *a estratégia para a derrubada por métodos violentos* do processo de mudança, expressou-se no primeiro mandato do governo revolucionário na tentativa de dividir o país e, depois, na contratação de paramilitares com experiência na ex-Iugoslávia para organizar um "golpe cívico-prefectural"⁹ e, se possível, assassinar Evo Morales.

A aplicação dessa estratégia convulsionou o país, sobretudo no Oriente, onde dirigentes da direita com financiamento estadunidense organizavam a tomada de instituições estatais, a ocupação de aeroportos cada vez que o presidente ou o vice-presidente iam chegar e agressões físicas a dirigentes

dos movimentos sociais, entre outros. Para ser mais preciso, o governo revolucionário não tinha o controle territorial de cinco das nove capitais de departamento.

Essa estratégia para a derrubada de Evo Morales foi derrotada na segunda metade de 2008 pela capacidade de reação e mobilização dos movimentos sociais, os quais, sob o comando de seu líder e chefe de Estado, foram recuperando progressivamente, com a força das ideias e da mobilização, cada metro quadrado controlado pela ultradireita.

A segunda estratégia hoje em curso, parcialmente derrotada, está orientada ao *desgaste político e institucional da revolução boliviana*. Daí que, a partir de janeiro de 2010 – depois de sua reeleição com 64% dos votos e uma participação eleitoral de 95% –, o líder indígena enfrenta campanhas desestabilizadoras e midiáticas que buscam apresentá-lo como “inimigo dos indígenas”, “inimigo da Mãe Terra”, “permissivo com o narcotráfico”, “aliado dos países que impulsionam ou colaboram com o terrorismo” e “violador dos direitos humanos”.

A marcha indígena – com legítimas preocupações e que colocou na agenda nacional a necessidade de uma reflexão e de definir o modelo de desenvolvimento – não pôde impedir que a direita nacional e internacional se aproveitasse, política e midiaticamente, do desencontro momentâneo entre governo e indígenas das terras baixas, mas ao mesmo tempo ficou em evidência a relação não desmentida entre alguns dirigentes indígenas e a embaixada dos Estados Unidos.

O surrealismo adquiriu carta de cidadania durante várias semanas de setembro e outubro de 2011. Essa direita que excluiu historicamente os indígenas e que não tolera que um índio governe o que considerava ser “seu” Estado se apresentou com o respaldo de um poderoso aparato midiático como reivindicadora da plurinacionalidade, dos direitos da Mãe Terra e dos povos indígenas. O grave disso não foi a atuação dos operadores dessa direita, mas que amplos estratos das classes médias tenham aproveitado a oportunidade para eviden-

18. Idem.

ciar seu racismo acumulado, sua rejeição à maioria indígena que vai ocupando política e territorialmente seus espaços, e para restabelecer sua aliança com as frações mais conservadoras da burguesia. O apoio da burguesia à demanda indígena das terras baixas de não construir uma estrada que em seu segundo traçado atravessasse uma área protegida aparentemente representava sua adesão ao “bom selvagem” do Rousseau que não invade seus espaços, mas realmente era sua nostalgia por recuperar o poder perdido.

A sexta façanha, a organização de uma Assembleia Constituinte que, com a aprovação de uma nova Constituição Política do Estado (CPE), abriu caminho para ir desmantelando o velho Estado mono-civilizatório e ir construindo um novo Estado Plurinacional e Autônomo.

A aprovação desta nova CPE – que a direita bloqueou sistematicamente durante um ano e meio na Assembleia Constituinte – deita as bases de um período político de transição que, a partir do reconhecimento de outras pluralidades (econômica, política, cultural e jurídica), propõe-se a avançar ao horizonte do *Socialismo Comunitário do Viver Bem*. A nova CPE é fundamental porque amplia direitos e as condições de materialização desses direitos, coloca cadeados contra a privatização e a transnacionalização da economia e desenha um horizonte emancipador.

A sétima façanha, a ampliação da democracia. Ainda que a democracia representativa continue predominando sobre as outras formas democráticas reconhecidas pela nova CPE, é evidente que na Bolívia existe – inclusive com formas desbordadas – uma presença muito alta da sociedade civil, particularmente dos setores que formam parte do bloco social que conduz esta revolução.

A oitava façanha, formar parte dos processos políticos latino-americanos que hoje se propõem a avançar rumo à emancipação. A Bolívia foi o terceiro país que ingressou na Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), deu grande impulso ao

nascimento da União de Nações Sul-americanas (Unasul) e é ativa impulsionadora da constituição da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac).

Além disso, com o sentido mais amplo do conceito de relações “Sul-Sul”, o governo indígena-popular é fervente partidário e protagonista do incremento das relações entre os países da América Latina e os Estados da Ásia, África e Oriente Médio.

UM BALANÇO DE GESTÃO

Para o governo, não podia ter resultado melhor. Com algumas escaramuças que o ajudaram a resolver algumas contradições e limpar o caminho, a Bolívia terminou o ano de 2013 com uma revolução que se irradia com firmeza e passo acelerado, tanto em extensão como em profundidade, por todo o território plurinacional.

A irradiação da força do processo de mudança tem se desenvolvido em todos os níveis (setoriais e territoriais) e contribui para a compreensão teórica e prática de que o movimento de todo o aparato político e estatal não é apenas para o reconhecimento da igualdade formal em relação aos direitos, mas para o reconhecimento das igualdades substantivas com a materialização dos direitos consagrados na Constituição Política do Estado. Já não se trata de uma democracia formal, mas de uma democracia substantiva.

E mais, desfaz-se a ideia de que um projeto alternativo ao capitalismo, como o que se expressa no socialismo comunitário para o Viver Bem, seja sinônimo de retrocesso. Nunca antes o país tinha sido, parafraseando o vice-presidente Álvaro García Linera, tão potente como agora.

Desde que Evo chegou ao governo, em janeiro de 2006, com uma vitória eleitoral que lhe deu 54% dos votos, e com sua primeira eleição vitoriosa já nos marcos do novo Estado Plurinacional com 64% de apoio, não sem antes ter superado

facilmente o referendo revogatório em agosto de 2008 com 67%, talvez 2013 seja o ano que melhor lhe tenha resultado em todos os terrenos.

No *front* da economia, a Bolívia tem registrado um nível de crescimento que supera o previsto pelo próprio governo, cerca de 5,5%, e tem atingido mais de 6,5%, com o qual se coloca no terceiro lugar na região e, segundo antecipa a Cepal em 2014, terá a segunda posição com 5,5%, em um contexto de desaceleração da economia latino-americana como resultado de uma ligeira desaceleração da locomotiva da economia mundial, a China.

Além de mostrar pelo oitavo ano consecutivo uma capacidade de gestão econômica exitosa ao obter um equilíbrio entre crescimento e nível de inflação, uma das expressões mais importantes do rumo da economia é o ingresso na era da industrialização do gás com a inauguração da Planta Separadora de Líquidos em Rio Grande. Com esta medida, finaliza-se a Agenda de Outubro, ainda que sua vigência siga sendo importante no imaginário, e abre-se caminho para a Agenda Patriótica 2025.

A este fato, que marca um antes e um depois na história econômica da Bolívia, devem-se agregar outras duas conquistas importantes: a aprovação de uma Lei de Serviços Financeiros orientada a colocar os bancos a serviço do projeto de desenvolvimento econômico e social do país com o apoio do setor produtivo e garantir o acesso da população aos programas de moradia. Não é uma nacionalização dos bancos, mas a lei dá ao Estado um papel de controle muito forte e cria as bases para eliminar o caráter especulativo do sistema financeiro. A segunda conquista é que se abriu um momento de boas relações com o empresariado privado em geral e particularmente com o que se encontra no departamento oriental de Santa Cruz, com a premissa de que façam negócios e não política. Esses dois feitos, na verdade, colocam em evidência a liderança do Estado Plurinacional em mãos do bloco indígena camponês-popular

e garantem o papel dos empresários como atores econômicos e não na sua condição de atores políticos (burguesia).

O grande salto está acontecendo no *front* tecnológico. É realmente histórico. A Bolívia ingressa, sob o comando de um presidente indígena, na era espacial com o lançamento do satélite Tupac Katari em 20 de dezembro de 2013, com o qual o acesso às comunicações, como direito humano, deixará de ser uma mera fórmula. O acesso à telefonia celular e fixa, à internet e à televisão digital vai alcançar todo o território plurinacional.

No *front* social, aconteceu como na economia. A vigência de um modelo econômico que gera excedentes, apropriando-se deles e os redistribuiu a toda a população por diversas vias tem sido reforçada com várias medidas: primeiro, com a aprovação de uma nova lei de aposentadorias que aumenta a renda dos aposentados de forma significativa, em particular daqueles que, com a vigência do sistema de partição e/ou o sistema individual, receberiam ingressos muito baixos mensalmente. Por exemplo, se uma pessoa teve uma média salarial de Bs 3.176 (aproximadamente¹⁰ US\$ 456) durante seus 35 anos de trabalho, com o velho sistema ia receber Bs 1.560 (US\$ 224), mas com a nova aposentadoria solidária de velhice receberá Bs 2.800 (US\$ 402), incluída nesse montante a “renda dignidade” (Bs 200, US\$ 29). Segundo, o pagamento do duplo 13º salário toda vez que o país tenha um crescimento econômico superior aos 5,5%. Isso traz um incentivo à produção e um sinal de que o Estado aposta no crescimento da atividade empresarial, mas que também se deve devolver aos trabalhadores uma parte da mais-valia gerada por eles. O Estado, que está erguendo sua condição de produtor eficiente, salvo algumas atividades que deverá redesenhar para que pelo menos não deem perdas, devolve à população a mais-valia que apropria com seus investimentos, também através de políticas sociais, o que não tem precedentes nos últimos quarenta anos no país. Ao setor privado, também lhe corresponde aderir a essa mesma linha.

10. Considerando uma taxa de câmbio de US\$ 1 por Bs 6,96 em 8 de julho de 2014. [Nota do tradutor]

No *front* político, os avanços são bastante bons, mas não devem nos fazer baixar a guarda. Em primeiro lugar, no terreno da gestão, a aprovação do presidente Evo Morales e do vice-presidente Álvaro García Linera tem oscilado entre 50% e 60%, ratificando um nível de aceitação bastante alto desde janeiro de 2006. As duas exceções foram quando se tentou uma nivelção do preço dos combustíveis com os praticados em nível internacional e quando houve a intervenção policial em Chaparina. Nesses dois momentos (2010 e 2011, respectivamente), o apoio a Morales baixou para perto de 40%, muito superior, de qualquer forma, em relação aos governantes anteriores, que jamais superaram em apoio a porcentagem que obtiveram dos votos nas eleições (máximo de 33%). Já em abril passado a aprovação do presidente estava em 73%.

Em segundo lugar, para as eleições de 2014, a intenção de voto, medida por várias empresas especializadas para a chapa Morales-García Linera, está em uma média de 40% nas cidades (para além do eixo central e das capitais departamentais), o que somado à média de apoio nas zonas rurais facilmente estaria ao redor de 55-60%. Na oposição, a situação é desalentadora pela fragmentação, mas ainda com a conformação de uma frente única (Samuel, Juan Del Granado y Rubén Costas) não haveria nada que fizesse antever um perigo real para a reeleição de Evo Morales. A ausência de liderança nacional e seu entrenchamento em posições reativas – muitas vezes colocando em risco a estabilidade que as pessoas querem em sua ativa mobilidade social –, em vez de propor algo distinto e melhor do que faz o governo revolucionário, representam fatores que incidirão negativamente para eles no eleitorado no momento da votação. A embaixada dos EUA trabalha arduamente por unir a oposição.

Em terceiro lugar, se um fator consolida a irradiação em profundidade da revolução boliviana é a histórica decisão da Central Obreira Boliviana (COB) de se incorporar ao processo de mudança, de fazer uma aliança estratégica com o

governo e de formar parte do sujeito histórico que está fazendo possível avançar rumo à emancipação. A unidade estratégica camponesa originário-operária e popular dá ao processo de mudança uma potencialidade que nem os próprios atores imaginam em sua real dimensão.

TENSÕES E DESAFIOS

Como assinalamos, o aprofundamento da revolução boliviana vai depender da forma como se resolvam as novas contradições e tensões criativas, como as denomina Álvaro García Linera.

A primeira tensão será entre Revolução e gestão. Ambos os desafios não são contraditórios, mas complementares. Trata-se de que o impulso criativo de toda revolução, que por razões óbvias não pode se desenvolver na mesma velocidade todo o tempo, siga orientando o horizonte de visibilidade das medidas e políticas de mudança que se vão adotando desde os órgãos de poder do Estado Plurinacional.

A tentação muitas vezes de priorizar a gestão, mais ainda quando as revoluções são produto de vitórias eleitorais no terreno da democracia representativa, pode empurrar a tomar medidas que são corretas para um governo que somente está orientado a administrar o velho modelo, mas é perigosa para um governo cuja origem e horizonte são a transformação revolucionária da ordem capitalista e colonial que se quer desmanchar. Por exemplo, um desafio nesse terreno é começar a construir indicadores diferentes dos utilizados por organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

O desafio é, sempre dentro da tensão entre revolução e gestão, que a segunda encontre um horizonte de alcance de suas medidas desde uma perspectiva de projeto alternativo ao capitalismo (o socialismo comunitário para viver bem) e partindo dos mandatos de iniciativas como o I Encon-

tro Plurinacional e os encontros que foram realizados para construir a Agenda Patriótica rumo ao Bicentenário (2025).

A segunda tensão é entre democracia representativa e democracia direta. Não se trata de eliminar a primeira, mas certamente de que as democracias direta e participativo-comunitária deixem de ser prisioneiras da democracia representativa.

Sempre existe o risco de que a política privilegie o caminho das urnas antes dos espaços onde os integrantes fundamentais do bloco no poder se movem como peixe na água. Se isso acontece, o sujeito plural articulado que tornou a revolução possível se desagrega, volta à sua condição de ator social carregado de interesses particulares e se transforma em componente instrumental de uma maquinaria eleitoral.

Trata-se de fazer com que a democracia representativa somente seja o canal de manifestação do que se tenha capacidade de refletir, fazer e decidir desde as democracias participativo-comunitárias e diretas.

A terceira tensão será entre as formas privadas e comunitárias de organizar e criar a riqueza. Essa tensão, que se deveria resolver em favor da segunda à medida que a revolução se aprofundasse, parte da constatação, bastante satisfatória, de contar agora com uma vigorosa participação do Estado na economia como produtor, promotor e ator direto.

Para melhor compreensão do que queremos afirmar, a Constituição Política atual reconhece quatro tipos de economias sob o conceito de economia plural: estatal, privada, comunitária e social cooperativa. Não era possível outro ponto de partida depois de duas décadas em que o neoliberalismo golpeou duramente as economias comunitária e social cooperativa, além de reduzir a participação estatal a menos de 5%. Então, um primeiro passo foi o reconhecimento simbólico do que o neoliberalismo queria destruir e seu posterior fortalecimento material. Na atualidade, o Estado supera os 35% de participação na composição do PIB, seguido

pelo setor privado e o das cooperativas. Mas o comunitário é ainda muito fraco.

Em consequência, o desafio é deitar as condições materiais (institucionais e econômicas) para que a economia comunitária (rural e urbana) vá adquirindo força. Isso certamente não depende somente do governo, pois seu desenvolvimento está nas mãos do sujeito plural articulado que está fazendo possível a revolução boliviana. O desafio é que esse sujeito histórico amplie seu campo de ação da política à economia, para pôr as condições para a construção de uma sociedade de produtores livres. Não se trata de prescindir da iniciativa privada, mas que ela se mova sob a fórmula de *sócios e não patrões*, e também de caminhar rumo a uma formação social na qual o setor predominante seja o social-comunitário, o predomínio do caráter social da economia (estatal, comunitária e cooperativa).

A quarta tensão é entre o particular e o universal desde uma perspectiva do Estado continental. Depois do falecimento do presidente Hugo Chávez, a contraofensiva desenvolvida pelos EUA na América Latina através de propostas institucionais como a Aliança do Pacífico e mecanismos subversivos e violentos não somente está em uma escala superior, como também gera o risco de debilitar os laços criados durante mais de uma década entre os governos de esquerda e progressistas de nossa região.

O imperialismo busca enfraquecer os mecanismos alternativos de integração e plataforma política como a Alba e a Celac, assim como reduzir o papel do Mercosul, e também está em campanha para manter uma pressão continuada contra os governos de esquerda e revolucionários, seja para colocá-los em uma situação de defensiva permanente desde sua própria territorialidade ou para expulsá-los do poder.

Então, isso significa que o governo de Evo Morales tem a dupla tarefa de consolidar a revolução pela via de sua irradiação em extensão territorial (firmar a soberania em todo o ter-

ritório nacional) e intensidade (continuar construindo outra sociedade diferente da capitalista) e de desempenhar um papel ativo na articulação da Agenda da Pátria Grande. Essa é uma tarefa, ao mesmo tempo, para todos os governos de esquerda e progressistas da região. Isto é, pensar a revolução desde a chave Estado Plurinacional Continental.

A quinta tensão é entre a classe e a identidade. Diferentemente de outras tensões, não se trata de obter a vitória ou o predomínio da classe sobre a identidade ou vice-versa, mas conseguir uma articulação virtuosa entre ambos os componentes do sujeito histórico. Até agora, o eixo articulador em termos simbólicos e reais tem sido o indígena-originário-camponês. Agora que a COB decidiu sua incorporação ao processo, do qual se manteve equidistante desde janeiro de 2006, há condições e possibilidades de ampliar o sujeito histórico da revolução. Somente assim será possível o Socialismo Comunitário para Viver Bem.

A sexta tensão é entre o aproveitamento dos recursos naturais e a conservação da Mãe Terra. A resolução da tensão é complexa, mas complementar. Estamos condicionados desde a invasão europeia a uma visão e prática extrativista que antecipa pesar sobre nossas costas ainda com um modelo econômico social comunitário. E não é que no governo falte vontade de sair desse tipo de determinação. Pensar dessa forma é errado e significa desconhecer a natureza do governo e do Estado atual bolivianos. Em todo caso, um ponto de partida é dar um selo de racionalidade ao aproveitamento dos recursos naturais diferente da “racionalidade capitalista”. Não se trata de fazer dos bolivianos uns guarda-bosques enquanto as grandes transnacionais e os países altamente desenvolvidos contaminam o planeta e se recusam a reduzir os gases de efeito estufa. O desafio é ter telecomunicações e internet com acesso para todos, serviços de saúde e educação de qualidade, estradas que nos integrem, a tempo de preservar o ambiente, a natureza, a Mãe Terra. Aí reside uma contradição permanente.

DECADÊNCIA DO ESTADO DE DIREITO E LIMITES DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO*

TARSO GENRO

Para um juízo racional sobre o estágio da Justiça de Transição num país de democracia jovem, como o nosso, é preciso compreender esta forma específica de Justiça como imersa nos limites da constitucionalização recente da nossa democracia. A seguir, é preciso colocar a referida constitucionalização em contraste com as impugnações espontâneas da “validade” e da “eficácia” da experiência constitucional do ocidente, cuja crise se aprofunda a olhos vistos.

É fácil constatá-la principalmente na experiência de países com um tecido institucional mais firme e com um Estado de Direito mais legitimado no plano internacional. Faço esta análise a partir da experiência americana, que é exemplo mais típico da crise de legitimidade das constituições dos países mais reconhecidos em termos de democracia política. Arguo que o seu desmantelamento

Advogado, jornalista, professor universitário e ensaísta. Foi Prefeito de Porto Alegre (1993-1997; 2011-2002); Ministro da Educação (2004-2005); Ministro das Relações Institucionais (2006-2007); Ministro da Justiça (2007-2010); e Governador do Rio Grande do Sul (2011-2014).

* Texto a ser publicado no 7º volume da série O Direito achado na rua – Introdução crítica ao Direito: Justiça de Transição na América Latina, no segundo semestre de 2014.

1. DERISSO, José

Luis. Construtivismo, pós-modernidade e decadência ideológica. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Org.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias* [on-line]. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2010. p. 55: Na decadência, “a economia foge da análise do processo geral da produção e reprodução para fixar-se na análise dos fenômenos superficiais da circulação, tomados isoladamente; e a história passa a expor a ‘unicidade’ do curso histórico, sem levar em consideração as leis da vida social. No plano da filosofia desenvolve-se o irracionalismo (de Nietzsche ao fascismo) ‘que apela [...] aos piores instintos humanos, às reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam em regime capitalista” (Idem, p. 127). LUKÁCS, Georg. *Marx e el problema de la decadencia ideológica*. México: Siglo Veintiuno Editores, SA, 1981. p. 22: “[...] esta fuga a la pseudohistoria ideológicamente reconstituída a medida del deseo, concebida superficialmente subjetivista y místicamente deformada, es la tendencia general de esta decadencia ideológica.” (Uso a categoria da “decadência” para examinar a crise do constitucionalismo moderno no sentido em que Lukács formulou tal categoria, não no sentido heideggeriano, de “queda” da existência humana como “trivialidade cotidiana”. Faço-o a partir da percepção que lhe emprestou Lukács, ou seja, quando o sujeito dominante promove um discurso investigativo do mundo real que não mais visa o “conhecimento”, mas torna-se apologético, já que não pode mais avançar na busca da totalidade, porque tal posição metodológica se choca com a

aponta para uma possível “decadência” do constitucionalismo moderno.¹

A ocupação militar do Iraque pelos EEUU, apregoada como ação de um Estado Democrático de Direito, destinada a proteger o ocidente de uma guerra química, hoje já foi “deletada” pelos governos que a apoiaram. Já foi omitida também pela grande mídia, pois, de entusiasta militante, ela passou a espectadora muda, já que ali ficou claro que o império semeou, na verdade, mais mortes e ódios fundamentalistas, fome e instabilidade. Uma ação militar fracassada que impingiu uma derrota ao Direito Internacional e à própria democracia constitucional americana.

Concretamente, aquela ação do Estado americano foi apenas mais uma decisão imperial fora da lei, promovida por um Estado de Direito formalmente em funcionamento. É um daqueles contextos em que o “Estado que prescinde do pluralismo tende aceleradamente ao paternalismo e, a partir daí, adota formas dogmáticas do exercício da autoridade”.²

A referida ocupação do Iraque foi ilegal, do ponto de vista **formal**, porque a motivação de defesa contra o ataque químico iminente era falsa. Logo, as normas jurídicas que orientam o sistema jurídico internacional e da defesa nacional, que poderiam legalizar um ataque “defensivo”, não eram aplicáveis. A ação também foi **ilegítima**, porque igualmente não resultou em ação extralegal, moral e humanitariamente **justificável**, além de não ter vínculos com aquela motivação defensiva.

Mesmo aceitando uma eficácia seletiva dos princípios, ou seja, a partir, não de “fatos brutos”, mas de “fatos construídos”³ (vamos supor que a ocupação pudesse instalar regime democrático capitalista superior pós-Hussein), nem isso ocorreu. Tal constatação não tem origem em fórmula teórica complexa, mas é constatação empírica indelével. Tudo piorou no Iraque. Desde o funcionamento do Es-

tado, enquanto Estado baseado em leis, até a situação material e espiritual dos povos iraquianos.

Para compreender a “decadência” do Estado de Direito no ocidente e suas dramáticas dificuldades de viragem para um Estado Social de Direito consolidado por um certo período histórico, é preciso tratar três ordens de problemas, que aqui são apenas apontados: o poder fáctico, como **força normativa** do capital financeiro em movimento, apropriador-dirigente desta fase do desenvolvimento capitalista; a **incompatibilidade deste domínio objetivo com os direitos fundamentais**, constantes das constituições modernas que amparam a todos, na ordem da propriedade privada; a capacidade de **unificação manipulada dos contrários**, fundada na ideologia e na cultura do consumo, instituído globalmente como padrão de felicidade que faz do cidadão-político principalmente um sujeito-consumidor.

Este período histórico é, nestas condições, período de decadência dos valores iluministas que sustentaram a constituição democrática moderna. O valor “estabilidade” (ou conservação da ordem a qualquer custo) é também demandado pelos mais manipulados e explorados no sistema vigente, impulsionados por dois mecanismos de dominação: um, de natureza **subjéctiva**, outro de carácter **objectivo**.

Ambos os mecanismos são martelados como conquistas do “mercado” pela publicidade e pela cultura de massas: o **primeiro** é o que Perry Anderson chamou de “sublimação histórica do presente” na fúria consumista que esgota a naturalidade e mercantiliza integralmente o ambiente natural (não temos passado e o que vem no futuro é irrelevante); e o **segundo** é a extensão do corpo e da vida, por inteiro, usados como objetos de produção de valor e “extração” de lucro (pelo fim das fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo livre), pois todos – para viverem o modo de vida dominante – devem estar sempre em rede e “conectados” no processo de suposta fruição, produção e

ideologia (frequentemente positivista-naturalista), no caso, do jurista tradicional, que vê o Estado de Direito tal qual ele está constituído, como o “fim da história” do Estado e da Democracia.)

2. VALADÉS, Diego. *Problemas constitucionales del Estado de derecho*. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2004. p. 32.

3. ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 13ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012. p. 107.

4. MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 16: “[...] dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...). Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade.”

5. LOCKE, John. *Ensayo sobre el Gobierno Civil*. Madri: Aguilar, p. 98-99.

6. HELLER, Hermann. *La soberanía – contribución a la teoría del derecho estatal y del derecho internacional*. México: Universidad Nacional Autónoma de México / Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 41.

reprodução “sociometabólica” do capital, como mostrou István Mészáros.⁴

John Locke, no seu clássico *Ensaio sobre o Governo Civil*, lembra que, ao “reunir-se pela primeira vez os homens, para formar uma comunidade política, a totalidade do poder da comunidade radicou, naturalmente, na maioria deles (nesse caso temos uma democracia perfeita); (e) quando se coloca a faculdade de fazer leis nas mãos de poucos homens selecionados e de seus herdeiros e sucessores (nesse caso se tem uma oligarquia)”.

Menciono estas observações e recorro Locke⁵ para salientar uma permanente ambiguidade do Estado de Direito, tomado como “Estado segundo a lei”, que preserva uma fórmula que sempre lhe permitiu várias possibilidades de conformação histórica, mais, ou menos, democráticas. Esta ambiguidade hoje está sendo superada pela afirmação de um Estado (como na ocupação do Iraque) cada vez mais fáctico (“obscuro”) e menos baseado em leis e princípios (o “lado positivo” do constitucionalismo democrático). **Isso interfere fortemente na natureza da transição e no processamento da Justiça que acompanha qualquer transição**, seja nos países de tradição de democracia política mais consolidada, seja em países como o nosso.

Seja qual for a base conceitual da doutrina sobre o Estado de Direito (sua “filosofia” propriamente dita), deve-se ter em vista que aquela ambiguidade não é somente do jusnaturalismo positivista e suas variantes. Já fora também vigente na teoria marxista de direito. Pertencentes ao variado arsenal teórico de Marx, as concepções de Stucka e Paschukanis – por exemplo – são quase tão contrapostas às concepções de Hilferding e Karl Renner (marxistas que se harmonizam na teoria da soberania de Hermann Heller),⁶ como são antípodas, entre si, as teses de Carl Schmitt e Hans Kelsen, embora ambos pertençam ao mesmo campo filosófico genérico do positivismo.

As teses do primeiro (Carl Schmitt) fundamentam-se numa teoria que justifica as sanções e repressões de um Es-

tado sem direito para defender, na situação de “exceção”, a essência do Direito.⁷ Tal postura, para a teoria normativa do segundo (Kelsen), não é aceitável por princípio. Para este, o corpo da Constituição deve ser dotado de regras previsíveis para o “estado de exceção” devendo uma norma sempre “remeter a outra norma” (mesmo na exceção) para preservar a essência do Direito (no caso, do Estado fundado por regras democráticas).

É significativo que ambos, Kelsen e Schmitt, defendam o Estado de Direito moderno como legalidade previsível, para fazer a sociedade funcionar com equilíbrio no Estado soberano, mas, ao mesmo tempo tenham, também, posições opostas sobre como “salvá-lo”, defendendo-o na exceção.

A distância doutrinária abissal verificada dentro de uma mesma posição filosófica **está na maior ou menor possibilidade de abertura da democracia para a ditadura**. Tal discurso implica num flagrante dissenso sobre a própria essência do Direito e, conseqüentemente, da própria democracia. Numa posição, só a democracia salva a si mesma; noutra, fica claro que é a ditadura que pode garantir a ordem, aniquilando-a.

Busco, para referir à questão da Justiça de Transição em nosso país, portanto, esta moldura universal. Nela assumo o risco de defender que **as forças normativas das constituições no ocidente estão perdendo seu poder regulatório**. E estão ficando próximas a uma perda definitiva da sua capacidade de criar normas para o funcionamento estável da democracia, cujas características atuais já apontam para uma “decadência”.

Já é visível um movimento concêntrico, no qual a democracia se expande em paralelo ao Estado de Direito (pelos movimentos anômalos “fora” e “contra a ordem”), formando um processo que pode abrir uma separação definitiva entre **democracia e Estado de Direito**. **Esta separação faz o Estado reagir mais frequentemente através da exceção. Assim, ele se abre cada vez mais para exercer um papel protetor da democracia exclusivamente pela sua força**

7. MACEDO JR., Ronaldo Porto. *Carl Schmitt e a fundamentação do Direito*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2001. p. 136: “Neste tipo de ditadura, o ditador tem um ofício constitucional. Ele age em nome da Constituição, mas toma medidas para preservar a ordem. Estas medidas não são limitadas pelo direito, elas são extralegais. Por tal motivo, a doutrina de Schmitt envolve um aparente paradoxo. Apesar de toda a sua ênfase na relação amigo-inimigo, na decisão final, na situação de crise, de exceção, de caos, o seu objetivo é a manutenção da ordem. Ele fundamenta-se na política sem direito para combater a ausência do direito.”

8. GENRO, Tarso. Crise democrática e democracia direta. In: *Crise da democracia – Direito, democracia direta e neoliberalismo na ordem global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

9. MATTEI, Ugo; NADER, Laura. *Pilhagem – quando o Estado de Direito é ilegal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 8-9.

bruta do Estado, acima da lei em sucessivas e “pequenas exceções”, com apoio da maioria da sociedade. Nesta, os vínculos internos de socialidade baseiam-se, cada vez mais, nas condições subjetivas de “sujeito consumidor” (perturbado pelos movimentos sociais) e menos nos vínculos da cidadania política que devem, pelos menos formalmente, remeter ao interesse público.

É uma separação, portanto, jurídica e fáctica que, se não for obstruída conscientemente por uma “revolução democrática” de novo tipo (na qual as categorias da política se convertam processualmente em categorias jurídicas estáveis),⁸ desembocará na agonia e morte do Estado de Direito. Pelo menos tal qual ele foi construído nas lutas sociais e políticas que forjaram a cultura jurídica do ocidente.

Cobra vigência, neste quadro, no âmbito daquela dupla possibilidade “democrática” e “oligárquica”, contida em Locke, a constatação de que o Estado de Direito apresenta um “lado positivo” e um “lado obscuro”, e que este último conquista progressivamente novos domínios sempre que o primeiro não possui o fluxo democrático do instrumento político “feito com alma”. Na falta dessa vida política – a alma da democracia –, o Estado de Direito torna-se uma tecnologia fria, e o seu lado obscuro pode preencher todo o espaço de decisão estatal, sucumbindo o Direito democrático iluminista “à aceitação da violência bruta”.⁹

No discurso jurídico tradicional de defesa do Estado de Direito, já se percebe o declínio do equilíbrio daquela dupla possibilidade, entre o seu lado “positivo” e o “obscuro”. O discurso teórico, democrático e libertário, da concepção idealizada do Estado de Direito, então, torna-se cada vez mais próximo de uma doutrina apologética da ordem mantida, mais pela força do que pelo consenso, com a morte mesmo daquela legitimidade em moldes kelsenianos: daquele “princípio de que a norma de uma ordem jurídica é válida até a sua validade terminar por um modo determinado através desta ordem

jurídica, ou até ser substituída pela validade de outra norma desta ordem jurídica”.¹⁰

A Justiça Transicional no Brasil, cujo processo ainda está em curso – com todas as limitações que foram impostas pela conciliação que presidiu a passagem da ditadura para a ordem de 1988 –, comprometendo as elites que soldaram o pacto político sem deslegitimar o regime militar, apresenta uma vantagem em relação a transições violentas não conciliadas: evitou-se uma guerra entre brasileiros, porque certamente nos “fronts” da violência (em ambos os lados) estariam as pessoas do povo, que sofreriam os piores impactos de uma Guerra Civil. E mais: em função do próprio cenário internacional, seguramente não se obteriam os resultados sociais positivos, como os conseguidos através da substituição pacífica do regime de arbítrio.

Mas isso também determinou que a Justiça Transicional fosse (e ainda é) incompleta e que respeitasse alguns pactos espúrios, que têm grande capacidade de resistência. São eles: 1) um acordo implícito que reconhece a **igualdade moral e política entre torturadores e torturados**, diante do objetivo específico da Lei de Anistia, que elevou a tortura à categoria de crime “político”; 2) um **juízo manipulatório provocativo do prestígio das Forças Armadas**, colocando-as como falsa ré na apuração dos crimes e na responsabilização dos criminosos, como se estes se identificassem com a instituição (o objetivo deste juízo, formulado pela “grande mídia”, era provocar resistência nas Forças Armadas, contra o processo de anistia); 3) uma **crítica permanente da reparação pecuniária aos atingidos** pela violência do regime, como se esta reparação fosse derivada de um oportunismo para extorquir o Estado.

Registro o grande avanço conceitual e político que tivemos no período, que foi, juntamente com a instituição das “Caravanas da Anistia” – molde de justiça transicional combinada com educação e divulgação dos valores democráticos –, o sucesso de extirpar a concepção oligárquica e presumi-

10. Teoria Pura do Direito, p. 290. In: LEAL, Rogério Gesta. *Teoria do Estado – Cidadania e poder político na modernidade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997. p. 138.

11. GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Memória histórica, Justiça de Transição e democracia sem fim. In: *Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça – perspectivas comparadas Brasil Espanha*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 28.

damente “generosa” da anistia como “perdão do Estado” aos agressores vencidos. Transitamos, com alguns traumas, para um conceito novo no Direito e nas instituições nacionais: a anistia como pedido de desculpas e pedido de perdão do Estado à sociedade, por este se ter transformado, no regime de “exceção”, numa máquina repressiva da democracia política e dos movimentos de resistência, inclusive executando ações clandestinas de destruição física e psicológica dos inimigos e adversários do regime, fora da sua própria legalidade arbitrária.

Sirvo-me do seguinte conceito para relativizar os avanços da nossa Justiça Transicional, na época em que coordenei este processo, juntamente com o então diligente e brilhante Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão. Faço-o para saudar os que ainda lutam para que ela se imponha de forma plena, como resistência ao grave processo de decadência do Estado de Direito Democrático, em crise universal: “entendemos que a democracia, como institucionalização da liberdade e regime político da maioria associados aos direitos das minorias, não se constitui em valor natural ou um imperativo categórico metafísico do fenômeno da Política. Trata-se de um fenômeno social, histórico, temporal e mutante. Daí que a disseminação dos valores democráticos é tarefa que deve transcender e constar nas políticas públicas de todos os governos.”¹¹

GRACILIANO RAMOS: CRIAÇÃO LITERÁRIA E PROJETO POLÍTICO

MARISA S. DE MELLO

Para estabelecer a relação entre produção literária, compromisso social e projeto político na trajetória do intelectual alagoano Graciliano Ramos (1892-1953), não nos basta examinar sua obra. É necessário situá-la no campo artístico e intelectual brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1950.

Graciliano insere-se no contexto de modernização da sociedade brasileira, ocorrido a partir da chamada “Revolução de 1930”. O quadro geral da cultura caracterizava-se pelo movimento modernista. O modernismo faz parte de um processo que não começou com a Semana de Arte Moderna. A Semana de 1922 foi a concretização de questões referidas principalmente a uma vontade de se voltar para o Brasil e para os assuntos nacionais, que vinham sendo colocados desde as duas primeiras décadas do século XX.

A partir de 1924, é o tema da brasilidade que vai dominar a cena, preparando os caminhos para a arte interessada e a investigação histórico-sociológica do decênio de 1930, que

MARISA S. MELLO
Historiadora, pesquisa o campo cultural, com ênfase em literatura e práticas de leitura. Atualmente, realiza o pós doutoramento no Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCult) | UFF. É militante da Marcha Mundial das Mulheres.

caracterizam a chamada segunda fase da prosa modernista, quando o engajamento foi uma característica marcante na literatura mundial. Além de Graciliano, fazem parte deste grupo Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Erico Verissimo e Jorge Amado, entre outros. Por meio dos debates entre eles, é possível perceber diferentes projetos de literatura em disputa, e a posição de Graciliano em relação a eles.

O escritor lançou seu primeiro livro, *Caetés*, em 1933, quando já tinha 40 anos. A publicação de seus três primeiros romances, *Caetés*, *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1937), é parte importante da construção de seu projeto estético-político. Esses três livros possuem uma unidade entre si, que se caracteriza, entre outros elementos, principalmente por uma leitura crítica do processo de modernização capitalista ocorrido no Brasil na década de 1930. Esse processo se configura, na leitura de Graciliano, pela associação de dois elementos, o moderno e o atraso. O primeiro cresce e se alimenta em função do segundo, que sobrevive na medida em que serve ao primeiro.

Caetés apresenta o início desse processo, quando as transformações se mostram relacionadas ao plano individual. Assim, elas se manifestam nos valores morais e afetivos, que são ao mesmo tempo civilizados e primitivos, com a predominância do último. Em *São Bernardo*, o plano produtivo torna-se mais claro e é representado pelo papel que a posse da terra cumpre no romance. Se a agricultura vai deixando de ser o centro da economia ao longo do processo histórico, socialmente ela mantém sua importância. *Angústia* reflete o resultado dessa transformação que combina o moderno e o atrasado, causando no personagem um sentimento de alienação, que vai além da exclusão econômica.

Em 1936, Graciliano Ramos é preso sem acusação formal em Alagoas e transferido para o Rio de Janeiro, onde viveu até sua morte. A prisão representa uma mudança de perspectiva em seu projeto estético-político. O contato com intelec-

tuais engajados, comunistas, dirigentes políticos e até mesmo ladrões, a participação em cursos de formação que eram ministrados pelos próprios presos e os debates sobre a exploração econômica e as classes sociais foram fundamentais para que ele se filiasse ao Partido Comunista em 1945.

Em *Vidas secas*, publicado em 1938, emerge então uma visão social completa do processo histórico de modernização, aparecendo com clareza no romance aqueles que, nesse processo, ficaram somente com a face do atraso. A garantia da sobrevivência, como comer, dormir, beber água, morar e se vestir, é quase a totalidade das preocupações desses personagens.

No início da década de 1940, Graciliano faz uma avaliação crítica do que ocorreu com os romancistas de sua geração, com os quais ele havia compartilhado o mesmo projeto de literatura durante os primeiros anos da década de 1930.

Os romances do início do século XX, na visão de Graciliano, eram medíocres e falsos, com ideias importadas e escritos em uma língua estranha, completamente diferente daquela que as pessoas normais falavam. Os fatores históricos responsáveis por essa mudança, segundo o autor, foram o modernismo e a Revolução de Outubro. Por isso, em 1930, o caminho encontrava-se mais ou menos desobstruído, sendo possível descobrir pedaços do Brasil. Rachel de Queiroz, Jorge Amado e José Lins do Rego eram grandes por dedicarem sua obra a um projeto comum, que estava sendo experimentado de maneira transformadora na história da literatura brasileira. No texto “O romance de Jorge Amado”, publicado em 1935 no *Diário de Minas*, Graciliano afirma que

[...] os escritores atuais foram estudar o subúrbio, a fábrica, o engenho, a prisão da roça, o colégio do professor cambembe. Para isso, resignaram-se a abandonar o asfalto e o café, viram de perto muita porcaria, tiveram a coragem de falar errado, como toda gente, sem dicionário, sem gramática, sem manual de retórica. Ouviram gritos, pragas, palavrões, e meteram

tudo nos livros que escreveram. Podiam ter mudado os gritos e suspiros, as pragas em orações. Podiam, mas acharam melhor pôr os pontos nos *ii*.

E segue elogiando Jorge Amado por ser um dos principais escritores inimigos da “convenção”. Mas, depois de enaltecer várias vezes o livro *Suor*, Graciliano passa a fazer críticas à maneira como o autor descreve suas personagens, mais ligadas a um papel político do que à própria realidade vivida. Jorge Amado afirmava que o romance moderno iria suprimir o personagem, matar o indivíduo, porque o que interessava era o grupo – uma cidade inteira, um colégio, uma fábrica, um engenho de açúcar. Para Graciliano, “se isso fosse verdade, toda a análise introspectiva desapareceria. A obra ganharia em superfície, perderia em profundidade”.

As suas críticas não estavam somente direcionadas a Jorge. José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, para Graciliano, endireitaram a gramática, passaram a fazer uma literatura que fosse aprovada nos grandes centros e não ousaram mais enfrentar o que, na sua opinião, haviam se juntado para combater. Quando se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro, sentiu-se intimidado e abriu mão da investigação da realidade brasileira que vinham fazendo na primeira metade da década de 1930. A agitação provocada pela Revolução de Outubro durou somente até 1935, e aí veio o que Graciliano intitulou em um artigo de 1941 como “A decadência do romance brasileiro”:

“Os nossos melhores romancistas viviam na província, miúdos e isentos de ambições. Contaram o que viram, o que ouviram, para imaginar êxitos excessivos. Subiram muito – e devem sentir-se vexados por terem sido tão sinceros. Não voltarão a tratar daquelas coisas simples. [...] Não tinham nenhuma disciplina, nem na gramática nem na política. Diziam às vezes coisas absurdas – e excelentes. Já não fazem

isso. Pensam no que é necessário dizer. No que é vantajoso dizer. No que é possível dizer.”

A crítica de Graciliano não é a mesma, porque, se José Lins e Rachel haviam se incorporado ao circuito literário dominante, Jorge Amado, por sua militância no Partido Comunista, comete um erro diferente, o de submeter seus escritos literários à propaganda política, influenciado pelas propostas de arte a serviço da propaganda da revolução socialista. Sua relação com o partido foi permeada pelo conflito em relação às diretrizes partidárias para a cultura, o realismo socialista, a que Graciliano se opunha. Na visão do escritor, o chamado realismo socialista empobrecia o texto literário. Dênis de Moraes, na biografia sobre o escritor, destaca a afirmação de Graciliano de que “a literatura é revolucionária em essência e não pelo estilo do panfleto”. Apesar das divergências, Graciliano permaneceu filiado ao PCB até o fim da vida, em 1953. Nesse período, escreveu três livros de memórias: *Infância* (1945), *Memórias do cárcere* e *Viagem* (as últimas publicadas postumamente, em 1953 e 1954, respectivamente).

Graciliano posicionou-se favorável ao partidarismo da arte, no sentido de adotar uma postura perante a realidade. Sua obra pode ser filiada ao realismo crítico, uma vez que procurou expor as contradições da sociedade e, principalmente, a oposição decisiva entre o novo e o velho, o moderno e o arcaico. Seu projeto político relacionou-se diretamente com a sua obra. Na medida em que explorava em seus livros o conflito entre as classes sociais antagônicas, sentia a necessidade de se organizar em um projeto coletivo de transformação social. É assim que ingressa no Partido Comunista, rechaçando estética e politicamente o capitalismo, mas também o realismo socialista, como forma de manter a crítica como o elemento central da atividade intelectual.

A trajetória de Graciliano Ramos, ao invés de nos levar a caminhos conclusivos, abre portas para novas investigações,

na medida em que seu engajamento político e processo criativo estão ligados à formação da sociedade contemporânea e à luta, que se mantém atual, por uma sociedade mais justa.

O realismo socialista tornou-se doutrina oficial do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no I Congresso dos Escritores Soviéticos, em 1934, e indicava que, do ponto de vista formal, o realismo era o caminho da arte socialista. Lukács também contribuiu para a formulação desse conceito, ao falar em “realismo crítico”, que permitiria a apreensão artística da realidade como totalidade em movimento dialético. No entanto, a consolidação do stalinismo e a conjuntura dominante após 1945, com a chamada Guerra Fria, estabeleceram um recrudescimento da política cultural comunista, que ficou marcada pela censura e perseguição aos dissidentes, submetendo a criação artística aos interesses diretos do campo político-partidário. O jdanovismo, evolução regressiva do realismo socialista ao stalinismo, espalhou-se por todos os Partidos Comunistas influenciados pela União Soviética, e no Brasil não foi diferente. O PCB afirmava que o realismo socialista era o verdadeiro e único projeto de cultura progressista, em oposição à produção sob influência da indústria cultural norte-americana. As criações literárias deveriam ter como perspectiva o futuro, tornando claras as tarefas do proletariado. Os líderes da classe operária deveriam ser representados na ficção como modelos a serem seguidos.

SAIBA MAIS

Livros

MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. São Paulo: Editora 34, 1999.

Filmes

VIDAS secas. Direção e roteiro: Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 1963.

SÃO Bernardo. Direção e roteiro: Leon Hirszman. Brasil, 1973.

MEMÓRIAS do cárcere. Direção e roteiro: Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 1984.

Entrevista

RAMOS, Graciliano. Revisão do Modernismo. In: SENNA, H. *República das Letras: entrevista com 20 grandes escritores brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LIVROS DO AUTOR PUBLICADOS

Alexandre e outros heróis [1962, obra póstuma]

Angústia [1936]

Brandão entre o mar e o amor [1942]

Caetés [1933]

Cartas [1981, obra póstuma]

Dois dedos [1945]

Infância [1945]

Insônia [1947]

Linhas tortas [1962, obra póstuma]

Memórias do cárcere [1953, obra póstuma]

São Bernardo [1934]

Viagem [1954, obra póstuma]

Vidas secas [1938]

Viventes das Alagoas [1962, obra póstuma]

O HOMEM QUE AMAVA OS CACHORROS

JOAQUIM SORIANO



Leonardo Padura, autor de *O homem que amava os cachorros*, esteve no Brasil em abril passado, a convite da Boitempo, que editou este maravilhoso livro.

No dia 15, no SESC Pompeia, em São Paulo, pudemos ouvir Leonardo Padura no lançamento da edição em português. Ele já era conhecido no Brasil pela edição de suas novelas policiais protagonizadas pelo detetive Mario Conde, sempre ambientadas em Cuba.

Padura é cubano e como ele mesmo diz: “Eu sou um escritor cubano, que vive em Cuba, que escreve a partir de Cuba. Um escritor é resultado de uma cultura, de um coletivo humano.” Escritor muito erudito e sofisticado. Falou da dificuldade em narrar um drama fundamental do século XX, qual seja, como os ideais mais ousados de liberdade, igualdade e solidariedade forjados durante a Revolução Russa se transformaram num pesa-

delo, numa máquina de morte.

A história narra o exílio de Trotski até seu assassinato por Ramón Mercader na cidade do México, a mando de Stalin. A narrativa é instigante, a pesquisa histórica rica e profunda, o que mantém o leitor atento, mesmo sendo conhecidos o morto, o assassino e a causa.

Leitura imperdível para quem ama revolução e boa literatura. Padura disse na ocasião que seus editores na Espanha, Tusquets, são excelentes, daqueles que lêem com esmero e sugerem alterações para melhorar o livro. Neste caso, fizeram uma muito importante. Na primeira versão, Trotski “falava” na primeira pessoa. Os editores avaliaram que o personagem era tão grande e forte que era melhor suavizar a narrativa e passar para a terceira pessoa. Padura acatou a sugestão, e é assim que chega ao público.

Já li o último romance do autor, ainda sem edição em português, *Herejes*. Também inesquecível.

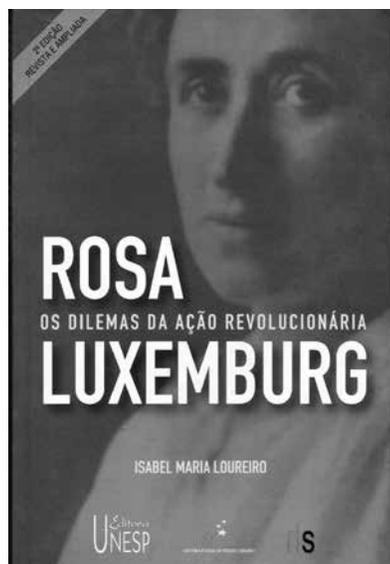
RESENHA

ROSA LUXEMBURGO DILEMAS DA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA

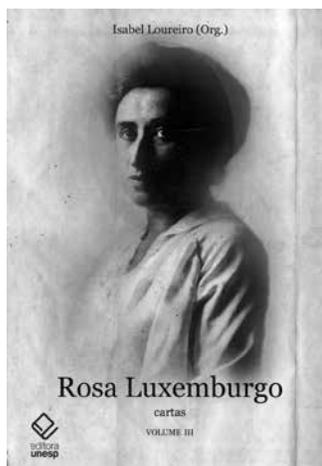
ORGANIZAÇÃO: ISABEL MARIA LOUREIRO

Apesar de ter se tornado um ícone revolucionário e conhecida por sua adesão à social-democracia, Rosa Luxemburgo era, antes de tudo, uma pensadora. Sua voz dissidente, no entanto, foi calada pela corrente hegemônica da esquerda no início do século XX. Isabel Loureiro procura determinar o lugar do pensamento de Rosa Luxemburgo nas ideias políticas que marcaram o século XX. Distante tanto do socialismo autoritário quanto da social-democracia, Rosa Luxemburgo representa o esforço em pensar o marxismo como política da emancipação. O livro analisa detalhadamente os conceitos principais da autora, tais como a comunidade primitiva e sua perspectiva de “retorno” histórico, enfatizando, ainda, a criatividade histórica, um elemento de unificação da teoria e da prática.

A primeira parte reúne escritos que abarcam o período de 1899 a 1914, apresenta duas das principais polêmicas que marcaram a trajetória de Rosa Luxemburgo: a oposição ao revisionismo social-democrata e a crítica à concepção leninista do partido de vanguarda. O leitor, então, irá encontrar textos clássicos, como “Reforma social ou revolução?” e “Greve de massas, partido e sindicatos”, além de outros inéditos em português que em muito acrescentam ao debate político proposto por ela.



1ª EDIÇÃO: EDITORA DA UNESP, 2001; VOLUMES I, II E III
2ª EDIÇÃO: EDITORA DA UNESP, 2004
CO-EDIÇÃO: EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E RLS



Já a segunda parte, com textos que datam de 4 de agosto de 1914 até 1919, abrange justamente o período em que a social-democracia alemã abandona o combate ao militarismo e Rosa Luxemburgo, então, decide agir de forma independente, passando a liderar, ao lado de Karl Liebknecht, um pequeno grupo de oposição à guerra. Presente neste título e tratando especificamente deste momento está “A Revolução Russa”, sua principal produção de teor político. Ela procura compreender o centralismo autoritário dos bolcheviques e reflete sobre os embates do momento. Para enriquecer ainda mais o conteúdo, esta edição traz ainda, pela primeira vez no Brasil, artigos de Rosa Luxemburgo publicados no jornal alemão *Die Rote Fahne*, dias antes do seu assassinato, acusando o governo alemão de sufocar o processo revolucionário no país.

A terceira parte desta coletânea apresenta uma Rosa Luxemburgo mais íntima, trazendo cartas suas inéditas em português, traduzidas do alemão e do polonês. Os documentos reunidos pela organizadora Isabel Loureiro mostram uma pensadora de interesses polivalentes, demonstrando sua paixão pelo puro conhecimento e discutindo desde política, história e literatura até música, botânica e geologia. Aqui fica mais evidente ao leitor sua faceta fora das batalhas políticas, ressaltada principalmente por sua crítica à opinião de que os militantes deveriam abdicar de suas vidas pessoais para criar um futuro melhor para humanidade. É possível, enfim, conhecer a união entre suas ideias e seus anseios mais particulares.

POESIA
Manoel de Barros

MANOEL DE BARROS
(1916-2014)

Foi um poeta brasileiro do século XX, pertencente, cronologicamente à Geração de 45, mas formalmente ao pós-modernismo brasileiro, situando-se mais próximo das vanguardas europeias do início do século, da Poesia Pau-Brasil e da Antropofagia de Oswald de Andrade. Recebeu vários prêmios literários, entre eles dois Prêmios Jabuti. É o mais aclamado poeta brasileiro da contemporaneidade nos meios literários. Uma de suas obras mais conhecidas é o "Livro sobre Nada" (1996).

O livro sobre nada

É mais fácil fazer da tolice um regalo do que da sensatez.

Tudo que não invento é falso.

Há muitas maneiras sérias de não dizer nada, mas só a poesia é verdadeira.

Tem mais presença em mim o que me falta.

Melhor jeito que achei pra me conhecer foi fazendo o contrário.

Sou muito preparado de conflitos.

Não pode haver ausência de boca nas palavras: nenhuma fique desamparada do ser que a revelou.

O meu amanhecer vai ser de noite.

Melhor que nomear é aludir. Verso não precisa dar noção.

O que sustenta a encantação de um verso (além do ritmo) é o ilogismo.

Meu avesso é mais visível do que um poste.

Sábio é o que adivinha.

Para ter mais certezas tenho que me saber de imperfeições.

A inércia é meu ato principal.

Não saio de dentro de mim nem pra pescar.

Sabedoria pode ser que seja estar uma árvore.

Estilo é um modelo anormal de expressão: é estigma.

Peixe não tem honras nem horizontes.

Sempre que desejo contar alguma coisa, não faço nada; mas quando não desejo contar nada, faço poesia.

Eu queria ser lido pelas pedras.

As palavras me escondem sem cuidado.

Aonde eu não estou as palavras me acham.

Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas.

Uma palavra abriu o roupão pra mim. Ela deseja que eu a seja.

A terapia literária consiste em desarrumar a linguagem a ponto que ela expresse nossos mais fundos desejos.

Quero a palavra que sirva na boca dos passarinhos.

Esta tarefa de cessar é que puxa minhas frases para antes de mim.

Ateu é uma pessoa capaz de provar cientificamente que não é nada.

Só se compara aos santos. Os santos querem ser os vermes de Deus.

Melhor para chegar a nada é descobrir a verdade.

O artista é erro da natureza. Beethoven foi um erro perfeito.

Por pudor sou impuro.

O branco me corrompe.

Não gosto de palavra acostumada.

A minha diferença é sempre menos.

Palavra poética tem que chegar ao grau de brinquedo para ser séria.

Não preciso do fim para chegar.

Do lugar onde estou já fui embora.

Dezembro/janeiro 1989

Apresentamos nesta sessão a cobertura inédita e única feita por Isaac Akcelrud sobre a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda, em 1989. O dossiê preparado pelo jornalista foi a melhor cobertura existente desta histórica greve, que teve intervenção de tropas militares e três militantes assassinados. Esta greve teve uma série de vitórias políticas, como aumento salarial; readmissão imediata dos demitidos em greves anteriores; redução dos turnos para 6 horas de trabalho, entre outras. Pela sua forte repercussão na conjuntura política do país, a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda adquiriu uma importância histórica, marcando bem a radicalização da luta política dos trabalhadores que culminaria na campanha memorável de Lula à presidência do país em 1989.

ESPECIAL

VOLTA REDONDA

ISAAC AKCELHUD

Os artigos de cobertura e análise da histórica greve de Volta Redonda foram redigidos por Isaac Akcelrud, com a ajuda dos companheiros de Volta Redonda.

UMA CIDADELA OPERÁRIA

Aqui em Volta Redonda vive, trabalha e combate um dos maiores contingentes operários já concentradas neste país num eixo decisivo da economia nacional. Entre as grandes aglomerações urbanas do Brasil atual, poucas são aquelas em que a massa da população está tão profunda e totalmente integrada na luta da classe trabalhadora como nesta cidade proletária de Volta Redonda.

Esta não é uma cidade-dormitório subordinada e dependente do que se passa em outros lugares. É a sede da liderança de um poderoso destacamento do proletariado industrial brasileiro – os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A silhueta da usina maracá a paisagem urba-

na, vista de todos os ângulos em todos os bairros. Assim como o perfil gigantesco da fábrica define a imagem e determina a estrutura da cidade, a organização dos metalúrgicos é a coluna mestra e o motor de toda vida associativa, sindical, cultural e política de Volta Redonda.

A começar pelas associações de moradores que congregam basicamente as famílias dos metalúrgicos em seus locais de residência, todos os movimentos sociais pulsam ao ritmo das ações e iniciativas do grande coletivo metalúrgico. Inclusive os sindicatos de trabalhadores rurais (STR), que se desenvolvem no interior dos municípios vizinhos; têm uma referência de crescente força de atração no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

A greve memorável dos 30 mil trabalhadores CSN – 25 mil empregados diretos da usina mais 5 mil operários das empreiteiras prestadoras de serviços – só poderia ser, portanto, uma luta unida de toda a população. Ela projetou com vigor e nitidez a combativa concentração operária de Volta Redonda não só no Estado do Rio de Janeiro como em todo o país.

A cidade operária de Volta Redonda conquistou as honras e a responsabilidade de centro de gravidade da luta de classes num pólo vital da produção econômica com irradiação política influente e dirigente. Rio de Janeiro, capital Volta Redonda.

UMA GREVE NA HISTÓRIA

Desde a greve histórica de 1980 no ABC Paulista, que desencadeou o processo de ruptura com a ditadura militar e da construção do PT, a greve de novembro de 1988 de Volta Redonda foi a ação operária de maior impacto nacional: galgou o primeiro plano num cenário de greves em todo o país, atingindo setores fundamentais. Naqueles dias contava-se mais de um milhão de grevistas.

Dezenas de categorias cruzaram os braços, destacando-se os petroleiros (em oito estados) e os eletricitários (em sete

estados). Atingiram a dimensão de greve nacional do setor energético. Entretanto, o ódio zoológico da “Nova República” mais se assanhou contra os metalúrgicos de Volta Redonda. Por que?

QUALIDADE POLÍTICA

A dimensão alcançada pelo movimento grevista, com a experiência de articulação nacional de petroleiros eletricitários, apesar da ausência de coordenação central e da debilíssima solidariedade a Volta Redonda, desenhava a perspectiva duma possível greve geral.

As greves foram tratadas a nível de primeiro escalão, isto é, sob controle direto dos generais, em Brasília. Os ministros paisanos, como o Da Energia, foram desautorizados. Brossard, que dormitava na Justiça, foi mobilizado para inventar um “plano das forças anti-governistas”.

A greve de Volta Redonda foi selecionada pelo estado maior das classes dominantes como alvo principal precisamente pela sua qualidade política. Nenhum outro choque de classe no país apresentava tão fortemente a liderança e hegemonia da classe operária em ascensão no país.

1. A greve mobilizou amplamente a massa da população. Não era uma greve só da usina, mas de toda a cidade. O grande piquete de mais de duas mil pessoas que se chocou com a PM no portão principal da fábrica, no dia 09 de novembro, era composto de mulheres, moradores, jovens, estudantes e até crianças.

2. Os metalúrgicos mostraram capacidade de resistir à agressão armada, mantiveram a serenidade e sustentaram suas posições mesmo sob o fogo pesado de tanques e blindados.

3. No caso de recuperação dos altos-fornos comprometidos pela irresponsabilidade e incompetência da direção da empresa, os metalúrgicos demonstraram qualificação técnico-profissional e capacidade de defender, preservar e dirigir a usina. Foi um golpe político no entreguismo de Sarney que

quer privatizar a CSN, isto é, entregá-la a um trust imperialista do tipo United States, Steel ou Bethlehem Steel.

4. A defesa de Volta Redonda passou às mãos do povo (vide o abraço à usina) sob a direção operária. É uma campanha que começa como fruto da greve e está imbricada na batalha política contra a dívida externa.

Estes pontos principais aqui resumidos já bastam para mostrar que a avaliação da greve de Volta Redonda ultrapassa qualquer análise economista, meramente corporativa, limitando-a às conquistas salariais, e anula a provocação sensacionalista e policial de transformá-la em ensaio de “guerrilha urbana”. A greve dos metalúrgicos de Volta Redonda é um exemplo brasileiro de transformação da luta econômica em luta política. Este é o grande avanço.

REPÚBLICA DO URUTU

O assalto armado aos trabalhadores em greve por seus direitos usurpados mostra que esta velhíssima “Nova República” é, de fato, a República do Urutu. A sanguinária burguesia “nacional”, tão submissa aos banqueiros americanos, trata os trabalhadores brasileiros como inimigos.

Funcionou, de fato, uma disposição secreta (continuação dos decretos secretos da ditadura militar), guardada pelo SNI como “diretriz interna”, há muito tempo aprovada por Sarney, autorizando intervenção militar “em caso de grave perturbação da ordem”. Não deu para esconder que Sarney foi colocado diante dum fato consumado. Autorizou no escuro e, depois, teve que engolir o prato feito na tigela militar.

Ministros civis e generais calcularam que com o Exército dentro da fábrica e os fornos funcionando iriam liquidar rapidamente a greve. Este erro de cálculo – um erro político crasso – quase acaba com os altos fornos, afinal salvos e recuperados pelos trabalhadores que surgiram diante da opinião nacional como os autênticos e competentes defensores do patrimônio nacional.

A valente luta extraparlamentar incidiu poderosamente em toda a movimentação político-eleitoral. Coesionou os trabalhadores e deu-lhes autoconfiança, alertou as camadas populares, abriu os olhos da classe media empobrecida, confundiu e desmoralizou os demagogos eleitoreiros das classes dominantes. Um impacto nacional que lubrificou os canais políticos da vitória do PT nas eleições municipais.

O CÉREBRO E OS PUNHOS DA GREVE

A transa da greve começa na consciência do operário, percorre cada seção e se alastra até o movimento popular de Volta Redonda.

A história da preparação da greve é uma aula de democracia e organização, firmeza e tenacidade, sensibilidade política e respeito à vontade do povo trabalhador. A greve foi precedida por dois meses de reuniões preparatórias. A decisão coletiva foi amadurecendo na consciência dos peões, naturalmente, sem atropelos, sem artifícios. Tudo começou com a discussão do Natal do peão. Como comemorar o Natal? Com que recursos? Com preços tão altos e salários tão baixos?

O ponto de partida foi a reivindicação mais simples e mais geral, compreendida e aceita mesmo pelos companheiros menos experientes e menos politizados. Não demorou muito a se descobrir que os peões tinham dinheiro a cobrar da empresa que segurou a URP de julho, surrupiada pelo pleno do peemedebista Bresser Pereira. Os peões começaram a calcular as perdas salariais em consequência do arrocho em vigor. Daí em diante o debate foi abrangendo um campo mais vasto, chegando, por exemplo, ao turno de seis horas, previsto até mesmo pela nova constituição.

DISCUSSÃO DAS ALTERNATIVAS

Um papel decisivo foi desempenhado pela imprensa sindical. O jornal do Sindicato dos Metalúrgicos, em sua edição

de 01 de novembro, analisa os contracheques recebidos pelos metalúrgicos, denuncia a empresa, estimula a combatividade e lança as alternativas ao exame dos trabalhadores. “Todos os companheiros receberam seus contracheques durante esta semana que passou. Muitos viram e fizeram suas contas para ver o resultado. (...) Nós perdemos, de maio até outubro, uma média de 40% de nosso salário ao mês. (...) A CSN está fazendo “corpo duro” para nos devolver os 26% roubados do Plano Bresser e os 17,68% da URP de julho, congelada pelo governo”.

Depois desta evidência, o desafio: “Se você acha que assim está bom, é só ficar de braços cruzados enquanto lhe tiram seus direitos descaradamente. Se você acha que a coisa não pode continuar como está, discuta uma destas propostas...”

Em seguida, são especificadas as propostas de luta: 1) Para um departamento. Nesse caso seria preciso definir que departamento tem mobilização suficiente para parar, causando o máximo de transtorno para a usina. “Pense nisto e discuta”. 2) Parar por meio dia. Isto pede organização para que a paralisação seja total e disciplinada. “Pense bem que uma paralisação desta significa nossa organização”. 3) Parar por um dia. Isto representaria um prejuízo para a CSN que já daria para pagar nosso salários. Isto exige bastante de nós bastante organização por departamento. 4) Parar até arrancar o que é nosso. Para tomarmos esta posição temos que estar bem certos do que queremos. “É necessário que todos estejam na luta”.

O jornal sindical mostra os fatos e pede que os trabalhadores pensem. Oferece alternativas e confia que os trabalhadores decidam. Pensar, decidir, fazer – isto é cultura proletária. “Na próxima 6ª feira, às 17:30 horas, faremos uma assembléia em frente ao Escritório Central. Uma assembléia só será representativa se conseguirmos mais da metade dos operários da CSN nesta decisão. Pense nisto. Vá à assembléia”.

REUNIÕES SETORIAIS

Com muita antecedência, sucederam-se as reuniões

setoriais. A edição de 16 de agosto de 1988, por exemplo, com a palavra de ordem “Vamos buscar as duas URPs” convocava sistematicamente as reuniões setoriais, ajustando-se ao esquema de circulação do pessoal na empresa, o qual, por sua vez, reflete a estrutura da fábrica e a organização do trabalho. Eram quatro reuniões setoriais por semana:

2ª feira. Para quem sai pela passarela da sede velha.

3ª feira. Para quem sai pelo Jardim Paraíba, reunião na sede velha.

4ª feira. Para quem sair pela passagem superior, na sede velha.

5ª feira. Para quem sai pelo retiro, na subsede do Retiro.

Tudo claro, nomes e lugares conhecidos, horário adequado. As reuniões setoriais ajudavam a destrinchar os problemas em detalhe, chegar mais perto e mais direto ao estado de espírito e à vontade dos trabalhadores.

A LENDA DO “SEGUNDO COMANDO”

A campanha de provocações contra a organização dos trabalhadores está tentando apresentar o chamado “segundo comando” como uma estrutura clandestina oposta e em contradição com a Diretora do Sindicato. Nada mais falso. Nada mais distante da realidade.

O que se apelidou de “segundo comando” é, na realidade, uma ativa e vigilante organização de “Comitê de fábrica”. É o sindicato ao vivo, dentro da empresa, junto à linha de produção. 24 horas por dia acompanhando e ajustando-se às condições de trabalho características de uma usina metalúrgica.

Este “comitê de fábrica” é uma antena da diretoria do Sindicato, auscultando continuamente os trabalhadores, sensível a qualquer alteração no quadro geral e setorial. Seus militantes, é lógico, devem ser resguardados contra a truculência patronal e são protegidos pela dispersão com que agem e a solidariedade dos seus companheiros contra

as despedidas injustas, punições e perseguições. É uma estrutura autoprotégida e apoiada pelo sindicato. A seu zelo e criatividade se devem as edições dos boletins de base, inteiramente redigidos e pautados pelos próprios trabalhadores. Os originais dos boletins de base “Poeira nos olhos”, “Trem fantasma” e “Maquinas quebradas” são entregues ao Sindicato, que faz a impressão. O jornalismo operário revela, neste caso, um dos seus aspectos mais importantes: é uma imprensa de autodidatas.

FRENTE SINDICAL-POPULAR

O quadro ficaria incompleto sem uma referência à Frente Sindical-Popular de Volta Redonda, animada e coordenada pelos dirigentes metalúrgicos Vanderlei, Vagner e Luizinho. A primeira experiência veio do vizinho município de Barra Mansa. A Frente Sindical-Popular reúne no mesmo bloco operativo todas as organizações locais – sindicatos, associações de moradores, membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estudantes, Associação de Lavadeiras, Movimento Negro, CUT, sindicatos de professores, da construção civil. A Frente está aberta para todas as organizações populares.

Sua meta é ligar as lutas sindicais às lutas populares e assumir a preparação de grandes eventos. Assumiu a responsabilidade de organizar o próximo Primeiro de Maio. Foi ela que organizou o “abraço à Usina”, uma demonstração contra a privatização da CSN e em solidariedade à greve que acabou reunindo 60 mil pessoas num desfile pelas ruas centrais de Volta Redonda.

Foi a rente que inspirou uma das mais altas demonstrações de solidariedade à greve. A empresa lançou mais de cinquenta kombis para apanhar operários em casa e atraí-los para o serviço. Os moradores cercaram veículos, furaram os pneus e deram dinheiro aos motoristas para que voltassem de ônibus. A operação fura greve fracassou.

DEPOIMENTO

Wagner Barcelos de Souza

Diretor de Imprensa do Sindicato

O governo e a empresa jogaram pesado.

Além dos gases, cassetetes e tiros, irresponsavelmente quase destruíram dois dos três altos-fornos que temos na CSN.

Quando iniciamos a greve, procedemos ao “abafamento” dos altos-fornos 01 e 03. O alto-forno 02 continuou produzindo para gerar gás de alto-forno para a bateria 03 da coquearia. O gusa produzido era jogado no poço de emergência. O “abafamento” significa uma carga especial de coque e sinter, garantindo as condições necessárias para a volta à operação ao fim da greve. A direção da empresa e alguns chefes, calculando que a greve acabaria com a invasão militar, operou os altos-fornos sem informar o comando de greve. Foi um duplo erro: político e técnico.

Diante disto, a assembléia autorizou uma verificação técnica e os trabalhos de salvamento dos fornos. Foi uma prova de maturidade e elevada consciência dos trabalhadores. Os fatos demonstram: quem defendeu e preservou o patrimônio da empresa foram os operários e não os autores do massacre que sacrificou nossos companheiros.

MASSACRE E RESISTÊNCIA NO 9 DE NOVEMBRO

De como os operários fizeram frente
à fúria repressiva do Exército

Os efetivos militares concentrados em Volta Redonda demonstravam a intenção de esmagar a greve com poderio bélico concentrado em ação de guerra relâmpago. Lá estavam em operação combinada o 22º Batalhão de Infantaria Motorizada, vindo de Barra Mansa; o esquadrão de Cavalaria Mecanizada, trazido de Valença; o 1º Batalhão de Infantaria Mo-

torizada, chegada de Petrópolis; o 57º Batalhão de Infantaria Motorizada, deslocado da Vila Militar, do Rio de Janeiro.

Ao lado desse poderoso contingente, armado de fuzis Fall, metralhadoras e apoiado por tanques Urutu e Cascavel, os 150 homens da Polícia Militar não passavam de representação simbólica. Estavam lá apenas para fazer figura e guerra de nervos. Circulando no meio do povo, um grupo de 30 agentes da Polícia federal.

ATAQUE COMEÇOU NA RUA

O primeiro assalto visava isolar os grevistas no interior da usina. Baionetas e cassetes contra o povo, pessoas arrancadas de dentro do ônibus, espancamentos no interior de bares e principalmente contra um espontâneo piquetão estimado em mais de duas mil pessoas diante do portão principal da CSN. O presidente licenciado do sindicato, Juarez Antunes, apesar de suas imunidades de deputado federal e candidato a prefeito, foi preso na noite de 3ª feira e só libertado na madrugada do dia seguinte. Ele e seu advogado.

Do 3º andar, (na aciaria) os grevistas tinham perfeita visão do que se passava na porta da fábrica. Viram mulheres e crianças perseguidas por soldados de baioneta calada. Testemunharam a resistência do povo, reagindo em legítima defesa com paus e pedras, tudo o que estivesse a seu alcance. Os agressores sentiram a resposta do povo, tanto na via pública como vinda de dentro da siderúrgica. A cidadela não estava isolada.

RESISTÊNCIA AO MASSACRE

Os primeiros choques já deixavam claro que o povo não se deixaria intimidar; nem dentro nem fora da usina. O ataque com tiro real surpreendeu os trabalhadores. Só se convenceram que os tiros não eram apenas de festim e que não se tratava de uma ação para efeito moral quando recolhera três cadáveres de companheiros:

■ Valmir Freitas Monteiro, 27 anos, atingido pelas costas por uma bala calibre 762, de fúsil Fall, arma de guerra;

■ William Fernandes Leite, 22 anos, baleado na nuca por um projétil de pistola de 9 milímetros, arama privativa de oficial;

■ Carlos Augusto Barroso, 19 anos, com afundamento de crânio, covardemente assassinado a coice de fuzil, morto a coronhadas.

O aviso se espalhou rapidamente. Num gesto natural de autodefesa, os metalúrgicos se encastelaram na aciaria, coração da usina. De lá, revidavam bravamente em autodefesa com os recursos que tinham à mão: bolsas de sinter (ferro) jogadas contra os soldados, banho de cal nos atacantes a partir do tubulão desse material, vagões de minério barrando a passagem dos jipes (um foi esmagado). Mas a principal defesa, mais uma vez, era a política.

Alguém conseguiu avisar o sindicato por telefone. Foi a partir daí que a notícia se espalhou, denunciando o massacre. Daí, do sindicato aceso em vigília de combate, se avisou a CUT, a Ordem dos Advogados, os estudantes, os jornais. No interior da fábrica, os grevistas batiam com os vergalhões e bastões de ferro, transformando a aciaria num gigantesco sino para alertar a população de Volta Redonda.

CESSAR FOGO

O barulhaço do ferro batendo durou toda a noite foi a arma de efeito moral usada pelos grevistas. Avisaram a população, enervavam os soldados, confundiam o comando de fogo, rechaçavam as investidas. O sindicato conseguiu armar uma reunião de negociação do cessar fogo com a intermediação de D. Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda. Negociaram a trégua um general, o bispo, o refeito, dois deputados federais (o presidente Juarez e Edmilson Valentim), um diretor da empresa (Elzio). O encontro foi no Hotel Bela Vista.

O armistício consta de dois itens principais. Atendendo à exigência do general, ficou estabelecido que cada uma das partes manteria suas posições sem atacar a outra. Esta cláusula mostra os metalúrgicos negociando de igual para igual. O outro ponto estabeleceu que a diretoria do sindicato retiraria os homens encastelados na aciaria pela manhã. Quando eles saíram, encapuçados em autoproteção contra represálias foi uma surpresa geral. Eram quatro mil homens onde se pensava que estavam reunidos apenas uns 800 metalúrgicos.

- se o Exército e a PM tiverem feridos, que os mostrem, disse na ocasião D. Waldir. Os mártires operários já estavam sendo velados.

UMA EXPERIÊNCIA DE CONTROLE OPERÁRIO

Esta greve se beneficiou do acúmulo de experiência das paralisações anteriores. Quem desaprendeu foi a direção da CSN que violou um acordo antes estabelecido com o Sindicato: em caso de greve, os trabalhadores ficariam responsáveis pelo funcionamento dos altos-fornos. A greve começou no dia 7 de novembro, segunda-feira. Os fornos funcionaram até às 8 horas da manhã de terça, quando foi feito o “abafamento” das unidades 01 e 03. A operação consiste em cortar o oxigênio, encher o forno com uma carga especial de coque. Assim, pode ser desligado, pois mantém calor suficiente por quinze dias, sem risco.

Detalhe importante: foi mantido em funcionamento o forno 02 por causa dum defeito na bateria 3 da coqueria e se ele parasse os fornos correriam risco. Os operários cuidaram sem cessar da preservação do patrimônio. Cerca de trezentos homens foram designados para esta missão. Os problemas da manutenção foram discutidos durante todo o tempo.

A exigência militar de evacuação dos grevistas, deixava a responsabilidade total pelo equipamento com o comando da ocupação a direção da empresa.

CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO

São os diretores, engenheiros e oficiais que devem responder pelo atentado às instalações da Cia. Siderúrgica Nacional. Quando os grevistas tiveram que sair, os engenheiros da empresa colocaram os fornos 01 e 03 em operação. Começaram a queimar a carga de abafamento a partir das 6 horas da manhã de quarta-feira. Doze horas depois, no fim da tarde, vendo que a grave continuava, desligaram os forno com a carga de abafamento já queimada. Incompetência ou crime? Ou as duas coisas juntas?

Só um grupo restrito de chefes e operários sabia de tudo. Ordens severas mantinham o “segredo”. Começou uma campanha alarmista sobre o risco que corriam os altos-fornos. Somente dez dias depois, posto contra a parede pelos metalúrgicos, o engenheiro Ari Souto assumiu ter participado da desastrada operação.

ASSEMBLÉIA SALVA OS FORNOS

A assembléia dos grevistas, informada da situação, autorizou a formação de uma comissão técnica do Sindicato dos Engenheiros e do Sindicato dos Metalúrgicos. Verificou-se correta a denúncia da comissão operária do alto-forno. A diretoria da CSN estava mentindo. Os fornos não estavam abafados. A assembléia permitiu organizar as equipes e mobilizar os homens necessários para salvar os dois equipamentos essenciais.

Sob a chefia de Vagner Barcelos de Souza, um operário altamente qualificado, profissional com nível de engenheiro pelos seus conhecimentos técnicos, foram organizadas turmas de 85 homens por turno de 12 horas. Levaram 36 horas para refazer o forno no 01. O outro, mais moderno, foi posto em forma com 16 horas de trabalho ininterrupto. Os trabalhadores desfizeram o mal praticado pela empresa sob tutela militar.

Nada de chefes. Sabemos o que fazer. Queremos a chefia o mais longe possível de nós. Mandem cigarros e refeições.

MANUTENÇÃO CLAUDICANTE

Os metalúrgicos recordam que, já bem antes da greve, os serviços de manutenção vinham claudicando. As paradas para manutenção não eram satisfatórias. O próprio presidente da empresa chegou a confessar: “não sei o que é o forno”. Estava certo. Quem sabe são os trabalhadores.

UMA VITÓRIA POLÍTICA

Os operários voltam com as conquistas econômicas nas mãos e a dignidade de classe nas consciências

O balanço da greve – uma elaboração da experiência de combate feita pelos próprios trabalhadores – começou na assembléia decisiva que determinou as condições para a volta ao serviço. Diz em seus trechos e argumentos principais:

“A disposição dos metalúrgicos foi e ainda continua inabalável. Perdemos três companheiros. Tivemos dezenas de feridos, mas marcamos uma página na história da luta operária em Volta Redonda.

Os metalúrgicos com a greve mudaram a fisionomia do país. Podemos dizer que o início de sérias transformações no Brasil se deu com o movimento de Volta Redonda. As mudanças nasceram aqui.

São 17 dias de greve. Podemos ir além. Temos fôlego para mais alguns dias. Entretanto, sabemos que daqui para frente não haverá mais ganhos. Podemos dar mais prejuízo à Empresa, porém, sem nenhum lucro econômico ou político para os metalúrgicos e para a nossa causa.

Fomos até onde manda o bom senso. Dominamos a fera, mas não podemos matá-la. Ferimos o adversário, mas ainda não podemos destruí-lo.

Segurar a vitória, conservar as forças para novas arrancadas e demonstração de inteligência política.”

EXPERIÊNCIA ENRIQUECIDA

Os metalúrgicos de Volta Redonda já tinham acumulado um rico arsenal de experiência em várias greves anteriores.

Com esta base, podiam prever com bastante segurança a que medidas e provocações a empresa iria recorrer. Não tinham dúvidas sobre a convocação da tropa militar. Foram afinando, de uma greve para outra, os meios de comunicação entre os diversos setores no interior da fábrica, aprimoraram as medidas e precauções para a manutenção e preservação do equipamento, cuidaram com precisão de detalhes da vigilância interna das comunicações com a estrutura sindical, imprensa, assistência jurídica, bem como dos operários e suas famílias. A diretoria foi para dentro da usina. De lá comandou a greve.

Havia uma tendência a esperar pelo dia 15, por causa das eleições, pois presidente Juarez era candidato a prefeito (e foi eleito disparado na frente pelo voto operário). Mas se descobriu que o Tribunal Superior do Trabalho ia entrar em recesso dia 10. Só dava tempo de julgar o dissídio dos petroleiros.

A experiência anterior ajudou a driblar a empresa sobre a hora da greve. Se começassem às 16 horas, como anunciado na assembléia, dariam tempo para a ocupação militar prévia na usina. A greve começou ao amanhecer de 2a feira, dia sete de novembro.

NERVO POLÍTICO DO ACORDO

Basta considerar a ordem da apresentação dos itens do acordo para perceber o alto teor político de toda negociação. “Arrancamos o dinheiro”, comemorou o boletim do Sindicato. Mas nenhuma assembléia operária em Volta Redonda se acomodaria apenas com um aumento salarial. Em primeiro lugar, veio a readmissão imediata do pessoal demitido nas greves anteriores. Esta era questão de dignidade operária e solidariedade de classe. A CSN deve aprender que greve não é justa causa para demissão de funcionários. Em seguida, o pagamento da URP congelada de julho com a de novembro.

Especial relevo cabe à conquista do turno de 6 horas. A redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário é parte da política operária contra o desemprego. Além dos

70 readmitidos, a CSN deverá preencher 2.100 novos postos de trabalhos. Foram-lhe concedidos 90 dias para selecionar e treinar os futuros metalúrgicos. Nesse meio tempo pagará 90 horas extras mensais para o pessoal do turno.

Outro item de conteúdo político com expressão em dinheiro é o compromisso da CSN de indenizar as famílias das vítimas de repressão. O cálculo será feito na Justiça. Com isso, o patrão se confessa culpado. Em seguida, depois de toda a série de cláusulas políticas, a conquista econômica, definindo o aumento sobre o salário-base, o abono de 30 mil até a data-base em 1º de maio, quando se discute tudo de novo.

Já no fim da assembleia, um metalúrgico gritou que “não dá para voltar com os soldados lá dentro”. Assim nasceu a última e principal exigência vitoriosa da greve: a tropa militar tem que sair antes do retorno ao trabalho. O prazo ia até às 16 horas. Os soldados saíram às 13:30.

À LUTA CONTINUA

Além dum programa de discussões, avaliações e seminários sobre a greve, os peões de Volta Redonda estão cuidando das seguintes iniciativas:

Inquérito sobre o massacre. A experiência dos bóias frias de Leme mostrou aos grevistas que não se pode deixar os inquéritos por conta da polícia. Assistido pela OAB, que já ouviu mais de 50 pessoas, o Sindicato mantém um inquérito independente.

Exposição de bicicletas, motos, fotos e documentos. Será um documentário sobre a greve, mostrando a fúria do assalto militar. A exposição poderá ser levada a outros pontos de país. Está em estudos.

Monumento aos mártires. É um compromisso assumido pelo prefeito eleito e pela diretoria do Sindicato no grandioso desfile de Vitória. A partir daí está cogitada a formação duma comissão nacional e duma campanha em âmbito nacional. O proletariado brasileiro honrará seus mortos.

DEPOIMENTO

Não foi uma greve como outra qualquer.

O Exército era o de sempre. As forças de repressão cumpriram o papel de proteger os interesses patronais de classe.

Os trabalhadores é que mudaram. Dissemos não. Mantivemos a greve. Mexemos com o Brasil inteiro a despeito dos assassinatos e da baderna promovida pelos invasores armados até os dentes. Restabelecemos a nossa ordem. Ocupamos a cidade enquanto o Exército e a Polícia Militar se encolhiam dentro da usina. Exigimos a saída dos militares da usina antes de entrarmos nela de volta. Assim a baderna teve um fim e mantivemos a mesma força e luta. Experimentamos o poder de ditar algumas ordens aos patrões.

Nós, trabalhadores, aprendemos com a nossa luta que o poder dos trabalhadores não é apenas um sonho, mas pode ser realizado plenamente e oferecerá uma alegria maior para toda a população.

Rumo ao poder dos trabalhadores!

Viva o Partido dos Trabalhadores!

Vanderlei Barcelos foi eleito o vereador mais votado do PT de Volta Redonda e é diretor de base do sindicato dos Metalúrgicos

ERRATA REVISTA 1

AUTORES/PARTICIPANTES

EMIR SADER

Possui Graduação em Filosofia e Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). É professor aposentado do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua principalmente nos seguintes temas: América Latina, pós-neoliberalismo, política e pensamento crítico. É autor de *A Vingança da História* (2013), entre outros livros.

IVANA JINKINGS

Fundou e dirige a editora Boitempo, em São Paulo e a revista *Margem Esquerda*. Coordenou, com Emir Sader, Carlos Eduardo Martins e Rodrigo Nobile, a *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe*, obra publicada pela Boitempo Editorial e que ganhou o prêmio Jabuti de Melhor Livro de Ciências Humanas e o de Melhor Livro de Não-Ficção em 2007.

JOSUÉ MEDEIROS

Josué Medeiros é doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ) e é pesquisador responsável pelo Brasil do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Foi ainda professor substituto de *Interpretações do Brasil* na UFRJ em 2013.

JEANTIBLE

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Atualmente é professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Fundação Santo André e diretor de projetos da Fundação Friedrich Ebert. Autor de *Marx selvagem* (São Paulo, Annablume, 2013).

NALU FARIA

Psicóloga, com especialização em Psicodrama Pedagógico (Getep) e em Psicologia Institucional (Sedes Sapientiae). Coordenadora geral da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e integrante da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim *Mulher e Saúde* (1993 a 2002), a coleção *Cadernos Sempreviva* (desde 1997) e o boletim *Folha Feminista* (desde 1999).

JORGE FORERO

Sociólogo, catedrático da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais e do Instituto de Altos Estudos Nacionais, Equador.

CLARISSE PARADIS

Formada em Relações Internacionais, atualmente é doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM-UFGM). Seus interesses de temas são: Política Internacional; Política Externa; Feminismo; Gênero; Políticas Públicas. É militante da Marcha Mundial das Mulheres.

SARAH DE ROURE

Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidad del Pais Vasco. Os temas: feminismo, religião, desenvolvimento e movimentos sociais têm sido objeto de suas pesquisas e também da atuação profissional. É militante da Marcha Mundial das Mulheres.

ROSALBA LOPES

Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010) e graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1990). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF. Atualmente trabalha no Instituto Inhotim, onde coordena a implantação e desenvolvimento do Centro Inhotim de Memória e Patrimônio – CIMP.

JUAREZ GUIMARÃES

Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e autor, entre outros livros, de *Democracia e marxismo. Crítica à razão liberal* (Xamã, 1998) e *A esperança crítica* (Scriptum, 2007). Pesquisa principalmente nas áreas de teoria política, com ênfase nas tradições republicanas e socialistas, na área de pensamento político e social brasileiro.

Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br